



**CONTRASSENSOS
CONTEMPORÂNEOS
DO MUNDO DO
TRABALHO**

Ivan Fontes Barbosa
Vilma Soares de Lima Barbosa
Marley Rosana Melo de Araújo
Organizadores

COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS



Criação Editora

**CONTRASSENSOS
CONTEMPORÂNEOS
DO MUNDO DO
TRABALHO**

**CONTRASSENSOS CONTEMPORÂNEOS
DO MUNDO DO TRABALHO**

Organizadores
Ivan Fontes Barbosa
Vilma Soares de Lima Barbosa
Marley Rosana Melo de Araújo

Expediente:
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFS
Coordenador Dr. Marcelo Alario Ennes

COLEÇÃO SOCIOLOGIAS NECESSÁRIAS

Coordenadores da Coleção
Dr. Frank Marcon
Dr. Marco Aurélio Dias de Souza
Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa

Revisão
Danielle de Noronha

ISBN
978-65-88593-72-1

**EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

COLEÇÃO
SOCIOLOGIAS
NECESSÁRIAS

3

CONTRASSENSOS CONTEMPORÂNEOS DO MUNDO DO TRABALHO

Ivan Fontes Barbosa
Vilma Soares de Lima Barbosa
Marley Rosana Melo de Araújo
ORGANIZADORES



Criação Editora
Aracaju | 2021

Copyright 2021 by Ivan Fontes Barbosa; Vilma Soares de Lima Barbosa e Marley Rosana Melo de Araújo

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

B238c Barbosa, Ivan Fontes; Barbosa, Vilma Soares de Lima; Araújo, Marley Rosana Melo de (orgs.).
 Contrassensos contemporâneos do mundo do trabalho / Organizadores: Ivan Fontes Barbosa, Vilma Soares de Lima Barbosa e Marley Rosana Melo de Araújo. -- 1. ed. – Aracaju, SE : Criação Editora, 2021.
 256 p.; il. tabs.; quadros.
 (Coleção Sociologias Necessárias, n. 3).
 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-88593-72-1

1. Ciências Sociais. 2. Políticas Públicas. 3. Trabalho.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 331.117
CDU 331

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Ciências sociais: Sistemas de trabalho.
2. Ciência política: Trabalho.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARBOSA, Ivan Fontes; Barbosa, Vilma Soares de Lima; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de (orgs.). **Contrassensos contemporâneos do mundo do trabalho**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. (Coleção Sociologias Necessárias, v.3). E-Book (PDF, 2 Mb). ISBN 978-65-88593-72-1

Sumário

- 9 **Apresentação**
Ivan Fontes Barbosa
Vilma Soares de Lima Barbosa
Marley Rosana Melo de Araújo
- 15 **O trabalho precário e não assalariado no horizonte da sociologia do trabalho latino-americana**
Ivan Fontes Barbosa
Victor Hugo Andrade Alves
- 55 **Breves reflexões sobre a complexidade do precariado**
Teresa Ruas
- 73 **Precarização do trabalho sob perspectivas liberal ou social-protecionista de profissionais**
Marley Rosana Melo de Araújo
Simone Souza Silva
Karen Batista
Pedro Henrique Reis Divino

- 107** **Precarização e formação profissional dos jovens egressos do Senac/SE**
Denise Cristina Silva Rosa
Vilma Soares de Lima Barbosa
- 125** **Brasil do presente e os desafios do movimento sindical: trajetórias e resistência do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza – STICCRMF**
Natan dos Santos Rodrigues Júnior
Alba Maria Pinho de Carvalho
- 151** **Terceirização no setor público: convergências e contradições**
Marcelo Figueiredo Silva
- 181** **Mulheres e liderança: barreiras, estereótipos e estratégias frente a uma visão androcêntrica**
Ligia Carolina Oliveira-Silva
Ana Beatriz Matheus Lopes
- 201** **Significado do trabalho: um estudo entre gerações de trabalhadores rurais**
Maria Mércia dos Santos Barros de Almeida
Marley Rosana Melo de Araújo
- 231** **Necropolítica da fome: as contradições do alimento mercadoria no sistema alimentar do Brasil neoliberal**
Brenda Seixas
Jair Xavier

APRESENTAÇÃO

-  Ivan Fontes Barbosa
-  Vilma Soares de Lima Barbosa
-  Marley Rosana Melo de Araújo

OS RECENTES AVANÇOS TECNOLÓGICOS que caracterizam a experiência contemporânea têm impactado de forma significativa as mais diversas esferas de valores da cultura. O universo do trabalho, outrora entendido como o elemento fundamental para pensar a produção e a reprodução das sociedades, tem sido afetado de diversas maneiras. A automação do processo produtivo e a diminuição do trabalho assalariado formal são dois dos muitos sintomas decorrentes desse movimento. Contrárias a boa lógica, essas mudanças têm sido apreendidas pela recente agenda da sociologia que tem eivado esforços para captar os impactos dessas mudanças nas experiências coletivas e individuais dos sujeitos. Síndromes decorrentes da administração da insegurança e incerteza, perdas objetivas de direitos e garantias e a fragilidade que tem assumido as experiências de mobilização coletiva da classe trabalhadora têm intrigado estudiosos das ciências humanas, de uma maneira geral.

Os efeitos conjugados a esse processo estão sendo recepcionados na agenda recente da sociologia do trabalho. Novas formulações conceituais buscam alcançar os complexos fatos que se associam a essas inovações e formatam as novas representações e expectativas dos su-



jeitos em relação ao mundo do trabalho. A noção de precariado tem assumido um papel de relativo destaque nesse cenário. O texto que abre esta coletânea, “O trabalho precário e não assalariado no horizonte da sociologia do trabalho latino-americana: anotações”, elaborado pelos pesquisadores do GEPSET (Grupo de estudos e pesquisa sobre sociologia, educação e trabalho/UFS), Ivan Fontes Barbosa e Victor Hugo Andrade Alves, apresenta um panorama do desenvolvimento dos esforços teóricos da sociologia para circunscrever conceitualmente os trabalhadores não assalariados e suas modalidades de trabalho precário. Partindo do debate operado por Karl Marx sobre Lumpemproletariado e Exército Industrial de Reserva no século XIX, os autores apresentam como a recepção desse conceito se deu no universo latino-americano, através da teoria da marginalidade capitaneada por Aníbal Quijano, José Num e Lúcio Kowarick, com vistas a explicar a crônica existencial desses trabalhadores marginais, em decorrência das formas desiguais de consolidação do capitalismo na América Latina. Rastreado os desdobramentos dessas noções nos estudos sobre essas modalidades de trabalhadores, operados nas décadas de 1990 e 2000, eles apresentam como as noções de informalidade e precariado são incorporadas ao programa da sociologia do trabalho e enriquecem a compreensão das dimensões contemporâneas desse fenômeno.

Dando continuidade ao debate sobre os modos de circunscrever sociologicamente os impactos das novas mudanças no universo do trabalho, a proposta da pesquisadora do GEPSET, Teresa Ruas, “Breves reflexões sobre a complexidade do precariado”, busca, à luz do debate sobre as dimensões econômicas e políticas da globalização e do neoliberalismo, refletir sobre as transformações que ocorreram no mundo do trabalho e como a noção de precariado ajuda-nos a compreender esse cenário, tendo como referência o trabalho no contexto da atual pandemia.

A precarização do trabalho também é abordada no capítulo “Precarização do trabalho sob perspectivas liberal ou social-protecionista



de profissionais”, de Marley Rosana Melo de Araújo, Simone Souza Silva, Karen Batista e Pedro Henrique Reis Divino. A precarização está atrelada às más condições estruturais no trabalho, às remunerações inadequadas, aos cortes em direitos trabalhistas básicos, à flexibilização e informalidade, entre outras idiosincrasias que fogem à lógica de trabalho decente. O estudo objetivou caracterizar os aspectos que definem a precarização do trabalho pela ótica de diferentes profissionais, distribuídos em um *continuum* de perspectivas que vai desde uma visão liberal em relação ao trabalho até uma visão social-protecionista. Percebeu-se que os profissionais de viés liberal observam a precarização do trabalho como uma inevitável consequência das condições econômicas do mercado. Já os profissionais de viés intervencionista compreendem esse fenômeno através de um leque de fatores, que vai desde a retirada de direitos trabalhistas até a dificuldade dos sujeitos em adequar suas necessidades pessoais às condições do trabalho.

O artigo “Precarização e formação profissional dos jovens egressos do SENAC/SE”, de Denise Rosa e Vilma Lima, tem como foco a formação profissional ofertada pelo Senac/SE para a inserção no mercado de trabalho, a partir das vivências e experiências dos jovens egressos do Programa Jovem Aprendiz. As autoras demonstram os limites das políticas sociais para a inserção do jovem no mercado de trabalho em resolverem o problema estrutural do desemprego, seja porque não suprem um deficit educacional devido a uma má escolarização, seja porque inserem os jovens no mercado de trabalho por um período determinado, mas não asseguram o apoio necessário para que eles permaneçam nesse mercado após o término da formação. Desse modo, tais políticas acabam promovendo uma mão de obra apta a se submeter às condições precárias de trabalho, sendo funcionais ao capital e ao processo de exploração do trabalhador.

Já o artigo de Natan dos Santos e Alba Maria, “Brasil do presente e os desafios do movimento sindical: trajetórias e resistência do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza – STICCR-



MF”, buscou analisar os novos desafios para a atuação político-sindical dos trabalhadores na indústria da construção civil em Fortaleza. Os autores destacam o papel importante de articulador e organizador desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza – STICCRMF nas lutas por melhores condições salariais e de proteção sanitária no trabalho. Dentre os principais resultados, os autores apontam a necessidade de reelaboração das táticas e estratégias dos movimentos sindicais e populares, não apenas no intuito de resistirem contra a retirada de direitos sociais, mas também de recobrem o protagonismo e a ofensiva política, nesse contexto de exploração e investida do capital.

O trabalho apresentado por Marcelo Figueiredo, intitulado “Terceirização no setor público, convergências e contradições”, é fruto de uma investigação sobre esse processo em algumas instituições públicas brasileiras no período de 1995-2015. Os resultados alcançados indicam que a terceirização se consagrou no Brasil como “um projeto conservador que se alimentava da reprodução da draconiana desigualdade social brasileira (baixa escolarização na base da pirâmide, precariedade e desqualificação do trabalho subalterno)” tendo como referência os interesses de certos grupos sociais dominantes e uma história marcada por uma profunda desigualdade social.

O texto “Mulheres e liderança: barreiras, estereótipos e estratégias frente a uma visão androcêntrica”, de Ligia Carolina Oliveira-Silva e Ana Beatriz Matheus Lopes, traz a discussão do trabalho para a questão de gênero referente às posições de liderança. Mulheres em posições de liderança e poder são percebidas como violadoras das normas de gênero socialmente estabelecidas, pois desafiam estereótipos e estruturas patriarcais duradouras. Isso sinaliza para a manutenção de vieses sexistas nos estudos e exercício da liderança, além da negligência sobre o papel dos aspectos contextuais e relacionais na emergência das mulheres a posições de poder. O capítulo discute a maneira pela qual a relação entre mulheres e liderança é atravessada por inúmeras barreiras.

ras e estereótipos, destacando quais estratégias poderiam interpelar a tradição androcêntrica que permeia a ideia de liderança.

Outro contexto de trabalho é representado no capítulo “Significado do trabalho: um estudo entre gerações de trabalhadores rurais”, de autoria de Maria Mércia dos Santos Barros de Almeida e Marley Rosana Melo de Araújo. Dessa vez, o contexto do trabalho rural. Nesta pesquisa, de abordagem qualitativa, objetivou-se estudar o significado do trabalho entre gerações de trabalhadores rurais, a fim de detectar aproximações e distanciamentos nos significados atribuídos ao trabalho e o papel dos órgãos de fiscalização e proteção ao trabalho infanto-juvenil na produção de condições sócio-históricas que contribuem para a emergência de novas atribuições de significado. Resultados mostraram que os pais/mães interpretam o significado do trabalho como árduo e desvalorizado, com precárias condições de trabalho. Os filhos pareciam alheios às dimensões negativas do trabalho e aos riscos a que estavam submetidos, naturalizando o fenômeno. Em suma, percebeu-se uma realidade social de conflito entre concepções sobre o trabalho infanto-juvenil, que opõe as opiniões da comunidade investigada aos dispositivos legais brasileiros.

O ensaio que encerra esta coletânea, “Necropolítica da fome: as contradições do alimento mercadoria no sistema alimentar do Brasil neoliberal”, dos pesquisadores do GEPSET, Jair Xavier e Brenda Seixas, consiste numa crítica cujo objetivo é discutir como o trabalho pode ser compreendido enquanto elemento-chave que orienta a dinâmica do alimento mercadoria e a sua esfera de produção e, conseqüentemente, como tal dinâmica reflete um tipo de aplicabilidade do poder necropolítico no Brasil. A partir de dados jornalísticos e dados secundários de artigos acadêmicos, os autores destacam que a pandêmica fome é sistemática e age como um imperativo necropolítico no extermínio dos corpos marginalizados pela dinâmica do trabalho na sociedade.

Encerramos esta apresentação fazendo menção ao evento e ao programa que tornou possível esse debate e essa publicação. Ele decor-



APRESENTAÇÃO

re do grupo de trabalho intitulado “Contrassensos contemporâneos do mundo do trabalho”, que foi construído para agregar os pesquisadores e pesquisadoras do universo do trabalho no **III Seminário Nacional de Sociologia do PPGS-UFS – Distopias dos extremos: sociologias necessárias**. Foi uma excelente oportunidade para que esses intelectuais apresentassem e debatessem suas reflexões sobre alguns horizontes teóricos e metodológicos da agenda das pesquisas no âmbito da sociologia do trabalho contemporânea e sua contribuição para acompanhar o debate acerca das mudanças tecnológicas e os seus impactos no mundo social.



O TRABALHO PRECÁRIO E NÃO ASSALARIADO NO HORIZONTE DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO LATINO-AMERICANA

 Ivan Fontes Barbosa¹

 Victor Hugo Andrade Alves²

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do renascimento se abalaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. (Eduardo Galeano, 1983).

A luz dos dados e prognósticos econômicos atuais, não parece de todo irrealista esperar um drástico declínio no potencial de absorção do mercado de trabalho num futuro próximo; provavelmente, estas condições reduzirão ainda mais os períodos médio de trabalho como proporção do tempo de vida ou, ao contrário, fomentarão o crescimento de um amplo setor marginalizado da população, fora da esfera do emprego “vantajoso” (Claus Offe, 1989).

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFS. E-mail: ivanfontesbarbosa@gmail.com

² Mestre em Sociologia PPGS/UFS. E-mail: victorhugo1200@hotmail.com



O SÉCULO XX marcou profundamente as transformações no mundo do trabalho de inúmeras maneiras; desde a criação de novos modos de regulação de produção até as lutas e resistência dos trabalhadores frente ao capital. O período fordista do pós-guerra (1945-1973) ficou conhecido nos trabalhos mais clássicos da sociologia do trabalho como um período de estabilidade, aumento de produtividade em níveis nunca vistos e um tipo de regime de acumulação que permitiria uma conciliação de classe que garantiria os direitos de propriedade privada dos meios de produção, da manutenção da economia e do lucro e, ao mesmo tempo, uma série de direitos do trabalho para que a vida dos trabalhadores pudesse melhorar em termos financeiros e, assim, a qualidade de vida da maior parte da população.

Mas ficava a pergunta: qual população? Todos os países que aderiram ao processo (cedo ou tardio) de industrialização garantiram resultados similares? As benesses realmente conquistadas no campo do trabalho dos “anos dourados” do pós-guerra se limitavam aos países que se situam no centro do capitalismo, nomeadamente os Estados Unidos da América e os países da Europa Ocidental. Nesses casos, observamos governos alinhados a uma economia política de cunho keynesiano, focada para a produção de mercadorias, ou seja, fortalecimento do capital industrial produtivo e, principalmente no caso europeu, a reconstrução dos seus territórios arrasados na Segunda Guerra Mundial.

Mesmo no auge de sua expansão, a ideia de uma sociedade de pleno emprego nunca se realizou no capitalismo. Havia, mesmo nesses países desenvolvidos, uma pequena massa de trabalhadores desempregados que ficava à margem de todo o processo produtivo. Nos primórdios da sociologia, Karl Marx (2013) já fazia referência a esse contingente como necessário para que os trabalhadores empregados fossem pressionados a não reivindicarem mais direitos e aumentos de salário, já que a situação precária de parte da população trabalhadora poderia fazer com a parte desempregada pudesse aceitar uma menor quantidade de salários e direitos do que permanecer sem trabalho.



Acreditamos que a busca por uma configuração marcada pelo pleno emprego foi o melhor projeto que o mundo capitalista pôde oferecer como horizonte de expectativas de seus produtos culturais. Ele supunha que uma sociedade ideal haveria de ter seus trabalhadores com carteira assinada e com todos os seus direitos trabalhistas e sociais plenamente atendidos. Esse ideal orientou uma leitura sociológica da sociedade que não apenas identificou e matizou o trabalho como categoria sociológica fundamental para entender os fenômenos políticos, econômicos e sociais, como orientou, também, a ênfase em certos aspectos do trabalho que fez com que determinados fenômenos desse mesmo universo fossem negligenciados.

Bila Sorj (2000) indica que desde a sua constituição como uma “sub área da Sociologia”, a Sociologia do Trabalho aceitou o ponto de vista, então predominante entre os intérpretes das sociedades modernas, de que a economia formava uma esfera central e socialmente diferenciada do conjunto da vida social. Tais interpretações orientaram essa área em pelo menos um aspecto fundamental: na concepção de que as formas de utilização industrial da força de trabalho seriam presididas por um tipo de racionalidade estratégica amorala, desvinculada de quaisquer critérios imediatos de referência ao mundo doméstico ou a lealdades de cunho particularista. A relação salarial seria, então, o ponto de referência central por intermédio do qual todos os demais aspectos da sociedade – organização política, cultura, sistemas cognitivos, família, sistema moral, religião, dentre outros – deveriam ser deduzidos. A sociologia do trabalho escolheu como seu campo de pesquisa favorito o trabalho remunerado, ou, de uma maneira mais restritiva, o trabalho assalariado em tempo integral, particularmente na grande indústria. A produção em estilo fordista, isto é, a produção em massa de produtos padronizados que se disseminou principalmente nos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial, passou a ser vista como a quintessência do desenvolvimento industrial, e o trabalhador da indústria automobilística como o símbolo daquilo que o trabalho moderno representava ou iria representar no futuro próximo.



As instruções de José Ricardo Ramalho (2013), que tangem com as impressões postas anteriormente, apresentam que um dos principais desafios da sociologia latino-americana tem sido justamente investigar a questão do trabalho tendo como pano de fundo uma situação social caracterizada pela precariedade dos laços de emprego ou pela existência permanente de trabalho não clássico. O fato desse ramo do conhecimento, desde sua origem, ter focalizado a pesquisa sobre o trabalhador industrial da grande empresa em seus diversos processos de reestruturação fez com que pouca atenção fosse dada a outros setores (inclusive do rural).

Uma nova demanda se coloca quando as elaborações das teorias clássicas da sociologia do trabalho não comportam as especificidades dos lugares e dos contextos econômicos e do trabalho, como, por exemplo, a emergência de serviços modernos e precários e de outras atividades precárias, assalariadas ou não (Ramalho, 2013, p. 91).

Na experiência social dos países que orbitam às margens dos industrialmente desenvolvidos, a existência de formas de trabalho e a geração de renda ou de sobrevivência que perpassam os limites da exploração capitalista formal – assalariamento e vínculos empregatícios capitalistas –, que são sinônimos de subocupação, subemprego, trabalho precário, trabalho marginal, trabalho informal e por conta própria, foram manifestações persistentes desde sempre.

Os estudos de Florestan Fernandes (2008) sobre a integração do negro ao trabalho capitalista em São Paulo, a título de exemplo, deixaram muito claro que existiram obstáculos políticos, econômicos (imigração substituindo a mão de obra nacional) e culturais a esse processo. Eles flertavam com a falta de preparo para a rápida aquisição e domínio das técnicas sociais e culturais do ambiente capitalista em formação, além de interpretarem a experiência do contrato de trabalho sob um critério rígido: nada que lembrasse as condições de trabalho anteriores



era aceitável, sobretudo quando estavam envolvidas restrições a uma liberdade percebida de modo difuso.

Acrescente a essa persistência o legado apontado no diagnóstico de Lúcio Kowarick (1994, p. 43-44) acerca das representações sobre o trabalho no Brasil escravocrata:

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela “escola do trabalho”, sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata é que qualquer trabalho manual passa a ser considerado como coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante. Não poderia ser diferente numa ordem em que o elemento vivo que levava adiante as tarefas produtivas era tratado como coisa, desprovido de vontade, que não tinha escolha de onde morar ou quando e quanto deveria trabalhar, e que, brutalizado por toda sorte de violências, o mais das vezes morria em cativeiro.

É no contexto de uma experiência social marcada por heranças dessa natureza, como argutamente observaram os teóricos da marginalidade, que as atividades ligadas à sobrevivência desenvolvidas por um contingente significativo da população latino-americana se dão. É o caso dos ambulantes, vendedores de feiras livres que não possuem barraca e não pagam qualquer tributo pelo uso do local, vendedores de importados clandestinos, de salgados e sucos em bicicletas, pipoqueiros, vendedores de coco, nas praças e em várias outras localidades, de frutas, de salgados e doces nas repartições, vendedores de feiras tipo Sulanca, de amendoim, acarajé, ovos de codorna, picolés, sanduíches naturais, de óculos escuros, de bronzeadores e queijo nas praias. Os garrafeiros, garçons de fim de semana nos bares, catadores de papelão, de lata de alumínio, de lixo, os amoladores de faca, tesoura, carroceiros, os diaristas da agricultura, as manicures, os pequenos em-



presários de automóveis de transporte clandestino, os reparadores de fogões, encanadores, pedreiros, eletricitistas, mestres de obras por conta própria, instaladores de som em carro, de película fumê e de pequenos reparos próximos às lojas de autopeças, os vendedores de quebra-queixo, de cavaco chinês, de detergentes caseiros, beijus, de caranguejo, pequenos pescadores que ainda sobrevivem da pesca artesanal vendendo camarão e peixes. Acresça-se a essas modalidades de trabalho as novas formas de trabalho denominadas de uberizadas e pejetização, marcadas pelo império da formalização da informalidade sem direitos. Todas essas e uma infindável série de outras atividades possuem algo em comum. São atividades que visam gerar renda, ou melhor, manter a sobrevivência e o sustento da família, e que não são legalmente registradas. Ou seja, são atividades em que o rendimento não é fixo e o trabalho é realizado de maneira precária e autônoma pelo indivíduo que se dispõe a executar esse tipo de atividade, sendo a “produção” determinada pelo ritmo espontâneo do indivíduo.

O avanço da teoria social concernente à explicação de fenômenos sociais ligados ao mundo do trabalho nas últimas décadas tem dialogado diretamente com as novas mudanças nos processos produtivos industriais e seus efeitos no mundo social. Esse tipo de atividade, amplamente conhecida desde a década de 1980 como “informal”, é um dos temas que têm atraído a atenção de estudiosos na América Latina desde os anos 1960 com as teorias da marginalidade. A discussão atual orbita em torno do desenvolvimento dessas formas não formais de relações de produção e sobrevivência, sem vínculos empregatícios, sem salário fixo, sem garantias ou estabilidade, em um mundo caracterizado pela emergência da quarta revolução industrial.

Compreendermos essas modalidades de trabalho sob o enfoque da sociologia do trabalho implica pensarmos de maneira relacional e estrutural, avaliando-as como decorrentes da implantação da hegemonia das relações econômicas, características do capitalismo, em torno do trabalho assalariado. O caráter tardio dos estudos sobre esses tipos



de trabalho deve-se, em parte, ao fato de que ele só foi visto como problema quando começou a vir à tona o fato de que a implementação do capitalismo no Brasil não havia sido completa e não tinha suprimido as relações tradicionais e informais de produção e de comercialização de bens e pequenos serviços.

Consoante Maria Schulze (2013, p. 93):

En los años sesenta se comenzó a cuestionar en América Latina la idea que postulaba que la industrialización era el camino que terminaría por reducir la heterogeneidad de las economías subdesarrolladas, y llevaría evolutivamente a la modernización, asegurando de este modo una aproximación a las economías del primer mundo, por parte de los países subdesarrollados. Sin embargo, a pesar que Latinoamérica verificó un importante desarrollo industrial, sobre todo en los años 50 y en los años 60, seguía siendo necesario explicar la permanencia de fuertes desigualdades en la estructura productiva, y en la estructura ocupacional. El cuestionamiento de la dimensión laboral y de las economías regionales generó una serie de debates y de investigaciones en torno a sus causas. En términos generales, la modernización siempre fue una idea que connotaba un desarrollo lineal y que establecía una homología con los términos progreso y desarrollo. Mirar al futuro significaba mirar a los países desarrollados, y especialmente a Estados Unidos. Como bien afirma Perona, la marginalidad se trató como una enfermedad a corregir, la cual sería superada introduciendo cambios en la organización social de los marginados, pero no en el sistema que los excluía, el cual debía permanecer constante.

A constatação de que essas modalidades de trabalho eram mais complexas e persistentes já havia sido apontada por diversos pesquisadores brasileiros. Paulo Souza (1978), Lúcio Kowarick (1985) e Maritzel Fuentes Coelho (1997) comungam que esses tipos de trabalhos são elementos inevitáveis, uma vez que não é possível uma economia de pleno emprego, e essa é a saída encontrada diante da falta de um Estado que



ampare os desempregados. Nessa ótica, essas modalidades de trabalho estavam relacionadas, naquele momento, à dinâmica de implantação do capitalismo em países caracterizados pela situação de dependência. Nesse caso, essas atividades estariam diretamente relacionadas ao sustento da classe trabalhadora excluída do processo de produção, por força da exploração e da acumulação do Capital.

O itinerário das construções conceituais elaboradas ao longo dos tempos pela teoria sociológica para dar conta desse fenômeno tem início no século XIX com as categorias lumpemproletariado e exército industrial de reserva (Marx, 1969, 2013). Mas é apenas na segunda metade do século XX que as reflexões sobre massa marginal (Nun, 1969), trabalhadores marginais (Kowarick, 1985) e polo marginal (Quijano, 1970) ganham força e se impõem aos debates sobre a compreensão dessas modalidades de trabalho. O cenário contemporâneo tem exigido dos estudiosos da sociologia do trabalho a necessidade de revisitar e ampliar os esforços teóricos do círculo da teoria da marginalidade. Os estudos sobre o precariado (Braga, 2014 Alves, 2019), de alguma forma, são momentos importantes desse processo de explicação da existência e crescimento exponencial dessas modalidades de trabalho no contexto atual.

Do Lumpemproletariado ao trabalhador marginal

A pobreza e a exclusão social fazem parte de quase todas as formações sociais ocidentais conhecidas. A maneira como os pobres foram percebidos, explicados e tratados mudou ao longo dos tempos e assumiu um formato mais objetivo a partir do advento da sociologia no século XIX.

Uma das primeiras formas moderna de circunscrever, teórica e empiricamente falando, a explicação da existência da pobreza e do desemprego foi operada pelo economista britânico Thomas Malthus (1766-1834). Viveu em um momento com dimensões similares as de hoje. Tanto no fim do século XVIII como no início do século XXI, o avanço



tecnológico no processo produtivo (primeira e quarta revolução industrial, respectivamente) ocasionou impactos e incertezas com relação ao futuro do trabalho e da sociedade. Consoante Ernani Galveas (1996, p. 06), o cenário que marcou o advento da Revolução Industrial (desde 1760) trouxe “dramáticas consequências” para o sistema produtivo e para as relações sociais na produção.

Novos inventos eram constantemente empregados, tanto na indústria manufatureira quanto na agricultura. No setor agrícola, que se mostrava incapaz de gerar alimentos em abundância, a mecanização trouxe um forte motivo adicional para o êxodo de trabalhadores rumo às grandes cidades. A população, alijada das atividades agrícolas, engrossava a corrente dos que não tinham mais nada a oferecer às manufaturas, que se desenvolviam, senão a sua força de trabalho. Estavam, assim, criadas as condições para a diminuição dos salários reais, que vieram a favorecer a rápida acumulação de capitais na Economia [...] prolongamento da jornada de trabalho — incluindo mulheres e crianças — para até 18 horas; grande número de desempregados; grande promiscuidade nas moradias, cada vez mais densamente habitadas, o que facilitava enormemente o aparecimento de epidemias, como as de cólera e tifo; miséria; morte em grande escala.

Para Malthus (1996, p. 363), fortemente vinculado à suposição positivista de que as leis que regem o mundo social são análogas às que regem o universo natural, as causas da pobreza devem ser encontradas na “dificuldade de subsistência” decorrente da falta de controle sobre a taxa de natalidade da população. A fome, conforme suas assertivas, seria “o último e mais pavoroso método pelo qual a natureza reprime o excesso da população” (p. 238).

A abordagem no campo da teoria social que emerge contra certas modalidades da economia política inglesa e do positivismo é o marxismo. Marcado pela pressuposição teórica de que o trabalho é, e as relações decorrentes de sua natureza, a categoria genérico-ontológica (e,



portanto, sociológica) fundamental para a compreensão das sociedades e abandonando suposições idealistas sobre a natureza do mundo social e das desigualdades sociais elabora um robusto debate sobre a natureza histórica dessas desigualdades.

O epicentro dessa teoria, estreitamente vinculado a formas desiguais de alocação da riqueza decorrente do processo produtivo, advoga a centralidade da luta de classes como fator dinâmico da história e da fisiologia das sociedades. As pesquisas feitas sob os auspícios dessa orientação teórica demonstraram que a cisão entre burgueses e proletários marcava a configuração da sociedade e do Estado burguês e que essas posições eram sociologicamente explicadas em função da posse ou não dos meios de produção. Destarte todo o debate existente acerca dos limites e alcances do conceito de classe social na teoria marxista, os conceitos que foram lançados por essa perspectiva no campo da sociologia para dar conta do contingente de trabalhadores que não estavam inseridos no processo de exploração capitalista formal (direto ou indireto) foram, ao longo do século XIX, os de exército industrial de reserva (EIR) e lumpemproletariado.

O conceito EIR foi forjado pelas pesquisas de Karl Marx para atender a demanda por explicação desses setores excluídos das modalidades de exploração capitalistas. Conforme Aníbal Quijano, essa terminologia é uma denominação utilizada pelo marxismo para situar o setor da população trabalhadora que, em determinado momento da acumulação capitalista, resulta excessiva para as necessidades medias da exploração do capital, “es decir, una población obrera remanente o sobrante” (Quijano, 1970, p. 54).

Para Karl Marx (2013, p.808):

A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas



relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (Marx, 2013, p. 808).

De acordo com Anwar Shaikh (2002, p. 144):

Quaisquer que fossem suas fronteiras históricas, o sistema capitalista sempre criou e manteve um exército industrial de reserva. O capitalismo moderno expandiu-se por todo o mundo, e o mesmo acontece com o seu exército industrial de reserva. As massas famintas do Terceiro Mundo, a importação e subsequente expulsão de “trabalhadores imigrados” pelos países industrializados e a fuga do capital para as regiões onde são baixos os salários são simplesmente manifestações desse fato.

Se o conceito de EIR remete a esse contingente de trabalhadores vinculados diretamente à exploração capitalista, algumas modalidades de atividades ligadas à sobrevivência e às formas de trabalho não capitalistas foram associadas à noção de lumpemproletariado. Esse termo, como expressão de certos grupos pouco organizados e marcados por atividades desvinculadas diretamente da exploração capitalista, aparece pela primeira vez no trabalho de Karl Marx [1852] (1969) O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte. Nessa obra, faz menção ao lumpemproletariado para traduzir um agregado sem definição e frágil, que reunia:

Roués decadentes, de fortuna duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzaroni,, punguistas, trapaceiros, jogadores, alcoviteiros, donos de bordéis, carregadores, literati, tocadores de realejo, tropeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos – em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada atirada de ceca em meca que os franceses chamam La bohème (Marx, 1969, p. 70-71).



Tom Bottomore (2001, p. 223) adverte para o fato de que o principal significado da expressão lumpemproletariado não está tanto na referência a qualquer grupo social específico, mas antes na circunstância de ela fazer com que notemos o fato de que “em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista”, um grande número de pessoas pode separar-se de sua classe e vir a formar uma massa “desgovernada”, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários.

No caso da América Latina, a industrialização tardia iniciada em alguns países (principalmente os casos do Brasil, Argentina e México) cria diferentes experiências daquelas que viveram o conhecido “primeiro” mundo. O modelo fordista enfrentou várias dificuldades para ser adaptado, principalmente no tocante a mão de obra não qualificada da formação social latino-americana.

O fordismo latino-americano não garantia a estabilidade financeira das experiências fordistas do “primeiro mundo”, os sindicatos aqui foram historicamente menos combatentes e mais orgânicos aos governos (podemos pensar no caso Vargas no Brasil e Péron na Argentina). Observamos também que o nível de desemprego era muito maior e a exclusão dos trabalhadores em relação às fábricas era muito mais dramática, já que programas sociais de amparo ao desempregado aqui eram, na prática, mais fundados na solidariedade das comunidades do que em políticas governamentais.

É para explicar o desenvolvimento socioeconômico ocorrido na América Latina a partir do período de industrialização (anos 1930-40) que surge a teoria da dependência nos anos 1960. O foco da teoria era a compreensão da reprodução do sistema capitalista na periferia. Antes dessa interpretação, houve a teoria do desenvolvimento empenhada em encontrar explicações para as desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais.

Conforme Pedro Duarte e Edilson Gracioli (2007), o argumento fundamental da teoria do desenvolvimento, que marca esse período,



é o entendimento de que esse fenômeno fazia parte de um *continuum* evolutivo. Os países avançados se encontrariam nos estratos superiores desse *continuum*, que se caracterizava pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo e incorporação dos trabalhadores a esse processo, de forma que o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu seria um fenômeno de ordem geral, pelo qual os países que se esforçassem para reunir as condições adequadas para tal deveriam passar. Enquanto isso, as nações atrasadas se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização. Em contraste a essa teoria, as teorias da dependência nascem com o insucesso da teoria do desenvolvimento, evidenciando a necessidade de novas formulações e críticas aos pressupostos da anterior:

mesmo com todo o esforço teórico e metodológico na tentativa de se criar um novo modelo na América Latina, no início da década de 1960 a Teoria Desenvolvimentista começa a perder sua força devido à incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias. Mesmo os países latino-americanos que apresentavam taxas de crescimento bastante elevadas, estavam limitados pela sua dependência econômica e política à economia internacional. Seu crescimento econômico parecia fadado a acumular miséria e uma péssima distribuição de renda (Duarte e Graciolli, 2007, p. 03).

Hayda Alves e Sarah Escorel (2012, p. 101) notaram que a literatura recente que emprega o termo marginalidade não remete à produção acadêmica latino-americana do final da década de 1960. Essa última refletia, a partir de uma orientação marxista, sobre o cenário de pauperização gerado pela modernização do processo produtivo capitalista em países periféricos, marcada pela precarização do trabalho e a formação de grandes contingentes de exército industrial de reserva. Foi o contexto em que a categoria marginalidade entrou na agenda dos estudos sociológicos latino-americanos a partir de três dimensões: “físico-eco-



lógico”, centrada na questão da precariedade habitacional e nas condições socioeconômicas e culturais que caracterizavam as populações residentes em áreas de pobreza; sociocultural-funcionalista, que parte da premissa da integração social como expressão da dualidade da estrutura social (marginal/integrado); e histórico-estrutural, que interpretava a questão da marginalidade sob o prisma das relações sociais de produção, dada a inserção marginal dos trabalhadores no processo produtivo, evidenciado pelo crescimento do desemprego e da subocupação.

Consoante Alexis Córtes (2018, p. 65), o debate sobre o conceito de marginalidade emerge na América Latina nos anos 1950 quando tem início o processo de erosão do otimismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) “em relação às virtudes que prometia a industrialização, mediante a substituição de importações”. Para essa comissão a divisão mundial entre centro-periferia “poderia ser superada mediante um processo de “crescimento para dentro” industrializante, pela substituição de importações e pelo abandono da estratégia de crescimento sustentada na exportação de matérias-primas”.

Para Aníbal Quijano (1970, p. 156)

Parecería, pues, que el concepto de “mano de obra marginada” no añade nada a nuestro conocimiento, y que el de “ejército industrial de reserva” es suficiente para dar cuenta de los sectores actuales de la mano de obra que no tienen cabida en el “ejército obrero enactivo” de la economía capitalista de hoy. Esta es, justamente, la posición de algunos investigadores en la discusión reciente sobre el tema de la “marginalidad”.

José Nun (2001) aponta que uma das questões que promoveram esses estudos orbitava em torno da necessidade de entender a relação entre o processo de acumulação capitalista e os fenômenos da pobreza e da desigualdade social, em contraste com as tendências interpretativas da “cultura da pobreza” da escola de Chicago, que remetia aos pobres as razões por sua condição, assim como destacar a disfuncionalidade



da população excedente ao capitalismo e os mecanismos de segregação ligado a um passado histórico marcado pela escravidão e colonização.

Ana Maiolino e Deise Mancebo (2005, p. 26) endossam essa interpretação ao apontarem que toda essa discussão dos anos 1970, vinculada às análises do fenômeno da marginalidade, ativeram-se à avaliação das formas de inserção dos trabalhadores no modo produtivo capitalista periférico e no próprio entendimento da forma de desenvolvimento desta modalidade de capitalismo. O esforço central de suas análises era compreender a marginalidade no âmbito da estrutura do capitalismo, diminuindo, até certo ponto, a importância das análises que identificavam o centro do problema pelo viés da integração ou não integração em seus aspectos psíquicos e sociais ou mesmo “na avaliação da produção da pobreza e dos poderes de consumo desta ou daquela parcela das populações”.

Conforme Rubem Oliven (2021, p. 37) a preocupação com a marginalidade urbana na América Latina emergiu depois da Segunda Guerra Mundial quando núcleos de populações, vivendo em condições precárias e geralmente ocupando solos ilegalmente, começaram a aparecer na periferia da maior parte das grandes cidades. Boa parte dos autores filiados a essa perspectiva pressupunha que o padrão de incorporação dos países latino-americanos ao mercado internacional os tornava cronicamente incapazes de gerar uma real demanda de força de trabalho. A dependência seria, assim, a causa da marginalização de vastos setores da população urbana, no sentido de que eles não são incorporados ao mercado formal de trabalho.

O cientista social argentino José Nun (1936-2021) foi um dos primeiros intelectuais a pensar as diferenças no desenvolvimento do capitalismo latino-americano. De acordo com Hayda Alves e Sarar Escorel (2012, p. 103), ele foi um destacado representante do “pensamento histórico-estrutural nos estudos sobre marginalidade e pioneiro ao tratar o tema como um conceito relativo ao lugar ocupado por determinados grupos sociais na esfera produtiva”. A partir da crítica de cunho marxista, apon-



tou a formação de uma “subclasse” dentro do proletariado latino-americano composta pelo exército industrial de reserva, pela superpopulação relativa e pelo contingente afuncional ou disfuncional do EIR.

Primeiramente, José Nun percebe um erro cometido por Paul Sweezy – uma das maiores autoridades dos estudos d’O Capital de Marx na época – ao relacionar a noção em Marx de “superpopulação relativa” como um sinônimo de “exército industrial de reserva”. Para Nun (2001), o primeiro termo engloba o segundo, isto quer dizer que a superpopulação relativa não se reduz necessariamente em trabalhadores desempregados que possam manter as reivindicações de trabalhadores empregados em cheque; justamente porque Nun percebe no caso latino-americano um grupo relevante de pessoas à margem da fábrica que não pode ser considerado como “trabalhadores na reserva” – estas pessoas não têm qualificação suficiente, nem condições (sejam elas físicas, mentais, etc.) de exercer o trabalho requerido nas fábricas, ao mesmo tempo em que essas massas estão situadas na cidade e não no campo. Essas pessoas, argumenta Nun, são frutos do processo de desenvolvimento do capital nesses países, mas não servem um propósito específico, seriam uma massa “afuncional” para o sistema, ao passo em que os trabalhadores do exército industrial de reserva seriam “funcionais” para o processo metabólico e conflitante entre capital e trabalho. Esses sujeitos afuncionais da superpopulação relativa são chamados por José Nun de “massa marginal”, “trabalhadores marginais” e/ou “marginalidade”.

É interessante, no entanto, lembrar que esses termos não indicam uma condição de conflito com a lei ou alguma tentativa de diminuir esse grupo de maneira moral, trata-se somente de uma classificação que evitaria, segundo o sociólogo argentino, a infeliz fusão entre duas categorias distintas e, mais importante, constituiria bases para compreender as particularidades do sistema capitalista dentro dos países que tiverem processos históricos e culturais distintos, principalmente no caso do problema da terra e da herança escravagista que esses países experienciaram durante séculos.



Seguindo essa lógica, José Nun também se atenta para a diferenciação em Marx de “modo de produção” e “formação econômica-social”: o primeiro é um conceito que, embora importante, nada mais é do que uma reflexão abstrata e genérica de inúmeras características que compõem uma totalidade, mas que não consegue explicar as particularidades de distintos processos reais. Por exemplo, podemos afirmar que o capitalismo é o modo de produção dominante no planeta Terra, mas não podemos explicar somente pelas características em comum que esse sistema socioeconômico detém em todas as partes do globo. A ideia de formação econômica-social está fundada justamente na particularidade contida no universal, mas que é necessária para o entendimento do processo concreto de desenvolvimento capitalista e ter consciência dos diferentes contextos que levaram a outros tipos de desenvolvimento que, ainda que capitalista, geraram aqui problemas distintos que os da Europa Ocidental e Estados Unidos.

Por essa razão, José Nun (1972) aponta dois processos principais na América Latina que resultaram em uma, segundo ele, “distorção” do processo original que se deu na Inglaterra, por exemplo: (1) a escravidão é tida como responsável por afetar diretamente no processo de atraso da mão de obra nesses países em frente aos países “do centro”, ou seja, enquanto as revoluções liberais na Europa acabaram por eliminar a maior parte do mundo tradicional e impor uma ordem burguesa distinta da aristocracia, aqui houve uma fusão entre a aristocracia da terra e a burguesia ascendente, assim o grande dono de terra escravocrata aqui também se transformou em burguês; (2) ligada à primeira razão, a reforma agrária foi um acontecimento possibilitado tanto pelas revoluções na Europa e a guerra civil nos EUA, garantindo uma divisão mais razoável de terras e promovendo a atividade do pequeno produtor rural, já em nosso caso o sistema capitalista conviveu, até certo ponto, com o sistema escravocrata e, ainda que abolido oficialmente, a escravidão continuaria uma prática nos estados latino-americanos ainda décadas depois.



Iniciado os respectivos processos de industrialização tardia, uma considerável parte dos ex-escravizados continuariam incapacitados de serem absorvidos pela indústria, já que não possuíam uma qualificação para trabalhar nesses locais e também não disponham de pequenas terras para plantar, continuado o problema do latifúndio que perdura até os dias atuais. Essa parte da população (virtualmente negra) manteve-se no ambiente urbano, mas numa condição de total precariedade, ou seja, um grupo de pessoas que não servia como massas funcionais para o sistema capitalista, sendo assim chamada de massa marginal ou de marginalidade.

Reiteramos, então, a importância dos estudos de marginalidade que, embora datados tanto pelo tempo como pelas novas transformações do mundo do trabalho, servem não só como um ponto histórico para nos debruçarmos sobre as origens dos estudos do trabalho em nosso continente, mas também como uma chave para que possamos acompanhar o movimento das transformações de lá até os dias de hoje – em outras palavras – como podemos observar a mudança do paradigma fordista para o pós-fordista, da dominância do capitalismo produtivo para o capitalismo financeiro e do protagonismo atual do setor de serviços sem que percamos de vista onde tudo se originou, ao menos nos marcos da sociedade industrial.

Outro significativo autor que compõe o cenário dos estudos sobre a marginalidade no mundo do trabalho latino-americano é sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018). Conforme Hayda Alves e Sarah Escorel (2012, p. 102), partindo do conceito de massa marginal de José Nun, Aníbal Quijano contribuiu

para o debate sobre “informalidade” no trabalho, ao definir como “polo marginal” o conjunto de ocupações ou atividades estabelecidas geralmente em torno do uso de recursos residuais, ou desligadas da produção, de caráter disfuncional ao sistema de acumulação capitalista.



Para Aníbal Quijano (2014, p. 126) a formação econômico-social – a configuração historicamente determinada de relações de produção e de poder social e político – existente na América Latina se caracteriza por articular níveis muito distintos de desenvolvimento e por combinar elementos que correspondem a instâncias históricas distintas. O desenvolvimento do sistema global neste continente, desde o século XVI, assume formas específicas, determinadas pelos modos de articulação subordinada que assumem um caráter de dependente.

Como resultado de esas determinaciones históricas, la estructura global de relaciones de producción y de poder político-social en América Latina, se configura permanentemente de modo precario y extremadamente inconsistente, no solamente en el nivel de la totalidad, sino en cada una de sus dimensiones analíticamente diferenciables, y es en consecuencia sometida a presiones y requerimientos que se combinan y se contraponen al mismo tiempo, moviéndose en su conjunto bajo la hegemonía de sus núcleos estructurales dominantes (Quijano, 2014, p. 130).

A persistência de formas consideradas arcaicas e sem relações diretas com a exploração capitalista neste continente era um fenômeno que estava presente no cotidiano das experiências dessas sociedades. Sem dúvida, indica Aníbal Quijano (2014, p. 139), em todos os períodos da história da América Latina, e em geral nas sociedades capitalistas, essas formas sempre existiram na atividade econômica, despojadas de toda relação significativa com a mídia básica de produção das modalidades e setores dominante da economia. No entanto, é só no período atual que elas tendem a se expandir e se diferenciar como um nível ou estrato da economia que passa por todo o corpo da estrutura econômica, isso é o que torna uma parte crescente de cada um de seus setores substantivos. Nesse sentido, esse nível - o mais deprimido - da atividade econômica é um produto das novas condições em que se processa a articulação da estrutura econômica latino-americana, e não uma mera sobrevivência.



Por elcontrario, en el fenómeno que tratamos de explorar el elemento definitorio es justamente la falta de acceso estable a los recursos básicos de producción que sirven a los niveles dominantes de cada uno de los sectores económicos, en cuyas condiciones las ocupaciones y mecanismos de su organización sólo pueden operar sobre recursos residuales, de un lado, y actividades residuales, en su mayor parte. Por estas razones, aquí se propone el concepto de “polo marginal” de la economía para caracterizar este nivel nuevo de la actividad económica latinoamericana, producto de los cambios recientes en el modo de articulación de ésta a partir delinjerito de nuevas modalidades y medios de producción, y en curso de expansión y de diferenciación (Quijano, 2014, p. 140).

O conceito sugerido por Quijano (2012, p. 140) tem o mérito, como ele próprio ressalta, de circunscrever os tipos de relações que essas ocupações e mecanismos de organização têm com os meios básicos de produção, sua articulação com o resto da estrutura e acima de tudo com seus níveis dominantes e o nível deprimido. Em relação ao primeiro, trata-se de relações segmentares e extremamente precárias com os meios básicos de produção controlados pelas modalidades e níveis da economia global. Para o segundo, são relações indiretas e segmentais de dominação com os mecanismos de organização inerentes a essas modalidades, que, ao mesmo tempo, engendram e subordinam o “polo marginal” aos seus interesses e, finalmente, trata-se do nível mais deprimido e mais dominado da estrutura econômica.

Assim, conforme Quijano (2014, p. 162), o “polo marginal” da economia e “mão do trabalho marginalizado” são fenômenos essencialmente interdependentes, frutos da lógica histórica central que atua sobre as tendências do capitalismo predominante.

No âmbito brasileiro, o sociólogo Lúcio Kowarick (1938-2020) se destaca dentre os representantes dos estudos sobre os efeitos da dependência na experiência latino-americana, em específico no mundo do trabalho, a partir das teorias da marginalidade que extrapolavam as coordenadas oferecidas pela escola de Chicago. Para esse autor, o fenô-



meno do desemprego deveria ser circunscrito objetivamente em função da mensuração das modalidades de inserção dos agentes na estrutura produtiva. Nesse caso, assim como dos precedentes, a marginalidade é explicada como produto do processo de acumulação do capital e seus desdobramentos em sociedades com herança colonial.

Consoante a Ana Maiolino e Deise Mancebo (2005), a questão posta por esse pesquisador sobre o conceito de marginalidade girava em torno de sua falta de clareza conceitual e analítica. Ele percebeu que havia acolhido uma variedade de situações e problemas vivenciados pela população pobre à margem das sociedades urbano-industriais. Defendia a utilização do termo na perspectiva do estruturalismo histórico, de modo a especificar as formas de inserção ou não dos trabalhadores no processo produtivo capitalista.

Parece possível dizer que na medida em que existe um processo de causalidade entre o modo de acumulação capitalista e a marginalidade, e na medida em que a dependência, no seu caráter antigo e novo, constitui a pedra de toque para compreender a formação e a expansão do capitalismo latino-americano, o processo de marginalização toma corpo e adquire significado analisado à luz das interpretações que se articulam tendo como referências esse conjunto de teorias (Kowarick, 1985, p. 79).

Conforme o Lúcio Kowarick (1985) é uma exigência do capitalismo a coexistência de setores não capitalistas dentro de sua economia. O capitalismo característico da América Latina é marcado pela situação de dependência. A forma como o capital estrangeiro monopolista foi introduzida nos países latino-americanos teve reflexo na inserção da mão de obra na estrutura produtiva. Fez com que uma grande parte da força de trabalho fosse absorvida pelo capital e suas modalidades de exploração e a outra fosse excluída desse universo. Tipificada como marginal, a parcela da população que ingressava em novas formas de produção que não eram tipicamente capitalistas ou nas formas tradicionais era o objeto de reflexão desse autor. A marginalidade emerge, assim, dentro



do próprio sistema capitalista que cria e recria relações de produção, de caráter novo e antigo, necessárias à reprodução desse sistema.

Segundo Kowarick (1985, p. 83):

A oposição entre trabalhadores marginais e assalariados nada tem a ver com a suposta dualidade que confronta duas formas produtivas estanques, uma dinâmica e outra que constituiria um “peso morto” no processo de geração de riquezas (...) trata-se de uma lógica estrutural de tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir, recria as modalidades produtivas “arcaicas” (principalmente o artesanato e a indústria a domicílio), criando também novas formas tradicionais na divisão social do trabalho (notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados aos serviços de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, empregos domésticos, bem como um conjunto variado de atividades mal definidas cujo executor pode ser designado de tarefeiro). Estes tipos de trabalho não são apenas constantemente fecundados pelo sistema capitalista como também estão a ele estruturalmente articulados.

É importante ressaltar que o autor sempre destaca que ambos os segmentos fazem parte da classe trabalhadora, diferenciando-se apenas na forma de exploração que o capital lhe impõe. Não só dos trabalhadores fabris ou ligados a atividades assalariadas, mas também, e isto é importante, daqueles elementos excluídos do processo de exploração direta do capital sobre o trabalhador. Estes, os desempregados, os excluídos do processo produtivo capitalista, perfilam aquilo que Karl Marx (2013) já havia traduzido por exército industrial de reserva.

Os conceitos de marginalidade e trabalhador marginal utilizados como referências para pensar a situação da classe trabalhadora urbana da periferia do capitalismo negligenciam variáveis como “nível de vida” ou “grupos marginais”. Segundo ele, não está em pauta uma escala da estratificação em que renda, prestígio e educação hierarquizam os in-



divíduos em camadas sociais, mas, sim, a teoria das classes sociais e de como no seio da classe trabalhadora se configuram as formas de inserção nas estruturas produtivas. (Kowarick, 1985, p. 84).

Lúcio Kowarick (1985, p. 34) introduz as categorias mercado formal e mercado informal para explicar a distinção interna da classe trabalhadora entre os chamados trabalhadores estáveis e os marginais, ou seja, aqueles que são trabalhadores, fazem parte da classe, mas não estão necessariamente ligados a relações assalariadas de trabalho. Para ele “a marginalidade é fruto da própria lógica do processo de acumulação capitalista, e não pode ser analisada como um mero desajuste deste processo”.

Subemprego, informalidade e precariado

Nos âmbitos brasileiro e latino-americano, como vimos, marcados por modalidades singulares de consolidação do capitalismo e industrialização, a existência de modalidades de trabalho e de relações específicas de inserção no âmbito da economia capitalista geraram um conjunto de reflexões e pesquisas sobre esse fenômeno.

Durante a década de 1970, os estudos operados por sociólogos, antropólogos e economistas sobre os trabalhadores não assalariados começam a lançar mão de uma nova terminologia. Subemprego e informalidade começam a coexistir com as construções conceituais construídas na década anterior para explicar esses fenômenos.

No âmbito internacional, a emergência do uso da nomenclatura setor informal tem sido usualmente associada ao estudo encabeçado pelo antropólogo britânico Keith Hart sobre a situação do subproletariado em Gana. Nesse estudo, Hart (1973) descreve um grande dilema encontrado na experiência de industrialização ganense – basicamente metade da população economicamente ativa estava fora de uma relação assalariada formal marcada nos moldes do fordismo. Além disso, mesmo parte da população considerada formal necessitava realizar



uma dupla jornada de trabalho (ou ter dois empregos distintos) para que pudesse ter o suficiente para poder sobreviver, dado os problemas de inflação e de escassez de mercadorias que o país enfrentava durante aquela década.

Enquanto uma parte dos trabalhadores formais em situação precária realizava cargas de trabalho análogas àquelas da Inglaterra no Século XIX, a outra parte da população realizava atividades (principalmente) de serviços prestados para os que estavam no mercado formal ou na burocracia estatal, garantindo uma maneira de realizar um fluxo de capital entre a população ganense, fosse por trabalhos legais (como serviços de transporte, jardinagem, aulas particulares), fosse ilegais (prostituição, mercado de apostas, tráfico, etc.).

Dessa maneira, Hart observa, de forma análoga aos teóricos latino-americanos, que a dinâmica de setor da economia não era mero apêndice do setor industrial formal, mas uma esfera de trabalho nascida em parte das contradições que o modelo capitalista impunha nos países periféricos e da necessidade que uma grande fração da população desse país tinha para garantir a própria sobrevivência. Nasce assim o que se convencionou chamar de mercado informal, no qual o subproletariado (agora um trabalhador informal) passaria a desenvolver suas atividades, fora da esfera da produção até então dominante no mundo capitalista.

A sugestão de que a pesquisa de Keith Hart é um marco para pensar o surgimento do uso dessa terminologia para traduzir os fenômenos observados pelos estudos da década anterior é endossada por Fernando Rabossi (2019, p. 798):

Publicado en 1973, el trabajo señalado como el primero en desarrollar la idea de informalidad, fue presentado por Keith Hart en septiembre de 1971, en una conferencia sobre desempleo urbano en África. El mismo se desprende de la investigación del autor sobre un grupo del norte de Ghana, los Frafra, algunos de los cuales habían migrado a las ciudades del sur del país. El trabajo describe y analiza las estrategias de generación de ingresos de los inmi-



grantes en Accra, especialmente en el distrito de Nima, donde realizó parte importante de su trabajo de campo. Como los salarios no alcanzaban, las personas recurrían a diversas alternativas como crédito de familiares y de amigos, duplicación del trabajo asalariado, y diversos medios “informales” para incrementar los ingresos. Es precisamente este último mundo de actividades económicas, fuera de la “fuerza de trabajo organizada”, que constituye el centro del artículo.

A análise de Maritzel Coelho (1997) remete à mesma referência. Comentando o relatório da OIT de 1973, desenvolvido por Keith Hart, a autora coloca que esse estudo percebeu que uma parcela da população, composta por indivíduos analfabetos e desqualificados, era obrigada a desempenhar qualquer tipo de atividade porque não encontrava espaço nas atividades tradicionais. Segundo ela, “o primeiro grande aporte desse relatório foi ter identificado novas formas de produção, diferentes das tradicionais. O nome dado a elas foi atividades informais. (...) aponta como principal diferença entre o setor formal e informal a existência de trabalho assalariado e trabalho autônomo, respectivamente” (Coelho, 1997, p. 359).

Embora o trabalho de Keith Hart não apresente nada de substancialmente novo no que diz respeito aos debates sobre os trabalhadores marginais da década precedente, a recepção de seu debate pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi importante para alçar esse conceito a um lugar de destaque no âmbito dos estudos sobre o trabalho. Para Fernando Rabossi (2019, p. 801) essa instituição muda a ênfase de suas orientações ao fim da década de 1960, migrando da opção estática de que o crescimento industrial absorveria essas modalidades de trabalho para o plano da geração de emprego e renda. É nesse contexto que será ressaltado de maneira positiva o setor informal.

Será rescatando la eficiencia, el carácter innovador y la resistencia del mismo. Destaca la falta de reconocimiento gubernamental – a veces su clara hostilidad hacia el sector –, y coloca la nece-



alidad de incorporar dicho sector dentro del cuadro y de cualquier estrategia de desarrollo.

A emergência do uso da noção de informalidade no contexto latino-americano, “paralelo e convergente com a de Keith Hart”, é a do sociólogo brasileiro Luiz Machado da Silva. Conforme a indicação de Fernando Rabossi (2019, p. 808):

encontramos en la tesis de maestría de Luiz Antonio Machado da Silva (1971), Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade, con fecha de mayo de 1971 y defendida en el Programa de Postgrado en Antropología Social del Museo Nacional (Universidad Federal de Rio de Janeiro) bajo la dirección de Roger B. Walter. Em ella, Machado da Silva analiza el mercado de trabajo de las metrópolis brasileñas a la luz de los subsistemas denominados “mercado formal” y “mercado no-formalizado”. La dicotomía formal/informal presentada por el autor, nos coloca en el mismo terreno sobre el que desarrolla sus ideas Keith Hart: la discusión sobre empleo y su relación con el marco jurídico-institucional de los universos sociales analizados. Y así, como en Hart, el abordaje etnográfico que permite presentar un universo diversificado de trabajos no-formalizados entre los sectores populares urbanos también ilumina, de acuerdo con Mariana Cavalcanti, como “lo formal y lo informal se conectan y combinan en lo cotidiano.

Os estudos de Salm e O’Brien (1970) expuseram a leitura de desemprego dentro da ótica econômica Keynesiana. Nesse sentido, o desemprego era uma constante em qualquer sistema econômico, existindo até mesmo em uma economia de “pleno emprego”. Mesmo o mercado estando em equilíbrio o desemprego não desaparece. Logo, o problema do desemprego é visto como algo que exige a intervenção do Estado para amenizar suas consequências negativas.

A categoria emprego foi entendida em associação à noção de produtividade no setor capitalista, entendida a partir das exigências da



produtividade do sistema capitalista. As categorias subemprego e desemprego são utilizadas para caracterizar a mão de obra excedente do setor tradicional. Podemos notar que as situações de desemprego e subemprego estão referidas ao setor não vinculado formalmente em relações de trabalho, apontando para o que mais tarde será entendido como setor informal.

Uma outra abordagem, a do economista Paulo Renato de Souza (1978), preocupou-se em identificar a existência de diferentes formas de organização da produção, e a partir de então considerá-las como elemento-chave para o entendimento da questão do emprego. A sua tese é a de que a mão de obra sobrando se insere em formas não capitalista de organização da produção. Essas modalidades “de emprego não tipicamente capitalistas ou no setor informal da economia” (p. 11) se relacionam com as formas capitalistas através da subordinação, sendo a expansão das atividades capitalistas a determinante da existência das formas mais simples, sem, contudo, destruí-las.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) é um bom termômetro para acompanharmos a recepção das terminologias e conceitos debatidos ao longo da década de 1960 e 2000 sobre as especificidades das relações de trabalho no contexto latino-americano e as formas de sua mensuração. No início da década de 1980 o IBGE publica um trabalho que incorpora as terminologias subemprego e trabalhadores por conta própria. Denominado “Emprego, subemprego e desemprego” (1981), este estudo fez uma breve revisão da literatura produzida por economistas e sociólogos e indicou como os debates em torno da classificação das modalidades de trabalhos contribuíam para os Censos e as Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (PNAD) promovidos pelo referido órgão. Amparado nos debates acerca da natureza desse trabalho, as conclusões do estudo indicaram que:

As “categorias ocupacionais” - ou melhor, o que se denomina na PNAD e no Censo, a variável “posição na ocupação” – “empregador”, “empregado”, “trabalhador por conta própria” e “membros



da família sem remuneração” que, como vimos, são variáveis fundamentais nas análises empíricas dos autores, merecem uma atenção especial por parte dos técnicos que elaboram as pesquisas oficiais. Especificamente a categoria “trabalhador por conta própria”, dada a importância para a análise das formas de organização não-capitalistas, requer um estudo mais detalhado que elucide sua complexidade em termos das relações de trabalho que envolve. Tal estudo deve reverter em maior elaboração dos conceitos que informam a coleta de dados, assim como no aprimoramento das variáveis importantes para a análise da força de trabalho.

A partir da década de 1990 o IBGE investigou de forma mais incisiva esse universo que caracterizou como sendo o setor informal. Os títulos dos levantamentos Economia Informal Urbana (ECINF), realizados em 1997 e em 2003, e seus objetivos atestam isso: “visa a captar informações que permitam conhecer o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira, procurando identificar os indivíduos que sejam proprietários de negócios informais em pelo menos uma situação de trabalho, e através deles investigar as características de funcionamento dos negócios” (IBGE, 1997, p. XX).

Nesse momento a denominação de setor informal da economia já é uma terminologia amplamente utilizada para caracterizar o que outrora era tido como trabalho marginal e subemprego. Vários estudos de caráter sociológicos produzidos entre as décadas de 1980 e 2000 – Inaiá Carvalho (1980, 2002), Roberto Mota (1980), Clóvis Cavalcanti (1983), Myrtes Macedo (1995), Maritzel Fuentes (1997), Maria Alberto (1998), Manoel Malaguti (2001), Ivan Barbosa (2002), dentre tantos outros – recebem essa noção de informalidade para traduzir esse contingente de trabalhadores às margens do trabalho assalariado.

A título de exemplo, tomemos a pesquisa de Manoel Malaguti (2001) intitulada “Crítica à razão informal. A imaterialidade do salarizado”. Relacionando o desenvolvimento do setor informal a partir dos elementos excludentes ligados ao capitalismo e às propostas políticas neoliberais implementadas com o Plano Real do período Fer-



nando Henrique Cardoso, aponta que o ingresso no mercado informal estaria associado à expulsão dos trabalhadores do setor formal, cujo subterfúgio da sobrevivência é encontrado tanto no mundo da informalidade como nas transações ilícitas, da pequena marginalidade e do crime. O resultado de seu trabalho indicou que a informalidade representa tanto um trabalho, uma “forma de ganhar a vida” para uma imensa população excluída do mercado de trabalho, como uma “solução ilusória”. Ela representa uma “degradação dos rendimentos do trabalho”, uma vez que ele atesta que os rendimentos oriundos do setor informal são, geralmente, bem inferiores ao rendimento dos trabalhadores do setor formal. De acordo com ele: “constata-se hoje, corriqueiramente que a informalidade não é um celeiro de empreendedores, de pessoas ativas e enérgicas, mas sim o refúgio dos sem-opção” (Malaguti, 2001, p. 68).

O conceito de setor informal, muito vinculado à OIT e suas orientações para a mensuração de certos tipos de trabalho, neste caso específico o IBGE, entrou no vocabulário das pesquisas sobre o trabalho, mas não modificou o diagnóstico sobre as razões dessas formas de trabalho e a sua natureza vinculada à instabilidade, à baixa remuneração, à incerteza, à insuficiência e às dimensões que as pesquisas já apresentadas sobre os trabalhadores marginais e informais também indicavam pelo termo de precário.

Com as mudanças operadas no cenário do mundo do trabalho, amplamente vinculadas aos efeitos das novas tecnologias e marcadas pela emergência de relações de trabalho mais instáveis e menos formais, a emergência de novas formulações conceituais alargaram os horizontes da sociologia em relação ao entendimento dos efeitos dessas mudanças nas vidas das pessoas. O trabalho de Vinicius Fernandes (2020, p. 126) sobre a emergência do precariado como conceito sociológico indica que este termo surgiu a partir da demanda das ciências sociais por “conferir interpretações alternativas para o cenário de metamorfoses da classe trabalhadora, que tomou caráter acentuadamente heterogêneo e mul-



tifacetado, especialmente a partir da década de 1980”. Sem entrar nos meandros do rastreamento dos usos dessa noção, é importante apresentar os contornos centrais desse conceito e como eles ampliam os debates da sociologia do trabalho sobre os efeitos das relações de trabalho na experiência dos trabalhadores.

Os recentes debates sobre trabalho e precariedade adentram finalmente o mundo do Século XXI. Neste, o campo digital e as novas formas de ocupações já não podem mais serem tangenciadas como menores fenômenos de um processo de reprodução do capital – muito pelo contrário – cada vez mais tais formas estão a remodelar a visão de mundo que se tem sobre o que é trabalhar, com o que se deve trabalhar ou onde trabalhar. Nesse panorama, essas novas ocupações remetem a certos ecos do passado, não seriam, por exemplo, as novas formas dos trabalhos ditos “uberizados” uma velha tendência à sujeição do trabalho frente ao capital?

Alguns autores que analisam o novo momento de precarização do trabalho como Guy Standing contrariam tal tese. Para Standing (2014), estamos observando o nascimento de uma nova classe social que ele denomina de precariado. Essa nova camada social advém das transformações geradas no capitalismo desde a década de 1970, isto é, desde o início das políticas econômicas de cunho neoliberal, acopladas a uma forma de regulação flexível que rompera com antigos dogmas da administração fordista. Assim, essa recente população se encontrava num mundo cada vez mais destituído de direitos, com pouca ou nenhuma chance de estabilidade financeira, relegando a população mundial ao progressivo uso de formas de crédito e consequentemente a propagação de uma condição de endividamento de grande parte do novo sujeito, isto é, o precariado.

Essa nova classe não seria parte do proletariado industrial, segundo Standing, por estar numa relação muito mais vulnerável ao antigo proletariado; os últimos teriam uma relação salarial baseada em direitos garantidos, organização sindical e também uma forma distinta de



trabalho, já que estes estavam ainda inseridos, no geral, no paradigma do capital produtivo industrial, enquanto o precariado se situaria, pelo espírito do próprio tempo, no campo dos serviços.

Por outro lado, vemos que Alves (2013) e Braga (2014) contestam veementemente a tese standiana em vários pontos: (1) as experiências fordistas nos países do centro do capitalismo tiveram um sucesso moderado em garantir estabilidade para uma parte de sua classe trabalhadora, no entanto, muitos ainda ficaram fora dessas benesses (trabalhadores autônomos, estagiários, terceirizados), sem contar a massa desempregada fora da relação salarial, que nunca fora abolida nem nos *welfare states*; (2) ao tomar a Inglaterra e certos países da Europa Ocidental como exemplos de formação universal do que é ou não é proletariado deixou um grave problema a ser resolvido – se o proletariado só existiu sob as condições standianas, então nunca existiu proletariado fora do “primeiro mundo”, já que o processo do fordismo periférico em partes como a América Latina e o Sudeste Asiático gerou uma massa de trabalhadores assalariados precarizados, os quais não gozavam das mesmas conquistas que suas contrapartes europeias (e estadunidenses) garantiram, em maior ou menor nível; (3) a incapacidade de Standing analisar o conceito de proletariado sem uma visão geral do capitalismo como modo de produção, Alves (2013) chega a sugerir que essa herança vem de uma visão não só eurocêntrica, mas também idealizada do capitalismo em sua era “social-democrática”, como se as garantias do fordismo fossem um caminho natural e o período neoliberal um “desvio” no modo de produção capitalista e não mais sua nova etapa.

Todavia, Alves (2013) toma distância de Braga (2014) quanto à questão da particularidade do precariado, ou seja, se para ambos o precariado não só faz parte, mas também é uma nova forma de reprodução social no capitalismo, Giovanni Alves toma este termo para designar uma certa camada do processo de precarização atual, ao passo que Ruy Braga toma o termo para sua totalidade. Para Alves, o precariado (ao menos no caso brasileiro) é a camada urbana média da classe trabalha-



dora jovem adulta que, ao se preparar para o mercado como uma mão de obra altamente qualificada, encontra postos de trabalho que são largamente inferiores às suas capacidades e suas aspirações de vida.

Em linhas gerais, o precariado pode ser visto em parte como o jovem recém-formado de uma universidade que se encontra num mundo mais competitivo e mais precário, o levando a não conseguir emprego em sua área qualificada, mas em ocupações que, na maioria dos casos, carecem de direitos e de perspectivas de futuro. Jovens engenheiros que viram uber, bacharéis em direito que vão pro YouTube, administradores que tentam a vida no campo do *streaming*, pedagogos que não têm alternativa a não ser fazer uma pequena loja virtual de alimentos para vender no iFood, estudantes universitários que acabam se tornando entregadores de aplicativo. Enfim, esse é o fluxo de trabalho que mais podemos observar atualmente, tendo em comum suas incertezas, seus intensos horários de trabalho, sua conexão com o mundo digital (o uso de internet é essencial para todas essas atividades, de uma forma ou de outra), sua progressiva fusão da vida laboral e vida pessoal, já que muitos desses trabalhos podem ser feitos em casa ou delineados para a criação do horário pelo indivíduo, não mais pela empresa, entre outros problemas causados pela nova relação de “flexibilidade” do trabalho.

Nesse sentido, Alves entende o precariado como algo que remete ao eco do passado, ao contrário de Standing, mas não se trata de uma visão homogênea de precariedade do trabalho, como supostamente pretende Braga – o precariado em Alves nada mais é do que uma nova forma particular, calcada numa velha e totalizante estrutura econômica.

Considerações finais

Dois séculos depois das primeiras preocupações de Thomas Malthus, que sintetizaram as angústias e as perspectivas dos ingleses vivenciavam aquele momento, marcado pelo ludismo e outras formas mais



organizadas de lutas sociais, o cenário contemporâneo põe na agenda de nossos interesses aquelas mesmas preocupações.

Como articular avanços tecnológicos e empregos? Como articular empregos e direitos sociais? O olhar da sociologia do trabalho não tem como evitar o fenômeno de que o alcance do trabalho precário está além do horizonte dos estratos menos qualificados da classe trabalhadora. Essa é uma das razões objetivas da emergência da categoria de pensamento precariado no âmbito da sociologia do trabalho. Ela emerge no bojo da fratura da modalidade de trabalho que marcou os interesses desse campo do conhecimento.

Se a invisibilidade do trabalho escravo, do trabalho rural, do trabalho precário e dos trabalhadores marginais nos debates da sociologia do trabalho em escala mundial é um dado a ser explorado, o lugar da teoria da marginalidade no campo da sociologia do trabalho nos ajuda a ter algumas intuições sobre esse processo. A esse respeito são interessantes as sugestões de Sarah Escorel e Hayda Alves (2012, p. 204):

Provavelmente, a teoria da marginalidade também foi relegada pelos limites geográficos das análises latino-americanas, tanto em função de uma possível barreira linguística, quanto pelo desinteresse dos países centrais em discutir teorias acerca de um problema que os afligia em uma escala muito menor, ou apenas em caráter residual, diferentemente do caráter histórico da pobreza de massa nos países latino-americanos (Escorel e Alves, 2012, p. 104).

Um outro ponto importante para o debate teórico sobre a existências dessas modalidades de trabalho, já destacado por Ana Maiolino e Deise Mancebo (2005), remete ao fato de que os estudos operados na década de 1970 dizem respeito à estreita relação que o conceito de marginalidade acaba estabelecendo com a formulação marxiana do exército industrial de reserva.

Conforme Ronaldo Fortes (2018, p. 271):



Seja pela redução dos custos salariais, seja pela desregulamentação das leis trabalhistas, seja pela flexibilização do trabalho, ou ainda, pela oportunidade de escapar das pressões das leis trabalhistas e das organizações dos trabalhadores de seu próprio país, a opção de grandes corporações ainda se pauta em dois critérios decisivos: a necessidade da superpopulação relativa e a ofensiva contra a organização da classe trabalhadora.

Os recentes estudos desenvolvidos no Brasil indicam a pertinência do uso das noções estruturantes das leituras oferecidas pelos teóricos da marginalidade do trabalho na América Latina. Ao que parece, uma das variáveis que caracterizou a emergência dessa modalidade de trabalho marginal, e por que não dizer precário, neste continente está se apresentando nos países usualmente caracterizados como desenvolvidos: um crescente contingente de mão de obra não absorvido pelos postos tendencialmente decrescentes de trabalho disponíveis. A variável que atenua os países latino-americanos é o passado que é imposto como um fardo no sentido de contribuir ainda mais a favor da existência dessas modalidades de trabalho precárias.

A questão que nos parece estar no horizonte das pesquisas sobre o trabalho no contexto contemporâneo é a velha questão marxiana do exército industrial de reserva. O estudo de Pedro Duarte (2015) aponta para o fato de que o excedente de mão de obra no Brasil tem origem nos problemas decorrentes da transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Este acabou por determinar não apenas a dificuldade de integração do negro, mas também resultou na entrada maciça de imigrantes, compondo uma força de trabalho com excesso de oferta em relação à demanda dos setores produtivos. Quando da crise de 1929, que determinaria a expansão dos investimentos industriais, parte substancial da população migraria em direção à região economicamente dinâmica, compondo o mercado de trabalho urbano – que, nesses termos, já surgiria com excedente de mão de obra.

Em recentes estudos sobre os trabalhadores da Sulanca, Annahid Burnett (2013) parte da hipótese de que esse fenômeno produtivo-comer-



cial se desenvolveu a partir do trabalho dos agricultores das pequenas propriedades, situados no Agreste de Pernambuco, e pela massa marginal formada pelos retirantes integrantes do êxodo rural nordestino que se estabeleceu na década de 1950, na direção da região industrial de São Paulo, sob importante relação com a dinâmica socioeconômica da região do Agreste pernambucano, a tradicional prática das feiras livres. A premissa foi a de que a instituição da Feira da Sulanca se configurou no cenário do segundo momento do capitalismo dependente, este com centro em São Paulo, que contou como exército industrial de reserva com a mão de obra dos retirantes nordestinos. Portanto, essa configuração comercial produtiva guarda relação com a massa marginal criada a partir da realidade daquele momento específico do fordismo periférico e dos espaços que não foi capaz de ocupar.

A dimensão do debate conceitual apresentado ao longo do texto remete a uma das questões centrais a serem enfrentadas pelos estudos sociológicos sobre o mundo do trabalho no cenário contemporâneo. Remete ao fato de que a existência dessas modalidades de trabalho não são mais residuais e precisam ocupar a centralidade dos debates sobre os limites e alcances dos conceitos de classe social e os elementos teóricos e empíricos necessários à sua circunscrição.

A hipótese subliminarmente percorrida foi a de que os debates sobre lumpemproletariado, marginalidade, informalidade e, mais recentemente, acerca da noção de precariado representam momentos em que os interesses da sociologia do trabalho se voltavam para a compreensão dos trabalhadores circunscritos para além do universo assalariado urbano. Eles alargam o alcance do conceito de exército industrial de reserva e avançam na mensuração dessa condição. A noção de precariado apresentada a partir desses autores convergem para a compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo em seu formato atual tende a desemprego, a formas frágeis de relações de trabalho e impactos substanciais nas expectativas e esperanças dos trabalhadores. O texto tem a intenção de fornecer um panorama sumário do desenvolvimento da



teoria social e sua relação com o processo de circunscrição de mensuração dessas modalidades de trabalho e seus significados.

Por essa razão, permanecemos em uma clara posição de entender, a partir dos estudos de trabalho desenvolvidos na América Latina, o movimento real e atual dos desdobramentos do capitalismo no Brasil e no mundo; se é verdade que certos conceitos aplicados em outras realidades geográficas contêm particularidades que apenas convêm a história daquele lugar – ou da sua formação histórico-social (para parafrasear Nun) – sua universalidade pode ser entendida enquanto fluxo particular de uma totalidade economicamente estabelecida na realidade, em outras palavras, entendemos o fenômeno da precarização do trabalho como um ponto que perpassa os limites geográficos e culturais impostos por outras áreas da vida social e, sabendo respeitar a importância desses limites, nos propomos a desenvolver uma discussão que consiga abordar ambos os momentos; (1) o que é particular em cada experiência no contexto de formalidade e informalidade nos países do globo; (2) o que lhe deve ser atribuído universalmente, como fruto de certas práticas que se voltam para a produção de modos de vida orientados para uma determinada produção econômica da vida.

Referências bibliográficas

Alberto, Maria de Fátima Pereira. “O trabalho infantil no mercado informal de rua: primeiras considerações sobre o trabalho dos meninos em condição de rua”. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 1985.V. 14, n. 2, Jul/dez, 1998, p. 223-240.

Alves, Giovanni. O que é precariado? **Boitempo**, 2013 Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>.

Alves, Hayda e Escorel, Sarah. “Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria”. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 22 [1], 2012, p. 99-115.

Barbosa, Ivan. **Políticas públicas e informalidade na grande Aracaju**. Dissertação de Mestrado. PPGS/UFS, 2002.



Bottomore, Tom. “Lumpemproletariado”. In: Bottomore, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

Braga, Ruy. “Precariado e sindicalismo no Sul Global”. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Sul Global. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014. Burnett, Annahid. “O debate sobre Dependência, Marginalidade e Informalidade: para uma perspectiva de abordagem do Fenômeno Sulanca”. **Rev. Dig.**, Florianópolis, n. 9, 2013., p. 140-161

Carvalho, Inaiá Maria Moreira. “Brasil: reestruturação produtiva e condições sociais”. In: **CRH**; Salvador, Centro de Recursos Humanos/UFBa, 2002. p. 123-149.

Carvalho, Inaiá Maria Moreira. **Setor informal de Salvador: dimensões, natureza e significação**. Recife, SUDENE/FUNDAJ, Brasília, M.T., 1980.

Cavalcanti, Clóvis. **Viabilidade do setor informal: a demanda de serviços no grande Recife**. 2ª. edição Recife, Editora Massangana, SUDENE, 1983.

Coelho, Maritzel Rios Fuentes. “Setor Informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90?”. In: Carleial, Liana e Valle, Rogério (orgs) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec-Abet, 1997, p. 357-374.

Duarte, Pedro Henrique **Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil**. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. TESE, 2015.

Duarte, Pedro Henrique; Gracioli, Edilson. “A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina”. **Colóquio Internacional Marx/Engels, 5. Anais**. Campinas: Unicamp, 2007.

Fernandes, Florestan. **A integração dos negros na sociedade de classes: o legado da raça branca**. São Paulo, Globo, [1964]2008.

Fernandes, Vinicius Tomaz. “O precariado como problema sociológico”. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 1, jan-abr. 2020, p. 126-141.

Fortes, Ronaldo Vielmi. “Sobre o conceito de exército industrial de reserva: aspectos históricos e atualidade”. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, jul./dez. 2018, p. 256-273.

Galeano; Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983.

Galveas, Ernani. Apresentação. In: Malthus, Thomas. **Ensaio sobre a população**. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.



IBGE. **Emprego, Subemprego e Desemprego**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Rio de Janeiro, 1981.

IBGE. **Economia Informal Urbana**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. **Economia Informal Urbana**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro. Série Relatórios Metodológicos, 2006.

Kowarick, Lucio. **Capitalismo e marginalidade urbana na América Latina**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Kowarick, Lucio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

Macedo, Myrtes de Aguiar. **Trabalho Informal e política de Inserção: uma relação em debate**. In: Revista de Políticas Públicas/UFMA, Unidade de Pós-graduação em Ciências Sociais; programa de pós-graduação em Políticas Públicas. V. 1, N. 1, São Luis: EDUFMA, 1995.

Maiolino, Ana Lúcia e Mancebo, Deise. “Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão”. **Psicologia & Sociedade**; 17 (2); mai/ago.2005, p. 14-20.

Malthus, Thomas. **Ensaio sobre a população**. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.

Marx, Karl. **O 18 de Brumário e as cartas a Kugelmann**. São Paulo, Paz e Terra, 1969.

Marx, Karl. **O Capital [Livro I]: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Mota, Roberto. **Alternativas de sobrevivência no setor informal**. Seminário Nacional e Seminário Regional sobre Qualidade de Vida. 1,2 Aracaju, 107-112. Dezembro de 1980.

Nun, José. “Marginalidad y otras cuestiones”. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, n.4, 1972, p. 366-398.

Nun, José. “Superoblación relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal”. **Revista Latinoamericana de Sociología**, Santiago, v. 5, n. 2, 1969, p. 180-225.

Nun, José. Marginalidad y exclusión social. Vol. 591. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

Offe, Claus. “Trabalho: a categoria chave da sociologia?”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, No.10, vol. 4. Junho de 1989, p. 14.

Oliven, Rubem George. Marginalidade urbana na América Latina: aspectos econômicos, políticos e culturais. In: **Urbanização e mudança social no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. pp. 34-53.



Quijano, Aníbal. **Polo marginal y mano de obra marginalizada**. Santiago de Chile: CEPAL, [2014] (1970).

Rabossi, Fernando. “Los caminos de la informalidad”. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, dezembro de 2019, p. 797-818. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752019000300797-&lng=en&nrmiso>. Acesso em 16/04/2021.

Ramalho, José Ricardo. “Trabalho e os desafios da pesquisa sociológica”. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol. 1, N. 01. Jun/Jul, 2013.

Salm, Cláudio e O’Brien, F.S. “Desemprego e Subemprego no Brasil”. **Revista Brasileira de Economia**, 24 (4); out/dez, Rio de Janeiro, 1970.

Schulze, Maria Soledad. “El legado histórico de la categoría analítica de marginalidad en América Latina”. **Isees**. n° 13, julio – diciembre, 2013.

Shaikh, Anwar. “Exército Industrial de Reserva”. In: Bottomore, Tom (org). **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Sorj, Bila. “Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros”. **RBCS**, vol 15. No. 43, 2000.

Standing, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.



BREVES REFLEXÕES SOBRE A COMPLEXIDADE DO PRECARIADO

 Teresa Ruas¹

DESDE QUE OBSERVAMOS a proliferação de formas de mercantilização do trabalho completamente diversas daquela clássica, estabelecida pelo proletariado industrial, a pretensão de analisar as sociedades contemporâneas com base na categoria “trabalho” enfrenta novos desafios. De fato, as mudanças pelas quais passou o mundo do trabalho são tamanhas, sobretudo a partir do fim do século passado, que suscitam apontamentos sobre o fim do trabalho enquanto base da reprodução do modo de produção capitalista.

Nas próximas páginas, argumentamos que essa é uma afirmação falsa, mas que, de fato, o mundo do trabalho sofreu profundas transformações nas últimas décadas, fruto do processo de reconfiguração do capitalismo mundial. O duplo movimento de financeirização do capitalismo e de acirramento da competição intercapitalista, característico desse novo estágio do capitalismo, é protagonizado pelo capital financeiro e pelas grandes empresas globais. Os requerimentos de ambos passam a orientar não só as políticas fiscais como também as legislações trabalhis-

¹ Graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: mariateresaruascolho@gmail.com



tas principalmente dos Estados periféricos, promovendo ampla flexibilização das relações de trabalho e da produção, impondo sobre a população trabalhadora condições cada vez mais precárias de reprodução.

No bojo desse processo, identifica-se o precariado enquanto fenômeno social de extrema relevância para a compreensão das sociedades contemporâneas e a heterogeneidade do debate sociológico em torno da noção dessa categoria reflete a complexidade do fenômeno observado. Levantando mais perguntas do que trazendo respostas definitivas, a proposta deste capítulo é a de reafirmar a centralidade do trabalho no capitalismo contemporâneo, discutir brevemente o conceito de precariado e promover uma aliança entre essa discussão e alguns efeitos observados da pandemia mundial do novo coronavírus sobre os trabalhadores no Brasil.

O capítulo divide-se em mais três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira delas, tratamos rapidamente dos processos de financeirização, de globalização e da ascensão do neoliberalismo enquanto doutrina econômica dominante, responsáveis pela reconfiguração do capitalismo mundial nas últimas décadas. Ao mesmo tempo, discutimos como esses processos contribuíram para a crescente precarização do trabalho. Na segunda seção, inserimos algumas definições do precariado que estão em disputa nas análises sociológicas para que, enfim, na terceira e última seção, possamos refletir sobre a pandemia da Covid-19 a partir de seus efeitos sobre os trabalhadores.

A manutenção do trabalho enquanto categoria fundamental do capitalismo contemporâneo²

Finda a Segunda Guerra Mundial, os países de capitalismo clássico experimentaram, de forma generalizada, altas taxas de crescimento

² A discussão apresentada nesta seção é derivada do trabalho de dissertação da autora, defendido no ano de 2020 sob o título “Dependência, neoliberalismo e a desdemocratização brasileira”. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/39038>>.



econômico, acompanhadas por baixos níveis de desemprego e inflação. Nesse contexto, fez-se possível a manutenção de um equilíbrio entre a crescente lucratividade da classe capitalista e a participação ampliada do Estado na redistribuição de renda, no fornecimento de serviços públicos assistenciais, bem como na mediação das negociações entre o patronato e os trabalhadores. Em suma, observamos a construção do *Welfare State*, ou estado de bem-estar social, orientado pela matriz econômica keynesiana. Nesse breve período e contexto específicos, parecia que a democracia liberal ampliava seus limites e que a manutenção do capitalismo era perfeitamente compatível com o provimento dos recursos e condições necessárias à manutenção de uma vida digna aos trabalhadores.

A reversão do crescimento econômico do pós-guerra a partir da década de 1970 evidenciou, contudo, a instabilidade do equilíbrio mantido nos anos anteriores. A tentativa de manutenção de uma política de conciliação de classes e suas demandas antagônicas em meio à recessão acabou por ser feita através do endividamento público e não deixou de colocar limitações aos níveis de lucratividade capitalista. Compunha-se, assim, o substrato necessário para que o neoliberalismo despontasse enquanto nova doutrina econômica dominante.

Antagônico ao keynesianismo, que atrelava o crescimento econômico dos países ao crescimento da renda dos que consomem, o neoliberalismo se baseia em uma lógica moralizante de austeridade fiscal, que associa o crescimento à redução de gastos governamentais. O neoliberalismo forneceu as ferramentas ideológicas e as diretrizes práticas para a desconstrução do *Welfare State* e para a restauração do poder das classes dominantes, desobrigando o Estado do fornecimento de serviços públicos e erodindo os direitos conquistados nas lutas dos trabalhadores.

Em meio a esse panorama crítico, a substituição do acordo de Bretton Woods, que estabelecia taxas de câmbio fixas, barreiras à mobilidade de capitais e a paridade ouro-dólar pelo câmbio flexível, livre



circulação de capitais e o dólar como reserva do sistema monetário internacional, permitiu que as movimentações financeiras adquirissem uma dimensão e liberdade sem precedentes (Bin, 2017, p. 60). Esse cenário deu impulso ao processo de financeirização do capitalismo que, de acordo com Lapavitsas (2011), consistiu em uma transformação estrutural fundamentada, sobretudo na proliferação de instituições com capacidade financeira para além dos bancos e no vertiginoso crescimento da participação das famílias e dos indivíduos em transações financeiras.

Na fase contemporânea do capitalismo temos, por conseguinte, uma proeminência do capital financeiro, de modo que mesmo os capitais industrial e comercial compõem e são orientados pela sua lógica. Para os fins deste trabalho, é essencial compreender as conexões existentes entre a economia real e o que é chamado de economia fictícia, produto desse processo de financeirização, para que se entenda a permanente relevância do trabalho no âmbito do capitalismo contemporâneo.

O capital fictício, assim chamado por se fundamentar em transações jurídicas e compromissos baseados em expectativas futuras, confere, sobretudo quando considerado do ponto de vista de seus proprietários individuais, uma ilusória capacidade de autorreprodução ao capital-dinheiro (Bin, 2017). Dessa ilusão deriva a também enganosa noção de que com a financeirização do capitalismo a economia fictícia foi capaz de se autonomizar da economia real e, conseqüentemente, que a exploração sobre o trabalho deixou de ser a base da exploração capitalista nas sociedades contemporâneas.

Todavia, como escancarou a mais recente crise enfrentada pelo capitalismo mundial, a valorização do capital, seja ele produtivo, seja financeiro, depende, necessariamente, de uma base material. O capital fictício, tal como definido ainda em Marx (2017), não possui a capacidade de produzir valor por si mesmo. É por isso que a financeirização do capital, o aumento da especulação e a desregulamentação promovida pelo neoliberalismo são paralelas à exacerbação da exploração sobre o



trabalho. Caso contrário, o afastamento entre os compromissos firmados na economia fictícia e a capacidade de honrar esses compromissos, ditada pela economia real, desencadeará crises sistêmicas, como a que observamos no fim da última década.

Na passagem da década de 1970 para 1980 é possível, portanto, demarcar a conformação dessa nova fase do capitalismo mundial, que é financeirizada, neoliberal e também globalizada. A globalização, caracterizada por ampla eliminação de barreiras à circulação de informações, capitais e mercadorias, foi essencial para o processo de financeirização do capitalismo, mas também promoveu profundas transformações na economia produtiva e no mundo do trabalho.

Afinal, acompanhada por uma aceleração do incremento tecnológico, a globalização permitiu uma alta descentralização do processo produtivo. Empresas globais, com filiais espalhadas por diversos países, passaram a implementar uma dinâmica de produção e de organização do ambiente de trabalho altamente padronizadas.

Em outros termos, a produção mundial se caracteriza hoje por uma crescente *homogeneização* em matéria de capital constante fixo e circulante. Esta é sua marca distintiva em relação ao processo de internacionalização do capital industrial que se verificou no pós-guerra e se estendeu até a década de 1970.

Uma vez posto em marcha esse processo de supressão das barreiras que fragmentavam o mercado mundial e colocavam obstáculos ao fluxo da reprodução de capital, abriu-se uma nova fase na produção-circulação de mercadorias, caracterizada pela tendência ao pleno reestabelecimento da lei do valor. Com efeito, um mercado mundial rigidamente compartimentado em mercados nacionais, sujeito em maior ou menor grau à vontade de cada Estado, afetava consideravelmente o funcionamento desta (Marini, 2008 [1997], p. 262, tradução própria).

Em decorrência da progressiva homogeneização do processo produtivo e da cada vez mais rápida difusão de incrementos tecnoló-



gicos, a nova fase do capitalismo é caracterizada pelo acirramento da competição intercapitalista (Marini, 2008 [1997]). Como consequência, a obtenção de vantagens competitivas volta a recair de forma central sobre uma maior exploração da força de trabalho (Marini, 2008 [1997]). As empresas globais, dotadas de grande flexibilidade e mobilidade, visam o estabelecimento em escala ampliada de regimes de trabalho que sejam também flexíveis, na forma de contratos temporários, intermitentes, terceirizados e outros tipos de formalização das relações de trabalho que desvinculem a empresa e a força de trabalho em longo prazo. Mantêm, dessa maneira, a capacidade de transferir com inédita facilidade seus investimentos para outras localidades que ofereçam as condições legais mais favoráveis à sua lucratividade.

Em suma, no contexto do capitalismo contemporâneo os trabalhadores são premidos tanto pela lógica de austeridade e políticas neoliberais quanto pela busca de lucros extraordinários na cada vez mais acirrada competição intercapitalista. A permanência do trabalho enquanto categoria fundamental na análise sociológica e como base do modo de produção vigente na realidade concreta não implica, contudo, que ele permaneça inalterado frente a todas essas transformações de que tratamos anteriormente. Ao contrário, o mundo do trabalho se transmuta nos termos dos novos determinantes que passam a atuar ou que se tornam preponderantes no capitalismo contemporâneo. A próxima seção se ocupa dessas transformações.

A complexidade do precariado

Como evidencia o exposto anteriormente, o argumento de que o trabalho perde relevância no capitalismo contemporâneo é falsa. Contudo, é inegável que o mundo do trabalho sofreu profundas transformações que acompanharam a reestruturação do sistema capitalista em sua totalidade nas últimas décadas. Termos como precariado, uberiza-



ção³ e viração⁴ procuram dar conta dessas transformações concretas no esforço de análise sociológica.

O precariado, neologismo formado pela junção entre as palavras “precário” e “proletariado” (Standing, 2013, p. 23) apresenta-se como uma ferramenta analítica utilizada para a definição dos efeitos da complexificação e fragmentação do mundo do trabalho. Faz sentido, dada sua complexidade, que ele seja objeto de disputas no próprio campo sociológico e que exista uma dificuldade de delimitação unívoca do trabalho em sua atualidade.

Guy Standing (2013), por exemplo, define o precariado como uma nova classe perigosa. Uma “nova” classe na medida em que não compõe a classe trabalhadora, identificada, na percepção do autor, com a imagem do proletário fabril europeu ou estadunidense do pós-guerra, detentor de vínculos empregatícios estáveis, de uma rotina de trabalho fixa e previsível, capaz de se especializar em uma função exercida por anos, sindicalizado e inserido em um modelo fordista de produção (Standing, 2013, p. 22-23).

³“ A uberização apresenta uma nova forma de organização do trabalho, que possibilita eliminação de vínculos empregatícios e transforma o trabalhador em um “nanoempreendedor de si”, ao mesmo tempo em que o controle e a subordinação do trabalho são mantidos nas mãos da empresa. Trabalhadores tornam-se trabalhadores autônomos que oferecem seus serviços de acordo com as demandas do mercado. Simultaneamente, fazem o gerenciamento sobre o seu próprio tempo de trabalho, a intensidade e duração que dedicam à atividade. Ou seja, trata-se de uma forma de subordinação obscurecida, na qual o trabalhador parece ter total liberdade sobre seu trabalho. Trata-se de uma nova configuração, na qual as empresas aparecem como meras mediadoras entre a oferta de trabalho e a procura de serviços, ao mesmo tempo em que reorganizam ou até mesmo criam nichos nos mercados de trabalho e de bens de consumo ou serviços. Em uma perspectiva mais ampla, a uberização pode ser enquadrada como parte de um novo passo da flexibilização do trabalho, sendo vetor de informalização de relação de assalariamento disfarçada” (Krein et al., 2018, p. 106-7).

⁴“ [...] viração pode ser compreendida como a ausência de uma identidade profissional estável e definida, constituída pelas instáveis oportunidades de trabalho que garantem a sobrevivência. Oportunidades que se fazem próximas e distantes da categoria emprego, o trânsito entre o trabalho formal e informal, os bicos, o empreendedorismo e até mesmo atividades que trazem uma indiscernibilidade entre o que é e o que não é trabalho” (Abílio, 2018, p. 56).



Ao contrário, o precariado, na visão do autor, acumula: a falta de vínculos empregatícios estáveis; a falta de perspectiva de construção de uma carreira ou de mobilidade social; a incapacidade de desenvolvimento de habilidades ou especialização no exercício de uma mesma função a longo prazo; a falta de suportes financeiros e segurança salarial, a falta de uma identidade consolidada, de uma consciência de classe formada ou de um senso de comunidade. Em uma palavra, são pessoas que possuem uma vida precária.

O precariado, nessa acepção, convive constantemente com as sensações de constrangimento, instabilidade, imprevisibilidade, insegurança, frustração e medo, e é por isso que Standing (2013) a enxerga como uma classe perigosa. Sem a construção de uma identidade sólida e não estando organizada a partir do sentimento de pertencimento a uma coletividade, a insegurança e o medo que acompanham os integrantes dessa nova classe são, para o autor, propensos de ser capturados por políticos populistas e por mensagens neofascistas (Standing, 2013, p. 48).

Ruy Braga, diversamente, define o precariado enquanto componente da classe trabalhadora. Sobre sua noção de “proletariado precariado”, o autor afirma que:

Em primeiro lugar, ela permiti-nos localizar o precariado *no coração do próprio modo de produção capitalista* e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como *parte integrante da classe trabalhadora*, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho (Braga, 2012, p. 18).

Então, Braga (2012) confere uma amplitude muito maior ao conceito, identificando o precariado a frações da classe trabalhadora inseridas em



condições precárias de trabalho, que limitam sua capacidade de reprodução e existiram mesmo no contexto do fordismo. O precariado, da forma como é delimitado pelo autor, é composto por aqueles jovens recém-inseridos no mercado de trabalho; pelos que possuem baixa qualificação profissional e, por isso, são facilmente demitidos; e também por aqueles setores que transitam com frequência entre a formalidade e a informalidade. São grupos desprotegidos tanto pelo Estado quanto por organizações sindicais, mas não fazem parte do precariado nem o subproletariado, nem o lumpemproletariado, excluídos do mercado de trabalho.

Giovanni Alves (2013), por seu turno, também considera o precariado como parte da classe trabalhadora, mas discorda de Braga no tocante à amplitude conferida ao conceito. Para ele, existe uma especificidade histórica do precariado que se perde na noção de “proletariado precarizado”. O uso de precariado por este autor refere-se a uma nova camada da classe trabalhadora, produto da crise estrutural pela qual passa o capitalismo e do seu processo de financeirização.

Na definição do precariado, Alves (2013) se baseia em variáveis etárias, salariais e educacionais: são jovens altamente escolarizados que se inserem em condições de trabalho precárias em troca de salários baixos ou menores do que esperavam. Lidam com a frustração de seus desejos de consumo e de ascensão social, tendendo a cultivar sentimentos de insatisfação e rebeldia facilmente capturáveis pelos extremos do espectro político. Mais do que a precarização do trabalho, o autor identifica um nível de alienação no precariado que é capaz de corroer a existência de seus integrantes enquanto indivíduos:

Não se trata apenas de um problema social (vínculos laborais precários, baixos salários, falta de direitos laborais), mas sim trata-se de um problema existencial que corrói a individualidade pessoal. Na verdade, a precariedade interdita a vida pessoal do sujeito de classe (“se posso ou não ter filhos” ou “se posso ou não morar com alguém”). É a alienação/estranhamento na sua dimensão radical (Alves, 2013, p. 206).



Da forma como percebemos, se o uso do precariado enquanto categoria sociológica tem como objetivo servir de ferramenta para acessar essas novas parcelas da classe trabalhadora, a preocupação de Alves (2013) com a devida localização histórica e precisão sociológica da noção de precariado parece bastante lúcida. Dados os processos de globalização e de financeirização do capitalismo, bem como da ascensão do neoliberalismo enquanto doutrina econômica dominante, existem deslocamentos nas formas através das quais a exploração sobre o trabalho atua, mas as diferentes formas de mercantilização da força de trabalho não deixaram de estar submetidas à lógica de valorização do capital (Valencia, 2009).

A precarização do trabalho não é, portanto, aspecto meramente tangencial ou acidental, mas está no centro da acumulação capitalista financeirizada. A desconstrução de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores organizados, que acontece tanto através da implementação de regimes trabalhistas cada vez mais flexíveis quanto da implementação de políticas de austeridade fiscal, é elemento fundamental para a caracterização do precariado. Outros elementos, como os níveis de qualificação e escolaridade, aspectos geracionais, salariais, parecem difíceis de ser firmemente delimitados. É comum que se veja, por exemplo, tanto jovens, altamente qualificados, mas desempregados, que trabalham através do aplicativo Uber em uma perspectiva provisória, de sobrevivência mais imediata, como aposentados que se engajam na mesma atividade como meio de complementar sua renda. Mas é possível, e é essencial, que se estabeleçam tendências.

Na próxima seção, argumentamos que a pandemia do novo coronavírus, que atualmente mobiliza todo o mundo em medidas de isolamento social como estratégia de contenção de transmissão do vírus, pode oferecer algumas pistas de quais categorias, funções ou perfis de trabalhadores podem ser caracterizados como sendo o precariado. O contexto pandêmico reforça, ainda, que o trabalho segue como a base de valorização do capital e, portanto, de reprodução do capitalismo enquanto modo de produção hegemônico.



O trabalho precário em tempos de pandemia

Em dezembro de 2019 tomamos conhecimento do que seria um surto de contaminações por um novo tipo de coronavírus, posteriormente nomeado de Covid-19, em Wuhan, na China. Então não prevíamos que aquele seria o preâmbulo de uma pandemia mundial, que deixaria milhões de mortes e pessoas infectadas. Caracterizado por uma grande facilidade de transmissão, o novo coronavírus forçou a adoção do uso de máscaras e do distanciamento social como as únicas alternativas disponíveis até a produção de uma vacina para conter a velocidade de sua difusão e impedir o colapso dos sistemas de saúde.

Nesse contexto, a desigual distribuição das possibilidades de cumprir com o isolamento social oferece elementos importantes para uma melhor caracterização do precariado. Afinal, para além daqueles profissionais da saúde que trabalham na chamada “linha de frente” do combate à pandemia e foram obrigados a lidar com os riscos diários do exercício de suas funções, há uma parcela significativa da população brasileira a qual não foi dada a escolha de permanecer em isolamento com a devida manutenção de suas capacidades de subsistência.

As ações adotadas pelo governo brasileiro com o argumento de manutenção do emprego e da renda consistiram, inicialmente, na edição de duas medidas provisórias: a MP 927, de 22 de março de 2020, e a MP 936, no dia 1 de abril de 2020, nas quais foi permitida a redução da jornada de trabalho nas faixas de 25%, 50% e 70%, com proporcional redução salarial.

O encargo de ressarcir os trabalhadores que tiveram suas jornadas e salários reduzidos no contexto pandêmico ficou para o Estado, que vinculou o valor do benefício a ser recebido não ao salário dos afastados, mas ao valor do seguro-desemprego, que varia entre R\$ 1045,00, o valor do salário mínimo, e R\$ 1813, 03, de acordo com a faixa de renda do trabalhador. Em outras palavras, no caso de uma redução de 50% da



jornada de trabalho e de proporcional redução salarial, as medidas conferiram aos trabalhadores o direito de receber um benefício no valor de 50% do valor do seguro-desemprego, aplicando-se a mesma lógica para os outros percentuais previstos.

Uma das principais críticas direcionadas às medidas foi justamente essa desvinculação do valor do benefício em relação aos salários dos trabalhadores, que provocou grandes perdas de renda, principalmente para aqueles que se situam nas faixas salariais médias. Considerando ainda que trabalhadores que tiveram suas jornadas de trabalho reduzidas em níveis menores do que 25% foram excluídos do direito de receber o benefício previsto, as medidas trouxeram desincentivos ao cumprimento do isolamento social no longo prazo.

Outra medida adotada posteriormente pelo governo foi a aprovação de um auxílio emergencial pela Lei 13.982/2020, regulamentada pelo Decreto 10.316/2020. Previsto inicialmente no valor de R\$ 600 para três meses, o auxílio foi estendido por julho e agosto de 2020 e entre os meses de setembro e dezembro continuou vigendo, mas com o valor reduzido para R\$ 300. Direcionado especificamente aos chamados microempreendedores individuais (MEIs), aos contribuintes individuais da previdência e trabalhadores informais de baixa renda, isto é, àquela parcela da população com as menores faixas de renda e desassistidos das proteções vinculadas ao trabalho formal e dos benefícios estatais – com a exceção somente do Bolsa Família –, o Auxílio Emergencial atingiu um conjunto diverso de brasileiros e brasileiras.

De acordo com dados do IBGE, mais de 107 milhões de pessoas receberam o benefício em 2020, o equivalente, portanto, a mais da metade da população brasileira (Vasconcelos e Saraiva, 2020). Com esse alcance, o Auxílio foi capaz de reduzir provisoriamente os níveis de pobreza para os patamares mais baixos na história do Brasil (Afiune, 2020), escancarando as profundas desigualdades existentes no país, o aumento do desemprego, da informalidade e também a precarização das pessoas que vivem do trabalho.



Com base nos impactos de ambas essas medidas adotadas pelo governo, é possível desenvolver algumas reflexões sobre a noção de precariado. De partida, é importante ressaltar que uma grande heterogeneidade de trabalhadores está incluída nas relações de trabalho afetadas pelas MPs 927 e 936. Nesse amplo espectro, podem conviver tanto vendedores de lojas e empregadas domésticas quanto, por exemplo, jornalistas. Existem alguns fatores de diferenciação importantes: a divisão entre trabalho manual e intelectual; as diferentes faixas de renda salarial; a vinculação ou não a organizações sindicais; e o tipo de vínculo empregatício estabelecido (tempo parcial, trabalho intermitente, terceirização) são alguns deles.

A despeito dessas importantes diferenças, em geral acompanhadas por desiguais níveis de vulnerabilidade e exploração, o que fica mais evidente nesta crise sanitária que enfrentamos é a existência de uma precarização que é geral. Com as medidas de isolamento social, observamos, por exemplo, um grande número de trabalhadores que passou a cumprir suas atividades em regime de *home office* (UOL, 2020). Vinculado ao desempenho de funções de cunho majoritariamente intelectual e comumente acompanhado da ideia de que o trabalhador conta com um maior controle sobre seu tempo e sobre o trabalho que realiza, na medida em que não precisa se deslocar até o local de trabalho e cumprir uma jornada de trabalho rigidamente definida, o *home office* tende a configurar uma forma de superexploração e de precarização do trabalho. Afinal, ele abre espaço para que vários custos relacionados ao seu exercício passem a ser de responsabilidade do trabalhador e para que o tempo de trabalho avance cada vez mais sobre o seu tempo livre. O *home office* exemplifica, por conseguinte, o movimento de generalização da precarização para postos de trabalho que antes eram considerados protegidos, estáveis ou até mesmo privilegiados.

Outro fenômeno importante produzido pela crise sanitária que enfrentamos refere-se ao reforço de uma tendência de crescimento de formas de mercantilização do trabalho relacionadas a aplicativos de



delivery, como Rappi, iFood e Uber Eats. Os aplicativos tornam-se uma alternativa à falta de oferta de postos de trabalho formais e das reduções salariais potencializadas pela pandemia, de modo que também nessas funções extremamente precárias existe uma enorme heterogeneidade de trabalhadores. É comum que se veja desde trabalhadores altamente qualificados, mas desempregados, que trabalham através dos aplicativos em uma perspectiva provisória, até aqueles localizados em situações extremamente precárias não somente de trabalho, como também de moradia, de acesso a serviços públicos, bens de consumo e alimentação.

Da mesma forma, o número de microempreendedores individuais (MEIs) aumentou significativamente desde o princípio da pandemia. Já ultrapassando a marca dos 11 milhões de formalizados (Alvarenga e Silveira, 2020), a figura do MEI conta com análoga heterogeneidade de grupos vinculados e esconde o fenômeno da *pejotização*, que se caracteriza pela formação do trabalhador enquanto pessoa jurídica e não por meio da assinatura da carteira de trabalho, livrando o empregador dos encargos trabalhistas a ela vinculados.

Nesse sentido, ainda mais relevante é a abrangência dos impactos do Auxílio Emergencial, que desvelou a escalada da informalidade, do número de trabalhadores autônomos e dos MEIs, escancarando o avanço da precarização de forma generalizada, ainda que marcado por desigualdades.

Como evidenciam esses apontamentos e os impactos especialmente do Auxílio Emergencial para a população brasileira, existe, no capitalismo neoliberal, uma tendência ao incremento da exploração sobre os trabalhadores em geral e de sua precarização. No Brasil não é diferente. A garantia de direitos trabalhistas, o acesso a serviços públicos, ao controle sobre o tempo livre e ao consumo recua em ritmo acelerado, erodindo a própria identificação dos trabalhadores enquanto classe. Nesse sentido, resta questionar qual o potencial prático e analítico de substantivar a precarização no “precariado”, quando ela tende a alcan-



çar todas as pessoas que vivem do trabalho e todos os aspectos de suas vidas. Tendência expressa na própria dificuldade em estabelecer: quem são os trabalhadores que compõem o precariado?

Considerações finais

Nas páginas anteriores discutimos brevemente o conceito de precariado a partir de diferentes concepções e o localizamos enquanto produto do processo de financeirização e de globalização do capitalismo. Concebido no contexto da pandemia mundial provocada pelo novo coronavírus, este trabalho procurou aliar interpretações relativas aos efeitos da pandemia sobre os trabalhadores e sobre o mundo do trabalho às discussões relativas ao conceito de precariado.

Em um cenário de tantas incertezas, as respostas não estão dadas. Contudo, o argumento construído foi o de que a pandemia mundial que enfrentamos, na medida em que afeta desigualmente diferentes setores da classe trabalhadora, pode contribuir para uma melhor delimitação do precariado e, mais que isso, pode aprofundar tendências de precarização já em curso no mundo real do trabalho.

Com as medidas de isolamento social, observamos, por exemplo, um grande número de trabalhadores que passou a cumprir suas atividades em regime de *home office* e já existem projeções de que após a pandemia existirá uma tendência de aumento no uso desse tipo de regime laboral (UOL, 2020). O mesmo pode ser afirmado com relação à ampliação acelerada dos serviços por meio de aplicativos, que carrega importantes implicações para o funcionamento do mundo do trabalho. Afinal, são relações e condições de trabalho precárias e inseguras que nem mesmo chegam a ser visível ou legalmente categorizadas enquanto relações de trabalho.

Com base nas medidas adotadas pelo governo brasileiro para a assistência de setores mais vulneráveis da população e para a proteção de empregos e renda no contexto da crise sanitária que enfrentamos,



desenvolvemos o argumento de que a precarização é um fenômeno que afeta desigualmente, mas de forma que tende a se tornar geral às pessoas que vivem do trabalho. As reflexões produzidas em torno da categoria do precariado são de extrema relevância para compreender o mundo do trabalho contemporâneo e os novos desafios impostos à classe trabalhadora pelo capitalismo neoliberal e financeirizado. Contudo, buscamos refletir brevemente neste trabalho sobre os limites que acompanham o ato de nominalizar a precarização no precariado.

O que fica mais uma vez evidente é que o trabalho e a produção material seguem como base de sustentação do sistema capitalista mundial. Na medida em que são adotadas medidas de isolamento social como estratégia de contenção à doença, existe uma preocupação generalizada com o futuro das economias nacionais. No Brasil, o atual ocupante do Executivo Nacional clama pelo fim do confinamento, diminuindo a gravidade da doença e a taxa de mortalidade que a acompanha frente aos impactos sobre a economia (G1, 2020). Sua voz permanece relativamente isolada entre as autoridades políticas mundiais e nacionais, mas cabe questionar até quando. Haja vista o histórico de crises pelo qual o sistema capitalista mundial já passou, é cabível antever que a recuperação das economias pós-pandemia certamente se fará pela exploração ainda maior sobre o trabalho e sua crescente precarização.

Referências bibliográficas

Abílio. Ludmila Costhek. “Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista”. In: **Margem esquerda**. São Paulo: Boitempo, 2º semestre de 2018.

Afiune, Giulia. “Entrevista com Laura Carvalho: “Auxílio Emergencial trouxe ajuda significativa, mas seu fim deixará desigualdade como herança”. **Agência Pública**: 03/11/2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/11/laura-carvalho-auxilio-emergencial-foi-ajuda-significativa-mas-deixara-desigualdade-como-heranca/>>. Acesso em: 02/03/2021.

Alvarenga, Darlan; Silveira, Daniel. “País ganhou quase 1 milhão de MEIs desde o início da pandemia; veja relatos”. **G1**: 19/09/2020. Disponível em: <<https://g1>.



globo.com/economia/noticia/2020/09/19/pais-ganhou-quase-1-milhao-de-meis-desde-o-inicio-da-pandemia-veja-relatos.ghtml>. Acesso em: 02/03/2021.

Alves, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.

Bin, Daniel. **A superestrutura da dívida: financeirização, classes e democracia no Brasil neoliberal**. São Paulo: Alameda, 2017.

Braga, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

G1; Globo News; TV Globo. **Economistas criticam posicionamento do governo Bolsonaro frente à pandemia do coronavírus**. 25/03/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/25/economistas-criticam-posicionamento-do-governo-bolsonaro-frente-a-pandemia-do-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 30/04/2020.

Krein, José Dari; Abílio, Ludmila; Freitas, Paula; Borsari, Pietro; Cruz, Reginaldo. “Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores”. In: Orgs: José Dari Krein, Denis Maracci Gimenez, Anselmo Luis dos santos. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

Lapavistas, Costas. **Theorizing financialization**. In: Work, Employment & Society. SAGE Publishing, 2011.

Marini, Ruy Mauro. “Proceso y tendencias de la globalización capitalista”. In: **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO e Siglo de Hombre Editores, 2008 [1997].

Marx, Karl. **Livro III - O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

Standing, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

UOL. **Home office deve crescer 30% no país após coronavírus, diz professor da FGV**. 06/04/2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/04/06/home-office-coronavirus.htm>>. Acesso em: 30/04/2020.

Valencia, Adrián Sotelo. “Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial”. In: **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009.

Vasconcelos, Gabriel; Saraiva, Alessandra. “Auxílio Emergencial: mais da metade da população, diz IBGE”. **VALOR**. 20/08/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/08/20/aumenta-parcela-de-domicilios-brasileiros-que-recebem-auxilio-emergencial.ghtml>>. Acesso em: 02/03/2021.



PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO SOB PERSPECTIVAS LIBERAL OU SOCIAL-PROTECIONISTA DE PROFISSIONAIS¹

 Marley Rosana Melo de Araújo²

 Simone Souza Silva³

 Karen Batista⁴

 Pedro Henrique Reis Divino⁵

O CHOQUE FINANCEIRO global de 2007/2008 foi um episódio sem paralelo no aprofundamento da crise do capitalismo histórico (Puello-Socarrás, 2021), assolando a humanidade global, atingindo todas as dimensões da vida, bem como as estruturas fundantes da sociedade capitalista. Para Puello-Socarrás (2021), encontramos-nos em meio à crise mais espetacular do capitalismo histórico, uma crise civilizatória, designada pela hegemonia global como a “Grande Recessão”.

¹ Trabalho apresentado no GT 5 – Precarização: transformações e crises nas relações sociais do trabalho do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: marleymeloaraujo@gmail.com

³ Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: simonesouzas460@gmail.com

⁴ Mestra em Administração pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: karen.batista@hotmail.com

⁵ Graduando em Psicologia na Universidade Federal de Sergipe. E-mail: pedrodivino@gmail.com



Está na natureza do sistema capitalista sofrer crises recorrentes, as quais impactam prejudicialmente nas relações de trabalho, resultando na precarização dessas (Tonet, 2009). Nos anos 1970, acentua-se um cenário de crise com queda nas taxas de lucro, que só seria possível recuperar com uma intensa exploração da força de trabalho. A sociedade foi sofrendo mudanças nas relações de trabalho e nos métodos de produção, mudanças essas que perseguiram a competitividade da produtividade, lógica do desenvolvimento capitalista (Mota, 2009).

Entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, com a falência do mercado internacional de crédito, juros foram elevados, resultando na retração dos fluxos financeiros internacionais e numa crise do endividamento, fatos que, no caso do Brasil, multiplicaram entraves econômicos, alastrando, então, uma enorme onda de desemprego e de redução de salários, resultando em recessão econômica. Como forma de garantir a reprodução e continuidade do sistema, o capitalismo se reinventa e, a partir dos anos 1990, as mudanças nas relações de trabalho prosseguem, ensejando a eclosão do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, com a finalidade de retomar a ascensão das margens de lucro. O resultado disso é uma ampla desestruturação no mercado de trabalho, com elevação dos níveis de desemprego, redução do emprego formal, retração dos salários e, conseqüentemente, uma crescente precarização nas relações trabalhistas (Guimarães, 2002).

Se é verdade que a crise do liberalismo teve como sintoma um reformismo social cada vez mais pronunciado a partir do fim do século XIX, o neoliberalismo é uma resposta a esse sintoma, ou ainda, uma tentativa de entrar essa orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que se desenvolveram desde o fim do século XIX [...]

(Dardot; Laval, 2016, p. 71).

O neoliberalismo eclode como um sistema normativo que permeia todas as relações sociais e todas as esferas da vida dos indivíduos. Com-



bina a reabilitação da intervenção pública com uma concepção do mercado centrada na concorrência, fazendo desta o princípio central da vida social e individual, e reconhecendo que a ordem de mercado não é alcançada naturalmente, mas, sim, consiste em um produto construído por um contexto histórico e uma ação política. Intervenções políticas planificadoras do mercado podem desregular e atrapalhar esse processo. Portanto, a contenção de ferramentas de redistribuição de renda e de auxílios sociais é parte da política econômica neoliberal (Dardot; Laval, 2016). Como a personificação do capitalismo do século XXI, o neoliberalismo configura uma fase específica e um padrão de (re)produção do Capital, assim como um momento sócio-histórico singular da evolução do sistema capitalista em seu estágio tardio (Puello-Socarrás, 2021), o que esse autor designará “novo neoliberalismo”.

A pragmática neoliberal começou a ser introduzida no Brasil nos governos de Collor (1990-1992) e FHC (1995-2003), quando houve um aumento da concentração da riqueza e expansão dos lucros do capitalismo, proporcionado pelas privatizações das empresas públicas e pela desregulamentação dos direitos trabalhistas (Antunes, 2018). Além disso, como consequência política do avanço do neoliberalismo, observa-se o colapso dos sindicatos trabalhistas e da organização dos trabalhadores como classe. O neoliberalismo eliminou milhões de empregos com o desaparecimento de muitas profissões, muitos empregos públicos foram perdidos como consequência das privatizações, a estabilidade no emprego e os salários diminuíram, assim como as relações trabalhistas e as condições de vida se deterioraram (Saad Filho; Moraes, 2018).

Com oportunidades de emprego cada vez mais reduzidas, o trabalho informal acaba sendo uma das opções que resta. Tonet (2009) afirma que a crise capitalista leva a uma ascensão do trabalho informal, assim como também o fazem a emergência de novas tecnologias e novos modos de produção, aumentando o desemprego, a precarização do trabalho e a aniquilação de direitos trabalhistas básicos. Para Mota (2009, p. 11) “o capitalismo contemporâneo prima por desterritorializar



o trabalho e as mercadorias e por precarizar as condições e relações de trabalho [...]”. Assim, é possível afirmar que em um mercado permeado por uma crescente concorrência, quem está dentro, quem possui um posto de trabalho – mesmo que instável – submete-se às condições precárias, à superexploração de sua força, a salários baixíssimos, para não perder seu lugar (Antunes, 2010).

[...] ser precário, neste mundo do trabalho flexível, instável, marcado pela liquidez e pela radical insegurança, é ter um futuro continuamente hipotecado, com a impossibilidade de fazer planos, vivendo imerso no dia a dia, no aqui e no agora, quase no hora-a-hora (Guimarães, 2002, n.p.).

Há um processo de precarização estrutural do trabalho em curso. A superexploração da força de trabalho, com jornadas cada vez maiores (como a dos motoristas de aplicativos, que chegam a trabalhar 16 horas/dia, além de finais de semana); o aumento do desemprego, que amplia a informalidade; e a terceirização que permite a contratação de trabalhadores em regimes com acesso frágil a direitos trabalhistas são apontamentos desse processo (Antunes, 2019).

Diante do que foi exposto, este estudo teve como objetivo caracterizar os aspectos que definem a precarização do trabalho pela ótica de diferentes profissionais, distribuídos em um *continuum* de posições que vai desde uma perspectiva liberal em relação ao trabalho até uma perspectiva intervencionista ou social-protecionista. No tópico seguinte é abordado o trabalho – e sua potencial precarização – sob as perspectivas liberal e social-protecionista. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos, os resultados são descritos e discutidos, e, por fim, trazemos as considerações finais do estudo.



O trabalho pelos vieses liberal e social-protecionista e a precarização

Nesta seção, discutiremos sobre duas ideologias em relação às questões do trabalho, bem como quanto à sua precarização e ramificações – fatos que dela derivam ou que a originam: as perspectivas liberal e intervencionista ou protecionista. E embora o neoliberalismo não se esgote em uma ideologia, expressa uma visão de mundo por meio do pensamento liberal (Puello-Socarrás, 2021). Tais pilares de pensamento ancoram esquemas interpretativos sobre a realidade social e do trabalho, e orientam práticas profissionais de indivíduos que assumem posições estratégicas nas relações produtivas. Os modos de pensar e de justificar os fenômenos trabalho e precarização recebem os influxos desses vieses, marcados por menor ou maior antagonismo.

O viés social-protecionista das relações de trabalho visa a garantia de todos os direitos do trabalhador, tendo a seu serviço o Direito do Trabalho, composto por regramentos que buscam maior igualdade na relação entre a organização empregadora e o trabalhador, assegurando direitos para ambas as partes. Esses regramentos foram calcados por meio da historicidade do trabalho na humanidade, logo, diante de vários cenários de desigualdade – como escravidão, servidão –, a proteção aos direitos do trabalhador é prioridade (Trindade, 2016).

O Direito do Trabalho surgiu em um momento de crise liderada pelo capitalismo liberal, e foi uma resposta aos problemas sociais gerados por ela, problemas esses que acarretaram perdas aos trabalhadores (Lichtnow, 2009; Roesler, 2014). Essas perdas giravam em torno de elevação nas taxas de desemprego, da informalidade, da desproteção social e da distribuição desigual de renda. Após a implementação do Direito do Trabalho, os níveis de desemprego continuaram subindo, porém em um ritmo menos acelerado, a informalidade e a desproteção previdenciária foram amenizadas e, além disso, houve uma pequena melhora na distribuição dos rendimentos (Cardoso Junior; Hamasaki, 2014). O Direito



do Trabalho é um mecanismo que impõe claros limites éticos ao sistema capitalista, como forma de torná-lo aceitável (Roesler, 2014).

Todo desequilíbrio de funcionamento do mercado ameaça a sociedade submetida a ele. Inflação, desemprego, crise de crédito internacional, colapso financeiro são fenômenos econômicos que atingem diretamente a sociedade, logo, exigem defesas políticas. A sociedade de mercado total, que reside nos anseios liberais mais profundos, é quimérica, pois os sofrimentos que acarreta são tamanhos que os poderes públicos se veem obrigados a estabelecer-lhe limites (Dardot; Laval, 2016). O mercado livre e a economia sem qualquer intervenção estatal jamais haverão de contribuir para a melhoria da sorte da população marginalizada, uma vez que desaconselham investimentos nas classes menos favorecidas e em infraestrutura social (Roesler, 2014).

Por outro lado, o Estado social que cuida do indivíduo do berço à sepultura rouba-lhe a responsabilidade individual. Quanto mais o Estado cuidar de nós, menos inclinação teremos para agir por conta própria (Dardot; Laval, 2016). O neoliberalismo se expressa, fundamentalmente, como um projeto político transnacional da classe capitalista. A reconstrução neoliberal do Estado, ajustada às novas condições da acumulação capitalista tardia, tem orientado um tipo de transformações estruturais que aponta para a subordinação progressiva da (re)produção das relações sociais ao Mercado. O “espírito” do empreendedorismo tem servido como princípio antropológico guia de dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas – a chamada acumulação empreendedora (Puello-Socarrás, 2021).

É a ênfase no aspecto moral do “espírito de empresa”, da responsabilização individual, da ética da concorrência que a perspectiva liberal traduz tão bem. Os esforços dirigidos a transformar a empresa numa regra universal, que permite a autonomia de escolha aos indivíduos (Dardot; Laval, 2016), oportunizam a emergência do indivíduo enquanto empreendedor, “empresário de si mesmo”. Contudo, Puello-Socarrás (2021) alerta que essa é uma via privilegiada para a destruição



de processos de socialização coletiva não capitalista, sobretudo aqueles de natureza comunal que ainda permanecem alheios aos mecanismos de mercantilização total. Trocando em miúdos, o risco de degeneração de formas sociais que subsistem como resistências políticas, sejam elas mais, sejam menos organizadas.

No sistema capitalista, as crises acontecem de modo recorrente e a intenção de flexibilizar a proteção social do trabalhador sempre marca presença. Na onda neoliberal, formas regulamentadas de trabalho via acordo contratual formal dão lugar à flexibilização das relações de trabalho, com o desemprego em massa como justificativa para permitir a retirada de garantias históricas da classe trabalhadora mundial. A partir de então, fica livre a passagem para a precarização total das relações de trabalho (Roesler, 2014).

Diante de cenários de instabilidade política e econômica, são normalizados os baixos salários, a instabilidade nas relações de trabalho, bem como as condições arriscadas em que os trabalhadores se envolvem para não perder seu lugar no mercado. Aumento da jornada, tempo despendido para chegar ao local de trabalho não computado na carga horária, gestantes podendo trabalhar em ambientes insalubres e, cada vez mais, direitos sendo negociados entre empregador e empregado (com larga vantagem para o empregador, em tempos de taxas alarmantes de desemprego) – são algumas das manifestações da precarização do trabalho. “A realidade contraditória do capitalismo se atualiza desvelando a exploração, a dominação e as opressões em diferentes níveis sociopolíticos, econômicos e culturais” (Puello-Socarrás, 2021, p. 39-40).

Com sucessivos colapsos no setor financeiro, em um sistema em que tudo deve ser feito em nome da competitividade do mercado, a flexibilidade no âmbito do trabalho é adotada e externalidades negativas são transferidas para os trabalhadores, resultando em precarização e instabilidade. Trata-se de promover a precarização de todas as áreas da vida através de mecanismos disciplinares e fortalecimento da precarização da vida cotidiana (Puello-Socarrás, 2021). Standing (2014) no-



meia essa nova classe de trabalhadores de “precariado”. O precariado configura desigualdade e precariedade de renda, uma vez que não há garantia de segurança socioeconômica; configura ausência de garantias quanto ao vínculo empregatício, ou seja, instabilidade no mercado de trabalho; ausência de garantias em termos de segurança no trabalho, em reprodução de habilidade e em voz ativa ao trabalhador. O precariado é vulnerável, desprovido de benefícios trabalhistas. Os empregos assumidos por essas pessoas são desprovidos de uma ideia de carreira e futuro, justamente por causa da sua instabilidade. Na França, o precariado é referenciado como os trabalhadores temporários (ou sazonais); na Itália, são as pessoas que realizam tarefas sem compromisso fixo e com baixa remuneração; na Alemanha, são os trabalhadores temporários e os desempregados; no Japão, são os trabalhadores mais pobres, com menores remunerações.

Com a estabilização da instabilidade e a democratização da precarização do trabalho surgem fenômenos como a cobrança por flexibilidade disposicional, imprescindível para a adaptação do indivíduo a qualquer contexto de trabalho, uma vez que o sujeito se molda a um mercado em constante mutação (Antunes; Druck, 2018). Essa supervalorização da flexibilidade acaba tornando o indivíduo descartável, modificando seus direitos trabalhistas, abolindo condições básicas e necessárias ao trabalhador, levando-o a uma condição precária. Com esse cenário de competitividade pelo espaço no mercado, o trabalhador deve suportar o ritmo intenso para alcançar alto desempenho e, caso isso não aconteça, ele pode tornar-se um indivíduo descartável e substituível, uma vez que os elevados níveis de desemprego mostram que há muitas pessoas disponíveis para ocupar sua vaga. São, portanto, essas altas taxas de desemprego que fazem com que um trabalho precário seja melhor do que trabalho nenhum (Druck; Franco, 2007).

Além dos fenômenos já mencionados que abrangem a precarização, tem-se a informalidade. A informalidade acarreta características como baixos salários, instabilidade, não garantia de direitos sociais e



trabalhistas básicos, uma vez que o trabalhador não possui a sua carteira assinada, não havendo, dessa forma, acesso legal aos benefícios fundamentais (Antunes, 2018). A flexibilização de direitos contratuais, a instabilidade, a desproteção legislativa, a coerção à intensificação da produtividade, a descartabilidade são indicadores de relações de trabalho precárias. Druck (2011) permite-nos ratificar os indicadores citados anteriormente por meio de sua pesquisa e construção dos Indicadores de Precarização Social do Trabalho, segundo os quais a precarização comparece nos modos de inserção e de contrato, na informalidade, na flexibilização dos direitos trabalhistas, nos altos níveis de desemprego, no ritmo intenso do processo produtivo ou, ainda, nos baixos salários.

Em contraposição, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) definiu o trabalho decente como sendo um trabalho adequadamente remunerado, o qual confere uma vida digna, sem discriminação, com plenas condições de liberdade, segurança e equidade. A principal meta da OIT com a implantação de indicadores de trabalho decente diz respeito não apenas a gerar postos de trabalho, mas que esses necessitam abranger todas as condições impostas por tais indicadores (CEPAL; PNUD; OIT, 2008). Gerar mais postos de trabalho de qualidade duvidosa para os trabalhadores só amplia as condições de precarização do trabalho. O imprescindível, ao gerar trabalho, está na articulação entre políticas sociais e econômicas, trabalhando na expansão da proteção social, no respeito aos direitos trabalhistas e abrindo, cada vez mais, o diálogo social (Rosenfield; Pauli, 2012).

No entanto, nessa perspectiva capitalista de competitividade e expansão do mercado, o sistema busca sempre novas formas de gerar trabalho excedente, expulsando inúmeros trabalhadores descartáveis, intensificando a massa de desempregados e reduzindo a remuneração da força de trabalho, bem como todas as condições decentes desse trabalho (Borges; Yamamoto, 2014). Como consequência desse cenário, emerge a Sociedade do Desempenho (Han, 2015), com sujeitos altamente disciplinados e que desejam maximizar a produção a qualquer cus-



to, que se autocobram e se impõem à pressão do perfeito desempenho, uma vez que trabalhadores como esses representam o anseio do mercado de trabalho no sistema capitalista atual e materializam o espírito empreendedor, realizador de conquistas.

Diante dessa conjuntura, nos questionamos como a precarização do trabalho é identificada e compreendida pelos profissionais que, por sua área de formação, assumem papéis ocupacionais mais ou menos envolvidos na gestão da produção e na problematização sobre as relações trabalhistas. O que pensam profissionais como administradores, economistas, advogados trabalhistas, sociólogos, sindicalistas e empresários sobre o fenômeno da precarização do trabalho? Haveria diferenças conceituais entre seus modos de encarar essa questão? Essas diferenças sinalizariam para tendências protecionistas ou liberais quanto às relações de trabalho?

Nesta pesquisa, objetivou-se caracterizar os aspectos definidores da precarização do trabalho para os participantes, segundo suas diferentes formações profissionais e modos de inserção no mercado. Com esse relato de pesquisa, esperamos ilustrar as linhas de pensamento que organizam modos de representar a realidade de trabalho e de precarização, a fim de distinguir suas perspectivas subjacentes, de teor liberalista ou intervencionista.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, foi operacionalizada pela execução de entrevistas com *experts* de determinadas categorias profissionais, com a finalidade de delinear a visão acerca da precarização do trabalho. A variação dos participantes quanto às áreas de formação profissional, modos de inserção e papéis assumidos no mercado de trabalho orientou-se pela conjectura de que entendimentos divergentes poderiam emergir. Pensando na possibilidade de comparecimento de diferentes visões do fenômeno em questão, construiu-se uma hipótese



de trabalho que postula um *continuum* de posicionamentos e maneiras de pensar a precarização do trabalho, segundo as modalidades profissionais, o qual oscila de um posicionamento liberal a um posicionamento protecionista em relação ao trabalho, explicitado na Figura 1.

Figura 1. *Continuum* de posicionamentos quanto à precarização do trabalho, segundo a categoria profissional / papel ocupacional



Fonte: Elaboração Própria (2020).

Foram feitas 12 entrevistas, sendo duas para cada categoria profissional do *continuum*. As entrevistas foram realizadas individualmente e tiveram, em média, 30 minutos de duração. Como instrumento de coleta dos dados, foi utilizado um roteiro semiestruturado. O roteiro continha estímulos – perguntas, trecho editado do filme “Não sei como ela consegue” (2011, Imagem Filmes) e um slide com indicadores da precarização do trabalho – que oportunizavam a manifestação dos participantes acerca do trabalho decente e da precarização das relações trabalhistas.

Em um primeiro momento, foi feita a apresentação do objetivo do estudo e solicitada a permissão para gravação da entrevista em áudio, para posterior transcrição do conteúdo. Na sequência, foi utilizado o roteiro de entrevista, o qual contou com algumas perguntas provocativas em relação ao objeto de estudo. Vale ressaltar a importância do acréscimo de perguntas por parte do entrevistador, a fim de detalhar e destringir a visão do fenômeno pelo entrevistado, garantindo a validade do dado coletado.

Após a realização das 12 entrevistas, iniciou-se o processo de análise de conteúdo dos dados (Bardin, 2011), técnica que tem como ponto importante a definição do critério das análises, proporcionando válida-



de e confiabilidade aos resultados. Preliminarmente, realizou-se a leitura flutuante de todas as entrevistas, com a finalidade de formulação de hipóteses de trabalho e, posteriormente, uma leitura aprofundada para a extração das unidades de registro de cada entrevista. Ao realizar essas leituras, ficou perceptível que uma das entrevistas – Empresário 2 – não era condizente com o objetivo do estudo, então optou-se por eliminá-la e, em função da pandemia da Covid-19 – que assolava o mundo no momento desta pesquisa –, a entrevista não pôde ser refeita, prosseguindo a análise com 11 entrevistas.

Para a escolha das unidades de registro, usamos o tema como unidade de significação, uma vez que nosso interesse repousa sobre o conteúdo da fala dos participantes, os núcleos de sentido extraídos daquela ideia. Quanto às regras de enumeração aplicadas às unidades de registro, levamos em consideração as seguintes: a) presença ou ausência, sendo um quesito importante para a análise do aparecimento ou não de conteúdos correlacionados ao tema central da pesquisa; b) direção, em relação ao *continuum* de posições, pendendo para o lado protecionista ou liberal; c) intensidade, em relação ao posicionamento no *continuum* – mais liberal ou mais protecionista na visão sobre o trabalho.

Após a extração das unidades de registro, seguiu-se para a formação das categorias temáticas, concebidas *a posteriori*, de forma que abrangessem todos os assuntos destacados nas unidades de registro, para uma melhor síntese do conteúdo das entrevistas. As unidades de registro foram agrupadas em categorias temáticas por similaridade do conteúdo enunciado, respeitando a regra da exclusão mútua, a qual admite que cada unidade de registro só pode aparecer em uma categoria. A seguir, são apresentados os resultados e a discussão dos achados da pesquisa.



Resultados e discussão

Os resultados encontrados nesta pesquisa foram organizados em duas partes. A primeira parte aborda o *continuum* de posicionamentos dos entrevistados quanto à precarização do trabalho; e a segunda parte apresenta os resultados da análise de conteúdo empreendida sobre as entrevistas, a qual gerou cinco categorias temáticas, sendo elas: 1) Trabalho Ideal; 2) Índícios de Precarização do Trabalho; 3) Causas da Precarização do Trabalho; 4) Consequências da Precarização do Trabalho; 5) Contextos Sociais da Precarização do Trabalho. A primeira categoria é encarregada de sondar as noções de trabalho decente dos participantes da pesquisa. As outras quatro categorias estão diretamente voltadas para a questão central do nosso estudo, buscando definir a visão sobre precarização do trabalho, a partir de diferentes perspectivas.

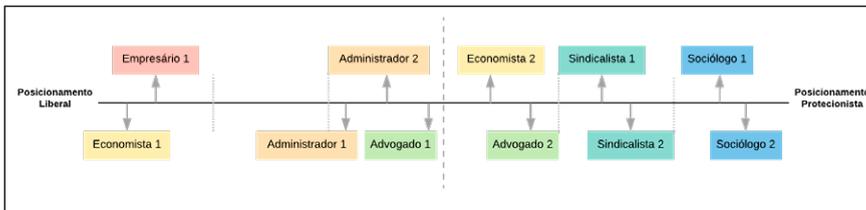
Análise do *continuum* de posicionamentos

Antes de explicitarmos as categorias, é importante ressaltar os nossos achados em relação à hipótese de trabalho, referente à direção e à intensidade de posicionamentos dos participantes que se esperava encontrar. Essa suspeita, configurada em um *continuum* apresentado no método (Figura 1), organiza os participantes por categoria profissional ou papel ocupacional, e parte do pressuposto exploratório de que as diferentes formações profissionais e inserções no mercado de trabalho podem fazer variar a maneira como o indivíduo pensa trabalho e precarização. Esse *continuum* contrapõe posicionamentos protecionistas e liberais quanto à matéria de investigação, de intensidades desde moderadas (região central do *continuum*) até mais acentuadas (extremos). A posição do participante foi determinada pelo teor de suas ideias trazidas na entrevista, permitindo inferir a direção e a intensidade de seu posicionamento. Ao analisarmos as onze entrevistas usadas no presente estudo, percebemos que as posições especuladas originalmente



no *continuum* precisariam ser remanejadas, em função dos resultados apresentados por cada entrevistado. O novo *continuum* foi reorganizado da seguinte forma (Figura 2):

Figura 2 – Reorganização do *continuum* de posicionamentos quanto à precarização do trabalho, segundo a categoria profissional / papel ocupacional



Fonte: Elaboração Própria (2020).

Em decorrência das escassas informações sociodemográficas colhidas de cada entrevistado, o exame explicativo sobre o remanejamento de posições no *continuum* assume caráter exploratório. Ainda assim, ressaltamos que a atividade exercida por cada profissional, além de suas experiências no mercado de trabalho, podem ser aspectos promissores para a formação da opinião pessoal.

Esperava-se que os economistas assumissem um posicionamento moderado, com tendências liberais, segundo a Figura 1, mas ambos os entrevistados desta categoria migraram para outras posições do *continuum*. O Economista 1 atua profissionalmente no mercado financeiro, dessa forma podemos especular que sua atividade profissional pode ter influenciado o seu posicionamento acentuadamente liberal em relação ao trabalho. Já o Economista 2 atua como professor universitário, condição passível de responsabilização por seu posicionamento moderadamente protecionista, em virtude da sua experiência profissional como professor em universidade pública e lecionando conteúdos teórico-metodológicos amplos e críticos.

Acreditava-se que os advogados entrevistados assumiriam uma posição moderada protecionista, o que de fato aconteceu para o Advogado 2. O Advogado 1, por outro lado, adotou posição moderada, contudo de viés

liberal. Os entrevistados da área da Administração estavam originalmente orientados para o polo liberal, numa altura do *continuum* mais acentuada do que se esperava para os economistas (ver Figura 1). A suspeita se cumpriu quanto à orientação liberal de suas ideias, mas a intensidade foi somente moderada, o que os agrupa junto ao Advogado 1. Os Administradores 1 e 2 trabalham em empresas privadas, e constantemente retrataram suas experiências pessoais como empregados, o que colaborou para as suas aproximações à região central do *continuum*, margeando um posicionamento protecionista. No extremo liberal, de acordo com o imaginado, encontrou-se o Empresário 1 – não foi possível, dentro do cronograma de coleta de dados, entrevistar um segundo empresário. O Empresário 1, devido ao seu *status* de dono de empresa, provavelmente se manifestou a partir da defesa de seus próprios interesses, que, na maioria das vezes, são antagônicos aos interesses dos trabalhadores.

Do outro lado, esperava-se que os sociólogos adotassem uma tendência protecionista, ainda que de magnitude inferior àquela assumida pelos sindicalistas, de quem se esperava o posicionamento mais extremo. Curiosamente, houve uma permuta entre as posições dessas duplas de atores sociais, o que localizou os sociólogos, em função do conteúdo de suas respostas, no ponto mais protecionista do *continuum*. Em relação aos sindicalistas e sociólogos, é importante destacar a formação acadêmica, pois todos são formados em áreas das Humanidades, podendo ser um aspecto marcante para a reorganização do extremo protecionista, vide a importância de tal formação na construção do posicionamento em favor da proteção ao trabalhador.

Análise das categorias temáticas

A análise dos achados do presente estudo foi feita de acordo com categorias analíticas definidas *a posteriori* e sistematizadas pela posição empírica no *continuum* de posicionamentos sobre precarização do trabalho. Dessa forma, as entrevistas do Empresário 1 e Economista 1



foram analisadas em conjunto, bem como as entrevistas dos Administradores e do Advogado 1, do Economista 2 e do Advogado 2, dos dois Sindicalistas e dos dois Sociólogos. A composição das categorias foi executada levando-se em consideração a reunião das unidades de registro temáticas por similaridade semântica, após o que as categorias foram nomeadas e definidas conceitualmente. A Tabela 1, apresenta as categorias e suas definições.

Tabela 1. Categorias Analíticas

Categoria	Definição
Trabalho ideal	Noções caracterizadoras de um trabalho ideal.
Indícios de precarização do trabalho	Percepção de precarização em dada situação de trabalho.
Causas da precarização do trabalho	Fatores vistos como possíveis causas para as condições precárias no âmbito organizacional.
Consequências da precarização do trabalho	Aspectos vistos como possíveis consequências das condições precárias no âmbito organizacional.
Contextos sociais da precarização do trabalho	Aspectos sócio-históricos que contribuem para a precarização na esfera do trabalho.

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Na primeira categoria, denominada “Trabalho Ideal”, foram agrupadas as unidades de registro que expunham as noções caracterizadoras do trabalho ideal para os participantes da pesquisa. Nessa categoria, todos os entrevistados manifestaram opinião, uma vez que esse conteúdo era provocado por uma pergunta do roteiro, totalizando sete unidades de registro. A segunda categoria, “Indícios de Precarização do Trabalho”, é a mais importante para responder ao objetivo do presente estudo, uma vez que versa sobre a percepção da precarização do trabalho para os entrevistados. É a maior categoria, com 23 unidades de registro, e é abordada por todos os entrevistados em resposta a uma das perguntas do roteiro.

A terceira categoria, “Causas da Precarização do Trabalho”, condiz com a explicitação de alguns fatores que, em conformidade com nossos entrevistados, podem ser vistos como possíveis causas para as



condições precárias no âmbito organizacional. Essa é uma categoria, assim como a anterior, extensa, a qual agrupa 20 unidades de registro e, mesmo que não seja uma questão oriunda do roteiro, foi mencionada espontaneamente em todas as posições do *continuum*. A quarta categoria, “Consequências da Precarização do Trabalho”, abarca apenas quatro unidades de registro e, também, derivou de falas espontâneas. Essa é uma categoria exclusiva do polo protecionista, a qual dispõe de possíveis efeitos que a precarização do trabalho produz.

A quinta, e última, categoria, “Contextos Sociais da Precarização do Trabalho”, dispõe de cinco unidades de registro e aborda alguns aspectos sócio-históricos que colaboram para a precarização na esfera do trabalho, de acordo com os entrevistados. É uma categoria que, também, surgiu de modo espontâneo no decorrer das entrevistas e conta com a participação dos dois polos, mas não de todas as posições do *continuum*. A seguir, é apresentada a análise por categorias e alguns trechos de fala ilustrativos.

Trabalho ideal

Com relação à noção de trabalho ideal apresentada pelos entrevistados, levando-se em consideração os polos do *continuum*, podemos perceber que o polo liberal inclui nessa noção aquele trabalho que corresponde às necessidades não apenas do empregado, mas também do empregador, como nota-se nas seguintes falas:

(...) trabalho ideal vai ser o que se encaixe na demanda e oferta do empregador e do trabalhador (Economista 1).

O trabalho ideal seria um trabalho em que, tanto o empregador como os empregados, vivessem numa harmonia (Empresário 1).

Já os entrevistados do polo social-protecionista enfatizam a perspectiva do trabalhador, sinalizando as diversas demandas que o concei-



to deve atender para que ser torne efetivo, como explicitado nos seguintes trechos:

(...) um trabalho ideal seria aquele que proporcionasse uma satisfação financeira, uma satisfação pessoal. Acima de tudo, um trabalho que não trouxesse desequilíbrio do ponto de vista da saúde do empregado (Advogado 2).

(...) um trabalho que ele [o trabalhador] seria remunerado de forma adequada, suprindo as necessidades e sobrando dessa remuneração valor suficiente para que ele possa usufruir da vida, para além do seu trabalho (Sociólogo 1).

Essa foi a principal diferença entre as noções de trabalho ideal identificadas nas falas dos entrevistados que fazem parte dos dois polos do *continuum*: enquanto os que se posicionaram no polo social-protecionista levam em consideração que o trabalho ideal deve suprir as necessidades do trabalhador e, além disso, proporcionar uma vida digna, sobressaltando os aspectos individual e subjetivo, aqueles que estão no polo liberal incluem a instrumentalidade da relação entre empregado e patrão nessa questão. Para esses últimos, é importante que haja um alinhamento entre as expectativas e o que se pode oferecer em contrapartida pelos partícipes dessa relação.

É interessante observar que o Empresário 1, aparentemente, expressa sua opinião a partir da sua perspectiva como empregador, o que nos leva a crer que está se pronunciando a partir dos seus interesses particulares. O Advogado 2 acrescenta também que o trabalho ideal não deve causar danos à saúde do trabalhador.

Muitas são as idealizações em torno do trabalho. Como defendido, em sua maioria, pelos entrevistados que estão posicionados no polo protecionista, trabalho ideal abrange remunerações adequadas aos trabalhadores, garantia de todos os seus benefícios, carga horária justa, contratos formais, dentre outros direitos. Essa perspectiva comunga com a definição



de trabalho ideal ou decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo a qual é aquele adequadamente remunerado, com garantias de segurança, equidade e liberdade, bem como que possa assegurar uma vida digna e ausente de discriminações (CEPAL; PNUD; OIT, 2008).

De acordo com Rosenfield e Pauli (2012), o conceito de trabalho decente é idealizado na perspectiva de garantir, por meio de sua efetivação, uma vida digna aos sujeitos, uma vez que serve como referência para a construção de direitos humanos que estejam implicados com a justiça social. Entretanto, como salienta Ribeiro (2020), mesmo que esse seja apresentado como um conceito universal, é preciso que haja uma contextualização a cada realidade social para que se obtenha resultados concretos de sua aplicação.

Logo, os trabalhos que fogem dessa lógica do trabalho ideal seriam, em tese, trabalhos precarizados. Para Druck (2011), a precarização das relações trabalhistas está diretamente ligada aos contratos informais, ao ritmo de produção intenso e às extensas jornadas de trabalho, à não garantia de direitos básicos do trabalhador, às baixas remunerações. Dessa forma, podemos argumentar que a precarização do trabalho está atrelada ao não cumprimento dessas metas preconizadas pela OIT, metas essas que, se executadas, asseguram a qualidade nas relações trabalhistas. Ou seja, o trabalho precarizado é o oposto do trabalho ideal e decente.

Indícios de precarização do trabalho

Sobre os indícios de precarização do trabalho, para aqueles que compõem o polo liberal do *continuum*, a precarização aborda, essencialmente, falta de condições estruturais no ambiente de trabalho e que coloquem a vida do trabalhador em risco, como podemos observar no seguinte trecho:

É um trabalho sem condições físicas de realizar a atividade, acho que isso seria precarização do trabalho. Sem recursos materiais, ou equipamentos de segurança pela atividade (Economista 1).



Além disso, em algumas entrevistas (Advogado 1, Economista 1 e Empresário 1) surgem argumentos de que, uma vez que uma dada situação esteja em comum acordo entre empregador e trabalhador, já não há possibilidade de ser identificada como precarização do trabalho. No entanto, essa perspectiva deixa de levar em consideração que, na relação entre o empregado e o empregador, a parte mais fraca (o empregado) possui menor capacidade de negociação, ou seja, muitas vezes não há outra saída a não ser aceitar as condições do empregador e se sujeitar a trabalhos aquém do preconizado pela legislação e pela OIT. Todavia, a aquiescência e conformidade a tal tipo de trabalho não eliminam seu caráter precarizado.

Para o polo social-protecionista, a precarização vai muito além. Sempre centrado em uma visão pró-trabalhador, foram abordadas questões como: rompimento de fronteiras entre a vida pessoal e a profissional, baixa remuneração, altas taxas de rotatividade, contratos temporários, intensificação no ritmo e na jornada de trabalho, o modo de funcionamento da terceirização, a natureza precária dos novos modelos de trabalho – como o trabalho uberizado –, a medicalização como artifício potencializador do ritmo de trabalho, as questões de gênero no mercado de trabalho, o sofrimento físico e psíquico do trabalhador e, por fim, a redução de benefícios com a Reforma Trabalhista de 2017. Vale ressaltar um dos pontos de maior divergência entre os polos: a terceirização. Para o polo liberal é uma necessidade do mercado de trabalho, como podemos observar na fala a seguir:

Terceirização não [configura precarização], terceirização é uma forma de trabalhar (...). Como é que nós vamos arrumar emprego pro povo trabalhar sem terceirização? (Empresário 1).

Já para o polo social-protecionista, a terceirização opera um modo de funcionamento que precariza as relações trabalhistas, como nota-se no presente trecho:



A terceirização é um mecanismo muito útil, por conta que você vai acabar até gerando mais empregos. A questão toda é a forma como a legislação trata hoje a questão da possibilidade de terceirizar a atividade-fim, e aí a terceirização hoje é um mecanismo de precarização (Advogado 2).

A terceirização emergiu na década de 1990, disparada pela dominação dos governos neoliberais. Segundo Druck e Franco (2007), diante da crise da “sociedade do trabalho”, com os elevados níveis de desemprego, a reestruturação industrial e a globalização da economia – com os novos paradigmas tecnológicos e gerenciais –, precipitaram-se modificações nas relações trabalhistas, intensificando processos como a terceirização. Esse fenômeno, que assola as relações trabalhistas, é marcado por um grande contingente da população economicamente ativa ocupada em atividades do setor terciário. Essas modificações nas relações de trabalho possuem suas raízes na historicidade da industrialização brasileira, bem como nas dificuldades impostas pela crise do capital para os trabalhadores. Destarte, a terceirização não pode ser taxada como um novo modo de produção, mas, sim, como uma consequência drástica das modificações nas relações de trabalho, tornando-as significativamente precárias, e pode ser destacada como uma tática empresarial para enfrentar a crise, levando em conta todo tipo de estratégia para transferir as perdas para os trabalhadores.

Com o crescimento estrondoso desse fenômeno, a precarização também ascende proporcionalmente, uma vez que as empresas reduzem o seu quadro de pessoal, diminuindo o número de trabalhadores com carteira assinada, decaindo cada vez mais os salários pagos e aumentando a jornada de trabalho. Com mais horas trabalhadas e menos descanso por parte dos terceirizados – apontando sempre para o aumento dos lucros –, o risco de acidentes é maior, a qualidade e a eficácia do serviço prestado tendem a decair e a insatisfação por parte da empresa contratante é cada vez mais presente.



Em resumo, a terceirização implica consequências como redução de salários – sendo esses sempre mais baixos do que os salários vigentes na empresa contratante –, retirada de benefícios, jornadas de trabalho mais extensas e intensas, e baixos índices de segurança, conformando relações precárias de trabalho e superexploração dos trabalhadores que se submetem a tais relações. As empresas que terceirizam empregados são marcadas, segundo Druck e Franco (2007), por altas taxas de rotatividade, configurando um trabalho instável pela sua temporalidade, pela sonegação de contribuições sociais previstas em lei, por não se atentar com o treinamento e a devida qualificação de seus empregados e, muitas vezes, passar por cima de direitos trabalhistas mínimos.

Além do fenômeno exposto anteriormente, a questão de gênero no mundo do trabalho foi um assunto presente, como podemos perceber no comentário ao trecho de filme projetado como estímulo, durante a entrevista:

A questão da diferença de você ser mulher e você ser homem no mundo do trabalho, que ficou bem evidente a questão de que ela [a protagonista] tem que dar conta de tudo, enquanto que, por exemplo, agora no final, esse colega dela pode estar lá disponível... pode até ter uma família, mas ele não tem que ser, que cuidar da família, de estar nesse papel de cuidadora que a mulher tem, né. Então para mim, foi uma situação que ficou bem clara, a diferença da questão de gênero no mundo do trabalho (Sindicalista 2).

Hirata (2005) reflete acerca da questão da divisão sexual do trabalho em seu estudo ao afirmar que o desenvolvimento do capital gera profundas consequências na vida social, uma vez que engendra realidades diferentes e desiguais entre homens e mulheres. A autora observa que os postos de trabalho nos setores de saúde, serviços pessoais e educação ainda continuam sendo os que mais absorvem a mão de obra feminina. Além disso, sinaliza que as mudanças que estão acontecendo nos últimos anos, no âmbito empregatício, produzem um cenário de



bipolarização dos postos de trabalho assalariados ocupados pelas mulheres, colaborando para a existência de realidades econômicas e perfis sociais totalmente diferentes. Assim, enquanto um polo é ocupado por profissionais altamente qualificadas e que recebem remunerações adequadas, o outro se caracteriza pela sua precariedade, remuneração inadequada e baixo nível de qualificação daquelas que o ocupam. Hirata (2005) ainda nos chama atenção para o fato de que, mesmo sendo possível observar nos últimos anos tais mudanças no mundo do trabalho, é preciso expor a rigidez nas mudanças na esfera do trabalho doméstico, que ainda é executado de forma massiva pela mão de obra feminina e se constitui como um fator que ainda é muito ilustrativo da atuação das mulheres no mercado de trabalho.

Causas da precarização do trabalho

Para o extremo liberal (Empresário 1 e Economista 1), uma explicação a qual se recorre nessa categoria diz respeito a uma carga tributária pesada, somada à queixa de que o trabalhador não produz o ideal em função do que custa para o empregador, como podemos notar na seguinte fala:

É uma carga tributária muito alta em cima do trabalhador – não sei se vocês sabem disso, mas o trabalhador tem um custo médio de 180 a 200% do que ele recebe. Se você recebe mil reais, o empregador está pagando mil para você mais oitenta ou cem por cento para encargos sociais. Então, o trabalhador recebe pouco e o empregador paga muito. (...) Quase de oitenta a cem por cento de carga tributária, então [essa é] uma coisa que eleva o custo Brasil – falei um ponto. Outro ponto que eleva o custo Brasil é a produtividade muito baixa, a mão de obra brasileira não cresce desde os anos oitenta, então por que que a gente fala que o salário brasileiro foi aumentado artificialmente ao longo dos últimos vinte anos? Porque eu pago para um cara cem reais por hora e no outro ano eu pago cento e dez, mas ele produz os mesmos cem. (...) A produtividade da mão de obra não aumenta desde os anos



oitenta, então, é um cara que eu pago mais caro, mas que não produz mais, é uma carga tributária pesada (Economista 1).

As causas da precarização para a outra parte do polo liberal (Administradores e Advogado 1) versam, basicamente, em torno do desemprego – altas demandas por trabalho e pouca oferta –, bem como a exigência de uma alta produtividade dirigida aos trabalhadores, com sobrecarga de trabalho junto a uma remuneração inadequada.

No polo protecionista do *continuum*, as causas da precarização do trabalho estão, em sua maioria, atreladas à nova Reforma Trabalhista de 2017. Segundo os entrevistados que defendem essa visão, a reforma legislativa reduziu significativamente os direitos dos trabalhadores e ainda conseguiu mascarar suas reais intenções. Suas supostas finalidades seriam voltadas à geração de mais empregos e à modernização do mercado de trabalho, no entanto, o que percebemos no trecho a seguir é uma qualidade duvidosa de tais empregos, em que o trabalhador é quem sai perdendo:

A legislação tem andado sob um pretexto de fazer o país andar para frente, ela vem reduzindo direitos. (...) Então, ela entregou com uma mão e tirou com a outra. É um avanço reconhecer que uma pessoa hoje pode trabalhar em home office, sim. Mas, por outro lado, essa pessoa vai estar fora do controle de jornada, o que traz prejuízos para ela, de ordem financeira, inclusive. Você não vai controlar a jornada da pessoa, quantas horas essa pessoa vai trabalhar. Então, a Reforma trouxe alguns avanços, mas em sua maior parte, ela trouxe redução de direitos. (...) eu tenho certeza que a intenção da criação dessas possibilidades foi na linha do que eu já venho falando, a questão de favorecer a empresa e não esse pretexto que foi lançado na mídia que era a modernização das relações de trabalho (Advogado 2).

Krein (2018) defende que a Reforma Trabalhista de 2017 foi um completo desmonte de direitos dos trabalhadores, bem como um esva-



ziamento da ação coletiva, e que as novas configurações trabalhistas são uma porta de entrada para a precarização do trabalho. As alterações na forma de contratação e a facilidade para despedir funcionários, as alterações na jornada de trabalho e na remuneração dessas jornadas e as condições de trabalho que põem em risco a saúde e a segurança do trabalhador são fatos que colocam à prova as evidências de um horizonte precarizado no âmbito organizacional. Além disso, as alterações na regulamentação dos sindicatos, as limitações no acesso à Justiça do Trabalho e o engessamento do sistema de fiscalização de fraudes agravam a luta dos trabalhadores, produzindo cada vez mais precarização. Destarte, podemos observar os indícios de precarização nas entrelinhas da Reforma Trabalhista.

Consequências da precarização do trabalho

Os integrantes do polo liberal não argumentaram nessa categoria, o que nos impele a especular se seria uma atitude de desinteresse ou de desresponsabilização quanto aos efeitos produzidos pelo acirramento do sistema de produção e de extração de mais valor; ou ainda, se tais efeitos, eventualmente já naturalizados na esfera do trabalho, não são problematizados como consequências dos modos de produção contemporâneos.

Os temas abarcados nessa categoria estão, basicamente, centrados em questões de saúde, como o adoecimento ocupacional e os acidentes de trabalho, como o explicitado a seguir:

O adoecimento ocupacional e mental está acontecendo de uma forma que eu nunca vi antes. Lá no IFS, a gente vê muita gente se afastando por conta de depressão, de surtos de ansiedade, inclusive, do desencadeamento de transtornos até mais graves, psíquicos, no trabalho e por conta do processo de trabalho. Então, está muito grande, isso aí está acontecendo e eu acho que deriva da precarização do trabalho (Sindicalista 2).



É perceptível que, devido ao ritmo intenso e às extensas jornadas, o trabalhador esteja menos cauteloso em relação à sua saúde e segurança, e o empregador, muitas vezes, não se atente às condições emocionais e físicas dos seus subordinados. Além disso, a falta de investimento em segurança, por parte das empresas, ocasiona acidentes de trabalho recorrentes. Esses fatos estão diretamente atrelados a possíveis consequências que a precarização das condições de trabalho pode acarretar. Um estudo feito por Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) aponta que o clima organizacional de alta competitividade e riscos de perder o emprego confere ao trabalhador altos índices de desconfiança, incerteza e intimidação. Esse medo constante gera um estado de tensão e alerta, no qual o trabalhador alimenta uma autocobrança pela perfeição e alta produtividade. Esse comportamento, segundo as autoras, produz insônia e distúrbios psicológicos, como quadros depressivos, esgotamento profissional – a Síndrome de Burnout –, transtorno de estresse pós-traumático e, até mesmo, o abuso e a dependência de substâncias – como bebidas alcóolicas, drogas ilícitas e psicotrópicos.

Além do exposto anteriormente, tais danos psicológicos também podem ser originados pelo desemprego – de índice cada vez mais elevado no Brasil e um elemento que surgiu nas entrevistas como causa da precarização do trabalho. Araújo e Mendonça (2017) apontam que o desemprego e os danos psicológicos andam lado a lado e, com o número crescente de desempregados, esse quadro torna-se preocupante. As autoras argumentam que, além dos prejuízos financeiros, os indivíduos que não conseguem seu lugar no mercado de trabalho têm agravados sentimentos de autodepreciação, uma vez que, caso passem por um longo período desempregados, são julgados menos capacitados que os demais, acarretando, assim, grandes chances de sofrerem danos psicológicos. Além disso, seus achados de pesquisa afirmam que os participantes associam sofrimento, angústia, preocupação e frustração à situação de desemprego, o que nos permite atrelar esse fenômeno ao sofrimento psicológico.



Contextos sociais da precarização do trabalho

No polo liberal, a posição assumida pelos Administradores e pelo Advogado 1 faz menção à reformulação do sindicato como algo necessário, assim como nota-se na fala a seguir:

Existe uma fragilização dos sindicatos, mas também acho que é um dos únicos pontos que eu poderia até concordar com a Reforma Trabalhista. Os sindicatos no Brasil, hoje em dia, precisam passar por uma reformulação. Se você pegar, a maioria dos sindicatos não brigam por aquilo que eles, realmente, deveriam brigar (Advogado 1).

No polo protecionista, na posição dos Sindicalistas acontece a mesma menção à fragilização dos sindicatos, porém argumentando uma “deseducação” por parte dos líderes sindicais quanto à história de luta dos trabalhadores, como é mostrado na passagem a seguir:

A gente vem de um governo de trabalhadores e nesse governo tivemos ganhos, mas também tivemos perdas, por exemplo, as pessoas que eram os líderes sindicais foram todos para o governo. Então, a gente passou dez, doze anos com o processo de luta muito enfraquecido, porque estava todo mundo ocupando cargo no governo, as pessoas que deveriam estar lutando. Então, a gente teve uma deseducação pela luta do trabalhador (Sindicalista 2).

Além da questão da fragilização dos sindicatos, surgiram dois pontos que valem a pena destacar: a) o desemprego como uma estratégia dos donos do capital para que os trabalhadores aceitem condições precárias de trabalho (Sindicalista 2); b) um fetichismo de liberdade do trabalhador – como a ideia do empreendedorismo ou das relações flexíveis de trabalho – produzindo precarização e mascarando a hierarquia do mercado, uma vez que camufla que o “empreendedor de si mesmo” pode estar na base da pirâmide da precarização do trabalho. Esse novo perfil do trabalhador, que atua na base da pirâmide, é exposto por An-



tunes (2018), o qual aponta que as novas formas de inserção no mercado – informais e flexíveis – acabam por precarizar o trabalho, uma vez que resultam em baixas remunerações, além de direitos sociais e trabalhistas básicos colocados à prova. Ademais, a intensificação do ritmo de trabalho, com a finalidade de uma alta produtividade, é um elemento que promove a ascensão da precarização estrutural do trabalho.

Exemplo dessa nova forma de precarização, a uberização do trabalho, é um fenômeno recente no Brasil, e sua emergência deu-se, em grande parte, pela insatisfação da clientela com os valores e a qualidade oferecida pelos serviços de táxi. Dessa forma, a empresa norte-americana Uber ganhou espaço no país como uma inovação tecnológica disruptiva no segmento de transporte de passageiros. Segundo Martins e Miranda (2017, p. 104),

os trabalhadores que ingressam nesses tipos de organização disponibilizam seu capital social (principalmente, na forma de laços fracos) para plataformas virtuais ganharem um montante de dinheiro que não passa nem perto do que é percebido como lucro ou benefícios pessoais por esses trabalhadores.

De acordo com Siqueira, Santos e Goulart (2020), os principais motivos para o engajamento dos sujeitos em uma economia compartilhada – como é o caso da plataforma Uber – estão relacionados a fatores como autonomia – a aparente ausência da relação empregador-empregado –, renda e horário flexíveis. Os autores ainda ressaltam que o aspecto econômico, em detrimento de configurações sociais sustentáveis, apresenta-se como o fator mais relevante em motivar os sujeitos a engajar-se em algum tipo de plataforma.

Diante disso, a uberização do trabalho faz parte do bojo da flexibilização e da informalidade das relações trabalhistas e tem como foco central a competitividade entre os motoristas, uma vez que quem trabalha mais, ganha mais. Esse fato é ratificado por Pochmann (2016), o qual, em conformidade com Martins e Miranda (2017), ao afirmar a



mudança nas relações entre os trabalhadores nesse novo modelo de emprego, destaca um crescente individualismo, em que ascende a competitividade sempre acompanhada de um discurso empreendedor, asseverando que resultados positivos vêm de acordo com a quantidade de esforço que é empregada na atividade.

O modelo de trabalho uberizado é uma democratização da precarização do trabalho: é a ideia de que um trabalho precário – no qual o motorista oferece sua força de trabalho, o seu carro e o combustível, assume o risco de estar rodando pela cidade (até mesmo de madrugada, com todas as adversidades que podem surgir), e a empresa apenas oferece a ponte entre o cliente e o motorista – é melhor que trabalho nenhum (Druck; Franco, 2007). Ademais, esse modelo de trabalho responde perfeitamente pelas características de responsabilização individual, ética da concorrência e espírito empreendedor cultuadas no imaginário liberal (Dardot; Laval, 2016; Puello-Socarrás, 2021), ainda que seja somente um triste e cínico arremedo de empreendedorismo.

Considerações finais

Retomando, por fim, algumas questões abordadas no início do presente texto, a Organização Internacional do Trabalho dispõe de alguns parâmetros do que compoñha um trabalho decente, o qual precisa ser adequadamente remunerado, bem como proporcionar uma vida digna, sem discriminação, com plenas condições de liberdade, segurança e equidade (CEPAL; PNUD; OIT, 2008). Dessa forma, todo trabalho que desvia dessa conduta é um trabalho precário. Além disso, Druck (2011) concebeu Indicadores de Precarização Social do Trabalho, os quais versam sobre a informalidade na inserção e contratação dos trabalhadores, os direitos trabalhistas flexibilizados, os altos níveis de desemprego, as baixas remunerações e o intenso ritmo no processo produtivo. Atrrelando as metas da OIT aos indicadores de Druck, temos um modelo de trabalho ideal a perseguir.



O objetivo central do presente estudo foi caracterizar a precarização do trabalho e, para isso, entrevistamos diferentes profissionais que supusemos abraçar uma visão liberal ou protecionista sobre trabalho, disposta em um *continuum* de orientação e intensidades (ver Figura 1). Nosso *continuum* foi reorganizado (ver Figura 2) após a análise das entrevistas. Os profissionais que ficaram no polo liberal trataram a precarização do trabalho como um deficit em condições estruturais do trabalho, o qual proporcionaria risco à vida e à saúde dos trabalhadores. Os profissionais do extremo liberal – Empresário 1 e Economista 1 – apontaram como causas da precarização do trabalho as pesadas cargas tributárias e a baixa produtividade dos trabalhadores em relação ao que é pago aos mesmos. Já os demais profissionais do lado liberal do *continuum* destacaram o alto índice de desemprego que assola o Brasil, assim como a sobrecarga no trabalho, que impossibilitaria um bom desempenho do trabalhador em suas funções. As possíveis consequências produzidas pela precarização das relações trabalhistas não foram abordadas por esse polo do *continuum*.

Os profissionais de visão protecionista acerca do trabalho trataram de diversos pontos em relação à precarização, como o entrelaçamento entre a vida pessoal e a profissional, baixa remuneração, altos índices de rotatividade, contratos provisórios, intensificação no ritmo e na jornada de trabalho, o modo de funcionamento da terceirização, a natureza precária dos novos modelos de trabalho – como a uberização –, a medicalização como artifício potencializador da produtividade, as questões de gênero no mercado, os danos físicos e psicológicos do trabalhador e a redução de benefícios com a nova Reforma Trabalhista. As causas da precarização, para esse lado do *continuum*, versam, principalmente, em torno da Reforma Trabalhista de 2017 e sua potencialização na redução dos direitos trabalhistas, e as consequências dessa precarização para o trabalhador estão centradas nos danos físicos e psicológicos acarretados com as más condições de trabalho.

Com a escassez de informações coletadas sobre nossos entrevistados, tivemos um deficit na discussão dos resultados, pois alguns da-



dos de vivência pessoal ou profissional poderiam ser relevantes para o entendimento da reorganização do *continuum* de posicionamentos. Além disso, em função da pandemia da Covid-19, não pudemos refazer uma entrevista – Empresário 2 – que não atendeu aos nossos objetivos. No entanto, apesar de tais limitações, foi perceptível a contribuição da pesquisa para a caracterização dos diferentes profissionais em relação à precarização das relações trabalhistas, ressaltando que, além da formação acadêmica, a atividade profissional é um fator significativo para a visão do indivíduo acerca do trabalho. O presente estudo pode, ainda, servir como base para o aprofundamento em pesquisas posteriores. Além de ser recomendável uma abordagem com novas áreas profissionais, poderiam ser inseridas outras variáveis ocupacionais, e não apenas a formação acadêmica e o ramo de atuação.

Terminamos este relato de pesquisa com mais perguntas do que respostas: diante do exposto em relação às diferentes noções de trabalho ideal e precarizado, um trabalho decente, de acordo com o proposto pela OIT, seria um horizonte possível? Com a nova Reforma Trabalhista em vigência no Brasil, a qual estipula redução de benefícios e torna condições precárias legítimas, estaríamos cada vez mais distantes desse trabalho decente? Com 12,9 milhões de desempregados, em relação ao primeiro trimestre do ano de 2020 (IBGE, 2020), um número cada vez maior de demanda por emprego e uma oferta mais exigente por qualificação, podemos ansiar pelo fim das condições precárias de trabalho? Levando em conta o sistema capitalista, o qual almeja a alta produtividade e lucros cada vez mais crescentes como seus pontos centrais, é plausível aspirarmos condições de liberdade nesse cenário? Questões como essas precisam ser visitadas quando discutimos sobre a atual esfera do trabalho no Brasil.



Referências bibliográficas

Antunes, R. “A crise, o desemprego e alguns desafios atuais”. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, 104, 2010, p. 632-636.

Antunes, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Boitempo editorial, São Paulo- SP, 2018.

Antunes, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV: Trabalho Digital, Autogestão e Expropriação da Vida** – 1. ed. – Boitempo editorial, São Paulo- SP, 2019.

Antunes, R.; Druck, M. G. “A precarização do trabalho como regra”. In: Antunes, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Boitempo editorial, São Paulo- SP, 2018, p. 154-168.

Araújo, M. R. M. de; Mendonça, A. C. “Danos psicológicos associados ao desemprego: um estudo empírico”. In: Faro, A; Araújo, M. R. M de (Orgs.). **Teorias & Estudos em Psicologia Social: a contemporaneidade em temas clássicos**. Editora UFS, São Cristóvão- SE, 2017, p. 286-305.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

Borges, L. O.; Yamamoto, O. H. “O mundo do trabalho”. In: Zanelli, J. C.; Borges-Andrade, J. E.; Bastos, A. V. B. (Orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2ª ed. Artmed, Porto Alegre – RS, 2014, p. 24-62.

Cardoso Junior, J. C.; Hamasaki, C. S. “Padrões de desenvolvimento, mercado de trabalho e proteção social: a experiência brasileira entre as décadas liberal (1990) e desenvolvimentista (2000)”. **IPEA**. Brasília, 2014.

CEPAL; PNUD; OIT. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente**. Brasília, 2008.

Dardot, P.; Laval, C. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

Druck, G.; Franco, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo. Col. Mundo do Trabalho, 2007.

Franco, T.; Druck, G.; Seligmann-Silva, E. “As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado”. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 35, núm. 122, 2010, p. 229-248.

Guimarães, M. M. M. “Crise, reestruturação produtiva e trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras”. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. 119, n. 62, 2002.



Han, B. **Sociedade do Cansaço**. Editora Vozes, Petrópolis- RJ, 2015.

Hirata, H. “Globalização, trabalho e gênero”. **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, 2005, p. 111-128.

IBGE. **Desemprego**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 15/06/2020.

Krein, J. D. “O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista”. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 30, n. 1, 2018, p. 77-104.

Lichtnow, B. R. “Estado mínimo e princípio de proteção do trabalhador”. **JurisWay**. 2009. Disponível em <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1763>. Acesso em: 20/09/2020.

Martins, A. C. T.; Miranda, M. G. “Capital social, precarização e uberização do trabalho”. **LexCult**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2017, p. 93-108.

Mota, A. E. “Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social”; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009, p. 1-19.

NÃO sei como ela consegue. Direção de Douglas McGrath. EUA: **Imagem Filmes**, 2011. Filme (89 min.)

Pochmann, M. “Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil”. In: Teixeira, M. O.; Andrade, H. R. de; Coelho, E. D. **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo, 2016, p. 59-68.

Puello-Socarrás, J. F. “Novo neoliberalismo: arquitetura estatal no capitalismo do século XXI”. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 27, n. 1, 2021, p. 35-65.

Ribeiro, M. A. “Contribuições da psicologia para pensar o conceito de trabalho decente”. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 3, 2020, p. 1114-1112.

Roesler, A. R. **Crise econômica, flexibilização e o valor social do trabalho**. São Paulo: LTr, 2014.

Rosenfield, C. L.; Pauli, J. “Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, 2012, p. 319-329.

Saad Filho, A.; Moraes, L. (eds.) **Brasil: neoliberalismo x democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.



Siqueira, U. A. S.; Santos, C. D.; Goulart, P. R. K. “O trabalho do futuro? Motivações para o trabalho na economia compartilhada”. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 3, 2020, p. 1157-1165.

Standing, G. “O precariado: a nova classe perigosa”. **O precariado**. 1. ed.; 1 reimp.; Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2014, p. 15-48.

Trindade, F. “A justiça do trabalho no Brasil: paternalista ou patronal?” **JUS.COM.BR**. 2016. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/50333/a-justica-do-trabalho-no-brasil-paternalista-ou-patronal>>. Acesso em: 20/09/2020.

Tonet, I. “Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade”. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009, p. 1-18.



PRECARIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS EGRESSOS DO SENAC/SE

 Denise Cristina Silva Rosa¹

 Vilma Soares de Lima Barbosa²

O PRESENTE CAPÍTULO tem como objetivo analisar a formação profissional ofertada pelo Senac/SE para a inserção no mercado de trabalho a partir das vivências e experiências dos jovens egressos do Programa Jovem Aprendiz. A formação profissional dos jovens egressos, sujeitos desta pesquisa, foi oriunda de um dos programas voltados à inserção de jovens no mercado de trabalho, o Programa Jovem Aprendiz. Esse programa, que faz parte da Lei da Aprendizagem n.º 10.097/2000, é uma das políticas públicas voltadas a minimizar o cenário desfavorável e reduzir os impactos sobre a procura de trabalho na juventude, emergindo assim um programa voltado para o primeiro emprego que associa a possibilidade de geração de renda para o jovem trabalhador, ora para complementar a renda familiar, ora para subsidiar sua própria ou suposta autonomia material, além de fazer uma vinculação entre trabalho e educação.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFS. E-mail: dennirosa@gmail.com

² Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Sociologia, Educação e Trabalho. E-mail: vilma.slb@hotmail.com



Para realização desta pesquisa, participaram cerca de cinco jovens egressos entre 18 e 24 anos de idade, dos gêneros masculino e feminino, que fizeram parte do programa, entre 2015 e 2018, no Curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Administrativos. A escolha por essa formação ocorre em virtude de ser um dos programas mais procurados pelas empresas contratantes, posto que a área administrativa possibilita a alocação dos jovens que são menores de 18 anos, que não podem estar em áreas e atividades insalubres e/ou perigosas. Sendo assim, o empregador se compromete em assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de Aprendizagem Profissional, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

A Lei 10.097/200 e o Programa Jovem Aprendiz

A Lei da Aprendizagem foi promulgada em dezembro de 2000 e se regulamentou pelo Decreto n.º 5.598/2005, em que ficou estabelecido que todas as empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar jovens entre 14 e 24 anos, na condição de jovem aprendiz. Para efetivação dessa proposta de ser jovem aprendiz é formulado um contrato de trabalho especial, definido por tempo determinado que pode durar no máximo dois anos.

Os jovens que são beneficiados por essa lei são contratados como aprendizes de ofício, com denominação prevista na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações, do MTE – Ministério Público do Trabalho e Emprego, ao mesmo tempo que são matriculados nos cursos de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas. Neste caso a instituição formadora é o Senac/SE, que é a responsável pela certificação dos jovens que concluírem o Programa Jovem Aprendiz, incluindo assim a carga horária da teoria desenvolvida na instituição formadora e a carga horária prática desenvolvida nos ambientes laborais das empresas contratantes.



O Programa Jovem Aprendiz, cujo objetivo é a formação técnico-profissional metódica³, foi regulamentado através da Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, alterada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro 2005, que modificou a idade para a inserção no programa dos 14 aos 24 anos. Também determina que todas as funções de uma empresa com, pelo menos, sete empregados que demandem formação profissional devem ser considerados para efeito do cálculo da cota de aprendiz, salvo as funções que requerem formação superior ou técnica, que é fixada entre 5% e 15%.

O jovem aprendiz tem direitos reservados no programa, sendo eles: o pagamento de salário/hora trabalhado com jornada de até 6h/diárias para quem ainda não concluiu o Ensino Fundamental e de até 8h/diárias para aqueles que já concluíram. Além da remuneração, os jovens aprendizes têm direito aos benefícios legais previstos na legislação trabalhista e as férias do trabalho deverão coincidir com as férias escolares.

O Senac, no ano de 2015, fez uma reestruturação em seus programas, readequando seus currículos e tornando-os padronizados nacionalmente através dos comitês técnicos setoriais, instituídos pelo Departamento Nacional do Senac e os Departamentos Regionais. Para efetivação desse processo, o DN ofereceu aos gerentes de educação, analistas pedagógicos e docentes a capacitação no Modelo Pedagógico do Senac⁴, que implantou nos seus planos de cursos a metodologia de

³ A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; III - horário especial para o exercício das atividades. De acordo com o Art. 63 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990).

⁴ Modelo Pedagógico Senac: Entende-se modelo pedagógico como conjunto coerente de referências que orientam a concepção da proposta pedagógica, nas quais assentam o trabalho do educador e a relação empreendida no processo de ensino e aprendizagem. A designação Modelo Pedagógico, no entendimento do Senac, representa um conjunto de concepções orientadoras das práticas pedagógicas realizadas nos ambientes de aprendizagem da Instituição. A organização de cursos em estruturas curriculares, cuja competência é a própria Unidade Curricular; a prática pedagógica que pressupõe o aluno como protagonista da cena educativa; a adoção de Projetos Integradores como estratégia para a articulação de competências e o desenvolvimento de Planos de Cursos de abrangência nacional são alguns aspectos de destaque do Modelo Pedagógico Senac (Senac, 2015).



Formação por Competência, que visa proporcionar uma maior autonomia no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, desenvolvendo o fazer do exercício da profissão baseado na competência, nas habilidades e atitudes, de acordo com as Marcas Formativas do Senac.

Partimos do princípio de que a palavra competência tenha uma variabilidade do seu significado em virtude da diversidade dos contextos e dos campos de conhecimento em que ela é usada. Podemos usar como referência o significado da palavra a partir dos dicionários que trazem seus vários campos de uso. Ferreira (1986) traz três principais sentidos de uso corrente:

Competência (do latim *competentes*) s. f. 1. Faculdade concedida por lei para um funcionário, juiz, ou tribunal para apreciar e julgar certos pleitos ou questões. 2. Qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade. 3. Oposição, conflito, luta. (Ferreira, 1986, p. 440).

Percebe-se então que os primeiros sentidos, voltados para o mundo do trabalho, fazem indicação de que competência se refere às atribuições do cargo ou à capacidade do trabalhador de apreciar, resolver ou fazer alguma coisa. Como se vê, a proposta educacional adotada se baseia na pedagogia das competências (Ramos, 2001), em que há um deslocamento da qualificação, uma vez que a qualificação do trabalhador precisa ser centrada numa produção de competências que carecem ser verificadas em situações e tarefas específicas que os jovens aprendizes deverão não apenas compreender, mas dominar. No entanto, esse modelo de ensino atrelado ao processo de acumulação capitalista não resolve o problema da baixa qualidade da mão de obra, já que ele provém de um processo longo e histórico de exploração econômica, de modo que os jovens não saem qualificados para enfrentarem as mudanças provocadas pela reestruturação capitalista e acabam se conformando com a lógica trabalhista do capital.



Do mesmo modo, observamos que as Marcas Formativas Senac⁵ têm como proposta formar um profissional que evidencie domínio técnico-científico em seu campo profissional, tenha visão crítica sobre a realidade e as ações que realiza e apresente atitudes empreendedoras, sustentáveis e colaborativas, atuando com foco em resultados. O foco em resultados, apesar de não ser uma Marca Formativa propriamente dita, qualifica todas as marcas, ao evidenciar nos alunos a capacidade de organizar e planejar ações, bem como sistematizar processos e formas de mensuração dos resultados a serem atingidos.

-
- 5 Marcas Formativas Senac: **Domínio técnico-científico:** refere-se à articulação dos elementos de competência (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) para o exercício do fazer profissional. Compreende a visão sistêmica e o comportamento investigativo. A evidência dessa marca sinaliza a realização pelo aluno dos fazeres profissionais descritos na competência, com desenvoltura e foco em soluções, selecionando técnicas e instrumentos adequados ao contexto de cada ocupação e propondo os melhores meios para a resolução de problemas; **Visão crítica:** envolve a análise dos fundamentos e razões das ações organizacionais, de forma a investigar suas causas e relações, para além dos comportamentos previstos e procedimentos-padrão. O profissional formado pelo Senac compreende e problematiza o contexto no qual se insere, é capaz de transformar suas ações, com base na reflexão e, da mesma forma, modificar ou propor modificações para a realidade em que vive. É, acima de tudo, um indagador, questionador de fórmulas prontas, capaz de propor soluções que visem à melhoria dos processos produtivos e da comunidade; **Atitude empreendedora:** corresponde à observação e análise permanente do campo de atuação profissional, com vistas a tomar a iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em instituições, na perspectiva de fazer diferente, usar novos recursos, criar, realizar e exercitar as suas capacidades humanas. Essa Marca Formativa relaciona-se, portanto, à iniciativa, criatividade, inovação, autonomia e dinamismo, demonstrados nas mais diversas situações de trabalho; **Atitude sustentável:** essa marca compreende a evidência, nos alunos, dos princípios da sustentabilidade – desenvolvimento social, econômico e ambiental – traduzidos em práticas de uso racional dos recursos organizacionais disponíveis. Refere-se, nesse sentido, à consciência de que os recursos disponíveis – naturais e organizacionais – são limitados, o que significa que seu uso deve ser racional e voltado à qualidade de vida pessoal e coletiva, centrado no balanceamento da preservação ambiental com o desenvolvimento social e econômico. Essa marca também se relaciona ao respeito às expressões da diversidade humana, à ética e à cidadania; **Atitude colaborativa:** refere-se à postura pessoal que se espera no trabalho, a qual envolve o estabelecimento de relações construtivas, baseadas na colaboração, no compartilhamento de informações e na comunicação de forma clara, objetiva e assertiva. Essa marca evidencia nos alunos, portanto, o trabalho em equipe, a necessidade de se efetivar relações interpessoais construtivas e a assertividade na comunicação (Senac, 2015).



Entretanto, não podemos desconsiderar que as diferenças culturais, econômicas e sociais, de certa forma, acabam impactando na formação dos jovens e impossibilitam que tenham bom desempenho e aquisição dos conhecimentos, pois o nível educacional desses sujeitos interfere no aprendizado. Os conhecimentos e habilidades previstos no Curso de Serviços Administrativos exigem que os jovens já tenham uma boa compreensão de leitura e interpretação, como também experiência no campo do trabalho, pois são conteúdos que se assemelham com níveis de formação superiores aos que são exigidos no perfil de entrada no programa.

Como o programa prevê a formação profissional de jovens a partir dos 14 anos de idade, que na maioria das vezes ainda não concluíram o Ensino Fundamental, é gerada uma certa frustração neles, pois não conseguem aplicar os conhecimentos adquiridos na formação em suas atividades práticas e as empresas acabam subutilizando esses jovens em atividades de baixa complexidade, o que impede e impossibilita que eles adquiram melhores níveis de conhecimento e, ao mesmo tempo, melhores posições e colocações nos postos de trabalho.

Portanto, mesmo que a criação dessa formação seja legitimada para contribuir à empregabilidade e fomento do empreendedorismo de jovens com baixa qualificação, notamos que essa formação se constitui como um instrumento de reprodução do capital na medida em que formam jovens para ocuparem apenas postos de trabalhos precarizados ou até mesmo continuarem no “exército de reserva”, em que são utilizados para diminuir a própria força do trabalhador.

Em suma, como a política pública tem a intenção de minimizar o cenário desfavorável e reduzir os impactos sobre a procura de trabalho na juventude e, ao mesmo tempo, qualificar os jovens para a inserção no mercado de trabalho, fica perceptível que há uma lacuna nesse projeto, pois as experiências vividas no Programa Jovem Aprendiz do Senac/SE mostram que os jovens não têm se apropriado de melhores condições, nem conseguem se manter empregados,



porque as próprias empresas que os contratam como jovem aprendiz não conseguem depois do término do programa absorvê-los em grande parte, tanto pela pouca idade como também pelo baixo nível de escolaridade. Sendo assim, a escolarização e a formação profissional são necessárias, entretanto, insuficientes para a garantia de emprego. Ainda que a educação escolar ganhe destaque nos programas voltados para os jovens como requisito relevante no desenvolvimento do capital humano, sabemos que a certificação escolar não assegura emprego, sobretudo para as camadas com níveis baixos de escolarização ou que são vistas como despossuídas de habilidades e competências necessárias para o mercado do trabalho.

Esse é um assunto que também é tratado por Frigotto (2008) quando ele afirma que há falta e sobra de profissionais qualificados, denunciando a produção do trabalhador flexível e a formação tecnicista dada à classe dos trabalhadores. Frigotto (2001) acrescenta que estamos num tempo de insegurança ou de ameaça do desemprego estrutural ascendente, levando muitos trabalhadores a se submeterem a condições precárias de trabalho. Nesse sentido, tais cursos de formação tendem a formar jovens para empregos precários ou até mesmo incertos, haja vista que não assistimos políticas efetivas que impeça a diminuição de postos de trabalho ou que gere a sua ampliação. Nessa linha, se o objetivo dessas políticas é promover a empregabilidade e diminuir a insegurança do jovem trabalhador, observarmos que isso não ocorre, por um lado, por ser um público que já traz deficiências escolares que não podem ser supridas pela formação profissional, por outro lado, eles adquirem uma formação para um mercado de trabalho incerto e cada vez mais precarizado. Com isso, a promoção dessas políticas tende a proteger o Estado já que se prega a ideia de que está sendo feito algo para que jovens de baixa renda sejam inseridos no mercado de trabalho, reforçando a ideologia da meritocracia e desconsiderando a sua importância de exercer um papel mais efetivo, não conivente com o capital, na formação e promoção de empregos e diminuição da desigualdade social.



Trabalho e formação profissional

Em seu sentido genérico, o trabalho foi concebido por Marx (1964) como um processo entre o homem e a natureza, ação essa exclusivamente humana, imaginada ou planejada com prévia intencionalidade. Tal processo transformador do ser humano e da natureza proporciona mudanças em ambos, num determinado tempo histórico. Para além de uma categoria teórica, vivências e experiências cotidianas no senso comum, ou apontado como um conceito polissêmico, trabalho é a atividade pela qual se define o indivíduo como ser humano social. Dentro da ótica marxista, o trabalho possibilitou ao ser humano ir além da natureza. “A natureza dita o comportamento aos animais; o homem, no entanto, conquistou certa autonomia diante dela” (Konder, 1983, p. 24).

É evidente que o trabalho é uma das grandes preocupações dos jovens e de governos no Brasil. Afirmamos que já foram construídas inúmeras políticas públicas que têm o foco nesses aspectos. Posto que, por acreditar que os jovens pobres eram mais vulneráveis à violência, tendo em vista a falta de perspectivas educacionais e profissionais, historicamente o trabalho era visto como sendo uma possibilidade de combate à marginalização.

Partindo desse princípio, é que vemos o trabalho como uma ideia de papel disciplinador para os jovens que advêm das classes populares, que de certa forma estariam inclinados ao crime. Acresce ainda, que os jovens buscam sua inserção profissional de forma tão precoce que acabam fraturando suas vidas, tanto em termos do ser jovem, e da possibilidade de desfrutar do que é necessário para o seu fazer adulto, como também causa impactos na sua projeção educacional, uma vez que muitos deles após a inserção no mercado de trabalho acabam abandonando sua vida escolar.

Os jovens ao buscarem a inserção profissional, pautam-se em alguns fatores que de certa forma estão atrelados as necessidades financeiras familiar, aos aspectos culturais e morais, de modo que o trabalho



torna-se determinante para o seu reconhecimento como sujeito produtivo diante da sociedade, que o disciplina e o afasta da marginalidade, que atende aos seus anseios quanto a questão do consumo para satisfação própria e/ou dos seus familiares. Embora, fatores como renda e faixa etária sejam relevantes na definição das estratégias de alguns jovens para serem inseridos no mercado de trabalho, não podemos naturalizá-los no sentido de supor que apenas jovens de classes menos abastadas carecem trabalhar enquanto jovens decorrentes de famílias com maior poder financeiro estão fora do mercado de trabalho ou não desejam ser inseridos. (Pochmann, 2007).

Nesse sentido, ainda que tenhamos a criação de políticas públicas para geração de emprego para a juventude brasileira, muitas críticas são atribuídas a essas políticas. Destacamos aqui que mesmo com o surgimento delas não tem havido uma redução significativa do desemprego juvenil. Posto que o aumento do desemprego não se dá somente pelos jovens e é atribuído à geração insuficiente de postos de trabalho que possam suprir o contingente de trabalhadores. Nota-se que, apesar da formação profissional ser importante para o jovem no aumento de sua qualificação e experiência prática, podemos pensar que este não seria o foco central do problema.

Sobre isso, Pochmann (2008), ao analisar essa valorização da educação como um mecanismo de contenção dos altos índices de desemprego, enfatiza a incongruência dessa ideia dada a nossa “anomalia do desemprego intelectual” (p. 36). Considerando os dados referentes aos primeiros anos do século XXI, o autor mostra que mesmo com o aumento dos níveis de escolaridade média e superior da população, continuamos com as elevadas e persistentes taxas de desemprego entre os escolarizados. Portanto, nenhum trabalhador estaria imune ao desemprego.

Com a criação do Sistema “S” na década de 1940, as ações para formação profissional só se efetivam doravante a Constituição Federal de 1988 e é a partir daí que surgem as políticas públicas que visam atender



a essa demanda, com o intuito de estabelecer o direito à cidadania e que obriga o Estado a cumprir as decisões em forma de resoluções para reparar os problemas sociais. As ações previstas nas políticas públicas, tem como um dos objetivos colocar a educação e a formação profissional em um lugar central nas políticas públicas para a juventude, às quais são conferidas funções essencialmente instrumentais, que possibilitam a competitividade, intensificam a concorrência, adaptam os trabalhadores às mudanças tecnológicas, além de minimizar os efeitos do desemprego.

A reforma da educação profissional no Brasil, especificamente em 1990, traz de certa forma a expressão das transformações do mundo do trabalho e da inserção do capitalismo brasileiro na divisão internacional do trabalho. Essa reforma se pautou no intuito de atender as relações de produção capitalista, num modelo de flexibilização na perspectiva da formação por competência do capital humano, que de certa forma foi planejada para que os trabalhadores adquirissem conhecimentos que se enquadrassem na lógica do trabalhador produtivo, que se adapta a essas mudanças do capital e que deve produzir em um tempo mínimo possível, para que essa produção seja consumida de forma imediata. Assim, a educação profissional mesmo nessa lógica de flexibilizar os conhecimentos a partir da perspectiva da formação por competência com o intuito de atender as demandas do capital e da globalização, tem se caracterizado como sendo uma formação tecnicista, de caráter restrito do fazer profissional, que oferece formações aligeiradas e que não se compromete por uma formação mais integral do trabalhador, sem atentar as reais necessidades desse sujeito que traz em suas histórias de vidas necessidades peculiares que se restringem a sua emancipação na sociedade brasileira (Frigotto, 2008).

Face a esse cenário, fica bastante perceptível que a colocação do jovem no mercado de trabalho no Brasil está imbricada de forma direta ou indireta com as condições da vida familiar, como também em relação à raça, à origem geográfica (meio urbano e rural) e à base socioeco-



nômica. Como o Brasil convive com elevadas desigualdades regionais, socioeconômicas, sexuais, etárias e de raça/cor, entende-se que o funcionamento do mercado de trabalho é desfavorável ao jovem. Diante da constante presença de um excedente de mão de obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir, na maioria das vezes, funções de qualidade inferior na estrutura das empresas e ocupando trabalhos cada vez mais precarizados (Pochmann, 2007).

Destarte, trata-se de uma política pública para formar jovens para o mercado de trabalho, ou que se enquadra na crítica de Frigotto (2008) de que o curso profissionalizante não provém exatamente de uma política de formação, mas que a educação profissional se ajusta às relações de produção capitalista. Afinal, suas referências sociais mostram que é necessário adotar determinados comportamentos para que consigam permanecer ou até mesmo se inserir no mercado, garantindo o mínimo necessário.

Tais programas foram fomentados para promover mudanças nas condições sociais dos jovens assistidos ao fornecer-lhes uma qualificação profissional, entretanto, ocorre que ao confrontarem-se com a precária formação do ensino básico que esses jovens tiveram não conseguem aprofundar essa qualificação, posto que eles não detêm conhecimentos básicos e necessários para isso. Dessa forma, os jovens aprendizes são colocados em serviços precários, pois não conseguem atender os requisitos dos altos cargos que exigem experiência comprovada ou uma boa formação acadêmica. Com isso, algumas empresas acabam contratando jovens que muitas vezes não concluíram o ensino médio somente por ser uma obrigação legal atrelada à diminuição de custos, entretanto, não os mantêm após o término do contrato de aprendizagem.

Como nos diz Kuenzer (2002, p. 14), trata-se de uma lógica de inclusão excludente, em que as estratégias de inclusão não correspondem “aos necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas, intelectual e eticamente, capazes de responder



e superar as demandas do capitalismo”. Os resultados desses cursos de formação profissional que substituem a escolarização básica são “certificados vazios” que consistem em mecanismos ilusórios de inclusão que servem para imputar a “incompetência do jovem”, o fato dele estar ocupando no mundo do trabalho algum posto precarizado ou totalmente excluído, sem garantias dos seus direitos e de uma vida digna.

Em suma, a formação para o trabalho mostra uma certa fragilidade na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Posto que os egressos sujeitos desta pesquisa relatam, a partir de suas vivências e experiências no programa de aprendizagem do Senac/SE e nas empresas contratantes, que a formação profissional foi importante para adquirir competências, habilidades e mudar suas atitudes perante as reais experiências nas empresas, porém não é garantia de empregabilidade, pois as próprias empresas contratantes acabam por não absorver esses jovens, justificando que muitos deles não têm o perfil profissional que a empresa requer.

Os jovens egressos: vivências/experiências no programa e no mercado de trabalho

Esta é uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, tendo como delineamento o estudo de campo. Segundo Gil (2010), a pesquisa qualitativa responde, no campo das ciências humanas e sociais, a questões muito particulares, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Esse tipo de pesquisa trabalha com dados subjetivos, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, opiniões, fenômenos, hábitos, entre outros aspectos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A nossa amostra é constituída de 05 (cinco) jovens egressos, mediante entrevistas semiestruturadas com questões em aberto, que participaram do Programa Jovem Aprendiz do Senac/SE, entre os anos de 2015 e 2018, no curso de Aprendizagem Profissional Comercial em



Serviços Administrativos. Os jovens são residentes na cidade de Aracaju/SE, de ambos os sexos, sendo três meninas e dois meninos, com idades entre 18 e 24 anos. Os jovens foram alunos da escola pública e, em sua grande maioria, são pertencentes às classes pobres e residentes em regiões com altos índices de vulnerabilidade socioeconômica, como bairros periféricos, em moradias que não são próprias. A maioria mora de aluguel ou em casa de familiares, como também tem renda mínima entre um salário ou um salário e meio. Todos os jovens atuaram como aprendizes em empresas do ramo comercial. A carga horária de trabalho dos jovens era de 20 horas semanais, divididas entre oito horas na instituição formadora (2 vezes por semana) e 12 horas na empresa (3 vezes por semana). Para a efetivação deste estudo, os jovens egressos foram entrevistados com intuito de que pudessem avaliar suas vivências e experiências no Programa Jovem Aprendiz, sob a ótica da formação profissional para a inserção no mercado de trabalho.

Na fala dos jovens egressos, ficou bastante claro de que as vivências e experiências no Programa Jovem Aprendiz trouxeram possibilidades de aproximação de uma formação pautada na inserção no mercado de trabalho. Porém, eles caracterizam que existem muitas contradições no que foi implantado no desenho curricular do programa, pois as competências/conhecimentos adquiridos na formação terminam não sendo colocados em prática, pois as atividades desenvolvidas nas empresas são, na maioria das vezes, de baixa complexidade, como arquivar, fazer encaminhamentos de documentos ou, até mesmo, serviços do antigo *office boy*, e eles reconhecem que os conhecimentos adquiridos no curso de Serviços Administrativos são de maior complexidade. Eles relataram que uma melhor conexão entra a teoria e a prática nas empresas em que eles são contratados possibilitaria um melhor desenvolvimento profissional. Com isso, os jovens destacaram que essas atividades sem maior complexidade limitam uma possível projeção na empresa ou até mesmo no mercado de trabalho. Ao que tudo indica, diante da concorrência no mercado de trabalho por altos cargos e salários, as empresas



querem agregar profissionais já experientes e capacitados às suas equipes, então, tendem a colocar os jovens aprendizes em ocupações que não demandam experiência comprovada ou uma boa formação escolar.

Dessa forma, são os interesses do empresariado que vão determinar as atividades que serão desenvolvidas por esses jovens, logo, a sua formação técnica não é o elemento mais importante nesse processo. A precarização do trabalho pode ser reforçada com os cursos, na medida em que os jovens ocupam funções de menor complexidade e, possivelmente, serão inseridos em postos precarizados de trabalho. Fica bem claro que as empresas fazem esse tipo de contratação de jovem aprendiz muito mais por questões de obrigatoriedade em cumprir a legislação, ou porque são deduzidos alguns impostos, deixando evidências de que a responsabilidade pela formação profissional dos jovens é o que menos interessa.

Ademais, durante as entrevistas houve o questionamento sobre a relação de trabalho que eles tinham no programa e alguns se enxergavam como sendo um trabalhador, outros como sendo um estudante em formação e outros acreditavam que possuíam direitos e deveres como um trabalhador. Nessa dimensão, eles atribuíram essa experiência como um momento fundamental para o seu desenvolvimento tanto educacional como profissional, e caracterizaram que a partir dela houve uma melhor consciência do que é ser um trabalhador e que a formação profissional do Senac/SE favoreceu que eles tivessem uma percepção de si e construíssem uma identidade a partir da relação com outras pessoas. Ficou claro que a formação profissional favorece uma melhor interação social, porém não é considerada como sendo de grande importância para sua inserção no mercado de trabalho, porque para eles o que mais importa é aumentar a rede de relacionamentos para que possam ser indicados para um outro trabalho.

De certa forma, os jovens demonstraram em suas falas que a formação através da prática na empresa poderia ser garantia para uma inserção no mercado de trabalho, o que, na maioria das vezes, não



ocorreu, pois somente um jovem foi contratado pela empresa em que foi jovem aprendiz, onde ele continua a fazer atividades de baixa complexidade e os conhecimentos adquiridos na formação no Programa Jovem Aprendiz do Senac/SE ficaram guardados em sua memória. Ele acredita que com o passar do tempo terá que se apropriar de outras formações para que de fato possa buscar melhores ofertas de trabalho e remuneração.

De modo geral, entendemos que a intenção dos jovens é conseguir se fixar no emprego, no entanto, apontam certa negligência da instituição formadora por não ser mais atuante aos acompanhamentos dessas práticas nas empresas, na medida em que os jovens não conseguem aplicar a teoria à prática. Para os entrevistados, as empresas demandam atividades que são desconexas com os conhecimentos teóricos que foram ministrados na formação profissional, que muitas vezes não são adequados às reais necessidades das empresas. A falta de fiscalização acaba comprometendo a formação técnica adequada aos jovens e até mesmo a consolidação desses programas. O que nos leva a inferir que tais políticas sociais não conseguem atender os seus objetivos e não resolvem o problema estrutural do desemprego, seja porque não suprem um deficit educacional devido a uma má escolarização, seja porque inserem os jovens no mercado de trabalho por um período determinado, mas não asseguram o apoio necessário para que eles permaneçam nesse mercado após o término da formação.

Conclusão

A partir deste estudo reconhecemos que na visão dos jovens egressos a formação profissional para a inserção no mercado de trabalho é uma garantia de empregabilidade. Diante dos resultados adquiridos na pesquisa, vimos que o Programa Jovem Aprendiz foi uma ponte para a criação de oportunidades, sejam elas de caráter de formação, sejam de inserção profissional. Nota-se que, mesmo esse programa sendo um



gerador de oportunidades, ele também apresenta um campo de frustração, uma vez que os jovens pesquisados trazem em suas falas que a formação profissional não é uma garantia de inserção ou fixação no mercado de trabalho.

Evidentemente, eles caracterizam que a prática nas empresas é o que mais importa para a inserção, ficando claro que a formação profissional do Senac/SE no Programa Jovem Aprendiz ficou em segundo plano, principalmente porque as competências, habilidades e atitudes adquiridas pouco serviram para as suas práticas profissionais nas empresas contratantes, em virtude de executarem atividades que são, normalmente, desconectadas com a teoria ministrada no curso de Serviços Administrativos.

Como os jovens veem no programa uma oportunidade de inserção para o mercado de trabalho, comumente, eles avaliam que a formação profissional do Senac/SE, especificamente no Programa Jovem Aprendiz, é uma “oportunidade que não poderia ser perdida” por proporcionar “vivências de formação”, “adultização”, “aprendizagem de comportamento e responsabilização”, de modo que não se arrependem de ter ingressado no programa.

Esses jovens experimentaram uma formação para o trabalho e vivenciaram a prática nas empresas contratantes, aprendendo a se relacionar, a se comportar de acordo com os ditames da obediência e do cumprimento de regras, com o intuito de se fixarem no mercado de trabalho. Eles destacaram a relevância da prática na empresa e chance do primeiro do emprego em detrimento da formação profissional, em virtude de que a partir da sua inserção na empresa puderam estabelecer uma rede de relacionamentos que, juntamente com a sua primeira experiência profissional, poderá ser útil para a sua empregabilidade no futuro.

Portanto, podemos pensar que essa política de formação para o trabalho seja um caminho, que precisa ser avaliado e aperfeiçoado para atender melhor as demandas dos jovens e atingir os objetivos pelos quais tal política foi implementada. Outrossim, a instituição Senac/SE, como



sendo a responsável pela formação profissional, necessita garantir para os jovens um melhor acompanhamento das práticas nas empresas, a fim de que eles possam aplicar os conhecimentos adquiridos no programa em suas atividades laborais e, por conseguinte, favorecer a sua contratação nas empresas. Cumpre destacar ainda que tais programas de promoção de empregos a jovens com baixa escolaridade promovem uma mão de obra apta a se submeter às condições de trabalho precárias, sendo funcionais ao capital e ao processo de exploração do trabalhador.

Referências bibliográficas

BORGES, Regina Célia Paulineli. **Jovem-Aprendiz: Os Sentidos do Trabalho Expressos na Primeira Experiência Profissional**. Dissertação de Mestrado, PPGP/UFSC, 2010.

Ferreira, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Frigotto, G. “Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados”. **Trabalho, Educação e Saúde**, 5(3), 2008, p. 521-536.

Frigotto, G. “Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora”. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, jan./jun., 2001, p. 71-87.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 149, 2010.

Konder, L. **O que é dialética?** (7a ed.). São Paulo: Brasiliense. 1983.

Kuenzer, A. Z. “Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho”. **Capitalismo, Trabalho e Educação**, v. 3, 2002, p. 77-96.

Marx, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Ed. 70, 1964.

Pochmann, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

Pochmann, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. (2a ed.). São Paulo: Publisher, 2007.

Ramos, M.N. **A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação**. São Paulo: Cortez, 2001.



Segnini, L. R. P. **Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente**. São Paulo em Perspectiva, 14(2), 2000, p. 72-81.

Senac. DN. **Concepções e princípios**. Rio de Janeiro, 2015. 34 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac, 1).

Silva, M. M. **Inserção profissional e condição social: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de 135 Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004.

Sposito, M. P. & Carrano, P. C. R. “Juventude e políticas públicas no Brasil”. **Revista Brasileira de Educação**, (24), 2003, p. 16-39.

Legislação

Decreto nº 5.598/2005 – Regula a contratação de aprendizes e dá outras providências.

Lei nº 10.097/2000 – Altera dispositivos da CLT.

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Art.83, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Brasília: Presidência da República, 1996.



BRASIL DO PRESENTE E OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL: TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FORTALEZA – STICCRMF

 Natan dos Santos Rodrigues Júnior¹

 Alba Maria Pinho de Carvalho²

A CRISE INTERNACIONAL que abalou o capitalismo, em 2008, como expressão da crise estrutural do sistema metabólico do capital (Mészáros, 2009), segue em curso, mediante ritmo e intensidade diferenciados entre as regiões do planeta. Essa crise estrutural do capital é agravada com a crise sanitária, decorrente da pandemia do novo coronavírus, a

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – PPGS - UFC. Bolsista vinculado à CAPES. Mestre em Sociologia no PPGS – UFC. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Integrante da Rede Univeristária de Pesquisadores sobre América Latina – RUPAL/UFC e do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social – CETROS/UECE. Integrante do projeto “Equação Estado/Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: uma cartografia dos sujeitos políticos no contexto da crise e das redefinições da segunda década do século XXI” – Grupo Brasil – PAPIIT. E-mail: natan.srj@gmail.com

² Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, integrando o corpo docente da Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Acadêmico e Profissional de Avaliação de Políticas Públicas. Coordenadora da Rede Univeristária de Pesquisadores sobre América Latina – RUPAL/UFC. Integrante do projeto “La sociedades civiles en la crisis estatal de América Latina. Perspectivas teóricas y estudios concretos” - PAPIIT- UNAM-México e do projeto “Equação Estado/Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: uma cartografia dos sujeitos políticos no contexto da crise e das redefinições da segunda década do século XXI” – Grupo Brasil – PAPIIT. E-mail: albacparvalho@gmail.com



revelar e aprofundar, de forma dramática, as abissais desigualdades sociais que marcam a civilização do capital. De fato, tal crise, que teve os EUA como epicentro, deslocou-se geograficamente dos centros para as periferias do sistema, impondo circunstâncias ainda mais dramáticas às nações dependentes, a exemplo do Brasil, ao acirrar a dominação imperialista, aprofundar o padrão exportador de especialização produtiva (Osório, 2012) e incrementar a superexploração da força de trabalho (Marini, 2005).

No Brasil, essa crise do capital ocorreu em um momento de inflexão política, durante o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), com a adoção do “ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo” (Carvalho; Guerra, 2015). Em verdade, é uma inflexão nos processos de ajuste brasileiro, com a tentativa de hibridização de políticas fincadas na ortodoxia neoliberal e políticas neodesenvolvimentistas, de caráter heterodoxo. Assim, adotou-se, à época, receituário social-liberal, marcado pelo aumento da intervenção do Estado na economia e nas expressões da questão social, ao mesmo tempo em que os pilares da política neoliberal de ajuste mantinham-se intocáveis, nos circuitos da abertura econômica, superavit primário e juros exorbitantes.

Nesse contexto de crescimento econômico e significativas políticas de enfrentamento à pobreza, a indústria da construção civil foi, ao lado do agronegócio e da mineração, elemento-chave da dinâmica econômica brasileira. É digno de nota o fato de que, em 2009, em meio à deflagração da crise internacional no ano anterior, o segmento da construção civil tenha dado mostra de vitalidade, ao alcançar a variação de 7% no PIB, em contraposição ao setor industrial brasileiro, em geral, que apresentou forte queda naquele mesmo ano.

A expansão e a modernização na indústria da construção civil, no Brasil, pós-crise de 2008, estiveram largamente ancoradas nas obras públicas e nos incentivos estatais, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), das obras para a Copa do Mundo do Brasil, em 2014, e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. A reestrutura-



ção produtiva, em curso no referido segmento, com uso de maquinarias modernas, novos materiais e racionalização na gestão do trabalho, aumentou a produtividade das grandes empresas, ao mesmo tempo em que demandou uma menor contratação de trabalhadores em fases específicas do processo produtivo, a despeito do importante aumento da geração de empregos no setor, tomado em sua totalidade, no período de 2007 a 2014. De fato, fases específicas da construção civil, como edificação dos prédios, sofreram intensas mudanças a partir da tecnologia dos processos de trabalho, o que implicou em redução drástica de contratação de trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, em seu conjunto, o setor teve um aumento de contratação de força de trabalho em decorrência do aumento significativo de obras. Em outras palavras, apesar da indústria da construção civil configurar-se como um ramo produtivo tradicional, marcado, historicamente, pelo uso intensivo de força de trabalho, ao longo da última década, emergiram expressões da acumulação flexível (Harvey, 1992) que caracterizam o capitalismo contemporâneo, inclusive, com o agravamento da tendência de substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto.

A expansão da indústria da construção civil, entre 2010 e 2014, não veio acompanhada de melhorias substanciais nas condições laborais dos/as trabalhadores/as. As mudanças operadas no bojo do modelo toyotista, em um contexto de desemprego estrutural, aumentaram o nível de sujeição dos/as trabalhadores/as, sobretudo os categorizados como “peões”, frente às exigências das empresas. O medo iminente da perda do emprego é fator de submissão dos homens e mulheres inseridos nesse segmento do mercado de trabalho. Desse modo, a ampliação do exército industrial de reserva, reconfigurado nos quadros do desemprego estrutural, cumpre o papel de pressionar a favor do incremento da superexploração da força de trabalho neste ramo da produção industrial.

O aprofundamento da crise econômica no país, a partir de 2014, retraiu a capacidade de investimento estatal, atingindo fortemente o setor da construção civil. É a crise brasileira contemporânea, como chão



histórico dos processos que culminaram no golpe de 2016 e seus graves desdobramentos, inclusive, a eleição do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, a comandar o país, a partir de 2019. A rigor, o Brasil vivencia, em 2020, uma confluência de crises, marcada pelo aprofundamento da crise econômica, em articulação com a crise sanitária, provocada pela pandemia da Covid-19, crise social, com alarmante ampliação das desigualdades e violências de toda ordem, e crise política, mediante aumento da escalada autoritária do bolsonarismo.

Neste peculiar contexto de confluências de crises, os processos de resistência contra as manifestações da superexploração da força de trabalho nesse segmento da indústria cearense somente podem ser compreendidos, em sua inteireza, quando consideramos o papel articulador e organizador desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza - STICCRMF. De fato, ao longo de seus quase 80 anos de existência, essa entidade consolidou-se como decisivo instrumento de luta, não apenas em prol da conquista e efetivação de direitos e melhorias nas condições de labor, mas também em relação ao complexo processo da consciência de classe da categoria de trabalhadores que representa.

Desse modo, o objetivo deste artigo é refletir sobre os desafios e perspectivas para a atuação sindical, no âmbito da indústria da construção civil em Fortaleza, em tempos de superexploração da força de trabalho na contemporaneidade brasileira. Em verdade, este texto tem origem em nossas investigações no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, que configurou a dissertação de mestrado, intitulada “Superexploração da força de trabalho na contemporaneidade brasileira: trabalhadores da Indústria da Construção Civil em Fortaleza”, defendida no ano de 2019 (Rodrigues, 2019)³. Assim, esta produção é resultado do diálogo com autores

³ Essa dissertação de mestrado do pesquisador Natan Rodrigues Júnior foi orientada pela professora Alba Maria Pinho de Carvalho, com um amplo processo de interlocuções sobre a temática em estudo, consubstanciadas no presente artigo.



do campo da Sociologia do Trabalho brasileira, tais como Ricardo Antunes, Giovanni Alves e Armando Boito Jr. Desenvolvemos, ainda, interlocuções com pesquisadores/as que se debruçaram sobre o mundo do trabalho na construção civil e a organização sindical dos trabalhadores/as. Cabe destacar que, mediante essa interlocução com pesquisadores/as que investigaram o setor da construção civil no Ceará e, especificamente, a organização sindical, tivemos acesso a documentos fundantes da história do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza - STICCRMF.

Para a feitura deste artigo, resgatamos três entrevistas abertas realizadas no âmbito da referida pesquisa de mestrado⁴, contemplando sujeitos-chave na construção sindical cearense, quais sejam: um diretor do STICCRMF, entrevistado em março de 2018; um ex-diretor do STICCRMF, da gestão anterior, entrevistado em junho de 2018, e um diretor do STICCRMF, em sua primeira experiência na gestão do sindicato, entrevistado em abril de 2019. No texto, para preservar o anonimato dos sujeitos entrevistados, utilizamos nomes de militantes de esquerda que lutaram contra a ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985). Assim, para o diretor entrevistado em março de 2018, utilizamos a denominação de Prestes; para o ex-diretor do sindicato, Lamarca, e para o diretor sindical entrevistado em abril de 2019, Montenegro.

⁴ A pesquisa de mestrado que consubstancia a referida dissertação, base do presente artigo, implicou em trabalho de campo junto a diferentes sujeitos constituintes do mundo do trabalho da construção civil. Ao todo, tivemos como sujeitos do processo investigativo: 100 trabalhadores/as em canteiros de obras, entrevistados mediante enquete, com questões fechadas e algumas questões abertas; quatro representantes sindicais, mediante entrevistas abertas, e uma trabalhadora da área de segurança do trabalho, também através de entrevista aberta.



Trajatórias do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza: de 1940 à vitória da oposição sindical em 1989

Fundado em 1940 e reconhecido legalmente desde 1941, no contexto da Era Vargas e do Estado Novo (1937-1945), o STICCRMF era, no início da década de 1980, segundo o trabalho da socióloga Maria Furtado, um “ilustre desconhecido da grande maioria dos operários entrevistados em nossa pesquisa, sendo que 58% deles nem sequer conhecem o sindicato” (Furtado, 1985, p. 248). Apesar de conflitos pontuais existentes nos locais de trabalho entre patrões e trabalhadores, é possível afirmar que, inicialmente, durante mais de 40 anos, predominou no STICCRMF uma concepção e prática sindical afeita à colaboração de classe, em sintonia com a estrutura sindical corporativista erigida durante o Estado Novo (1937-1945), sob a liderança de Getúlio Vargas.

Considerando que o projeto político nacional-desenvolvimentista e industrializante liderado por Getúlio Vargas não poderia excluir totalmente os trabalhadores urbanos, a constituição da estrutura sindical corporativa, de fato, visava interferir na organização sindical destes. As crescentes lutas operárias empreendidas pelos trabalhadores brasileiros nas primeiras décadas do século XX, inicialmente sob hegemonia de organizações anarquistas, posteriormente sob liderança do Partido Comunista Brasileiro - PCB, precisavam ser contidas e controladas em níveis aceitáveis pela classe dominante, seja pela via da cooptação de lideranças operárias e o atrelamento completo dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, seja pela repressão e violência estatais. Essa interferência provocou clivagens profundas no movimento sindical brasileiro. Em linhas gerais, é possível afirmar, segundo o cientista político Armando Boito Jr, que o sindicalismo brasileiro está dividido, desde 1930, em dois grandes campos: o campo do peleguismo e o campo do sindicalismo combativo. Esses dois campos são assim caracterizados por Boito Jr (1996, p. 82):



De um lado, há o campo do peleguismo. Fruto da estrutura sindical corporativa de Estado, esse campo é composto pelos dirigentes sindicais cuja prática é essencialmente governista. São politicamente conservadores, combatem as correntes reformistas mais avançadas e as correntes revolucionárias, e, no plano da ação reivindicativa, distribuem-se num espectro que vai da passividade completa, ponto no qual se situa a maioria dos pelegos, à ação reivindicativa moderada e localizada. Os pelegos são a esmagadora maioria dos dirigentes sindicais brasileiros, mas têm como hábitat típico, ainda que não exclusivo, os sindicatos menores e mais fracos. De outro lado, temos o campo politicamente bastante heterogêneo das correntes sindicais reformistas e revolucionárias, cuja unidade provém, fundamental e minimamente, da orientação combativa que implementam no plano da ação reivindicativa. Dependendo do período considerado, as correntes integrantes e as correntes dirigentes desse campo variam. Estão ou estiveram nele os comunistas, os nacionalistas, os socialistas e, mais recentemente, os cristãos de esquerda e os petistas. O sindicalismo combativo é, em termos numérico, minoritário, mas é hegemônico nos sindicatos mais importantes do país.

Nessa divisão de campos do movimento sindical brasileiro, proposta por Boito Jr, podemos afirmar que, até 1988, o STICCRMF esteve localizado no campo mais conservador do cenário político-sindical, de acordo com relatos e pesquisas históricas sobre a referida entidade (Mendes, 1994; Nóbrega, 2006).

Somente em 1975 foi aprovado, pela Delegacia Regional do Trabalho do Ceará, o primeiro documento estatutário do STICCRMF, no contexto da repressão da ditadura empresarial-militar. Já em seu primeiro artigo, fica patente a concepção que rege a entidade:

Artigo 1º- O sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, com sede e foro em Fortaleza, Estado do Ceará, é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional dos TRABALHADO-



RES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, na Base territorial de Fortaleza, Estado do Ceará, conforme estabelece a legislação em vigor sobre a matéria e com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade de classe e da sua subordinação aos interesses nacionais (Nóbrega, 2006, p. 58).

Esse artigo está em total coadunância com o que previa a legislação sindical oficial do país e expressa a ideologia da colaboração de classes e da subordinação ao Estado. Os artigos 3º e 4º do Estatuto de 1975 não deixam maiores dúvidas, quando afirmam serem deveres do sindicato e condição de seu funcionamento, respectivamente:

Artigo 3º- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; b) manter serviço de assistência judicial para os associados; c) promover a conciliação nos dissídios do trabalho; d) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; e) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.

Artigo 4º- a) observância das leis e dos princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos; b) abstenção de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato; f) abstenção de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas em lei, inclusive as de caráter político-partidária; g) não permitir a cessão gratuita ou remunerada da sede, móveis, utensílios e pertences de qualquer ordem à entidade de caráter político-partidária; h) não poderá filiar-se a organizações internacionais nem com elas manter relações, sem prévia licença concedida por Decreto do Presidente da República, na forma da Lei (Nóbrega, 2006, p. 59-60).

Desse modo, é possível constatar que o primeiro estatuto do STIC-CRMF se alinhava de maneira explícita ao chamado “campo do peleguismo”, ao expressar não apenas a ideologia da colaboração de classes,



mas também a ênfase no assistencialismo sindical e na despolitização dos trabalhadores, bem como a subordinação ao Estado ditatorial. É bem verdade que os estatutos dos sindicatos, à época, que não se submetessem ao que previa a legislação oficial poderiam não ser reconhecidos pelas Delegacias Regionais do Trabalho, sofrendo o risco de intervenção direta do Estado. A questão, porém, é que essa ideologia da colaboração de classes não estava restrita apenas às letras inscritas no Estatuto, mas ganhava substância real na prática cotidiana do STICCR-MF, como demonstra o fato de que essa entidade sindical somente viria a construir a primeira greve dos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza em 1989, quando o sindicato passa a ser dirigido pelo grupo que conformava, até então, a oposição sindical, que vencera as eleições para diretoria do ano anterior (Mendes, 1994). Contudo, mesmo em meio a um cenário local avesso ao livre debate e marcado pela conciliação de classe, os ventos da mudança a nível nacional também se faziam sentir nos locais de trabalho da construção civil em Fortaleza.

A insatisfação contra a ditadura empresarial-militar, acumulada ao longo da década de 1970, em especial após o esgotamento do chamado milagre econômico (1969-1973), que deixou o saldo de forte repressão política, violência estatal e arrocho salarial, fez emergir um novo período de mobilizações populares, que envolveu todos os setores da sociedade: movimento estudantil, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Associação Brasileira de Imprensa – ABI, setores da Igreja, trabalhadores urbanos e rurais, intelectuais.

A fundação do Partido dos Trabalhadores - PT, em 1980, da Central Única dos Trabalhadores - CUT, em 1983, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em 1984, expressou o novo momento da luta de classes no Brasil, no início da década de 1980. Boito Jr aponta elementos deveras importante:

A CUT, durante a década de 80, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado bra-



sileiro. A CUT foi gradativamente consolidando, a partir do seu congresso de fundação, em 1983, e até o seu terceiro congresso regular, em 1988, uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. (Boito Jr, 1996, p. 86).

A nova central, portanto, conseguiu hegemonizar e dar direcionamento às lutas do período, articulando importantes lutas econômicas e políticas e teve papel de destaque no processo constituinte que resultou na Carta Magna de 1988.

A dinâmica nacional de acirramento do conflito de classes teve decisivo impacto nas lutas travadas pelos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza. Em 1988, três trabalhadores da empresa “Águasolhos Consultoria” e militantes do Coletivo Gregório Bezerra – CGB dão início à empreitada [de construção de uma oposição sindical]: Jânio Vidal, engenheiro consultor, Valdênio Caminha e Manuel Farias, ambos desenhistas (Mendes, 1994; Nóbrega, 2006).

Ainda segundo Nóbrega (2006), o programa da oposição defendia, entre outros pontos:

A diminuição da jornada de trabalho e o fim desta aos sábados, o pagamento dobrado das horas extras, quando havia denúncias de subvalorização destas, a emissão de recibos de pagamento e o aprendizado das leis trabalhistas, por onde o trabalhador poderia ter um maior controle dos descontos salariais no contra-cheque, a formação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, a estabilidade empregatícia (numa categoria aonde a rotatividade era imensa), as propostas de intensificar a interlocução entre o sindicato e os trabalhadores e a capacidade de sensibilizar e promover uma identificação com a categoria, tudo isso se configura num poderoso mecanismo de sensibilização dos trabalhadores (2006, p. 98).

Após meses de trabalho de agitação política junto aos trabalhadores, o grupo de oposição sindical participou das eleições para diretoria



do STICCRMF, marcadas para ocorrer em novembro de 1988. Disputaram as eleições a Chapa 1, representando a situação, liderada por Mariano Nunes, e a chapa 2, composta pela oposição sindical. Ocorrida, finalmente, a votação, o resultado, divulgado no dia 12 de novembro do mesmo ano, não deixou dúvidas:

Quatro dias depois, Mariano Nunes provavelmente deveria estar pensando na ingratidão dos “companheiros trabalhadores”, pois uma vez apuradas as urnas, eles demonstraram resolutamente que não queriam o seu apoio: votaram 5.653 trabalhadores (metade da categoria apta a votar – um recorde impressionante), sendo 666 para a chapa 1 (representando 12,3% dos votos válidos), 4.734 para a chapa 2 (87,7% dos votos válidos), 173 votos nulos e 80 em branco. Uma surpreendente e achapante vitória da oposição (Nóbrega, 2006, p. 106).

Iniciava, a partir daí, uma nova etapa na trajetória do STICCRMF, sob o signo de uma práxis político-sindical marcadamente classista.

A resistência na década neoliberal do Brasil contemporâneo: a greve de 1995 como marco histórico de uma tradição combativa no STICCRMF

Uma das primeiras iniciativas da nova diretoria foi a realização do I Congresso dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, realizado na sede da entidade, entre os dias 05 e 06 de agosto de 1989. A realização deste I Congresso, com a participação de mais de 100 delegados eleitos em cada local de trabalho (Nóbrega, 2006), demonstra uma nova concepção sindical em curso, a promover um diálogo entre os trabalhadores sobre suas experiências, desenvolvendo avanços na consciência de classe.

Apoiados nessa nova práxis político-sindical, cujo eixo central era a contradição inconciliável entre capital e trabalho, a nova diretoria do STICCRMF organizou a campanha salarial de 1989, orientada na pers-



pectiva de deflagrar a primeira greve da categoria, em agosto do mesmo ano. Segundo Mendes (1994), essa foi a primeira greve da história da construção civil de Fortaleza, em 49 anos de existência do seu sindicato.

Embora não tenham conquistado toda a pauta de reivindicações, os grevistas obtiveram importantes vitórias, tais como reajuste salarial, fornecimento de refeições no local de trabalho, equipamentos de segurança, discussão e conquista da jornada de trabalho de 40 horas semanais e reconhecimento das comissões de obras com estabilidade no emprego (Mendes, 1994; Nóbrega, 2006).

Os trabalhadores da construção civil de Fortaleza adentram, dessa forma, à difícil década de 1990, obtendo importantes conquistas no âmbito das relações de trabalho. No entanto, a ofensiva neoliberal, a partir da eleição de Collor, em 1989, impôs grandes desafios ao sindicalismo classista. Em 1990, 1991 e 1992 caíram a produção, o emprego e os salários. A recessão 1990-92 contribuiu para que a atividade grevista diminuísse muito – se em 1990 um total de 12,4 milhões de pessoas tinham participado de greves em todo o país, em 1991 esse número caiu para 8,8 milhões e, em 1992, despencou para apenas 2,9 milhões (Boito Jr, 1996). O movimento sindical sentiu o impacto da nova conjuntura e adentrou em um período de refluxo das greves, em comparação com a década anterior. Essa diminuição da atividade grevista se acentuou, em especial, a partir da eleição de FHC, em 1995.

Soma-se a isso as mudanças no cenário sindical, com a criação da Força Sindical (FS), em 1991, como uma central oponente à CUT e que atua protegida pelas benesses dos governos neoliberais. A nova conjuntura impôs um recuo ao movimento sindical, levando-o a concentrar as lutas na defesa de direitos historicamente conquistados. Desse modo, a corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical, passou a defender o que ela denominou de “sindicalismo propositivo” ou “sindicalismo cidadão”, em que o sindicalismo assumia a tarefa de propor “alternativas concretas” para os dilemas da política de desenvolvimento. Essa nova estratégia sagrou-se vitoriosa no interior da



Central e saiu consolidada do IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991.

É nesse contexto de forte ofensiva conservadora e progressiva adaptação à ordem neoliberal por parte da CUT que os trabalhadores da construção civil desenvolveram, ano após ano, sua práxis sindical clasista e aprenderam a se organizar na luta pelos seus direitos. A greve se tornou parte da cultura de uma categoria que passou a acreditar em suas próprias forças. Esse acúmulo de experiências e aprendizados culminou na campanha salarial e na greve de 1995, lembrada, até hoje, entre operários, diretores, funcionários e apoiadores, como a maior greve da história do setor, em Fortaleza, com duração de 23 dias úteis (30 dias corridos). O diretor Prestes, em entrevista, assim relata esse período:

Na época que eu comecei no sindicato não tinha nem lugar pra comer, não tinha direito a refeitório, nós não tinha nem direito a EPI, que é equipamento de segurança individual como capacete, meia, bota, tudo, fardamento. A gente não tinha direito a água potável, a gente fazia o pote pra tomar água da torneira, né? Porque lá não tinha direito ao bebedor. Então a minha luta nos anos 90, eu com meus companheiros, na época, foi pra adquirir tudo isso, e que agora, praticamente, parou nisso aí, né? Parou nisso aí (Prestes, março de 2018).

Montenegro, um jovem dirigente do STICCRMF, também nos informa sobre esse difícil período:

O Sindicato sempre teve a categoria ao lado porque é um sindicato que conquistou muitas coisas que não tinham até 1995. Em 95 foi que conseguiu muitas coisas... não era minha época, mas era a época dos veteranos, e eu ouvi muito isso dos veteranos dentro dos canteiros de obra, antes mesmo de eu ser dirigente sindical eu já escutava isso... que antigamente os operários trabalhavam sem EPI, não tinham fardamento, usavam roupa própria, não existia capacete, muitas vezes eles mesmos é que tinham que arrumar ou comprar pra se proteger; não tinham botas, muitas ve-



zes usavam só o chinelo... E tinha muito acidente de trabalho. A alimentação, geralmente, eles é que levavam, uns levavam gordura, outros levavam ossada, levava o feijão, levava o arroz e fazia, muitas vezes, não era nem na panela, era em lata de tinta ou em lata de querosene, no “pé do muro”. E quando iam comer, geralmente, era dentro do capacete e bebiam água no próprio capacete. Era uma coisa assim desumana e o trabalhador lutou para mudar (Montenegro, abril de 2019).

Percebemos a importância que assume essa greve no imaginário da categoria, um verdadeiro símbolo da luta, com a elaboração de uma memória dessa experiência coletiva, repassada entre as gerações de trabalhadores, dos “veteranos” aos “mais novos”. Ainda que Montenegro aponte, também, as dificuldades na preservação dessa memória da luta:

E hoje em dia muitos trabalhadores, como eu, que sou novo, mas eu vejo muita gente nova na categoria, que não passou o que os veteranos passaram e “não tão nem aí”, porque já pegaram tudo mastigado, tudo já ali na mesa. Conseguimos, nessa época, refeitório, cadeira, água gelada no bebedouro... (Montenegro, abril de 2019).

O movimento grevista desenvolveu táticas para enfrentar a intransigência dos patrões e a truculência e repressão policial das forças de segurança do estado do Ceará, governado pelo empresário Tasso Jereissati. Dentre as formas construídas durante o movimento, estava a utilização do fundo de greve, organizado pela diretoria sindical após o movimento paredista de 1990. Esse fundo auxiliava no aluguel de carro de som e ônibus, na entrega de vales-transporte para os trabalhadores irem e voltarem todo dia durante a greve e na compra e distribuição de cestas básicas, fundamentais em um movimento de longa duração. Além da infraestrutura necessária para a luta, a constituição de redes de solidariedade foi fundamental, com ajuda recebida do conjunto do movimento operário, popular, de parlamentares de esquerda, de estudantes e de partidos progressistas.



As conquistas, que configuram essa greve como “a greve!”, no imaginário dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, dizem respeito tanto às já citadas melhorias nas condições de trabalho, no tocante à alimentação, uniformes e equipamentos de segurança, como conquistas no âmbito econômico, a saber: aumento do piso salarial de R\$ 85,00 para R\$ 125,00, sendo que o meio-profissional multiplica esse valor por 1,25, enquanto o profissional multiplica por 1,60; o desconto dos vales transportes diminuiu para 3,6% em setembro e 3,0% a partir de fevereiro de 1996; e as horas extras tiveram um adicional para 55% sobre a hora normal (pela lei, seria 50%) (Nóbrega, 2006).

A trajetória de combatividade dessa aguerrida entidade sindical se manteve, ao longo dos anos 2000, em meio às reconfigurações políticas e ao apassivamento da CUT, bem como à eleição de Lula ao comando do Executivo Federal, em 2002.

O movimento sindical no “boom” da construção civil de Fortaleza no contexto dos governos petistas (2003-2015)

O desgaste do projeto neoliberal, no início dos anos 2000, configurou o cenário para a vitória de Lula (PT), nas eleições presidenciais brasileiras de 2002, representando a esperança de mudança para milhões de trabalhadores brasileiros.

A relação da burocracia sindical cutista com o primeiro governo Lula (2003-2006) produziu uma aproximação e, mesmo, um apassivamento da CUT em relação ao novo governo, possibilitada pela processual perda de autonomia da Central em relação ao referido partido. Como afirmam Rossi e Gerab:

O fato de a tendência majoritária do PT, a “Articulação”, ser a mesma que atua na CUT com o mesmo nome e, também, majoritária, já era um comprometimento da autonomia da CUT, devido ao autoritarismo reinante. A chegada de Lula à Presidência da República funcionou como um agravante para o desvio da CUT



e dos cutistas dos rumos de um sindicalismo confiável para as maiorias assalariadas (2009, p. 96).

De fato, a CUT já desenvolvia, desde a década de 1990, um “sindicalismo propositivo e cidadão”, com ênfase nas articulações institucionais e participação em espaços tripartites (formados por empresários, Estado e representação dos trabalhadores). Essa tendência, contudo, se agrava a partir de 2003, mediante a eleição de Lula para a Presidência da República. Tem-se, nessa época, a aposta na participação em espaços de negociação criados ou incentivados pelo governo, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

Outro agravante é a grande participação de sindicalistas cutistas na gestão do Estado, seja como ministros, a exemplo da indicação de Luiz Marinho (então presidente da CUT) para o Ministério do Trabalho em 2005, seja em diversos outros cargos na esfera governamental e, até mesmo, gerenciando os investimentos de fundos de pensão no mercado financeiro. De acordo com Braga (2012, p. 204):

A década de 2000, contudo, em especial após a eleição presidencial de Lula da Silva, em 2002, foi marcada por uma verdadeira reviravolta “transformista” nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado (...). Em termos gerais, nunca é demais rememorar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais.

A CUT passa, dessa forma, a evitar tecer críticas contundentes ao novo governo, inclusive em relação às propostas de caráter abertamente neoliberal, como no caso da Reforma da Previdência, em 2003, que teve como foco o desmonte da previdência dos servidores públicos. Até mesmo a Força Sindical, antagonista do PT e da CUT ao longo da década-



da de 1990, cessou suas críticas ao primeiro governo Lula após negociações e concessões de cargos para participar da administração pública.

A partir da denúncia da perda da perspectiva classista e da autonomia sindical, surgem cisões internas com a CUT, originando instrumentos sindicais que propõem o retorno ao sindicalismo combativo. Dentre essas rupturas estão à criação, em 2004, da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e a criação da Intersindical.

O segundo governo Lula promoveu, ainda, uma reforma sindical (Lei 11.648 de 2008) que oficializou as centrais brasileiras para representar e negociar em nome das entidades a elas filiadas, aumentando o imposto sindical e transferindo, à época, cerca de 100 milhões de reais para essas organizações (Braga, 2012). Como resultado, essas medidas estimularam o ritmo elevado de pedidos de reconhecimento de entidades sindicais de trabalhadores – sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais – entre 2012 e 2016. Dessa forma, a cúpula sindical passa por novas cisões e coalizões.

Setores alinhados à esquerda, por sua vez, convocam um CONCLAT, em 2010, e encampam a construção de uma nova central sindical, mediante unificação da Intersindical com a CONLUTAS. No entanto, a unificação sindical não obteve êxito, com a ruptura da Intersindical durante plenária final da Conferência. Como resultado, os delegados que continuaram no evento aprovaram a transformação da CONLUTAS em central sindical, passado a se denominar Central Sindical e Popular/CSP – CONLUTAS.

É nessa complexa e desafiadora conjuntura que o movimento sindical dos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza, liderados pelo STICCRMF, adentra as lutas na primeira década do século XXI. Ao longo dos oito anos do governo Lula (2003 a 2010), a categoria dos trabalhadores da construção civil deflagrou cinco greves: 2003, 2004, 2005, 2007 e 2008. Em 2010, nova greve havia sido aprovada, mas, na véspera que antecedia o movimento paredista, o sindicato patronal apresentou proposta que foi aceita, em assembléia, pelos trabalhado-



res. A atuação em prol das pautas locais e imediatas não se dissociava da atenção com as discussões sobre os rumos do sindicalismo brasileiro. A campanha nacional pela desfiliação da CUT, iniciada por parte do funcionalismo público federal após a Reforma da Previdência, orquestrada pelo governo petista recém-eleito, reverberou no Ceará.

Os trabalhadores da indústria da construção civil, em assembléia realizada em setembro de 2004, votam a favor da ruptura com a CUT. Sobre isso, Prestes afirma:

Primeiro nós fizemos um rompimento com a CUT. Com a linha política que era travada aí pela CUT nacional, né? E isso nos deu uma visão diferente, de entender que o sindicato não deve ser atrelado ao governo, tem que ser independente de governo e de patrão. E que a política sindical, por ela ser economicista, ela tem sua demanda diferente de uma política mais eleitoreira, voltada pra questão parlamentar. Então, a gente fez esse diferencial e entendeu que independente de qual seja o governo que esteja no poder, se for um governo a serviço do capital ele não representa os anseios da classe trabalhadora. Então isso nos deu o diferencial. Acreditamos que a questão do lulismo atrapalhou muito, porque a... as Reformas Sindical e Trabalhista aconteceram e passou como se fosse uma “faca numa melancia”, porque as centrais não tavam discutindo o interesse da classe trabalhadora, tavam discutindo os interesses delas, que era a questão do Imposto Sindical, se o governo mantivesse, beleza, se não mantivesse é que iam mobilizar o pessoal, e aí quem ta se ferrando? (Prestes, março de 2018).

Em 2010, como já dito, a CONLUTAS se transforma em central sindical, denominando-se CSP-CONLUTAS, contando com a filiação do STICCRMF a essa central, desde então.

Ainda durante os oito anos de governo Lula, três eleições sindicais ocorreram para a diretoria do STICCRMF, em sintonia com as reconfigurações do movimento sindical nacional: em 2003, 2006 e 2009. De acordo com Farias (2013, p. 91):



Em 2003, a direção foi resolvida através da convenção cutista. Ao final do processo, na direção colegiada permaneceram PSTU, PT e PCB, com o primeiro obtendo majoritariamente o maior número de cargos na direção. Em 2006, ocorreram eleições bem polarizadas. Foi a primeira eleição após a desfiliação do STICCF da CUT e esse motivo para ter duas chapas concorrendo. A Chapa 1 apoiada pela CONLUTAS e a Chapa 2 apoiada pela CUT. A Chapa 1 composta por membros do PSTU e PCB venceram o pleito. Por fim, em 2009, a eleição ocorreu com chapa única composta por membros que compuseram a última gestão da entidade.

Em 2006, a Chapa 1, apoiada pela CONLUTAS e composta por PSTU e Unidade Classista/PCB, venceu o pleito para diretoria do STIC-CRMF com 66% dos votos. Chegava ao fim, portanto, a participação de sindicalistas cutistas no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza, iniciada quando estes venceram as eleições sindicais em 1988.

Durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2015) ocorreram duas eleições sindicais do STICCRME, em 2012 e em 2015, sempre repetindo a dobradinha Unidade Classista/PCB e PSTU.

Desafios para um sindicalismo classista: do golpe de 2016 ao “bolsonarismo”

Uma nova conjuntura nacional se abre, contudo, em 2016, com o golpe que alçou Michel Temer à presidência da República, judicializou a prisão de Lula, em abril de 2018, e viabilizou a articulação da extrema-direita, capitaneada por Jair Bolsonaro, para a disputa das eleições presidenciais de outubro do mesmo ano. Em um contexto de atuação do “lava-jatismo”, acirrado antipetismo e articulações de grupos extremados da direita, inclusive com uma intensa campanha nas redes sociais, utilizando, amplamente, de *fake news*, Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil, assumindo em 1º de janeiro de 2019. Assim, instala-se o “bol-



sonarismo”, como fenômeno político no campo da extrema-direita, na confluência perversa de diferentes vertentes: ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo político-cultural (Carvalho, 2019).

As eleições sindicais do STICCRMF, em maio de 2018, reverberaram esse contexto político para o interior da categoria, configurando um significativo capítulo na história dessa entidade sindical. Três chapas se inscreveram para o pleito: A Chapa 1 “União e Luta” (Unidade Classista/PCB e Resistência/PSOL); a Chapa 2 “É Nós” (chapa de oposição, apoiada pela CUT); e a Chapa 3 “Juntos e Misturados” (PSTU). Saiu vitoriosa a Chapa 1, com 740 votos, ou seja, 36% dos votos válidos; em segundo lugar, ficou a Chapa 2 com 705 votos, ou seja, 34% dos votos válidos; e, por último, ficou a Chapa 3, com 640 votos, ou seja, 30%. De fato, a disputa foi acirrada no âmbito de forças progressistas e de esquerda, ficando a Chapa 1 “União e Luta” com os desafios de desenvolver um sindicalismo classista no contexto inteiramente adverso do golpe de 2016 e seus desdobramentos.

A política do governo Temer e os retrocessos no mundo do trabalho, através da aprovação da Reforma Trabalhista, de 2017, teve, sem dúvida, os sindicatos como alvo prioritário. Dados oficiais mostram que, em 2018, primeiro ano da contrarreforma, a arrecadação do imposto sindical caiu quase 90%, passando de R\$ 3,64 bilhões em 2017 para R\$ 500 milhões em 2018. O impacto foi maior para os sindicatos de trabalhadores, cujo repasse despencou de R\$ 2,24 bilhões para R\$ 207,6 milhões. O ex-diretor Lamarca assim nos informa sobre esse novo momento para a luta sindical:

Os impactos na construção civil tão prejudicando, inclusive, o sindicato. Porque, até então, depois da reforma trabalhista, as empresas, se descontaram dos trabalhadores o assistencial, não repassaram pro sindicato no mês de dezembro [de 2017]. E com a reforma trabalhista também teve a questão do imposto sindical que não se tornou obrigado ser descontado, e as empresas, elas fizeram, tipo, uma coletividade dentro do setor, convocando os



trabalhadores e orientando pra que não aceitassem ser descontado. Então a arrecadação do sindicato diminuiu 90%. Ai com isso ta prejudicando, também, o funcionamento do sindicato (Lamarca, junho de 2018).

Como alternativa à proibição do imposto sindical, o STICCRMF utilizou a tática de aprovar, em assembleia da categoria, o desconto assistencial. Para isso, travou uma batalha ideológica nos locais de trabalho, ao enfrentar uma campanha organizada pelo sindicato patronal SINDUSCON/CE, no sentido de pressionar os/as trabalhadores/as para que não financiassem, de forma facultativa, seu sindicato.

A Reforma Trabalhista de Temer enfraqueceu a representação sindical, enquanto Jair Bolsonaro, por meio de Medidas Provisórias (MPs), tem intensificado os ataques, tentando inviabilizar a própria sustentabilidade financeira das entidades. A MP 873/19, que altera, basicamente, questões de contribuição e custeio do sindicato, pretende que as contribuições sindicais sejam pagas via boleto bancário, emitidos diretamente pelo sindicato ao empregado, em vez de desconto em folha. Assim, afirma Montenegro:

O momento que nós se encontra hoje tá difícil... porque teve muitas mudanças e essa reforma trabalhista no governo do Temer e agora proposta também no governo Bolsonaro, que tá agora com essas MP's sendo lançadas, que faz a retirada de direitos de contribuições sindicais. Por exemplo, aquela MP do boleto individual, o governo quer que o próprio operário vá numa lotérica, gerar um boleto e fazer um pagamento individual, e claro que isso vai dificultar cada vez mais, porque nem para pagar uma água, uma luz, o trabalhador as vezes não quer ir, quer que outra pessoa vá, imagine ele ir lá para pagar entidade sindical dele... tem muitos deles também fazem aquela carteirinha de filiação e eles mesmo dizem "rapaz, eu vou fazer aqui mas como é que eu vou pagar? Que agora ta com essa lei aí, eu não vou pagar em nenhum canto não, tem que ser aqui e acabou". Isso daí já é pra enfraquecer o movimento sindical (Montenegro, abril de 2019).



Dessa maneira, até mesmo contribuições assistenciais aprovadas em assembleia de trabalhadores/as e descontadas em folha de pagamento seriam invalidadas. A medida, portanto, tinha como objetivo retirar das entidades sindicais os recursos que ainda lhes restavam. Contudo, após intensa polêmica e demonstrações de resistências, a proposta perdeu a validade em 28 de junho de 2019, após ficar parada no Congresso desde o seu envio, em 1º de março. Com isso, a contribuição pôde voltar a ser descontada diretamente do contracheque, desde que haja autorização expressa do trabalhador.

Apesar dessa pequena, mas importante, derrota do governo Bolsonaro, o sindicalismo brasileiro enfrenta graves desafios nesta conjuntura. A recessão econômica e o desemprego – agravados pela pandemia da Covid-19 – atingem mais de 14 milhões de brasileiros. Soma-se a isso, a ofensiva conservadora no país, a dificultar, ainda mais, a capacidade de mobilização dos sindicatos para o enfrentamento em prol da ampliação ou manutenção de direitos, bem como da própria preservação das entidades da classe trabalhadora.

Considerações finais

Diante do exposto, evidencia-se, com o agravamento da crise capitalista em tempos de pandemia do novo coronavírus, a profunda deterioração das condições de trabalho no Brasil, marcada pelo desemprego estrutural e o desmonte do trabalho formal, a gerar um enorme contingente de trabalhadores empobrecidos, “exército de sobrantes” sem condições de garantir a mera sobrevivência. Especificamente, no setor da construção civil verificou-se um incremento da superexploração da força de trabalho. Intensificam-se problemas crônicos, como o trabalho desprotegido e o desemprego estrutural, atingindo, especialmente, mulheres, jovens e os menos escolarizados. Nota-se, ainda, que as regiões metropolitanas nordestinas, em especial Fortaleza, apresentam as piores condições de trabalho, uma marca estrutural da formação socioe-



conômica do capitalismo brasileiro, marcada por profundas diferenças regionais, que articulam, de modo desigual e combinado, os elementos “modernos” e “arcaicos” (Oliveira, 2013).

Se não for revertida, a tendência para os próximos anos é um aprofundamento ainda maior do processo de precarização estrutural do trabalho, entendido como um fenômeno contemporâneo e sintomático da crise civilizacional, produzida pelo sistema do capital, a espalhar-se para além do rebaixamento salarial, envolvendo, também, a precarização da existência dos trabalhadores.

Diante do cenário de incremento da superexploração da força de trabalho na indústria da construção civil, os/as trabalhadores/as do setor, em Fortaleza, sob direção do STICCRMF, têm protagonizado lutas, deveras significativas, por melhores condições salariais e de proteção sanitária no trabalho. De fato, tais lutas por reajuste salarial acima da inflação, pela efetivação das leis e normas relacionadas à segurança do trabalho – em especial durante a pandemia –, e contra a ampliação da jornada de trabalho por meio da implementação do banco de horas desempenham importante papel no sentido de mitigar os efeitos mais perversos da superexploração, em curso no setor. Assim, o STICCRMF destaca-se como importante instrumento de articulação e mobilização da categoria, obtendo, inclusive, considerável reconhecimento dos demais movimentos sindicais e populares de Fortaleza.

O contexto de ofensiva das forças do capital estabelece novos patamares da luta de classes no país, pois o avanço do conservadorismo e da extrema-direita, no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, ora em curso, tende a dificultar as formas de resistência dos/as trabalhadores/as brasileiros/as. Nesse sentido, são sintomáticos os recorrentes ataques às representações sindicais – inclusive, via inviabilização financeira dessas entidades – e a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, com crescentes números de casos de lideranças populares assassinadas em todo território nacional. Tal cenário impõe a necessidade de reelaboração e, mesmo, reinvenção das táticas e estratégias



deses movimentos sindicais e populares, na perspectiva de não apenas resistir contra a retirada de direitos sociais arduamente conquistados, mas também de recobrar o protagonismo e a ofensiva política, em direção a um horizonte de superação da superexploração da força de trabalho e de construção de uma sociedade para além do capital.

Referências bibliográficas

Boito Jr, A. “Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil”. **Revista Crítica Marxista**. Sumário 3, 1996. Disponível em: < https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo260Art1.6.pdf>. Acesso em: 10/05/2020.

Braga, R. **A política do precariado - do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Carvalho, A. M. P. “Ultraneoliberalismo, militarismo e reacionarismo no Brasil do presente: uma composição de risco, um desafio à luta política”. In: **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019, p. 1-12.

Carvalho, A. M. P.; Guerra, E. C. “O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica”. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, 2015, p. 41-60. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321143201003>>. Acesso em: 20/07/2020.

Farias, P. E. L. **Dos canteiros de obra ao sindicato: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

Furtado, M. J. de A. **A construção da miséria: um estudo sobre trabalhadores da construção habitacional**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC. Fortaleza: 1985.

Harvey, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

Marini, R. M. “Dialética da Dependência”. In: Traspardini, R. E Stedile, J.P. (orgs). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

Mendes, J. E. **Trabalhadores da construção civil de Fortaleza: uma história de luta e aprendizado (1988-1991)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.



Mészáros, I. **Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

Nóbrega, Y. H. Operários em construção: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC. Fortaleza, 2006.

Oliveira, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. 1. ed., 4. reimpr. – São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

Osório, J. “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva”. In: Ferreira, C.; Osorio, J.; Luce, M. S. (orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Rodrigues Jr, N. S. **Superexploração da força de trabalho na contemporaneidade brasileira: trabalhadores da Indústria da Construção Civil em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019.

Rossi, W.; Gerab, W. J. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.



TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: CONVERGÊNCIAS E CONTRADIÇÕES

 Marcelo Figueiredo Silva¹

A TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO brasileiro não deve ser analisada sob a mesma perspectiva com que analisamos a lógica de sua utilização no setor produtivo privado. A essa afirmação, algo intuitiva e mesmo autoevidente, deve-se seguir a constatação de que essa diferença é sustentada menos pelos aspectos econômicos que legitimam sua utilização do que pela própria construção política que cerca o processo. Ou seja, o movimento histórico de incorporação de processos de subcontratação da força de trabalho no seio da burocracia estatal brasileira apresenta variáveis interpretativas que forçam os limites da compreensão sobre o papel político-econômico assumido pela terceirização para sucessivos governos nas últimas décadas. Essas variáveis dizem respeito, sobretudo, ao modo como a sociedade brasileira se estruturou historicamente para a manutenção da estabilidade política sem desarticular arraigados padrões de desigualdade social.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: mafis100@gmail.com



Em síntese, a consagração da terceirização pelo Estado brasileiro está associada às condições de reprodução social da desigualdade a partir do mercado de trabalho. A terceirização no setor público brasileiro foi, e muito provavelmente ainda é, parte de um projeto conservador de nação. Guardavam-se os grupos sociais (profissionais) mais organizados da precarização associada à terceirização.

Para sustentar tal afirmação, construo uma explicação baseada em projeções numéricas colhidas, dentre as poucas fontes consolidadas sobre o fenômeno da terceirização no país, dos relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e cruzo com informações da gestão de pessoal no período de 1995 a 2015. A tendência de crescimento rápido e contínuo revelada pelos números aponta para uma convergência política mesmo para governos de orientação ideológica divergente. Ao mesmo tempo, revela-se a contradição básica por trás do discurso do crescimento econômico nos governos do PT: a precarização do trabalho era coordenada politicamente com a construção do ideário da nova classe média, uma pirueta ideológica que servia a minimizar para o trabalhador da terceirização o sentido da exploração.

Ainda que se possa alegar que a redução dos custos de produção, carro-chefe da lógica do capital, encontre um sucedâneo natural no discurso da disciplina fiscal com o qual a lógica financeira neoliberal impõe uma trava aos gastos públicos, essa convergência é limitada fortemente pelas necessidades práticas e políticas de cada formação histórica nacional. Num contexto de uma formação econômica periférica como a brasileira, o crescimento da terceirização sob o comando do Estado tem significado uma acomodação continuada do capital dentro dos espaços possíveis de mudança social.

Uma característica essencial da construção lógica da terceirização no setor público é sua profunda articulação com os mecanismos estruturais de exploração do trabalho dos subalternos, o mercado concorrencial de mão de obra com pouca qualificação, tão presentes na sociedade brasileira e que se reproduzem no contexto maior da sociedade



desregulamentada. A terceirização, na forma adotada pelo Estado brasileiro, torna-se então um estranho mimetismo superestrutural², com sua sintaxe algo deslocada da necessidade de flexibilização e de reestruturação produtiva numa sociedade em que nem as forças produtivas são exatamente “modernas”, nem o mercado é tão “livre” e “competitivo” assim.

Dessa forma, matizo aqui, em algum grau, a leitura feita por Laval e Dardot (2016) a respeito da adoção pelo Estado de um modelo empresarial de governo, consequência direta da “racionalidade” neoliberal. Quando os autores afirmam que “o neoliberalismo não procura tanto a ‘retirada’ do Estado e ampliação dos domínios de acumulação do capital quanto a *transformação da ação pública*” (p. 272, grifo do autor) têm o mérito de colocar em evidência a extensão social daquela racionalidade e seu impacto inclusive sobre o processo democrático, uma vez que “mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais” (p. 273).

Porém, há uma dimensão reversa da ação política, no sentido do Estado ao mercado, sobretudo nas condições particulares de desenvolvimento histórico dos países periféricos, que importa na análise do fenômeno da terceirização. Acredito que a terceirização no setor público brasileiro não é somente a retirada do Estado (aliás, a retirada estratégica do Estado reforça o papel do Estado no processo), assim como não é inteiramente uma transformação da ação pública. É em grande medida um movimento conservador e enquanto tal consegue torcer a lógica econô-

² Faço referência à intuição de Francisco de Oliveira (2003, p. 150): “A hegemonia, na fórmula gramsciana, elabora-se na superestrutura, e nas suas específicas condições o ornitorrinco não tem consciência, mas apenas replicação superestrutural” (p.149-150). O sistema de reprodução social brasileiro não falhará. “O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava [...]. Restam apenas as ‘acumulações primitivas’, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, ‘acumulação’”. Como não enxergar na crítica do autor uma coordenada reflexiva para entender como o domínio ideológico cada vez mais onipresente do capital financeiro globalizado na organização da lógica crescente da terceirização a cargo do Estado brasileiro?



mica para além do mercado de modo a fazê-la ajustada às necessidades de reprodução da desigualdade em plano local. Nesse sentido, o Estado configura-se também num agente político interessado em ir contra o mercado e, no limite, contra a própria racionalidade neoliberal.

A política de terceirização capitaneada pelo Estado nas últimas décadas não fora apenas uma atualização histórica forçada pela racionalidade neoliberal. Construía-se também como resistência – uma resistência conservadora e por vezes reacionária – à desarticulação das possibilidades de classificação social para grupos dominantes e aqueles com maior capacidade de mobilização de capital de acesso. Em síntese, o outro da terceirização no setor público passa a ser a classe média tradicional.

Para entendermos adequadamente a equação entre terceirização e classe média, lembremos que o aprofundamento da terceirização no setor público ocorre predominantemente com a substituição dos cargos de menor exigência de escolaridade. Esse movimento de desmobilização de cargos “auxiliares”, “secundários”, em favor da contratação de serviços de terceiros é acompanhado pela reestruturação de várias carreiras do funcionalismo nos governos do PT, sobretudo a partir de 2005, com aumento de seus quadros efetivos a partir da retomada dos concursos públicos. No conjunto, tais ações seriam equivalentes àquilo que um documento publicado pelo IPEA (2011) chamou de “política de revalorização dos servidores públicos”, a qual envolveria a coordenação entre “recomposição de pessoal e de sua remuneração” (p. 03), desgastados no governo FHC.

Portanto, esse movimento geral de avanço linear da incorporação da subcontratação da força de trabalho no aparato estatal ao longo das últimas décadas, quando cruzada a análise com dados das políticas de gestão de recursos humanos dos governos FHC e Lula-Dilma, nos apresenta algo contraditório. A trajetória de gastos ascendente nos dois casos, sobretudo a partir dos anos 2000, parecia fazer cair por terra um dos principais argumentos que tem sustentado o debate sobre tercei-



rização no setor público, o do controle fiscal. Contudo, como veremos, apenas parecia, pois, em termos da relação gasto com pessoal/PIB, projetava-se uma surpreendente estabilidade orçamentária.

A política da terceirização – blocos históricos

Quando observada a dinâmica da terceirização no setor público brasileiro num arco temporal que se estende de 1995 a 2015, é possível distinguir dois movimentos políticos distintos que, apesar de direcionar a ação governamental para pontos contrários do espectro ideológico, obtinham resultados convergentes quanto ao objetivo econômico.

A aparente contradição encobria mal o fato de que a terceirização se tornara uma efetiva política de Estado e que sua verdadeira contradição projetava-se em outro ponto, enquanto solução conservadora que garantia uma espécie de reserva de mercado a determinados grupos sociais, o que, no limite, também garantia a estabilidade política do sistema, pois atingia, sobretudo, a classe média tradicional. Em síntese, se a precarização era um fato econômico incontornável da sociedade neoliberal, a política da terceirização deveria servir de anteparo à extensão da precariedade sob o risco de desagregação social.

A evidência empírica aponta para uma trajetória ascendente de crescimento do uso da terceirização em todo o período, mesmo que o comportamento dos gastos estatais, em nível federal, tenha obedecido a orientações governamentais divergentes, seja num momento de forte expansão do Estado, no início do século XXI, seja num período cuja orientação política envolvia o enxugamento do quadro de pessoal nos anos 1990.

Convém, para efeito de análise, separar o período histórico em questão em dois grandes blocos históricos³. Compõem o primeiro bloco

³ Utilizo o conceito de bloco histórico tomado de empréstimo do pensador italiano Antonio Gramsci (1999). Sua importância reside na possibilidade de compreensão analítica de processos históricos pela identificação entre “conteúdo econômico-social e forma ético-política” (p. 308).



os dois mandatos da presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cujo viés histórico de reconstrução do Estado dialogava com as mudanças do capital em nível mundial. Seguem-se os dois mandatos da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), somado ao primeiro mandato da presidência de Dilma Rousseff (2011-2014), quando a reorganização do Estado obedece a um paradigma de enfrentamento da ortodoxia econômica pela elevação dos gastos públicos.

Visto com olhos de hoje, trata-se de um movimento duplo de retração e expansão do Estado, tanto pela ampliação dos gastos públicos quanto pelas disputas políticas em torno da fixação do impacto do déficit público, o que, no limite, ditaria os limites de atuação do Estado. Portanto, o regime fiscal nos dois períodos passa a ser um importante demarcador para a compreensão da dinâmica de incorporação da terceirização nos dois blocos históricos. Para Lopreato (2015), cuja análise do comportamento orçamentário do Estado no mesmo período utiliza segmentação histórica semelhante, na década de 1990, “a reforma institucional, calcada na ideia de que o *deficit* público era o responsável direto pela alta inflação, propôs eliminá-lo de modo permanente” (p. 08). Logo, o déficit público se estabelece como fronteira de política econômica capaz de instabilizar governos⁴.

No período FHC, a restrição da autonomia de atuação política do governo diante das imposições fiscais do *mainstream* econômico não pareceu gerar muito incômodo, dado o caráter “reformista” de seu

⁴ Era sem dúvida um movimento político conservador, atrelado às condições de financeirização da economia mundial. Uma síntese das dificuldades com que os governos passaram a operar suas políticas sociais constringidas pela incontornável dominação financeira da economia está expressa por Barry Eichengreen (2012): “A alta mobilidade do capital, que é um fato da vida econômica e financeira no início do século XXI, exige dos governos que subordinem todas as demais metas de política econômica à estabilização da taxa de câmbio. Porém, a democracia de massas, que é – felizmente e cada vez mais – um fato da vida política, torna extremamente difícil para os governos comprometer-se, e manter a credibilidade, com essa subordinação de todas as demais metas políticas à estabilização da taxa de câmbio” (p. 15). O fato é que a própria “democracia de massas” encontra-se ameaçada no atual estágio do capitalismo, vide o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.



governo e o fato de mirar a burocracia estatal. A publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 100, aprovada em 2000, sintetizaria politicamente a consecução de uma importante etapa do controle econômico sobre o campo político. No período Lula, percebe-se, entretanto, uma mudança no comportamento fiscal. O aumento do gasto com o funcionalismo contrastava com a situação de restrição orçamentária intencionada pelo governo FHC. Contudo, essa se deu menos em seus fundamentos macroeconômicos, que permaneceram intactos, do que como direção política, a forçar os limites da austeridade fiscal de modo a garantir alguma margem de manobra⁵.

Interessa aqui perceber como, em todo o período histórico, os regimes fiscais de ambos os governos farão amplo uso da terceirização, ainda que com sinais trocados. No primeiro bloco histórico, o “enxugamento” do Estado pressupunha a permuta dos quadros considerados de apoio por mão de obra terceirizada. Como vimos, partia-se do diagnóstico de que a estabilidade política era função da estabilidade econômica. O quadro fiscal fundamenta a política econômica, mas também fornecerá o argumento político para a desidratação do quadro de pessoal⁶. O que, em última instância, significará uma arma política utiliza-

⁵ Ainda seguindo Lopreato (2015), é importante registrar que, durante o governo Lula, “o regime fiscal criado na era FHC não se alterou, mas a gestão fiscal assumiu rumo diferente a partir de outro entendimento de qual seria o papel do Estado. A mudança não refletiu mera resposta conjuntural à crise mundial de 2008, ocorreu o redirecionamento da ação estatal a favor do crescimento. A adoção de um programa de investimento, a expansão dos gastos públicos, o uso de incentivos fiscais no apoio a setores industriais, a definição de novas diretrizes de atuação de empresas e agentes financeiros estatais, as alterações no modelo de articulação com o capital privado recolocaram o Estado como ator do projeto de crescimento” (p. 08).

⁶ Uma queixa muito presente nas discussões sobre reforma do Estado se refere ao “inchaço” do quadro de pessoal após a Constituição de 1988. O próprio ex-ministro Bresser-Pereira (2001) abordou o tema do ponto de vista do impacto fiscal: “a Constituição de 1988 transformou, de um golpe, mais de 400 mil funcionários celetistas das fundações e autarquias em funcionários estatutários. O Estado, que já contava com excesso de quadros, agora via-se inviabilizado de corrigir esta anomalia. Por outro lado, estabeleceu um sistema de privilégios na área da previdência, garantindo aos funcionários públicos a possibilidade de se aposentar, por tempo de serviço, em geral antes dos 50 anos, com um valor de aposentadoria correspondente a 120% do último salário. Com isso a crise fiscal era decisivamente agravada” (p. 08). A “anomalia”



da para limitar o poder dos sindicatos. Desse emaranhado ideológico, a terceirização se apresentava como uma das condições de possibilidade do controle fiscal.

Nos governos FHC, a utilização crescente da terceirização era parte do esforço fiscal num contexto reformista. Além disso, elaborava uma justificativa teórica para a separação categorial entre **atividades-meio** e **atividades-fim**, o que será um importante demarcador ideológico para legitimar uma draconiana distância social entre trabalhadores. Contudo, a própria continuidade da política de terceirização iniciada no período anterior dada pelos governos do PT perde bastante em aderência explicativa uma vez que a orientação política fazia com que se retomassem os investimentos na burocracia estatal. Então, como essa trajetória ascendente da terceirização nesse período pode ser explicada para além da submissão à política fiscal do período anterior?

A política da terceirização – trajetória

A consolidação dos dados referentes à terceirização no setor público brasileiro é marcada por incertezas e lacunas. Informações relativas ao quantitativo e aos gastos com subcontratação, sobretudo nos anos 1990, não estavam disciplinados nas estatísticas ou mesmo marcadas sob uma mesma rubrica nos documentos oficiais, o que dificulta bastante uma projeção mais fidedigna do seu avanço no período.

era enxergada pelo lado também do impacto previdenciário por um economista fortemente associado ao PSDB: “o forte aumento do gasto com inativos [...] resulta da regulamentação do Regime Jurídico Único (RJU) pela Lei nº 8.112 de 1990, quando cerca de 80% dos funcionários públicos civis da União regidos pelo regime celetista passaram para o regime estatutário, ganhando o direito ao benefício da aposentadoria integral e à paridade de vencimentos” (Almeida, 2013, p. 86). A associação vocabular entre “excesso de quadros”, “privilégios” e “crise fiscal” põe em evidência a linha argumentativa. Ao lembrar, numa entrevista, o período da Assembleia Constituinte, Bresser-Pereira reafirmaria sua visão de um Estado capturado por interesses corporativos e políticas clientelísticas ao propor que fora “o lobby dos servidores públicos” que “criou um regime único, difícil de administrar” (Carvalho, 2017, p. 76).

Parte dessa confusão decorria da própria indefinição jurídica à qual estava imersa a contratação de serviços de terceiros no país, especialmente no setor público. Desde pelo menos os anos 1960, o Estado brasileiro tem publicado normativas que possibilitam a contratação indireta de mão de obra de modo a flexibilizar a rigidez jurídico-constitucional associada à burocracia estatal, ainda que não contasse com um disciplinamento teórico sobre esse modelo de contratação⁷. É, sobretudo, nos anos 1990 que as tentativas de flexibilização da gestão de pessoal se intensificam no bojo do projeto de abertura econômica do país.

Nesse ambiente de pouca clareza jurídica, os gastos com terceirização no setor público se caracterizam por certa marginalidade contábil, o que, por óbvio, impede que se tenha um panorama mais completo de sua implementação no aparelho estatal. A própria definição dos limites da terceirização, de sua caracterização e de sua finalidade pouco se assentou nos instrumentos de análise oficiais. Note-se que apenas no ano 2000, com a publicação da Lei Complementar nº 101, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), há um primeiro movimento no sentido do reconhecimento da terceirização como elemento de despesa com pessoal (Art. 18, §1º). Contudo, a mesma norma estabelecia uma definição muito restrita para o que denominava de “contratos de terceirização de mão de obra”, ou seja, aqueles cujo objetivo é a “substituição de servidores e empregados públicos”.

Diante dessa indefinição, os números da terceirização no setor público continuariam sujeitos a contraditório hermenêutico. Nesse cenário, a construção de números exatos que pudessem mensurar o avanço da terceirização no Estado é dificultada ao máximo, dado que definições conceituais e metodologias claras que possam projetar uma visão

⁷ A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatuiu “Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”, falava já em utilização pela administração pública de “serviços de terceiros”, sem com isso significar um sentido estrito e contemporâneo de terceirização.



de fundo do processo não são unívocas. Somente aos poucos vai se adensando uma rede de informações fruto de pesquisas sobre o tema.

Ainda assim, apesar da dificuldade na consolidação desses dados, especialmente aqueles referentes aos anos 1990, é possível deduzir o viés de sua trajetória. Aliás, poucos motivos há para se acreditar que o crescimento da terceirização nos anos 1990 não tenha ocorrido em sentido inverso ao do gasto com pessoal no governo FHC⁸. É que, dada a orientação contracionista da política econômica prevista para sustentar o Plano Real, o ajuste fiscal incorria substancialmente em proposta de redução do quadro de pessoal, sendo a terceirização construída como uma alternativa não somente econômica, mas também política, uma vez que essa flexibilização enfraquecia parte da organização sindical de várias categorias do serviço público. De alguma forma, a política de terceirização do período FHC cumpria seu objetivo declarado e também não declarado.

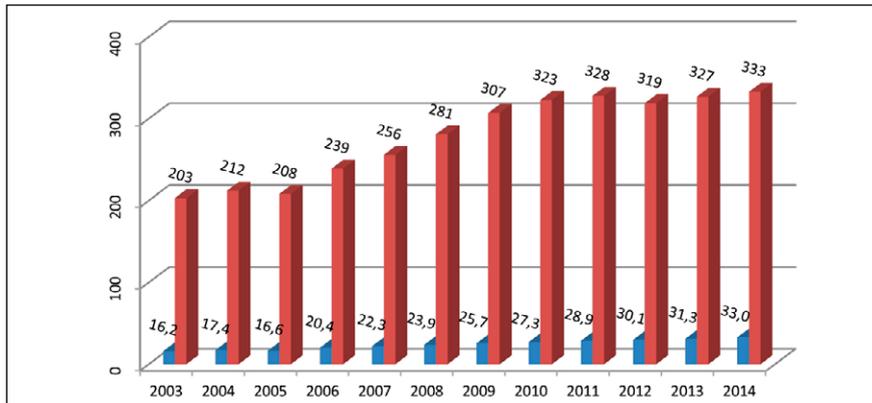
No período dos governos do PT, contudo, o viés da trajetória da terceirização permanece em crescimento, porém não mais em oposição aos gastos com pessoal (figura 1). O que seria apenas uma mudança de orientação política (contração x expansão do Estado) pode significar algo além de uma tendência orçamentária.

Se, na política de gestão de pessoal, os dois blocos históricos se opunham, em relação à política de terceirização posta em andamento desde os anos 1990 há pouca contrariedade. Em síntese, os sinais políticos trocados nos dois períodos, com suas ênfases distintas no papel do Estado em termos de investimento público, não significaram arrefecimento da incorporação da terceirização como possibilidade de flexibilização das relações de trabalho na burocracia estatal e redução de custos.

⁸ Em parte, essa afirmação aparece confirmada no Relatório do TCU (2001) sobre as contas do governo do ano 2000. Ainda que infelizmente os gastos com terceirização não estivessem consolidados sob uma rubrica única, mas de forma fragmentada (isso quando há tal informação) dada a inexistência de metodologia consolidada, o viés de crescimento no período FHC é intuído no próprio relatório ao afirmar que “a administração pública vem adotando a terceirização de mão-de-obra, especialmente nos últimos anos, como forma de reduzir os quadros do Estado na realização de suas atividades” (p. 239).



Figura 1 - Comparativo da evolução dos gastos federais com pessoal* e com terceirização, 2003-2014 (em R\$ bilhões**)



*Despesa bruta (ativos e inativos) ** Deflator: IPCA jan-dez

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU). Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-do-governo-da-republica/>>.

Para uma definição da trajetória dos gastos com terceirização nos governos Lula e Dilma, utilizo os relatórios sobre as contas do governo federal publicados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Neles, os gastos aparecem consolidados a partir de quatro rubricas específicas: “serviços de terceiros”, pessoa jurídica ou física, “consultoria” e “locação de mão de obra”⁹. São subelementos alocados como “outras des-

⁹ A metodologia utilizada para se chegar aos valores anuais sobre a terceirização foi motivo de contestação pelo próprio governo federal em outubro de 2007. Em comunicado público, o Ministério do Planejamento contestava os números levantados pelo consultor legislativo Gilberto Guerzoni Filho (2007), que, utilizando informações colhidas no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br, afirmara que o gasto federal com terceirização girava em torno de 13 bilhões. Dizia a nota, então, sobre o trabalho do consultor: “classifica equivocadamente como despesas com terceirizados serviços que nada têm a ver com terceirização tais como consultoria, serviços de pessoa jurídica e serviços de pessoa física”. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/orcamento-federal/noticias/trabalho-de-consultor-do-senado-leva-a-conclusoes>>. Contudo, a réplica aos valores nominais não modifica a curvatura do gasto público com terceirização, que é o que está sob escrutínio aqui. Nesse sentido, os dados que refletem mais aproximadamente o que seria o gasto com terceirização, a rubrica “locação de mão de obra”, mostrariam a mesma tendência para a década de 1990. De acordo com o pesquisador, teria havido um salto, em valores nominais, de 363 milhões de reais em 1995, primeiro ano do governo FHC, para 629 milhões



pesas correntes”, o que os retiram do cômputo da rubrica “pessoal e encargos sociais”.

Olhados mais de perto, esses quatro itens são distintos em seus respectivos objetivos. Não obstante serem tratados como gastos com terceirização na metodologia utilizada pelo TCU – o que se justifica apenas enquanto mecanismo de flexibilização jurídica –, esses valores captam mal o dispêndio específico com contratos de interposição de empresa privada (a forma mais convencional de terceirização) para execução de serviços públicos. Esses estariam localizados mais propriamente na rubrica “locação de mão de obra” e, parcialmente, na rubrica “serviços de terceiros – pessoa jurídica”. Ainda assim, a compilação desses dados, num esforço para dar transparência ao dispêndio orçamentário com terceirização na administração pública, possibilita reconstituir de modo mais ou menos claro sua evolução nos anos de 2003 a 2014. A projeção dessa trajetória fornecerá uma porta de entrada para a análise da política de terceirização do período e suas contradições.

A tendência do crescimento dos gastos com terceirização, cujo dispêndio, medido em valores reais, dobrou ao final de 12 anos, acompanha a curva de gastos federais com pessoal. O incremento orçamen-

reais em 2002, ao final do mandato. Reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 11/10/2007, repercutiu o posicionamento do ministro do Planejamento à época, Paulo Bernardo, oferecendo o contraditório ao pesquisador. Ali, podia-se ler: “Guerzoni diz que, de fato, há aí itens que não são de terceirização, na rubrica de serviços de pessoa jurídica. Mas, ao contrário do que afirmou a nota do Planejamento, ele sustenta que ela também inclui diversos tipos de atividade que podem ser consideradas terceirização. O consultor explica que, segundo o Plano de Contas da Administração Pública Federal – exercício de 2007, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, os “serviços de terceiros – Pessoa Jurídica” incluem itens como diversos tipos de serviços; capatazia, estiva e pesagem; perícias técnicas; manutenção e conservação de imóveis, equipamentos, veículos e estradas; vigilância; limpeza e conservação”. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bernardo-contesta-gasto-de-r-41-bi-com-terceirizacao,63390>>. Tudo isso de alguma forma demonstra a dificuldade de se chegar a números mais fiéis à realidade da crescente incorporação da terceirização no setor público. A mesma reportagem registra ainda que o ministro Paulo Bernardo “disse não ter um levantamento preciso do quanto custam as contratações de pessoal por meio de empresas, ou seja, os chamados terceirizados do setor público”. Essa imprecisão acerca das informações relativas aos processos de implementação da terceirização no setor público brasileiro é sintomática de seu aspecto tangencial assumido na política de recursos humanos do Estado.



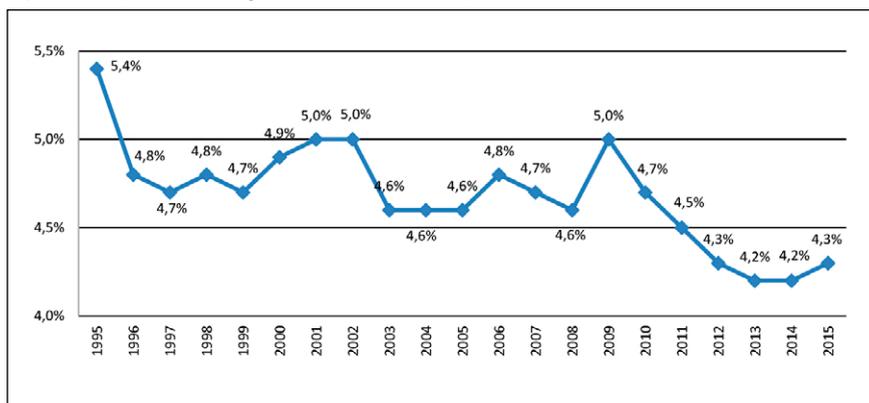
tário, quando observado apenas seus valores, torna-se pouco indicativo da dimensão fiscal objetivada por governos com orientações políticas distintas, uma vez que a progressividade do gasto orçamentário é linear para ambas as rubricas. Agora, se a possibilidade de redução da despesa com pessoal era uma das razões invocadas para justificar a ampliação da terceirização no setor público, a trajetória de crescimento de ambas é suficiente para desmontar o argumento.

De fato há reversão do modelo de contração do gasto com pessoal do período anterior, contudo, a expansão do gasto com pessoal é acompanhada de perto pelos dispêndios com terceirização. A reversão da política de gestão de pessoal anterior aos governos do PT não importou num freio à terceirização, que, como visto, duplicou no período. Entretanto, o que mais chama atenção na trajetória de gastos com terceirização e com pessoal naquele período é que, quando cruzados esses mesmos dados com a evolução do PIB brasileiro na série histórica, revela-se como a variação percentual da relação despesa com pessoal/PIB manteve a tendência de queda que já vinha do período anterior.

Como se depreende da figura 2, mesmo que os gastos totais com pessoal e terceirização apontem o viés de crescimento contínuo, o seu impacto fiscal em termos de proporção do PIB foi regressivo, sobretudo no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Com variações na faixa dos quatro pontos percentuais, em todo o período houve um evidente equilíbrio do gasto com pessoal em relação ao PIB, mantendo-se abaixo do 5,4% atingido no ano de 1995. De 1996 até o final da década, a variação corre em torno de um ponto percentual, atingindo uma persistente estabilidade ao longo de mais de uma década, o que estava amparado numa efetiva política de diminuição do quadro de servidores públicos federais levada adiante nos governos FHC. No início da década de 2010, um novo decréscimo faz com que o gasto com pessoal atinja 4,2% em 2012 e 2013, mínima da série histórica.

Essa trajetória descendente acaba sendo mesmo surpreendente, uma vez que o número de servidores públicos efetivados (concursados) no período mantém-se em elevação.



Figura 2 - Trajetória da relação Despesa com pessoal/PIB da União, 1995-2015

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal (2017).

É possível imaginar que a ampliação da terceirização no período possivelmente contribuiu para a estabilização da relação despesa com pessoal/PIB na década de 1990. Contudo, levando-se em consideração que o crescimento médio do PIB no período FHC foi de pouco mais de 2,0%, não há por que creditar essa estabilidade apenas a essa variável. É provável que tenha havido uma conjunção de fatores econômicos que incluem estabilidade monetária, congelamento salarial, ausência de recessão econômica de longo prazo, entre outras variáveis.

No período de 2003 a 2010, o comportamento da despesa com pessoal como proporção do PIB é ainda mais significativo, mesmo com sinal ideológico invertido quanto à política fiscal anterior, sobretudo no segundo mandato do presidente Lula. Nesse caso, a taxa média de crescimento do PIB, que no período foi de pouco mais de 4,0%, implicou numa queda da relação percentual PIB/gasto com pessoal, ainda que o gasto tenha aumentado¹⁰.

¹⁰ Essa foi uma situação que não passou despercebida até para críticos da política econômica do governo Lula. Um desses "ortodoxos" denominou de "ambígua" essa relação (Giambiagi, 2006, p. 47). Tal comportamento orçamentário também derrubava parte da visão ortodoxa de que investimento social é fonte de desequilíbrio fiscal, como também desconstruía a tese

No período de 2011 a 2014, primeiro governo Dilma, tal comportamento é ainda mais visível, pois atinge a menor proporção na série histórica, 4,2%, sem se poder alegar que tenha sido decorrência do crescimento econômico do período, afinal, a partir de 2013, a economia do país começa a trilhar uma quase estagnação. Assim, seria natural esperar que, com a queda do PIB, essa proporção aumentasse, mas não é o que acontece. Ao contrário. Ela se estabiliza mais ainda.

A hipótese que deduzo centra-se no fato de que a utilização intensiva da terceirização, mais que cumprir o desiderato de manutenção do equilíbrio fiscal do período político anterior, atuou como uma condição de possibilidade da reestruturação de diversas carreiras do serviço público, especialmente aquelas de maior nível hierárquico. A terceirização das atividades de apoio abria espaço orçamentário para a expansão do gasto com pessoal, o que favorecia a absorção de profissões mais fortemente associadas à classe média.

Em relação à evolução orçamentária da terceirização nos governos do PT, vê-se que, na comparação com o crescimento das despesas com pessoal, a curva de gastos com serviços de terceiros teve, proporcionalmente, como custo orçamentário total, um avanço maior (2,03 contra 1,64), como exposto na tabela 1.

A variação percentual, em valores já deflacionados, indica a tendência geral da flexibilização da gestão da administração pública, não apenas da terceirização em sentido estrito, afinal os quatro itens orçamentários que compõem os gastos com serviços de terceiros são mais amplos que a utilização de empresa privada interposta.

de que a burocracia estatal representava um forte fator de descontrole das contas públicas. Diante dessa “ambiguidade”, outro analista foi levado a afirmar: “é discutível a tese de que o crescimento do gasto público no Brasil reflete um inchamento do Estado ou um descontrole do custeio. Os dados parecem mostrar que boa parte da expansão do gasto decorreu de medidas planejadas – como a política de valorização do salário mínimo – que, por um lado, trazem amplos benefícios para a sociedade; mas, por outro, requerem maior arrecadação tributária para o seu financiamento” (Almeida, 2013, p. 96).



TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

Tabela 1 - Comparativo da variação percentual dos gastos com pessoal e terceirização nos governos do PT, 2003-2014

(R\$ bilhões)*

PERÍODO	RUBRICA	ANO - Início	VALOR	ANO - Fim	VALOR	VARIAÇÃO (%)
Lula I	Pessoal	2003	203	2006	239	1,17
	Terceirização	2003	16,2	2006	20,4	1,26
Lula II	Pessoal	2007	256	2010	323	1,26
	Terceirização	2007	22,3	2010	27,3	1,22
Dilma I	Pessoal	2011	328	2014	333	1,01
	Terceirização	2011	28,9	2014	33	1,14
Total	Pessoal	2003	203	2014	333	1,64
	Terceirização	2003	16,2	2014	33	2,03

*Deflator: IPCA jan-dez

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU). Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-do-governo-da-republica/>>.

Quando segmentado o período, podemos observar que o dispêndio com terceirização no primeiro governo Lula apresenta variação superior à despesa com pessoal, o que pode ser creditado muito facilmente à transição política com o período anterior. É que no primeiro governo Lula os compromissos assumidos com a política fiscal herdada do Plano Real se refletem na decisão do aumento do superávit primário já em seu primeiro ano¹¹, o que implicou em certo conservadorismo da política de investimento estatal.

A curva de ascensão com gastos de pessoal ganha evidência apenas no segundo governo Lula, único momento no período selecionado

¹¹ “Havia uma parte substancial do PT que não protestava de forma desabrada, mas tampouco escondia que não via com bons olhos a metamorfose por que vinha passando o partido. Havia quem, num esforço de racionalização, tentasse perceber as novas medidas da política econômica como uma espécie de pantomima inicial, da qual o governo, de início, não se podia furtar, mas que em breve seria definitivamente abandonada. Outros falavam em construir as bases para a ‘saída do modelo’ assim que a correlação de forças permitisse. E outros, ainda, sublinhavam a necessidade de que, nas demonstrações de preocupação com a consistência macroeconômica, o governo tivesse o cuidado de se ater ao estritamente necessário. Ilustrativo dessas resistências um tanto veladas foram as reações à decisão de elevação da meta de superávit primário para 2003, de 3,75% para 4,25% do PIB. Foi vista com perplexidade porque não havia sido exigida pelo FMI” (Werneck, 2014, p. 362).



em que a variação dos gastos com pessoal é superior à da terceirização¹². O crescimento substancial nas duas rubricas acompanhou o processo de expansão do Estado no período, sendo impactado pelo desempenho do PIB, o qual cresceu mais que o dobro em relação à década anterior. Ou seja, se é verdade que o crescimento do PIB no período possibilitou a estabilidade da relação gasto com pessoal/PIB – inclusive seu aumento no ano de 2009 (5,0%) coincide com a estagnação do PIB na esteira da crise financeira mundial de 2008 – não é suficiente para apanhar a curva constante de crescimento dos gastos com pessoal nas duas últimas décadas.

Ora, como visto, no primeiro governo Dilma dá-se o momento em que a despesa com pessoal se estabilizou num patamar mais elevado depois do crescimento rápido no segundo governo Lula, mas a relação despesa com pessoal/PIB desceu ao seu menor índice (4,2%). Tal conclusão impõe novas questões à análise. Quando confrontados os dados com o nível de estabilização despesa com pessoal/PIB ostentado no período, esse crescimento parece não ter impacto substantivo no orçamento total do país naquele contexto. O impacto ocorreria majoritariamente na trajetória dos gastos com o regime previdenciário e na desvinculação orçamentária dos benefícios garantidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Teria sido a terceirização uma garantia ao governo de plantão de um manejo administrativo com gestão de pessoal, sem com isso mexer na estrutura de reprodução social amparada numa forte desigualdade no mundo do trabalho?

Pode-se afirmar que a terceirização possibilitou que no período se sustentasse uma estrutura de expansão do Estado, auxiliada pelo

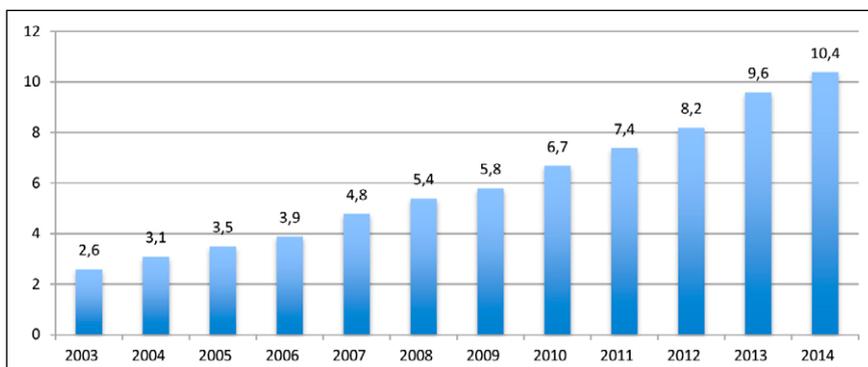
¹² Esse crescimento dos gastos com pessoal no governo Lula foi interpretado de forma curiosa (porque ideologicamente enviesada) por um “especialista” em contas públicas: “dois fatores colaboram para essa expansão. Em primeiro lugar, houve a aceleração do crescimento econômico e, conseqüentemente, da receita fiscal. Percebe-se [...] que apesar do forte aumento do valor real da despesa, ela cai como proporção do PIB [...]. O segundo fator relevante parece ter sido o chamado ‘escândalo do mensalão’, que estourou em 2005, corroendo o suporte político do governo. Para buscar sustentação junto ao funcionalismo e suas organizações sindicais, o governo expandiu a despesa de pessoal” (Mendes, 2016, p. 61-62).



crescimento do PIB, sem desequilibrar a estabilidade da despesa com pessoal/PIB. Era um jogo útil para o topo da pirâmide, afinal aumentava a base de empregos para a população “menos qualificada” sem desagregar as possibilidades de ascensão social para os estratos médios mais escolarizados da sociedade, beneficiados pela política de emprego público. Teria então a terceirização funcionado como um fator de estabilidade política para diferentes governos?

Mesmo quando decomposto os itens orçamentários para captar o gasto mais específico com terceirização, especificamente “locação de mão de obra”, conforme figura 3, o que se revela é a mesma tendência de crescimento ao longo do período, porém com uma variação em valores reais mais incisiva do que em relação à expansão dos gastos com pessoal. A variação desse item nos governos do PT ocorreu em 4,0% contra o 1,64% da despesa com pessoal.

Figura 3 - Evolução dos gastos federais com terceirização a partir do item orçamentário “locação de mão de obra”, 2003-2014 (em R\$ bilhões*)



*Deflator: IPCA, jan-dez

Fonte: Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU). Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-do-governo-da-republica/>>.

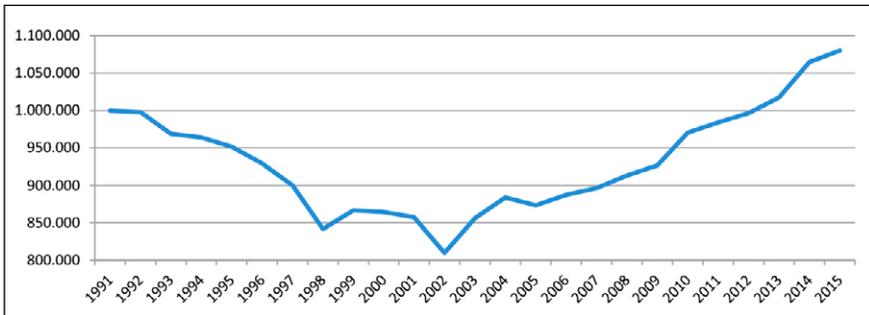
Um fator de impacto econômico ditado pela contratação de serviços de terceiros na administração pública é a possibilidade de o Estado se desincumbir do peso do orçamento previdenciário. A transferência do regime especial de previdência dos servidores públicos para o regi-



me geral (INSS) via terceirização liberaria o Estado de uma parte substancial do encargo com inativos do regime especial.

A curva em V da variação do quantitativo de servidores federais da União desde o início da década de 1990 é bastante indicativa da política de pessoal dos dois blocos históricos. A trajetória da expansão da taxa de efetivação do servidor público do Poder Executivo (figura 4) reflete a tendência geral, uma vez que esse poder responde majoritariamente pela contratação de pessoal. Historicamente, o quantitativo do poder executivo é em média 4x o do legislativo e do judiciário juntos, assim, uma mudança mais brusca em sua trajetória é suficiente para afetar a totalidade.

Figura 4 - Curva de evolução do quantitativo de servidores públicos federais da União - Poder Executivo (ativos)



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal (2017).

Nos dois governos FHC, a tendência de enxugamento do quadro burocrático mirava o ajuste fiscal como condição de redução da dívida pública. Em seus oito anos, o número total de servidores públicos do poder Executivo sofreu redução de cerca de 15%, passando de 951.585 em 1995 para 809.975 em 2002, segundo dados do Boletim Estatístico de Pessoal (2017), do Ministério do Planejamento. Note-se que a tendência de redução vinha desde o início da década, com o movimento de liberalização econômica já presente no governo Collor. A dinâmica se apresenta reversa durante o governo Lula, cuja taxa de efetivação foi



de quase 20% para mais, variando de 856.236 servidores efetivados em 2003 para 970.605 em 2010.

O processo ainda continuaria em curva ascendente no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, ultrapassando, então, a barreira do milhão (tabela 2).

Tabela 2 - Quantitativo de Servidores Federais da União – Poder Executivo (ativos)

ANO	QUANTITATIVO	ANO	QUANTITATIVO
1991	999.996	2004	884.091
1992	998.021	2005	873.447
1993	969.098	2006	887.579
1994	964.032	2007	896.333
1995	951.585	2008	913.417
1996	929.375	2009	926.800
1997	900.128	2010	970.605
1998	841.851	2011	984.330
1999	866.799	2012	996.661
2000	864.408	2013	1.017.221
2001	857.283	2014	1.064.734
2002	809.975	2015	1.080.435
2003	856.236		

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal (2017).

A partir de 2003, a trajetória da despesa com pessoal é similar à da terceirização, o que, como visto, não implicou em subida da proporção do PIB. Também na comparação com o nível de emprego público de outros países, o Brasil não apresentou impacto significativo na proporção com o nível geral de emprego. Segundo dados da OCDE (2015), para o ano de 2013, o nível de emprego público no Brasil era proporcionalmente menor do que o observado na média de seus países-membros e bem abaixo de países como Dinamarca e Noruega, líderes no ranking. No Brasil, esse percentual era de 12,1% em 2003, sendo que a média dos países-membros da OCDE era de 21,3%.

Portanto, as alegações típicas da mentalidade fiscalista presente nos defensores da reforma de Estado de que a burocracia estatal era



superdimensionada encontra pouco amparo no confronto com a realidade internacional. É lógico que as críticas se voltam para o impacto fiscal do funcionalismo, cujas estruturações da carreira garantem condições remuneratórias diferenciadas. Nesse sentido, o cruzamento dessas variáveis faz a discussão sobre a terceirização no setor público desaguar na separação categorial entre **atividade-fim** e **atividade-meio**. Facilmente aderimos à ideia de que essa separação impede o avanço de precarização no mundo do trabalho. Que impede a “terceirização total”. Mas esquecemos frequentemente que há algo de legitimador da desigualdade nesses conceitos. A terceirização exitosa da **atividade-meio** abria espaços orçamentários revertidos aos ganhos profissionais das **atividades-fim**. Sucessivos governos “à esquerda” conseguiram manter a disciplina fiscal sem com isso interromper o crescimento dos gastos com despesa com pessoal.

Antunes e Druck (2013) chamam atenção para o caso da Petrobras, que atingira no ano de 2012 uma proporção entre trabalhadores da terceirização e funcionários efetivos de 5 para 1, uma exorbitância em qualquer sentido. Ainda segundo os mesmos autores, na Eletrobras, para esse mesmo ano, o crescimento da subcontratação em relação ao número de efetivos avançava num ritmo de 55% para 13%. Dossiê elaborado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) (2014) também já alertava para esse crescimento desmesurado, especificamente no caso da Petrobras.

A relação entre o número de trabalhadores próprios e terceirizados, em 1995, na Petrobras, era de aproximadamente 46 mil por 29 mil, respectivamente. Ao longo dos anos, o que se viu foi o crescimento desenfreado do número de terceirizados. Em 2013, os trabalhadores próprios eram pouco mais de 62 mil, já os terceirizados, 320 mil, o que representa uma relação de 5 terceirizados para cada trabalhador próprio. Quando consideramos todo o Sistema Petrobras, não apenas a Petrobras Controladora, o número de terceirizados atinge 360 mil, contra 86 mil diretos. (CUT, 2014, p. 43).



A compreensão da lógica que sustentou o crescimento da terceirização no setor público brasileiro deve ultrapassar os limites econômicos envolvidos em sua utilização e levar em consideração os fundamentos históricos de formação da classe média no país. Sustento que ela é a fiadora política a partir da qual o Estado brasileiro irá estruturar a política de emprego público. Como beneficiária indireta da lógica econômica por trás da terceirização, a classe média é uma parte importante da engrenagem ideológica que legitimou a separação categorial entre **atividade-fim** e **atividade-meio**. O papel do Estado transcende o de mera mediação entre capital e trabalho. Em tese, a preservação de “posições” para a classe média brasileira exigiria a precarização de um contingente maior de trabalhadores, realocado fortemente na terceirização.

Precarização como projeto: contradições

Ao entregar a parte “menor” (relativa às **atividades-meio**) da gestão de pessoal do aparelho burocrático à concorrência mercadológica, o Estado retirava-se de uma só vez da responsabilidade pela regulação mais equilibrada da terceirização, de sua fiscalização e do gerenciamento dos conflitos e tensões presentes no mundo do trabalho, ainda que estejam previstos nos contratos celebrados entre Estado e mercado mecanismos de coibição e controle dos abusos decorrentes da terceirização.

Sua utilização intensiva pelo Estado operava essa fusão ideológica sem grandes contratempos, pois preservava todo o trabalho associado às **atividades-fim**, exercido por profissionais com maior qualificação, da lógica da precarização. Não à toa, o recurso à “pejotização” será a saída flexibilizante “por cima” encontrada pelos profissionais liberais e empresas para escapar aos encargos e tributos. Em síntese, temos, para os de baixo, terceirização com achatamento de



renda e, para os de cima, “pejotização”, com alargamento de renda¹³.

A terceirização operada pelo Estado foi um movimento silencioso de alargamento das possibilidades de flexibilização tornado possível porque mantinha intocados os mecanismos de ascensão social, de classificação social, para a classe média via política de emprego público. É lógico que, frente às políticas compensatórias e redistributivas implementadas nos governos do PT e que garantiam igualmente possibilidades de ascensão via emprego público mais efetivas para a base da pirâmide, a classe média tradicional, sobretudo urbana, adotará posições políticas de reação, vendo suas posições mais ou menos hegemônicas serem confrontadas.

Aderia-se com facilidade ao discurso modernizante da reforma de Estado, o qual buscava numa suposta eficiência intrínseca do mercado para a alocação de recursos econômicos uma resposta ao “problema” político da gestão de recursos humanos, no fundo era alimentada pela histórica exploração da desigualdade social.

Se, por um lado, a precarização impositiva do trabalho no rastro da lógica da reprodução do capital apoiava-se em condições nacionais favoráveis de uma estrutura social desigual, por outro, e justamente por isso, cede o passo à realidade da organização política nos contextos locais. Ao mimetizar o conceito de produtividade de origem econômica – uma de suas justificativas – a terceirização via Estado tem que lidar

¹³ A constatação está descrita didaticamente pelo economista Bernard Appy em entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo em 2017: “o processo de pejotização no Brasil é muito forte, uma parcela expressiva de profissionais liberais no país está constituída como pessoa jurídica para pagar menos imposto”. A consequência mais direta dessa escolha recai sobre a inércia do padrão de desenvolvimento com desigualdade no país. Nesse sentido, é fundamental o complemento explicativo dado pelo economista: “a tributação da renda do trabalho tem uma distorção injustificável no Brasil. Uma parcela relevante de pessoas de alta renda recebe a remuneração do trabalho na forma de PJ, pessoa jurídica. Ou seja, em vez de ganhar salário, abre uma empresa, se torna sócio e recebe como PJ. No sistema tributário brasileiro, essas pessoas pagam menos impostos”. Em síntese, para Appy, “como está, a pejotização aumenta a desigualdade – e não é pouco, é muito”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1925333-a-pejotizacao-aumenta-e-muito-a-desigualdade-diz-economista.shtml?origin=folha>>.



com condições de possibilidade de efetivação cuja especificidade histórica parece forjar um quadro bastante distante da ideia de gerencialismo. Os aspectos mais violentos de nossa histórica desigualdade se reproduzem com clareza no espaço laboral, o qual reduz a terceirização àquilo que sempre foi: um mecanismo de exploração econômica.

As conquistas sociais e econômicas nos governos do PT asseguravam possibilidades reais de mobilidade social e melhoria do padrão de vida da classe trabalhadora, a exemplo da política de aumentos reais do salário-mínimo, mas também reforçavam contraditoriamente uma via de precarização da massa de trabalhadores urbanos associados à terceirização¹⁴. Essa equação é particularmente importante para a compreensão da vinculação entre a trajetória do trabalhador em serviços terceirizados e a própria política de terceirização posta em andamento pelo Estado brasileiro no período. As consequências políticas dessa confusão estão descritas por André Singer (2018) da seguinte forma: “a crença equivocada de ser capaz de diluir o conflito levou Dilma a se referir ao precariado como ‘nova classe média’, em lugar de atraí-lo para o campo popular” (p. 292).

Para além das discussões sobre a efetividade dessa nova classe média, é inegável a mobilidade ascendente de parte da população. O que é discutível é o sentido político dessa mobilidade num país ainda extremamente desigual. Em continuidade conclusiva, o mesmo Singer (2018, p. 292) lembrou que

apenas uma estratégia voltada para unificar a classe trabalhadora poderia criar bases que sustentassem a transformação apon-

¹⁴ O economista Márcio Pochmann (2012), ao analisar os dados sobre o mercado de trabalho no Brasil no início do século XXI, sustenta a opinião de que o padrão de contratação e subcontratação vigente no país nas últimas décadas não chegou a forjar uma classe média. Contrariando aquilo que foi fortemente exposto na propaganda oficial, aquilo que foi gestado poderia ser mais bem qualificado como um “precariado”, uma vez que a maioria desses trabalhadores encontra-se na base da pirâmide social. Segundo o autor, “não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média” (p. 08).

tada pelos ensaios desenvolvimentista e republicano. [...] Dilma argumentou que o empregado do setor de serviços não se considerava parte da ‘classe trabalhadora’, e sim da ‘classe média’. Sociologicamente, podia ter razão. Em termos políticos, porém, essa concepção empurrava a nova classe trabalhadora para os braços do adversário, o PSDB, o partido da classe média.

É claro que a movimentação econômica se faria acompanhar de uma movimentação ideológica sob a lógica do consumo do trabalhador urbano integrado ao mercado capitalista. Nesse sentido, Ruy Braga (2012) chamava atenção para o modo como sua principal liderança oposicionista, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2011, antecipava a necessidade de “redefinir os rumos do PSDB por meio de uma improvável aproximação entre os oposicionistas e a chamada ‘nova classe média’” (p. 43)¹⁵.

A contradição social (no limite, uma confusão teórica) entre ascensão da “nova classe média” e precarização do trabalho era enfatizada por André Singer (2018, p. 25), “embora mais de 90% dos empregos criados fossem de baixa remuneração, a renda média do trabalho se elevou em cerca de um terço entre 2003 e 2014”.

¹⁵ À luz dos acontecimentos futuros, talvez aquela avaliação não fosse assim tão improvável. Na verdade, o texto do líder tucano demonstrava uma clareza avaliativa para captar a conjuntura histórica incomum, ainda que diluída em propostas políticas voltadas ao jogo eleitoral. Ao falar em “definir o público a ser alcançado”, FHC propõe à oposição de centro-direita que leve em consideração a existência de “toda uma gama de classes médias, de novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens), de profissionais das atividades contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços espalhados pelo Brasil afora, às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de “classe C” ou de nova classe média. Digo imprecisamente porque a definição de classe social não se limita às categorias de renda (a elas se somam educação, redes sociais de conexão, prestígio social, etc.), mas não para negar a extensão e a importância do fenômeno. Pois bem, a imensa maioria destes grupos – sem excluir as camadas de trabalhadores urbanos já integrados ao mercado capitalista – está ausente do jogo político-partidário, mas não desconectada das redes de internet, Facebook, YouTube, Twitter, etc. É a estes que as oposições devem dirigir suas mensagens prioritariamente” (grifo meu). Disponível em: <<http://interessenacional.com.br/2011/04/02/o-papel-da-oposicao/>>. Em pouco tempo essa desarticulação política à esquerda cobraria seu preço.



Apoiando-me parcial e francamente em Ruy Braga (2012), apenas no sentido da periodização histórica do capitalismo e suas transições no Brasil que, pela utilização do aparato conceitual regulacionista de matriz francesa, chama atenção a estreita vinculação da terceirização com o “espírito da época”, entre liberalização econômica e disciplina fiscal.

a vitória eleitoral de Fernando Collor, em 1989, representou a transição para a regulação neoliberal: a partir de então o próprio regime de acumulação transformou-se em objeto de sucessivos ajustes estruturais que, ao fim e ao cabo, asseguraram o nascimento do pós-fordismo financeirizado no país. Apesar do aperfeiçoamento do modo de regulação promovido pela burocracia lulista, esse regime de acumulação consolidou-se sem grandes contratempos ao longo dos anos 2000 (Braga, 2012, p. 23).

Certamente, a terceirização no setor público é parte desse movimento ascendente, nas últimas décadas, da classe trabalhadora na base da pirâmide, mas também comporta o seu sentido inverso, uma vez que não desarticula a reprodução desigual da sociedade.

Considerações finais

A terceirização no setor público apresenta resultados contraditórios quando medida pela régua ideológica do discurso da eficiência, da lógica gerencial, do ganho produtivo com a entrega dos serviços auxiliares ao exercício concorrencial do mercado, processo que Laval e Dardot (2016, p. 275) chamaram de “mercadorização da instituição pública”. Porém, mostrava-se enormemente eficiente em cumprir seu objetivo não declarado: abrir espaços orçamentários (caso da previdência social, por exemplo), desvencilhar-se da gestão direta do aparelho de Estado, mas, sobretudo, desarticular a capacidade de mobilização política dos sindicatos de trabalhadores do serviço público. Sem dúvida, uma eficiência efetiva e duradoura em sentido político.



A terceirização encampada pelo Estado era parte integrante da agenda de liberalização econômica num contexto de reforma liberal do Estado. Um princípio de controle fiscal, mas também um mecanismo de controle político. Discursivamente, um tráfico da linguagem econômica depositado no conceito de serviço público. Para seus defensores, o mercado saberia desempenhar melhor algumas funções “não típicas de Estado”, sobretudo se essas podem ser transacionadas na forma de mercadoria. A força de trabalho torna-se ela própria uma mercadoria cujo valor decorre do processo concorrencial de oferta e demanda. Dessa forma, a flexibilização da burocracia estatal mediante processos avançados de entrega de parte dos serviços públicos a empresas de terceirização funcionou enormemente como esforço de desmobilização classista, dada a redução acelerada do poder sindical.

No contexto de transformação ideológica do próprio conceito de serviço público, restaria então ao Estado tão somente a incumbência da regulação e da fiscalização dos processos de terceirização, entregues à lógica concorrencial mercadológica. Entretanto, se teoricamente tal movimento de “retirada” do Estado deveria significar o fortalecimento de um sistema de coparticipação com o mercado para a gestão “eficiente” do aparelho estatal, na prática, o que presenciamos é a manutenção de velhas fórmulas de exploração da desigualdade via mercado de trabalho. Um conjunto de práticas que corrói cada vez mais a já fragilizada rede de proteção social do trabalhador da terceirização.

Referências bibliográficas

Almeida, Mansueto. “Estrutura do gasto público no Brasil: evolução histórica e desafios”. In: Rezende, Fernando; Cunha, Armando (Org.). **A Reforma Esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 81-177.

Antunes, Ricardo; Druck, Graça. “A terceirização como regra?” **Revista TST**. Brasília, v.79, n.04, out/dez, 2013, p. 214-231. Disponível em: <<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/55995>>. Acesso em: 20/10/2015.



Braga, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

Brasil. **Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública, Vol. 21, n. 249, janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/BEP>>. Acesso em: 06/09/2019.

Brasil. **Relatório e Pareceres prévios sobre as contas do governo da República: exercício de 2000**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2001. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas2000.pdf>. Acesso em: 22/03/2018.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. 2º ed. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 2011.

Carvalho, Luiz Maklouf. **1988: segredos da constituinte**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.

CUT (Central Única dos Trabalhadores). **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/acao/dossie-terceirizacao-e-desenvolvimento-uma-counta-que-nao-fecha-7974>>. Acesso em: 14/07/2017.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Eichengreen, Barry. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. 2º ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

Filho, Gilberto Guerzoni. “Diagnóstico e perspectivas da política de recursos humanos na administração pública brasileira”. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, ano 44, n° 175, julho-setembro, 2007, p. 269-298. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496907>>. Acesso em: 25/09/2019.

Giambiagi, Fábio. “A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público?” **Texto para discussão 1169**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. (Volume1).

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). “Ocupação no Setor Público Brasileiro: Tendências recentes e questões em aberto”. In: **Comunicados do IPEA**, n° 110, 08 de setembro de 2011. (Secretaria de Assuntos Estratégicos). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10352>. Acesso em: 19/11/2019.

Lopreato, Francisco Luiz C. **Texto para discussão 2039. Aspecto da atuação estatal de FHC a Dilma.** Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

Mendes, Marcos. A política de pessoal do governo federal. In: SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto (Org.). **Finanças públicas: Da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade.** Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 53-92

OECD – Organization for Economic Co-Operation and Development. **Government at a Glance 2015,** OECD Publishing, Paris, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/gov_glance-2015-en>. Acesso em: 20/05/2018.

Oliveira, Francisco de. **Crítica da Razão Dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

Pochmann, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

Singer, André. **O lulismo em crise:** um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Werneck, Rogério L.F. Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003-2010. In: Abreu, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.** 2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 357-381.



MULHERES E LIDERANÇA: BARREIRAS, ESTEREÓTIPOS E ESTRATÉGIAS FRENTE A UMA VISÃO ANDROCÊNTRICA

 Ligia Carolina Oliveira-Silva¹

 Ana Beatriz Matheus Lopes²

A DISCUSSÃO ACERCA das diferenças de gênero nos diversos contextos sociais é considerada relativamente antiga nas ciências humanas e sociais e se mantém até os dias de hoje, evidenciando a necessidade de aprofundamento. De maneira semelhante, o conceito de liderança é um dos mais explorados no campo das ciências sociais, se expressando em inúmeros ambientes e grupos, mostrando-se como um tópico multidisciplinar em estudos e pesquisas.

¹ Doutora e Mestre em Carreira e Realização Profissional pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da UnB. Doutorado sanduíche em Carreira pela Loughborough University – UK. Professora de Psicologia Organizacional e do Trabalho e Gestão de Pessoas e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coordenadora do Grupo de estudo, pesquisa e extensão “Trabalhando com as Marias: Mulheres e Carreira” (CNPq), com projetos apoiados pela FAPEMIG. E-mail: ligiacarol@ufu.br

² Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia. Atua no âmbito organizacional com seleção, treinamento e desenvolvimento, além de orientação profissional e de carreira. Estuda e pesquisa os temas de planejamento profissional, liderança, barreiras e estratégias de enfrentamento de mulheres em carreiras predominantemente masculinas. E-mail: beatrizmlopes.96@gmail.com



Ao longo da história, mulheres em posições de liderança e poder são percebidas como violadoras das normas de gênero socialmente estabelecidas, uma vez que desafiam estereótipos e estruturas patriarcais duradouras (Perdue, 2016). A combinação entre o estatisticamente desfavorável cenário de mulheres na liderança ao redor do mundo e a insistente inadequação da literatura em relação às questões de gênero refletem um conjunto de associações mentais conscientes e inconscientes amplamente compartilhadas sobre mulheres, homens e líderes. Tais associações representam as “lentes” androcêntricas pelas quais as pessoas são socializadas a enxergar o mundo, de maneira que a centralidade no homem e no masculino faz com que suas características sejam a norma, enquanto a mulher e o feminino representam o “outro” (Bem, 1993).

Isso sinaliza para a manutenção de vieses sexistas nos estudos e exercício da liderança, além da negligência sobre o papel dos aspectos contextuais e relacionais na emergência das mulheres a posições de poder. Identifica-se, contudo, um aumento do descontentamento generalizado com modelos “heróicos” de liderança, principalmente porque muitos deles foram baseados em amostras predominantemente masculinas de líderes (Alimo-Metcalf, 2010). Diante disso, este capítulo tem como objetivo discutir a maneira pela qual a relação entre mulheres e liderança é atravessada por inúmeras barreiras e estereótipos, destacando através de quais estratégias seria possível interpelar a tradição androcêntrica que permeia a ideia de liderança.

Liderança e diferenças de gênero: aprofundamentos de uma tradição androcêntrica

De forma geral, três vertentes relativas à liderança e gênero podem ser identificadas. A primeira se destina a buscar se o gênero tem influência sobre a liderança, isto é, se há diferenças entre o estilo de liderança feminino e masculino; a segunda vertente teria o foco na busca de diferenças em relação à eficácia e eficiência, isto é, se os homens são



melhores líderes que as mulheres (ou vice-versa); por fim, há a vertente que enfatiza os estereótipos impostos pelo gênero, evidenciando as barreiras criadas para que as mulheres não atinjam níveis hierárquicos mais altos (Cardoso de Sousa et al., 2014).

A iniciar pelas diferenças de estilo de liderança, compreende-se que as diferenças observadas nos estilos de liderança se devem aos papéis associados ao gênero, isto é, a naturalização e internalização dos estereótipos de gênero, que vão se confirmando durante a vida das pessoas e que induzem atitudes, comportamentos e características, assim como o(s) estilo(s) de liderança adotados ou validados (Eagly & Johannesen-Schmidt, 2007). Já as semelhanças se dariam pelas regras instituídas, estabelecendo um padrão de líder. Logo, pode-se dizer que existe a expectativa social de que o estilo de liderança feminino apresente os seguintes atributos: generosidade, harmonia, capacidade de comunicação com grupos, cooperação e participação, pouco autoritarismo, capacidade de negociação e resolução de problemas embasada na empatia (Teixeira, 2001). Já para o público masculino, os estereótipos fazem referência a características como competitividade, autoridade, autocontrole, resolução de problemas de forma metódica e analítica. Em outras palavras, as mulheres seriam mais inclusivas e interativas, enquanto os homens seriam vistos como líderes mais objetivos, orientados para as tarefas e controladores (Stelter, 2002).

Ao se analisar a literatura sobre gênero e liderança, identifica-se a manutenção das alusões às teorias de traço e da análise de papéis “femininos” *versus* “masculinos” – enquanto as mulheres são comumente descritas por traços coletivistas e intrapessoais (solícita, gentil, amável, empática, colaborativa), aos homens são associados atributos individualistas (assertivo, ambicioso, dominante, competitivo, narcisista), sendo esses os mais frequente e historicamente atribuídos ao líder de sucesso (Horvath & Sczesny, 2016). Algumas justificativas para isso consistem na suposição socialmente imposta de as mulheres sempre quererem ajudar os oprimidos, ou de que têm mais habilidades para equilibrar o



risko (Ryan, Haslam & Kulich, 2010). Qualidades atribuídas ao estereótipo feminino, tais como sensibilidade, habilidades interpessoais e senso de colaboração parecem ser muito valorizadas (Bruckmüller & Branscombe, 2010). Entretanto, é necessário questionar o quanto faz sentido considerar empatia e compaixão características “femininas”, quando o ideal, em termos de sobrevivência, seria considerá-las simplesmente humanas. Paradoxalmente, isso contribui para reafirmar que, ao que parece, a força de um líder ainda é associada à agressividade, ausência de demonstração de medo e autoritarismo.

Algo que não é devidamente considerado nessas perspectivas consiste no fato de que as mulheres são socializadas para demonstrar, em maior proporção, emoções, sentimentos e comportamentos associados à compaixão, paciência, intuição, ajuda e cuidado (Bass & Avolio, 1994; Dematteo, 1994). Embora tais atributos possam eventualmente ser considerados positivos, a imagem das mulheres como cuidadoras as leva a ocupar, majoritariamente, funções de suporte, enquanto os homens ocupam predominantemente as posições de liderança e poder. Em outras palavras, ignora-se ou subestima-se o trabalho nos bastidores, os quais as mulheres são mais propensas a fazer, enquanto se recompensa o trabalho “heróico”, que é na maioria das vezes feito por homens (Ibarra, Ely & Kolb, 2013).

Uma das consequências desse conjunto de pressupostos questionáveis se reflete, por sua vez, nas avaliações de eficácia e eficiência da liderança de homens e mulheres. No estudo de Hopkins & Bilimoria (2008) sobre competências emocionais e sociais preditoras de sucesso entre homens e mulheres, constatou-se que não há diferenças significativas entre líderes masculinos e femininos considerando tais fatores. Ou seja, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres no tocante à inteligência emocional geral e na demonstração de outros comportamentos de liderança. Entretanto, quatro competências de inteligência emocional e social separam significativamente as lideranças, tanto masculinas quanto femininas,



mais bem-sucedidas. São elas: 1) autoconfiança; 2) orientação para a realização; 3) liderança inspiradora; 4) catalisador da mudança. Para Hopkins & Bilimoria (2008), um ponto de vista predominante é que as mulheres geralmente apresentam menos autoconfiança, no entanto, para que mulheres e homens tenham sucesso nos níveis mais altos do poder social, ambos devem demonstrar consistentemente tal competência. A orientação de realização, por sua vez, tem sido mais frequentemente associada aos homens, demonstrando um impulso para atingir metas, ao passo que esse comportamento nas mulheres não costuma ser recompensado na mesma proporção.

Já em uma pesquisa realizada por Rezende, Carvalho Neto & Tanure (2015), executivos seniores identificaram diferenças entre homens e mulheres em relação ao esforço despendido no trabalho. Foi apontado um esforço maior por parte das mulheres, que precisavam provar que conseguiam fazer o seu trabalho ao mesmo tempo em que mantinham a harmonia no ambiente de trabalho. Observa-se a necessidade de as mulheres reafirmarem sua participação constantemente, mostrando que são capazes de fazer o mesmo que os homens. A visão das mulheres no mundo é frequentemente distorcida em relação à liderança, uma vez que suas trajetórias não são tidas como uma evolução social natural, na qual a mulher não está mais limitada pelos limites de seu papel como mãe, esposa e/ou dona de casa, e sim como uma exceção porque o modelo dominante é o masculino (Paoloni & Demartini, 2016).

Considerando o modelo social androcêntrico e patriarcal que sustenta as teorias sobre estilos de liderança, Eagly e Carli (2003) ressaltam que as mulheres se tornam mais atraentes enquanto líderes em cenários de crise. Nesses contextos, observa-se uma preferência por profissionais que estimulem a tomada de decisões colaborativas, que possuam habilidades de comunicação, concordem com riscos, acompanhem seus colaboradores, tenham foco nas demandas dos clientes e demonstrem integridade, sendo tais competências comumente designadas e presentes nas mulheres. Esse fenômeno é também conhecido



como “pense crise, pense mulher” ou penhasco de vidro (*glass cliff*), que se refere à maior probabilidade de mulheres ascenderem para a liderança em tempos de crise (Ryan, Hersby & Bongiorno, 2011).

Entretanto, evidências apontam que, embora as mulheres possam ser mais cotadas para a liderança em tempos de crise, elas têm dificuldades em conseguir apoio e exercer autoridade em tempos de bonança (Glass & Cook, 2016). Tal fenômeno é conhecido como “pense gestor, pense homem”, que aborda como os homens são, com maior frequência, associados ao que se entende por “boa” liderança, ascendendo em tempos de prosperidade (Ryan et al., 2011). O agravamento desse cenário é conhecido como escada de vidro, que ocorre quando há predominância de homens na liderança em organizações e, inclusive, em profissões predominantemente femininas, geralmente porque a liderança permanece definida em termos masculinos (Eagly, 2005).

Num estudo conduzido por Appelbaum, Audet e Miller (2013) foram encontrados quatro tipos de argumento para justificar as diferenças entre homens e mulheres em relação ao estilo de liderança. O primeiro se baseia na premissa de que tal competência é determinada biologicamente e é inata aos homens. Um segundo argumento entende o papel da socialização e explora a noção de papel de gênero como determinante da liderança. A terceira vertente vai além do papel de gênero, entendendo que existe uma variedade de outros fatores causais. Já o quarto argumento considera que há uma diferença na maneira como homens e mulheres abordam a liderança e tentam entender e articular essa diferença. Atualmente, infelizmente, identifica-se ainda a predominância do primeiro argumento, de que a liderança é uma competência essencialmente masculina, o que reflete o argumento do essencialismo biológico (Bem, 1993), assim como contribui para que as mulheres precisem provar que, apesar de não terem o “aparato” necessário, podem ser merecedoras desses lugares (Tonani, 2011). Logo, mesmo que se constatem diferenças entre tais estilos, os motivos e influências nas relações de trabalho,



assim como as teorias que as explicam, não são consistentes o bastante quando se trata de apresentar alternativas que oportunizem a ascensão das mulheres em condições de igualdade com os homens (dos Santos & Antunes, 2017).

Diante disso, ressalta-se que o conjunto desses fatores contribui para a compreensão dos motivos pelos quais pode-se dizer que o conhecimento produzido e acumulado até os dias atuais sobre liderança é androcêntrico. A despeito das divergências quanto aos estilos de liderança masculino e feminino, o que se pode argumentar é que a eficácia e eficiência da liderança não deveriam ser analisadas em função do gênero do líder (Barracho & Martins, 2010). É necessário levar em consideração as variáveis envolvidas que podem influenciar os resultados dessas diferenças. Logo, uma das principais vertentes de estudo da liderança aponta que a questão do gênero é alimentada por estereótipos, os quais são responsáveis por dificultar a ascensão profissional e a presença de barreiras na trajetória das mulheres, fazendo com que precisem despende mais esforços para atingir níveis hierárquicos mais altos (Souza, Monteiro, Machado & Luis, 2014; Rezende, Carvalho Neto & Tanure, 2015). Nesse contexto, cabe a discussão sobre as barreiras encontradas pelas mulheres na busca por posições de poder.

Mulheres e liderança: por que tantas barreiras?

Entre as décadas de 1970 e 1980, houve um aumento considerável de estudos sobre barreiras na carreira no âmbito da psicologia vocacional. No campo do gênero, tais estudos seriam importantes para a compreensão dos motivos da crescente participação das mulheres, majoritariamente brancas e de classes média e alta, no mundo do trabalho. Mudanças nos papéis masculinos associados ao gênero também ganharam destaque, o que contribuiu para identificar os fatores que poderiam justificar a ausência de equidade de possibilidades entre homens e mulheres no domínio da carreira.



Ao se analisar as estatísticas mais recentes, nota-se que o envolvimento e participação de mulheres na liderança avançam a passos lentos, de forma que mulheres em postos altos e posições de poder ainda são escassas. Evidências apontam que, a nível global, elas ocupam cerca 37% dos cargos gerenciais, além de representar apenas 6,6% dos líderes mundiais (World Bank Group, 2018). O Brasil, por sua vez, está em 133º lugar no ranking de países com maior número de mulheres parlamentares, uma vez que elas ocupam apenas 15% da Câmara dos Deputados e 14,8% do Senado (ONU Mulheres, 2020). A sub-representação de mulheres na liderança é também refletida pela literatura, que aponta para a insuficiência de consideração da questão de gênero na vasta tradição acadêmica sobre liderança (Meuser et al., 2016).

Alguns argumentam que o conflito entre os universos feminino e masculino seria o principal fator que faz com que a inserção feminina seja mais difícil em cargos de liderança (Betiol, 2000). Em outras palavras, identifica-se a existência de barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que discriminam as mulheres profissionalmente, destacando-se as inferências de falta de capacidade de liderança, o choque entre trabalho e família e a questão da maternidade. Porém, ressalta-se que o desafio das mulheres quanto à conquista do espaço e identidade de liderança se deve, em boa parte, a uma demanda questionável sobre uma postura de líder associada à autoridade. Além disso, a associação entre liderança e gênero masculino é reforçada e retroalimentada, por exemplo, quando homens líderes patrocinam e defendem outros homens diante de oportunidades (Ibarra, Ely, & Kolb, 2013). É comum que certos comportamentos e características sejam designados conforme o gênero, uma vez que um comportamento dado como assertivo em um homem é colocado como agressivo em uma mulher. Mesmo quando sutil, esse viés cria barreiras consistentes para as mulheres, surgindo de inferências culturais e configurações organizacionais, práticas e padrões que recompensam os homens, ao passo em que colocam desvantagens para as mulheres (Ibarra, Ely & Kolb, 2013).



Vale ressaltar que tanto homens quanto mulheres costumam reproduzir a visão de que comportamentos de dominância e assertividade, quando emitidos por homens, são vistos como traços de liderança, enquanto mulheres assertivas são vistas como menos simpáticas e menos contratáveis. Embora não devesse ser o sexo do líder o que define o seu sucesso, não raro as mulheres se confrontam com o dilema de atender aos estereótipos normativos de gênero e do papel ao qual foram socializadas *versus* as demandas da posição de liderança, que em geral remetem a características tidas como masculinas (Hopkins & O'neil, 2015).

Nessa conjuntura, líderes mulheres ficam na situação de “perder ou perder”, uma vez que se estiverem em excessiva conformidade com o estereótipo feminino não são vistas como líderes adequadas, mas se estão em conformidade com o estereótipo de líder não são vistas como uma mulher “adequada” (Ryan et al., 2011). Tal dilema remete à percepção de incongruência do papel, de forma que mesmo em grupos exclusivamente femininos, mulheres podem ser preteridas por serem assertivas, o que é considerado uma violação de crenças de status de gênero (Eagly, 2005). Além disso, quando uma mulher alcança uma posição de liderança, ela provavelmente será vista como menos competente que seus correspondentes homens, mesmo que ambos possuam níveis similares de habilidade e experiência.

Essa violação de crenças de status de gênero “cometida” por mulheres em posição de liderança pode causar reações negativas e resistência à liderança por mulheres, o que por sua vez afeta a legitimidade do poder de mulheres líderes. Entre as características que contribuem para a legitimidade de líderes, há os recursos, apoio que recebem de seus próprios superiores, como mentores, e conexões com figuras de relevância, mas também características de status vantajosas (Ridgeway, 2001). Legitimidade é uma questão importante, pois costuma ser acompanhada do suporte de outros, o que permite que uma figura de autoridade tenha apoio de seus liderados e facilita que a liderança seja efetiva.



Steil (1997) utiliza a metáfora do “teto de vidro” para ilustrar a percepção dessas barreiras sutis e invisíveis, porém persistentes e significativas o suficiente para refletir as dificuldades de ascensão das mulheres às posições de poder e liderança. O “teto de vidro” representa as regras e políticas informais, que representam barreiras simbólicas, que por sua vez contribuem para que, ao longo da carreira, as mulheres se estagnem em níveis juniores e em posições de bastidores (de Welde & Laursen, 2011). A analogia ao “teto de vidro” explicita a sutileza das barreiras, que muitas vezes são quase “transparentes”, porém capazes de impedir o avanço das mulheres (Silva, 2016).

Um exemplo da ação do teto de vidro é a pesquisa realizada por Luz & Vaz (2017), que analisou os fatores responsáveis pela probabilidade de alguém conquistar uma posição de gestão no Brasil, por meio de uma análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O fator de maior influência encontrado foi a escolaridade, especificamente a obtenção do ensino superior completo. Logo em seguida, ser mulher foi identificado como um fator significativo para diminuir as chances de ascender a um cargo de comando. Entre pessoas de baixa escolaridade, o efeito de ser mulher sobre a probabilidade modelada é negativo, mas de baixa relevância, à medida que entre pessoas com ensino superior completo, esses fatores exercem uma influência maior. Tais resultados contribuem para reforçar a metáfora do “teto de vidro”, além de auxiliar na compreensão dos fatores que corroboram para a continuidade da discriminação de gênero e a permanência das barreiras para mulheres (Lima et al., 2014).

Mesmo com evidências diversas sobre as poucas diferenças nas habilidades de líderes dos sexos masculino e feminino (Oakley, 2000; Dobbins & Platz, 1986; Powell, Butterfield & Parent, 2002), os estereótipos que retratam as mulheres como líderes menos capazes do que os homens perduram como uma barreira a ser enfrentada pelo sexo feminino. Nas organizações, a mulher constantemente deve provar não somente sua competência por si só, e sim apesar de ser mulher. Comu-



mente, essas são alvo de comentários preconceituosos, que as desvalorizam profissionalmente, questionam e criticam suas competências e capacidades, representando fatores desqualificadores para o desempenho da liderança (Tonani, 2011).

No que diz respeito às áreas predominantemente masculinas, tais diferenças se acentuam, reforçando a divisão sexual do trabalho e a segregação que confere às mulheres práticas atribuídas ao feminino. Uma pesquisa realizada por Einarsdottir, Christiansen e Kristjansdottir (2018) apontou que mulheres em cargos de gerência relatam perder sua autoconfiança e expectativas de autoeficácia em relação à ascensão profissional ao perceberem uma estrutura organizacional predominantemente masculina. Os relatos mostram que as mulheres são conscientes de suas posições em um ambiente masculino, e que, se quiserem ser incluídas, terão que provar que são iguais ou melhores que seus colegas de trabalho masculinos.

De maneira geral, é possível dizer que na esfera pública ainda prevalece a estrutura organizacional masculina, nas quais os cargos de poder e influência são feitos sob medida para homens, uma vez que desconsideram fatores como, por exemplo, a maternidade e as duplas jornadas de trabalho (Einarsdottir, Christiansen & Kristjansdottir, 2018). Nesse cenário, por serem alvos de críticas constantes, as mulheres frequentemente se veem obrigadas a se adaptarem e se esforçarem mais em posições de liderança, lutando para se equipararem aos homens que estão nos mesmos cargos, mas que, entretanto, não despendem o mesmo esforço (Lima et al., 2014).

Para além das questões de liderança e ascensão profissional, vale lembrar que a discriminação e segregação de gênero se apresentam sob diversos ângulos, tais como a discriminação salarial, a segregação ocupacional e a sobrecarga de tarefas, além de apresentarem uma complexidade de nuances na medida em que envolvem questões interseccionais de classe e raça. Logo, mesmo que nos últimos anos tenha sido possível identificar um aumento da inserção feminina no mercado de



trabalho e nas posições de poder, no contexto social e organizacional permanecem disparidades marcadas pela diferença de gênero, classe e raça, além das questões permeadas pela sexualidade. A figura masculina, predominantemente branca, heterossexual e detentora dos meios de produção, permanece como hegemônica e coloca no plano das relações de gênero um conflito, estabelecendo crenças estereotipadas e negativas referentes às mulheres e cristalizando as barreiras para ascensão a cargos de poder e liderança (dos Santos & Antunes, 2013).

Não é possível ignorar que até nas sociedades mais liberais e igualitárias, os estereótipos de gênero que refletem as características mais frequentemente atribuídas a homens e mulheres ainda são facilmente identificados (Charles & Bradley, 2009). Logo, faz-se necessário questionar tal configuração, enfatizando a necessidade de discussão de estratégias para equidade de oportunidades. A partir desse contexto, seria inevitável a necessidade de desconstruir estereótipos sociais e culturais arraigados há séculos, fomentando uma nova identidade (dos Santos & Antunes, 2013).

Para a construção dessa nova identidade e da ocupação de cargos de liderança, as mulheres devem enfrentar um longo caminho, caracterizado por obstáculos como a submissão a estereótipos, a dificuldade na construção de uma rede de relacionamentos consistentes, a ausência de representatividade e identificação com os líderes presentes que poderiam levar à ascensão na carreira (Fitzsimmons, 2012). Portanto, faz-se necessário refletir sobre estratégias que se apresentam tanto no nível macro quanto no micro, apontando como a diversidade de atores sociais e econômicos poderia agir na busca pela diminuição da discriminação e aumento da equidade.

Estratégias para o avanço das mulheres na liderança

Diante da necessidade de aproveitar tal potencial e fazer com que mais mulheres ascendam a postos de liderança, Siqueira & Lazaretti



(2017) elencam três tipos de estratégias de enfrentamento: estratégias individuais, estratégias para as instituições e estratégias legais. A primeira consiste em expandir a quantidade de mulheres dentro das organizações, aumentando o número de candidatas qualificadas a partir de programas de mentoria formal, workshops de liderança, programas de orientação e aconselhamento de carreira, entre outros. Ferramentas desse tipo auxiliam as mulheres a definir ou reorientar suas carreiras, refinar seus currículos, desenvolver estratégias de rede e superar barreiras à autopromoção.

Em relação às estratégias institucionais, indica-se a promoção da diversidade e da inclusão, além dos treinamentos de vieses inconscientes, tanto nas diretorias como em políticas internas. A produção de cartilhas informativas e criação de políticas organizacionais/institucionais, que visem reeducar todos os funcionários – homens e mulheres, bases e lideranças – sobre os mecanismos misóginos que incluem o silenciamento e a invisibilização das mulheres também seriam recomendados. Investimentos em políticas de cotas, visando o aumento do percentual de mulheres e grupos diversos em cargos de gestão também são formas de incentivo. Por fim, as estratégias legais propõem a transparência das empresas em relação aos dados de recrutamento, retenção e promoção de mulheres, evidenciando o desempenho dessa organização para as outras e para o público interessado. Caberia, também, aos governos e estados a proposição de leis que estimulem o combate à violência de gênero e às práticas misóginas, começando pelo núcleo do poder – a política.

Quando em ambientes predominantemente masculinos, formas de amenizar as barreiras na carreira são propostas por Sandler, Silverberg e Hall (1996), que explicitam como ensinar professores e gestores a evidenciar e combater comportamentos e atitudes do dia a dia que exponham de alguma forma as mulheres, tais como: excluí-las de determinadas situações como reuniões e conversas, tratá-las de forma diferenciada quando seus resultados são iguais, prestá-las menos atenção e



estímulo intelectual e desmotivá-las a proclamar o poder masculino. Tais estratégias enfatizam a importância do suporte, o que é reforçado pela pesquisa de Fouad, Singh, Cappaert, Chang e Wan (2016), que demonstrou que a ausência ou presença de suporte no local de trabalho são fatores que influenciam a permanência das mulheres em organizações.

Adicionalmente, a presença de modelos representa uma importante estratégia para o aumento de mulheres na liderança, que por si só é predominantemente masculina. Cheryan, Siy, Vichayapa, Drury e Kim (2011) evidenciam que o contato, mesmo que breve, com um membro do mesmo gênero num determinado contexto de trabalho pode moldar as crenças acerca das próprias habilidades e potencial de sucesso no campo em questão. Observa-se que os modelos que apresentam estereótipos próprios do campo afetam as crenças das mulheres acerca de seu sucesso, o que incluiria a liderança.

Outro aspecto que poderia proporcionar maior bem-estar e ascensão profissional das mulheres é o investimento nas redes de relacionamento. Elas possibilitam o acesso a diversos profissionais e seus campos de atuação, permitindo uma ligação com pessoas que apresentem interesses similares e que possam servir como pontes para novas oportunidades. As redes propiciam a transferência de conhecimentos, tecnologias e habilidades, permitindo que a profissional se relacione mais com profissionais que são benéficos para sua carreira (Rummer, 2015). Elas também servem para apoiar as profissionais em momentos difíceis e ajudar na instrumentalização para o avanço da carreira, podendo conter pessoas mais próximas, mas também colegas distantes, colaboradores e supervisores. Procurar por patrocinadores ou outras profissionais que se encontram em cargos de liderança auxiliaria na ascensão profissional das mulheres, uma vez que contribuiria para o compartilhamento de experiências de sucesso, estratégias e modelos de referência (Ibarra, Ely & Kolb, 2013).

Por fim, uma das estratégias centrais para o aumento de mulheres em posições de liderança e poder é a mudança cultural, que vem



acompanhada da ruptura com os estereótipos de gênero existentes sobre liderança (Probert & James, 2011). Apesar dos aumentos estatísticos de mulheres e suas reivindicações às posições de poder, de na prática a dicotomia masculino *versus* feminino fazer pouco sentido e de o gênero exercer reduzida influência na efetividade de líderes (Eagly & Johnson, 1990), observa-se a permanência dos estereótipos, seja a nível consciente, seja inconsciente, no imaginário coletivo. Os estereótipos, por sua vez, resultam em práticas sociais, culturais, econômicas e institucionais de discriminação e violência, que reforçam e mantêm a visão androcêntrica de liderança, já que boa parte do mundo não está acostumada a ver mulheres serem aclamadas por seus feitos enquanto líderes (Eagly, 2005).

Se a figura do líder efetivo não for necessariamente dominante, individualista e autocrático – o que, dentre outros aspectos, a ciência tem questionado como indicadores de efetividade (Yukl, 1999) – o aumento de mulheres em posições de liderança pode contribuir para mudar o status quo, facilitando a mudança cultural. Portanto, sugere-se que qualquer uma das estratégias acima elencadas seja acompanhada por uma revisão de valores e normas culturais em relação à ideia que se tem de liderança e de como esta é afetada por supostas diferenças de gênero. Caso contrário, o que se observará é que o acesso às posições de poder permanecerá desigual em termos não só de gênero, como de todas as minorias, de forma que não apenas as mulheres continuarão a ser escassas, mas também grupos minoritários em relação à classe, raça e sexualidade (Bruckmüller & Branscombe, 2010).

Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo discutir a maneira pela qual a relação entre mulheres e liderança é atravessada por inúmeras barreiras e estereótipos, destacando através de quais estratégias seria possível interpelar a visão androcêntrica que ainda permeia a lide-



rança. A associação entre liderança e o masculino permanece tão potente ao longo das eras que, infelizmente, as sociedades não só ainda duvidam que as mulheres possuam as competências necessárias para a liderança, como muitas vezes se ressentem daquelas que desafiam alterar a costumeira relação hierárquica entre os sexos (Eagly, 2005). Tal realidade é, inclusive, reforçada pela tradição acadêmica de produção de conhecimento sobre liderança, que acaba por corroborar as premissas sociais androcêntricas, ao contar majoritariamente com amostras masculinas e frequentemente desconsiderar a questão de gênero em suas análises.

Sendo assim, enfatiza-se a urgência da ressignificação do que caracteriza a liderança, substantivo feminino em sua essência. Para isso, é necessária a consciência da tradição androcêntrica que permeia a ideia de liderança, tanto a nível popular quanto acadêmico, acompanhada da problematização e explicitação das inúmeras barreiras impostas às mulheres em sua jornada em direção ou na experiência da liderança. Espera-se, com isso, que haja o estímulo ao aumento de mulheres em posições de liderança e o alcance da paridade ao redor do mundo, para que, no futuro, a ideia de líder possa não mais ser analisada em termos de gênero.

Referências bibliográficas

- Alimo-Metcalfe, Beverly. “An investigation of female and male constructs of leadership and empowerment”. **Gender in Management: An International Journal**, 2010.
- Appelbaum, Steven H. et al. “Upward mobility for women managers: Styles and perceptions: Part two”. **Industrial and commercial training**, 2013.
- Barracho, Carlos; Martins, Cláudia. **Liderança e gênero**. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.
- Bass, Bernard M.; Avolio, Bruce J. “Shatter the glass ceiling: Women may make better managers”. **Human resource management**, v. 33, n. 4, 1994, p. 549-560.
- Bem, Sandra L. **The lenses of gender: Transforming the debate on sexual inequality**. Yale University Press, 1993.



Betioli, Maria Irene Stocco. “Ser administradora é o feminino de ser administrador”. **Encontro Nacional da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, v. 24, 2000.

Bruckmüller, Susanne; Branscombe, Nyla R. “The glass cliff: When and why women are selected as leaders in crisis contexts”. **British Journal of Social Psychology**, v. 49, n. 3, 2010, p. 433-451.

Cardoso de Sousa, Fernando et al. “Liderança feminina e bem-estar nas empresas”. **Relatório do Projeto POAT/FSE-REF. 000617402012**, 2014, p. 1-180.

Dematteo, Lori A. “From hierarchy to unity between men and women managers: towards an androgynous style of management”. **Women in Management Review**, 1994.

De Welde, Kris; Laursen, Sandra. “The glass obstacle course: Informal and formal barriers for women Ph. D. students in STEM fields”. **International Journal of Gender, Science and Technology**, v. 3, n. 3, 2011, p. 571-595.

Dobbins, Gregory H.; Platz, “Stephanie J. Sex differences in leadership: How real are they?” **Academy of Management review**, v. 11, n. 1, 1986, p. 118-127.

Eagly, Alice H. “Achieving relational authenticity in leadership: Does gender matter?” **The leadership quarterly**, v. 16, n. 3, 2005, p. 459-474.

Eagly, Alice H; Johannesen-Schmidt, Mary C. Leadership style matters: “The small, but important, style differences between male and female leaders”. **Handbook on women in business and management**, 2007, p. 279-303.

Eagly, Alice H ; Johnson, Blair T. “Gender and leadership style: A meta-analysis”. **Psychological bulletin**, v. 108, n. 2, 1990.

Eagly, Alice H.; Carli, Linda L. “The female leadership advantage: An evaluation of the evidence”. **The leadership quarterly**, v. 14, n. 6, 2003, p. 807-834.

Einarsdottir, Unnur D.; Christiansen, Thora H.; Kristjansdottir, Erla S. “It’s a Man Who Runs the Show”: How Women Middle-Managers Experience Their Professional Position, Opportunities, and Barriers”. **Sage Open**, v. 8, n. 1, 2018.

Fitzsimmons, Stacey R. “Women on boards of directors: Why skirts in seats aren’t enough”. **Business Horizons**, v. 55, n. 6, 2012, p. 557-566.

Fouad, Nadya A. et al. “Comparison of women engineers who persist in or depart from engineering”. **Journal of Vocational Behavior**, v. 92, 2016, p. 79-93.

Glass, Christy; Cook, Alison. “Leading at the top: Understanding women’s challenges above the glass ceiling”. **The Leadership Quarterly**, v. 27, n. 1, 2016, p. 51-63.



Hopkins, Margaret M.; Bilimoria, Diana. "Social and emotional competencies predicting success for male and female executives". **Journal of management development**, 2008.

Hopkins, Margaret M.; O'neil, Deborah A. "Authentic leadership: Application to women leaders". **Frontiers in Psychology**, v. 6, 2015, p. 959.

Horvath, Lisa Kristina; Sczesny, Sabine. "Reducing women's lack of fit with leadership positions? Effects of the wording of job advertisements". **European Journal of Work and Organizational Psychology**, v. 25, n. 2, 2016, p. 316-328.

Ibarra, Herminia; Ely, Robin; Kolb, Deborah. "Women rising: The unseen barriers". **Harvard business review**, v. 91, n. 9, 2013, p. 60-66.

Lima, Gustavo Simão et al. "O teto de vidro das executivas brasileiras". **Revista Pretexto**, v. 14, n. 4, 2013, p. 65-80.

Luz, Renan Bonfim; Vaz, Daniela Verzola. "Ascensão profissional feminina no mercado de trabalho brasileiro no período 2002/2014". **Anais**, 2017, p. 1-15.

Meuser, Jeremy D. et al. "A network analysis of leadership theory: The infancy of integration". **Journal of Management**, v. 42, n. 5, 2016, p. 1374-1403.

Oakley, Judith G. "Gender-based barriers to senior management positions: Understanding the scarcity of female CEOs". **Journal of business ethics**, v. 27, n. 4, 2000, p. 321-334.

ONU Mulheres. **Em Foco. A igualdade de gênero é importante na resposta do COVID-19**. 2020. Disponível em: <www.unwomen.org/en/news/in-focus/in-focus-gender-equality-in-covid-19-response>. Acesso em: 13/04/2020.

Paoloni, Paola; Demartini, Paola. "Women in management: Perspectives on a decade of research (2005–2015)". **Palgrave Communications**, v. 2, n. 1, 2016, p. 1-7.

Perdue, Abigail. "Man up or go home: Exploring perceptions of women in leadership". **Marq. L. Rev.**, v. 100, 2016, p. 1233.

Powell, Gary N.; Butterfield, D. Anthony; Parent, Jane D. "Gender and managerial stereotypes: have the times changed?". **Journal of management**, v. 28, n. 2, 2002, p. 177-193.

Probert, Joana; James, Kim Turnbull. "Leadership development: Crisis, opportunities and the leadership concept". **Leadership**, v. 7, n. 2, 2011, p. 137-150.

De Rezende, Fernanda Versiani; De Carvalho Neto, Antônio Moreira; Tanure, Betania. "A percepção dos executivos e das executivas sobre estilos de liderança". **Revista Reuna**, v. 19, n. 4, p. 107-130, 2015.



Ridgeway, Cecilia L. "Gender, status, and leadership". **Journal of Social issues**, v. 57, n. 4, 2001, p. 637-655.

Rummer, Jodie L.; Isom, Lori L. "Communicating Science". In: **Success Strategies From Women in STEM**. Academic Press, 2015, p. 201-254.

Ryan, Michelle K.; Haslam, S. Alexander; Kulich, Clara. "Politics and the glass cliff: Evidence that women are preferentially selected to contest hard-to-win seats". **Psychology of Women Quarterly**, v. 34, n. 1, 2010, p. 56-64.

Ryan, Michelle K. et al. "Think crisis—think female: The glass cliff and contextual variation in the think manager—think male stereotype". **Journal of Applied Psychology**, v. 96, n. 3, 2011, p. 470.

Dos Santos, Jean Carlo Silva dos; Antunes, Elaine Di Diego. "Relações de gêneros e liderança nas organizações: rumo a um estilo andrógino de gestão". **Gestão Contemporânea** [recurso eletrônico]. Porto Alegre. Vol. 10, n. 14, (jul./dez. 2013), 2013, p. 35-60.

Dos Santos, Jean Carlo Silva; Antunes, Elaine Di Diego. "Relações de Gêneros nas Organizações: a construção de estereótipos de liderança masculina e feminina no judiciário de Rondônia". **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 4, n. 3, 2017, p. 171-189.

Sandler, B. R.; Silverberg, L. A.; Hall, R. M. "The Chilly Classroom Climate: A Guide to Improve the Education of Women." **Washington, DC: National Association for Women in Education**, 1996.

Silva, Amanda K. et al. "Melting the plastic ceiling: overcoming obstacles to foster leadership in women plastic surgeons". **Plastic and reconstructive surgery**, v. 138, n. 3, 2016, p. 721-729.

Siqueira, Dirceu Pereira; Lazaretti, Bruna Furini. "Representatividade e liderança feminina nas grandes corporações: uma leitura sob a perspectiva dos movimentos sociais". **Juris Poiesis-Qualis B1**, v. 20, n. 23, 2017, p. 45-67.

Steil, Andrea Veléria. "Organizações, gênero e posição hierárquica-compreendendo o fenômeno do teto de vidro". **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 32, n. 3, 1997.

Stelter, Nicole Z. "Gender differences in leadership: Current social issues and future organizational implications". **Journal of Leadership Studies**, v. 8, n. 4, 2002, p. 88-99.

Teixeira, S. A gestão das organizações. **Amadora: McGraw-Hill**. 2001.

Tonani, Adriana Venturim. "Gestão feminina—um diferencial de liderança mito ou nova realidade". In: **Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. 2011, p. 4-15.



World Bank Group. **Women, Business and the Law 2018**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2018/05/Relat%C3%B3rio_Banco_Mundial.pdf>. Acesso em: 13/04/2020.

Yukl, Gary. "An evaluation of conceptual weaknesses in transformational and charismatic leadership theories". **The leadership quarterly**, v. 10, n. 2, 1999, p. 285-305.



SIGNIFICADO DO TRABALHO: UM ESTUDO ENTRE GERAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS

 Maria Mércia dos Santos Barros de Almeida¹

 Marley Rosana Melo de Araújo²

SEGUNDO BORGES (1998), o significado do trabalho é abordado como uma cognição subjetiva, sócio-histórica e dinâmica, variando individualmente ao passo que decorre do processo de conferir significados e, ao mesmo tempo, apresenta aspectos socialmente compartilhados, associados às condições históricas da sociedade. O trabalho é subjetivo, visto que reflete a história pessoal e representa a forma que o indivíduo interpreta e dá sentido ao seu trabalho. Concomitantemente, é social, pois reflete aspectos históricos da sociedade e seu contexto, além de apresentar aspectos compartilhados por um conjunto de indivíduos. Além disso, o trabalho é considerado dinâmico, já que é construído inacabado e está em constante construção.

Na literatura sobre significado do trabalho, os estudos quantitativos, no Brasil, parecem ter uma maior predominância, como vemos, por exemplo, em Bastos, Pinho e Costa (1995); Bendassolli, Alves e Torres (2014); Bendassolli e Borges-Andrade (2011); Borges e Alves-Filho (2003);

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: mmerciabarros@hotmail.com

² Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: marlemeloaraujo@gmail.com



Borges e Tamayo (2001); Borges e Yamamoto (2010); e Fernandes, Gonçalves e Oliveira (2012). Segundo Costa e Bendassolli (2010), é imprescindível que haja mais estudos qualitativos que ofereçam perspectivas alternativas aos pesquisadores da área.

Considerando-se a proibição do trabalho infanto-juvenil, e consequente atuação dos órgãos fiscalizadores em grandes centros e cidades interioranas, buscou-se trazer uma reflexão acerca do significado do trabalho para a população-alvo da pesquisa, os beneficiadores da castanha de caju, habitantes de um povoado de economia rural, e como esse trabalho pode ser diferentemente assimilado na vida das gerações de pais e filhos investigados. Ademais, os dados desta pesquisa poderão servir de base para ações interventivas na comunidade, por parte dos órgãos fiscalizadores, a fim de trazer qualidade de vida e de trabalho, proporcionando uma melhor perspectiva de futuro para esses trabalhadores.

Nos últimos dez anos, a presença regular de instituições de fiscalização e normatização de condutas, como o Ministério Público do Trabalho, Conselho Tutelar e Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, nessas comunidades rurais, produziu perceptíveis modificações no cotidiano de vida e do trabalho. Por um lado, a proibição ao trabalho infanto-juvenil provocou resistência por parte dos pais, os quais veem no trabalho uma possibilidade de formar o caráter, ensinar valores e um ofício aos filhos. Por outro lado, essas crianças e adolescentes, que tinham o tempo ocupado pelo trabalho, ficaram ociosas, visto que estudam em apenas um turno e não há a oferta institucionalizada de atividades complementares ao estudo, ou de entretenimento e lazer nas comunidades, além de não poderem mais contar com a renda advinda do beneficiamento da castanha. Essas mudanças sociais, no que tange ao tratamento do trabalho de crianças e jovens pelos órgãos oficiais, podem ter produzido efeitos sobre os significados atribuídos ao trabalho na esfera individual, uma vez que o significado do trabalho é um construto sócio-histórico.



Além disso, essa intervenção dos órgãos de controle e fiscalização sobre o trabalho infanto-juvenil é algo vivido pela atual geração (filhos) nessas comunidades. Apesar da proibição da atividade laboral, e até mesmo com a expansão de programas governamentais que têm como objetivo apoiar e fortalecer os investimentos escolares das famílias, há a permanência do trabalho infanto-juvenil entre as famílias locais, o que justifica estudos que se disponham a compreender o significado atribuído ao trabalho entre as gerações de pais e filhos. Lordelo (2011) afirma ainda que, nos estudos sobre trabalho infanto-juvenil, pouca voz tem sido dada às crianças e adolescentes que trabalham. A realização de entrevistas age como tentativa de contornar essa lacuna empírica, articulando informações dadas pelos próprios jovens com os depoimentos dos pais.

A noção de geração serve, assim, como princípio de comparação das percepções esboçadas pelo grupo de pais/mães e pelo grupo de filhos(as) com relação ao trabalho, os quais provavelmente receberam diferenciadas influências socializadoras sobre o trabalho. Trabalhar desde cedo, pelo menos para algumas famílias, pode ser percebido como uma regra moral, um princípio de socialização, baseado em um sistema de relações que se situa entre a cooperação e a troca.

Especificamente em relação ao trabalho das crianças e adolescentes no meio rural, não havia, anteriormente, qualquer legislação regulamentadora para definir a idade para o ingresso ou condições para o uso dessa força produtiva. Até mesmo os legisladores concebiam o trabalho infanto-juvenil, no meio familiar, como uma prática educativa e integradora ao mundo dos adultos, sendo esse trabalho entendido como uma ajuda da criança e do jovem à manutenção da família e ao bom andamento da unidade de produção e consumo. Por isso, havia um consenso social de que, nas unidades de produção familiares, não havia exploração do trabalho de menores. Entretanto, mais recentemente, alguns estudos sobre a presença da criança nas atividades agrícolas passaram a interpretar a ocupação do trabalho por um determinado período



do, ainda que inverso ao turno escolar, como trabalho infantil (Marin et al., 2012).

Silveira (2014) apresenta determinantes sociais do trabalho infanto-juvenil, ou seja, razões que levam crianças e adolescentes a se inserirem no mercado de trabalho, em que devem ser considerados fatores políticos, econômicos e sociais. São eles: a) pobreza; b) ineficiência do sistema educacional; c) a “cultura do trabalho” imposta pela sociedade; d) falta de universalização de políticas de atendimento aos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias.

Marin et al. (2012) pesquisaram o trabalho infantil na agricultura familiar e encontraram que, na perspectiva das famílias, o trabalho das crianças é entendido como “ajuda”, base para a socialização e desenvolvimento dos herdeiros. Conforme Silva e Duarte (2020), embora a sociedade possua a percepção do trabalho como dignificante, existem riscos inerentes ao trabalho (físicos, biológicos – de picadas de insetos e intoxicação –, adultização precoce, baixo rendimento escolar) ao qual as crianças e adolescentes são submetidos, por vezes ocultos e invisíveis, mas que trazem diversas implicações. Nota-se, portanto, a existência de diferentes concepções de infância e de trabalho em confronto. Por um lado, as concepções propostas pelos dispositivos legais, vigentes no Brasil, proíbem o trabalho da criança e do adolescente. Por outro lado, os pais, pautados nos usos e costumes tradicionalmente empregados para socializar as novas gerações, se atribuem o dever de educar os filhos por meio do trabalho.

Segundo Bendassolli (2009), para os mais velhos, o trabalho geralmente é definido como uma obrigação para com a família, comunidade ou país. Entretanto, se perguntarmos para um jovem, poderemos encontrar outros significados como felicidade, carreira, crescimento pessoal e poder de compra. Nessa mesma linha, Dutra-Thomé e Koller (2014), em seu estudo sobre o significado do trabalho para 7.425 jovens brasileiros, por meio da análise de termos análogos e opostos ao vocábulo “trabalho”, encontraram uma visão moralista e mercadológica de



trabalho sob uma perspectiva da atividade laboral enquanto fonte de desenvolvimento e crescimento pessoal. As autoras concluem que essa visão pode minimizar os efeitos negativos do trabalho sobre o indivíduo e fragilizar a concepção do trabalho infanto-juvenil protegido.

Em estudo anterior de nossa autoria (Barros; Araújo, 2018), de base quantitativa, foi investigado e comparado o significado do trabalho entre gerações de trabalhadores (N = 200; 100 pais/mães e 100 filhos(as)) envolvidos no processo de beneficiamento da castanha, por meio de instrumento estruturado de pesquisa (escala). No presente relato, pretende-se dar continuidade à discussão sobre o significado do trabalho, pautando-se em um paradigma compreensivo, de base qualitativa, para a realização deste intento, e considerando os possíveis conflitos sociais emergentes das perspectivas de trabalho abraçadas por dispositivos legais brasileiros e pelos moradores locais, pais e filhos que trabalham em atividade rural. Considerando esse panorama, o objetivo deste estudo foi investigar o significado do trabalho para gerações de trabalhadores envolvidos no processo de beneficiamento de castanha de caju no povoado Carrilho, circunvizinho ao município de Itabaiana, estado de Sergipe, no Nordeste brasileiro.

Método

O estudo tem caráter qualitativo, pautando-se em entrevistas em profundidade (Gaskell, 2003) de trabalhadores rurais que atuam com beneficiamento de castanha de caju. A abordagem aos entrevistados não seguiu nenhum critério pré-definido, à exceção de ouvir o mesmo número de genitores (pais ou mães) e de filhos(as) adolescentes.

Participantes

Foram entrevistados cinco genitores (pais ou mães) e cinco filhos(as) (adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos), envolvidos no



processo de beneficiamento de castanha de caju no povoado Carrilho. Os genitores e filhos entrevistados não possuíam vínculo de parentesco, portanto, não constituíam díades, embora pertencessem à mesma comunidade rural.

Dos cinco genitores, quatro eram do sexo feminino; três eram casados, um era solteiro e um divorciado. As idades variaram entre 37 e 50 anos (Md = 40). O tempo de trabalho com a castanha foi de até 40 anos (Md = 30). Em relação aos filhos, a maioria (n = 4) era solteira e apenas um era casado. As idades variaram de 15 a 16 anos (Md = 15). O tempo de trabalho foi de até sete anos (Md = 6). Em relação ao sexo, três eram do sexo masculino.

Procedimentos de produção e análise dos dados

Os dez participantes (cinco genitores e cinco filhos) foram convidados a integrar o estudo, o qual consistiu em entrevistas agendadas com cada participante, no intuito de conhecer como o trabalho entremeou as realidades de vida de cada um deles.

A abordagem ao participante, por parte do entrevistador, era iniciada com uma explicação sobre o objetivo da pesquisa e o sigilo das informações, visando diminuir a tensão por parte dos entrevistados e viabilizar a participação deles. Foi utilizado um roteiro semiestruturado de entrevista, contendo as seguintes questões norteadoras: 1. Para você, como é trabalhar com a castanha? 2. Qual sua opinião sobre a atuação dos órgãos fiscalizadores nos povoados? 3. O que você espera do futuro com relação ao trabalho com a castanha?

As respostas dos entrevistados, separadas por grupo de pais/mães e grupo de filhos(as), foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 1977), em torno de três polos cronológicos: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; e (3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise corresponde à fase de organização, momento em que se ordena o material necessário para a realização da pesquisa. Neste



estudo, os documentos escolhidos são o produto das entrevistas com os participantes, as quais foram gravadas, transcritas e organizadas para análise, separadamente por cada grupo (*corpus* textual de cada grupo). Em seguida, passou-se à leitura e exploração do material. Essa segunda fase tem a ver com a elaboração de indicadores, os quais são revelados pela derivação de temas existentes no *corpus* textual do grupo analisado, convergindo para a definição de categorias temáticas *a posteriori*. Cada categoria é composta por unidades de registro, unidades mais elementares de identificação de conteúdos e significados, as quais são alocadas na categoria temática por semelhança de assuntos abordados, colaborando para representar a variedade e complexidade dos assuntos contidos em uma categoria temática, e permitindo a atribuição de um nome para a categoria temática condizente com seu escopo. A última atividade executada foi o tratamento dos dados obtidos e a interpretação, sendo este o momento em que o material foi contrastado à luz da teoria.

Resultados e discussão

Categorias temáticas – Genitores

Significado do trabalho

Com base na análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os genitores e filhos, e nas questões norteadoras do estudo, foram criadas cinco categorias temáticas para os genitores, a saber: 1) Significado do trabalho com a castanha; 2) Condições de trabalho; 3) Reconhecimento; 4) Trabalho infanto-juvenil; e 5) Futuro profissional. Já para os filhos, os dados foram classificados em três categorias temáticas: 1) Significado do trabalho com a castanha; 2) Trabalho infanto-juvenil; e 3) Futuro profissional.

Os conteúdos das categorias tangenciam-se, e, para melhor compreensão, as categorias são apresentadas, com suas respectivas uni-



dades de registro, de acordo com a geração dos participantes, ou seja, por grupo de pais/mães (Figura 1) e grupo de filhos(as) (Figura 2). Nesta pesquisa, para fins de apresentação das falas tanto de genitores quanto de filhos, os participantes são identificados com letras (G: genitores; F: filhos) e números para garantir a privacidade e anonimato de cada um.

Na categoria Significado do trabalho com a castanha, foram agrupadas as unidades de registro relativas ao que o trabalho de beneficiamento da castanha significa na vida daqueles pais/mães. A maioria dos pais/mães vive a **dicotomia entre prazer e sofrimento** advinda desse tipo de trabalho. Por um lado, o trabalho é prazeroso e central em suas vidas, como afirma G1: “Pra mim, é bom trabalhar com a castanha. Não é ruim, não! Eu amo trabalhar. Eu gosto do meu trabalho, da minha castanha”. Entretanto, concomitantemente, apontam características negativas que reportam ao sofrimento, como podemos ver na fala de G3, ao relatar como é o processo de trabalho e como os horários são complexos e esgotantes, já que acordam ainda de madrugada e trabalham até o fim da tarde.

Acordo 1:30 para vir pra cá [“casinha”], de madrugada. Tomo café, né? Vai pra casa e volta. Quando for 11:30, almoço e volta 13:00. E fico até 17:00. São 30 kg de castanha para quebrar e, depois, ainda vai pelar. É muito trabalhoso, cansativo, esgota a gente (G3).

Os pais/mães apontaram, ainda, que a castanha é fonte de **autonomia**. Essa incorpora a capacidade de prover a sua própria subsistência e de sua família, promover independência financeira e autossuficiência. Além disso, há a possibilidade de definir e organizar o seu próprio método de trabalho, ter independência para executar a sua tarefa responsabilizando-se pela eficiência ou fracasso da mesma e, ainda, ter condições de exercer a sua criatividade na atividade que desempenha.

Nesse contexto, Costa (2011) afirma que o trabalhador precisa sentir que encontra espaço para exercer a sua tarefa com o máximo de independência, com oportunidade de organizar o seu trabalho de acordo com



suas habilidades, responsabilizando-se pela eficiência da tarefa e pelo alcance de resultados satisfatórios, como podemos ver na fala de G2:

Tem uma fábrica, mas eu prefiro trabalhar aqui, porque eu não gosto de ser mandada por ninguém. Aqui a chefe sou eu! Daqui a pouco eu levanto, vou pra casa na hora que eu quiser. Se eu quiser, não venho nem trabalhar. Eu sei o que tenho que fazer. Eu chego, faço e pronto! Não sou mandada por ninguém (G2).

A diminuição da autonomia em relação ao trabalho com a castanha está, muitas vezes, associada à subordinação aos proprietários das “casinhas” quando da venda de sua mão de obra. A distribuição e a comercialização da produção local no mercado atacadista são dominadas pelo próprio fornecedor da matéria-prima ao beneficiador da castanha, chamado de atravessador. Esses funcionam como uma chefia, superiores hierárquicos a quem os beneficiadores são subordinados, perdendo, portanto, sua autonomia no que diz respeito ao trabalho. Todavia, alguns beneficiadores conseguem manter a sua autonomia, sendo donos da sua própria “casinha”. Além disso, é possível que esses trabalhadores tenham mais qualidade de vida, já que são de sua escolha os dias e os horários de trabalho. Entretanto, para isso, é necessário fazer um investimento financeiro, o que nem todos conseguem:

Acordo 6h, 7h e começo umas 8h e começo a assar e quebrar sozinha e Deus, porque eu trabalho pra mim mesma. Eu compro o saco, asso e boto pra vender. Eu sou assim, mas quem trabalha por dia, trabalha de madrugada. Tem semana que trabalho dois dias, três dias. Assim é melhor, mas nem todo mundo tem condições de comprar um saco e investir para assar, pra revender e fazer dinheiro (G3).

Está bem patente, na fala desses pais/mães, como o trabalho com a castanha é importante sob o ponto de vista da sua **subsistência**. Na fala abaixo, vemos a sobreposição do prazer advindo dos ganhos pro-



porcionados pelo trabalho com a castanha e as consequências que ele traz à saúde:

Tenho prazer com a castanha, porque tenho minhas contas pagas. Eu tenho meu dinheiro e posso comprar aquilo que eu quero. Não tem coisa melhor que você trabalhar, mesmo que seja 1 hora da manhã. Eu sinto dor por causa do cansaço, dor nas costas. Mas a pior dor mesmo é chegar e querer comprar uma coisa para meus filhos e não ter. Essa é a dor maior que tem. Por isso, eu sou realizada com meu trabalho (G1).

Além disso, os genitores veem o trabalho nas “casinhas” como um momento de **lazer**: “Acho bom trabalhar com a castanha, passa o tempo ao ar livre. O trabalho vira divertimento, a gente se distrai, bate um lero [conversa] com as colegas, ouve uma rádio” (G3). O desenvolver da atividade de beneficiamento da castanha faz com que haja um fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores, devido à interação e convivência diárias, além de que as opções de lazer no povoado são escassas (Rocha et al., 2016). Essas autoras comentam ainda que, devido à carga horária de trabalho extensa, muitas famílias aproveitam esse período de labor para conversarem e se aproximarem, ao mesmo tempo em que cuidam do sustento.

Condições de trabalho

Esta categoria retrata a forma como os pais/mães veem as condições de trabalho a que são submetidos os beneficiadores da castanha. Observando as suas atividades laborais, é visível que as “casinhas” não têm estrutura adequada. Os trabalhadores realizam suas atividades sentados no chão ou em sacos da própria castanha, como afirma o participante: “Não é um trabalho confortável, porque não tem banheiro. Não tem um lugar para apoiar as costas, para ficar mais confortável. As costas doem muito no final do dia” (G1).



Os **horários de trabalho** são um dos itens que mais suscitaram como negativo em relação à castanha e que não é comum em outras atividades. Segundo Carvalho et al. (2012), esse horário justifica-se em função da menor temperatura, evitando, por algumas horas, o calor que é intensificado pela chama que assa a castanha, bem como em função da necessidade de finalizar a tarefa a tempo de cumprir o acordo estabelecido com o intermediário (atravessador).

As condições de trabalho com a castanha têm que melhorar. Começa a trabalhar 1 hora da manhã e trabalha até 11:30 e depois até 17:00. Não é um trabalho comum, que tem o horário certo. Eu vou dizer que um trabalho desse é bom?! (G4).

Além disso, os trabalhadores falam da falta de **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** na execução das suas atividades. A esse respeito, Rocha et al. (2016) comentam que as condições de trabalho dos povoados que beneficiam a castanha acabam por expor os trabalhadores a uma situação de risco socioambiental e, muitas vezes, insalubre e imprópria para o bem-estar dos trabalhadores e de seus familiares. “A gente vai de casaco e calça comprida por conta própria, para não queimar o corpo. Mas não tem óculos, perigo de cegar a gente e também não tem luva certa. O óleo queima e tira a digital” (G4).

Outro ponto comentado pelos participantes foi a falta de **direitos trabalhistas**, devido ao fato de o trabalho com a castanha ser um trabalho informal. Apesar de considerarem importante a determinação do cumprimento da legislação trabalhista também para os trabalhadores rurais, os pais/mães têm receio de que os proprietários das “casinhas” (atravessadores) deixem de investir na castanha e de contratar mais trabalhadores, devido ao alto custo da formalização das relações de emprego no Brasil. Interessante perceber o quanto os próprios trabalhadores assimilam uma lógica de naturalização da dominação, imposta pelo suposto fatalismo da sua condição de trabalho e de vida. Os trabalhadores justificam a exploração a que são submetidos por um sistema



que pauperiza o pequeno produtor, para enriquecer o atravessador que comercializa com lucro os frutos desse trabalho.

Isso fica explícito no relato de G1, que afirma: “Se a gente ficar doente, não recebe. Aquele dia você perde. Eu passei uns 6 meses sem trabalho por causa do problema de coluna causado pela própria castanha, e passei uma dificuldade que só sabe Deus e eu!”. G3 segue na mesma linha de raciocínio, afirmando: “O Ministério do Trabalho está agora exigindo direitos dos patrões para os empregados e a castanha está cara. Aí, se for ter que pagar tudo que deve, os patrões não vão aguentar ficar com todo mundo. É pior!”.

Reconhecimento

A categoria Reconhecimento está relacionada à percepção de pais/mães no que diz respeito à valorização do trabalho, o reconhecimento de que aquilo que ele(a) faz é valorizado, considerado útil e até indispensável para a sociedade. Entretanto, de maneira enfática, todos os entrevistados acreditam não haver reconhecimento no trabalho com a castanha: “Muita gente come castanha, mas nem imagina o trabalho que dá! Tem gente que nem sabe como é e não valoriza” (G3). G1 corrobora a fala de G3, quando diz:

Às vezes, a gente trabalha e não tem o devido valor. Por mais que você tente valorizar, fazer o melhor, mas os patrões acham que tem que fazer do jeito deles. Não reconhece. Por exemplo, se um dia a gente não for, não se agrada. Se adoecer, não recebe. Não tem direito, nem garantia de nada (G1).

Trabalho infanto-juvenil

Outra categoria relevante é o trabalho infanto-juvenil, em que os pais/mães acreditam ser natural as crianças e adolescentes trabalharem, pois, na verdade, estão ajudando aos pais e a si mesmas. Nota-se,



portanto, a existência de diferentes concepções de infância e de trabalho em confronto. Por um lado, as concepções dos dispositivos legais, vigentes no Brasil, proíbem o trabalho da criança e do adolescente no beneficiamento da castanha. Por outro lado, os pais, pautados nos usos e costumes tradicionalmente empregados para socializar as novas gerações, compreendem que se deve educar os filhos por meio do trabalho. Segundo Marin et al. (2012), faz-se necessário que as crianças e adolescentes estudem, pois o fato de, muitas vezes, trabalharem durante as mesmas horas que um adulto faz com que muitas delas acabem por desistir da escola. Essa situação irá mais tarde resultar na dificuldade em conseguir um emprego com maiores rendimentos.

Esse negócio dessa lei de trabalho foi a coisa mais burra que já ouvi. Sabe o que eles querem? Que só coloque um filho seu pra trabalhar com 18 anos! Uma coisa só que concordo com eles é estudar. A gente não pode tirar os meninos de estudar, não é minha fia [filha]? Mas botar pra trabalhar? Um filho seu com 18 anos você botar para trabalhar e ele obedecer? Nem vai querer mais! Ele já vai estar acostumado a ter tudo, não trabalhar (G3).

A atuação dos órgãos fiscalizadores, como Ministério Público do Trabalho e Conselho Tutelar, está presente no povoado, como é possível constatar na fala de G2. Os genitores justificam ainda que os filhos, ao não trabalharem, irão trilhar o caminho da **marginalidade**. Essa ideia é consoante com Lima e Almeida (2010), os quais acreditam que o trabalho precoce expressa a ideologia da valorização do trabalho, mostrando-o como dignificante e almejado pelos pais porque afasta crianças e adolescentes da marginalidade.

Agora se você tem um filho de 15 [anos] e trazer para ajudar uma mãe, a mãe vai presa. Não pode! Mas pode estar na esquina usando droga, roubando e matando. O Conselho Tutelar, se souber que tem gente trabalhando, vem. Se o conselho pegasse ele aqui [apontando para o filho]... *Não é melhor estar aqui do que*



na esquina, subindo e descendo? Mas, não pode não! Já teve aqui camburão da polícia, juiz e tudo! (G2).

Diante das falas, é possível perceber como o trabalho precoce é visto de forma positiva pela geração mais velha. Os genitores atribuem o aprendizado e o desenvolvimento de muitas competências ao fato de os filhos trabalharem desde novos. Isso seria essencial para a construção de uma capacidade para “se virar”, **ser independente** (Lima; Almeida, 2010), conforme a fala de G3:

Veja minha filha, que você conheceu...15 anos e já tem um filho. E não pode trabalhar? E quem vai dar de comer ao filho dela?! Uma lei muito errada. Você não vai explorar um filho seu, não vai maltratar. Coloca ele pra te ajudar de manhã e de tarde vai pra o colégio. Ele vai dar valor ao dinheiro. Quando trabalha, sabe que o dinheiro é sacrificado. Porque quando tem tudo na mão, não sabe dar valor ao dinheiro (G3).

Futuro profissional

Em relação às expectativas de futuro profissional, as falas dos trabalhadores denotam uma consequência da realidade, do sofrimento vivido e das condições precárias na produção da castanha de caju. A esse respeito, Bock e Liebesny (2003) chamam atenção para o fato de que, embora se refiram ao futuro, é no presente que os projetos de vida são construídos e constituídos, estando eles relacionados à construção da identidade – processo contínuo, fruto de sua pertinência a um grupo social em que concretiza as relações de produção de si mesmo e da realidade na qual se insere. Nesse sentido, as expectativas de futuro contêm as possibilidades criadas no trabalho com a castanha.

Uma das perspectivas que a castanha traz são os **agravos à saúde**. A atividade de beneficiamento, como apontam Rocha et al. (2016), apresenta riscos e expõe os beneficiadores a situações de insalubridade. Ainda segundo essas autoras, a mesma posição durante várias horas tem causa-

do muito impacto na condição de saúde, já que a principal queixa identificada foi dor na coluna, como explicita G1: “Sabe qual o futuro com a castanha? Ficar aleijada e cega. Porque é o que faz. Tem dia de sexta-feira que a gente não consegue nem se mexer por causa das costas”.

G2 revela a aspiração a um futuro melhor para seus filhos por meio do estudo, para ter um emprego regular, que possibilite reconhecimento. Embora apostem na escola como instrumento de construção de um **futuro diferente para seus filhos**, esses pais/mães são confrontados cotidianamente com o fato de que poucos, entre crianças e jovens com quem convivem, conseguem de fato garantir uma trajetória de longa duração na escola (Lima; Almeida, 2010).

Não quero que no futuro meus filhos trabalhem com a castanha. Tenho uma de 16 anos que já casou, graças a Deus, e eu fiz de tudo para ela não trabalhar com a castanha. Eu quero que eles estudem para ter uma profissão. Eu não quero a vida que vivi para meus filhos, não. Espero em Deus que eles não larguem dos estudos! (G2).

Interessante a percepção dos genitores de que as dificuldades que aparecem na vida podem ser superadas pelo **esforço pessoal**, através do trabalho. Essa compreensão do futuro como resultante do esforço pessoal é também apontada por Macêdo, Alberto e Araújo (2012), os quais observam que, na visão dos participantes de sua pesquisa, o esforço traduzido em estudo e trabalho determina o futuro, pois, em tese, pode assegurar uma melhor colocação profissional.

Eu vou passar o resto da minha vida trabalhando com a castanha, até morrer. Todo mundo quer uma coisa melhor, mas se não pode, eu agradeço o que eu tenho. Quando o filho pede, eu falo pra a gente trabalhar, juntar dinheiro e comprar. Eu faço de tudo pra meus filhos não ficarem sem o que comer. A gente só reza a Deus para não faltar esse trabalho! Minha vida é quebrar castanha, até quando Deus quiser (G5).



Figura 1 – Unidades de registro por categoria temática do grupo de genitores (pais/mães)

	CATEGORIAS				
	Significado do trabalho	Condições de trabalho	Reconhecimento	Trabalho infanto-juvenil	Futuro profissional
Dicotomia: prazer e sofrimento	■				
Autonomia	■				
Subsistência	■				
Distração	■				
Ergonomia		■			
Horários de trabalho		■			
Falta de EPI's		■			
Direitos trabalhistas		■			
Reconhecimento financeiro			■		
Valorização pela sociedade			■		
Trabalho e estudo				■	
Marginalidade				■	
Ensinamentos de valores				■	
Ser independente				■	
Agravos à Saúde					■
Futuro diferente para os filhos					■
Esforço pessoal					■

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Categorias temáticas – Filhos(as)

Significado do Trabalho

Esta categoria diz respeito à opinião de filhos(as) sobre o que é o trabalho e o que ele representa. Os(as) filhos(as) apontaram que o trabalho com a castanha significa sacrifício, sofrimento, mas, também, independência financeira, possibilidade de melhorar de vida, entre outros. Vale ressaltar que os participantes tiveram dificuldade para começar a discutir essa temática, provavelmente, pelo receio de falar publica-

mente sobre o assunto “proibido” naquele grupo social. As crianças e adolescentes demonstraram muito medo dos órgãos fiscalizadores, devido à forma com que estes se apresentaram no povoado, fazendo indagações sobre suas atividades de trabalho, solicitando que mostrassem as mãos para provar que não estavam trabalhando, além de promoverem a “prisão” de pais/mães daquela comunidade. Entretanto, depois de estimulados, garantidos sobre o sigilo das suas identidades e sobre a permissão dos pais/mães para que falassem, alguns falavam com muita **naturalidade** sobre o seu cotidiano:

Ia de madrugada com minha mãe quebrar a castanha e de manhã ia para a escola. Eu estudava de manhã, mas aí para quebrar a castanha de madrugada e ir para escola de manhã, ficava ruim. Aí, eu mudei para escola de tarde. Senão, eu não ia conseguir dormir (F2).

Os(as) filhos(as) veem o trabalho como um **meio de ajudar a família** a adquirir independência financeira e uma maneira de conquistar a liberdade, pois afirmaram comprar roupas, calçados, aparelhos eletrônicos, além de gastos relacionados ao lazer, com o dinheiro que recebem por pelar e quebrar as castanhas. Alguns relataram, ainda, economizar e guardar parte do valor recebido. Esses dados estão de acordo com os achados de Amazarray et al. (2009), os quais mencionam que os jovens buscam o trabalho como forma de consumir o que seus pais não têm condições de lhes dar. Lima e Almeida (2010) complementam que isso parece explicar o fato de que guardam para si a pequena remuneração recebida, ao contrário do que acontecia com seus pais no passado. Os pais, mesmo em condição humilde, permitem que os filhos utilizem o dinheiro ganho com desejos pessoais, e não para complementar a subsistência da casa. Ao mesmo tempo, isso indica o quanto mudou a posição das crianças no seio das famílias, autorizadas hoje a se perceberem como pequenos consumidores, sujeitos de desejos e expectativas, em suma, mais autônomos.



Você mora dentro de casa e seu pai não tem como te dar dinheiro sempre, porque tem que fazer a feira, pagar as prestações, as contas, livro para estudar. Aí, você ajudando o pai a fazer as coisas e você ganhando aquele pouquinho, você pode comprar seu chinelo quando o seu “torar” [arrebentar] e seu pai não tiver dinheiro para comprar; você tem um dinheiro guardado e tem como gastar (F3).

De acordo com Costa (2011), o trabalho que essas crianças desenvolvem confere-lhes, em muitos casos, uma forma muito concreta de aprendizagem de um conjunto de saberes que permite o desenvolvimento de atividades que são importantes recursos, inclusive de **subsistência**. Mas esse trabalho infantil retira às crianças tempo para se dedicarem às atividades escolares e, por isso, também contribui para diminuir a possibilidade de oportunidades futuras.

O trabalho com a castanha é ruim, porque acordar de madrugada ninguém gosta, né? Perde o sono. Não dorme direito e ganha pouco. Muitos deixam de estudar pra trabalhar. Eu parei de estudar. Queria voltar, mas não sei se vou, porque ou ganho dinheiro, ou estudo (F1).

Trabalho infanto-juvenil

Apesar da pouca idade, as falas dos(as) filhos(as) demonstram bastante clareza quando o assunto é trabalho infanto-juvenil, posicionando-se firmemente contra a atuação dos órgãos fiscalizadores do trabalho, com argumentos moralistas que se aproximam aos achados de Dutra-Thomé e Koller (2014). Esse fato pode ser explicado pelo fato de que o trabalho, além de ser fonte de socialização, sendo uma continuação das atividades educativas da escola, pode também causar o fenômeno da **adultização**, conforme pontuam Oliveira e Robazzi (2001). Abaixo, segue fala de F4, que exemplifica isso:



Acho muito irresponsável não deixar a gente trabalhar. O que tem a ver isso?! Eles têm que procurar os bandidos que estão roubando e matando, não os que estão trabalhando! Muita gente para de estudar, vira vagabundo, por causa do Conselho Tutelar. Porque a pessoa está trabalhando, ajudando os pais de forma honesta, e eles vêm e obrigam você a parar de trabalhar e ainda tem que pagar multa. Aí, não trabalha, vai fazer o quê? Vai roubar! (F4).

É inegável a competição que se estabelece entre o trabalho e as atividades escolares, visto que aumenta o cansaço, a sobrecarga física e a falta de tempo para estudar, para descansar e para o lazer, tendo como consequências a falta de interesse na escola, a dificuldade em aprender e os altos níveis de estresse (Amazarray et al., 2009). Embora a dupla jornada **trabalho-estudo** represente desgaste e esforço, os adolescentes desejam conciliar as duas atividades, pois associam elementos positivos à concomitância do estudo e do trabalho. Os benefícios percebidos pelos adolescentes são morais, no sentido de se atribuir um *status* de adulto ao jovem, devido às novas responsabilidades. Essas ideias aparecem nos seguintes depoimentos:

Os pais não podem explorar o filho e ele não frequentar a escola. Se eles tiverem fazendo isso, aí, sim, eles [os órgãos fiscalizadores] estão certos. A gente quer alguma coisa, aí a gente pode trabalhar, juntar aquele pouquinho de dinheiro e comprar um celular, uma calça, arrumar o cabelo. Só ajudo o pai de manhã e estudo à tarde, não prejudica a aula e as notas. Qual problema de ajudar aquele minutinho? Se eles tivessem obrigando a gente, mas não é. Porque se fosse exploração, eles tiravam a gente da escola! E não é isso. É só uma ajuda (F5).

Os meninos que são pequenos demais não têm responsabilidade para trabalhar, mas um menino de 16 anos tem que trabalhar para ajudar os pais. Senão, daqui quando ele tiver 18 anos, ele não vai querer responsabilidade para a vida dele! Ele vai querer ficar nas costas do pai dele e o pai dele não vai ter condições de



sustentar ele a vida toda. Ele tem que trabalhar e ajudar os pais. Quem só gasta o dinheiro do pai, não tem responsabilidade, gasta tudo que quer. Quando você trabalha, você pensa: “vou ganhar esse dinheiro pra fazer alguma coisa” (F3).

Futuro profissional

A categoria futuro profissional está relacionada às expectativas dos(as) filhos(as) sobre o trabalho e as atividades que desejam desenvolver. Os jovens não manifestaram interesse em continuar trabalhando com a castanha. Entretanto, demonstraram certa indefinição quanto à escolha profissional.

O fato de as crianças e os adolescentes, na sua maioria, trabalharem, em alguns casos durante as mesmas horas que um adulto, faz com que muitos deles acabem por **desistir da escola**. Essa situação irá mais tarde resultar na dificuldade em conseguir um emprego melhor. Ao mesmo tempo, nesse povoado rural, onde o emprego formal é escasso, o trabalho dessas crianças permite que elas obtenham conhecimentos que lhes serão úteis no futuro, pois provavelmente continuarão inseridas na informalidade (Costa, 2009).

O trabalho com a castanha não é bom. Não acho, não! No futuro, eu penso em trabalhar com outras coisas, em arrumar outro emprego. Não tenho nenhum sonho, só em arrumar outro emprego, mas aqui na região só tem a castanha. Mas, no fundo, acho que vou ficar trabalhando com a castanha, porque parei de estudar, aí não tenho como pegar outra coisa melhor... (F4).

Além disso, os participantes citaram o desejo de formar-se em profissões de curso superior. Amazarray et al. (2009) também encontraram as ideias de sucesso profissional e possibilidade de melhoria de vida associadas à **formação** em nível superior. Segundo os autores, essa poderia ser uma idealização e uma das suas consequências seria a dificul-



dade de perceber o mercado de trabalho, com as suas reais exigências e limitações, conforme a fala abaixo:

Nem todo mundo tem estudo para sair da castanha. Eu quero estudar e melhorar até a vida de meus pais. Eu quero ajudar, porque minha mãe trabalha com a castanha desde que eu nasci, e sustenta eu e meus irmãos, não é ninguém, não! Quero me formar na faculdade e ter outro emprego, ganhar muito dinheiro! (F5).

Alguns participantes parecem identificar as características econômicas que regem o mercado laboral, assim como a **realidade social** do povoado, pois apesar de possuírem sonhos, acreditam que não há como alcançá-los devido à própria limitação do local onde moram: “Eu não gosto muito de trabalhar com a castanha, não. Eu queria ser nadador. Aqui tem um açude e eu gosto, mas aqui no povoado só tem a castanha, não tem outras coisas para trabalhar” (F1).

Ao compararmos as entrevistas de pais/mães e de filhos(as), observamos que, nas falas dos(as) filhos(as), não aparecem as categorias temáticas Condições de Trabalho e Reconhecimento. Os adolescentes não citaram, em nenhum momento, os problemas relacionados ao trabalho em si, como as precárias condições de trabalho apontadas pelos pais/mães, talvez pela falta de consciência crítica devido à idade, ou porque eles não façam as mesmas tarefas penosas que seus pais/mães, ou até mesmo por ser um assunto que os pais/mães omitam e, por isso, os adolescentes não tenham essa perspectiva. Segundo Medeiros Neto e Marques (2013), é fato que as crianças estão muito mais expostas aos riscos no trabalho do que os adultos, uma vez que, em seu peculiar estágio de desenvolvimento, suas capacidades ainda estão em processo de formação, e a natureza e as condições em que as atividades laborais ocorrem são frequentemente insalubres e inadequadas, do ponto de vista ergonômico.

Não emergiu a temática Reconhecimento e, seguindo essa mesma linha, não apareceram afirmações do trabalho enquanto atividade



que proporciona prazer, realização pessoal, expressão da criatividade e exercício de um papel na sociedade. Os jovens trouxeram apenas ideias associadas ao tipo de atividade desempenhada, à sobrevivência e ao poder de compra. Nesse sentido, o significado do trabalho para os participantes parece resumir-se ao sustento econômico, além do seu valor moral, com a ideia de que o correto é ser trabalhador.

Figura 2 – Unidades de registro por categoria temática do grupo de filhos(as)

	CATEGORIAS		
	Significado do trabalho	Trabalho infanto-juvenil	Futuro profissional
Naturalização do trabalho			
Ajuda dos pais			
Subsistência			
Adultrização			
Trabalho e Estudo			
Desistência da escola			
Formação superior			
Realidade social e limitação profissional			

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Esse dado vai ao encontro dos resultados de Frenzel e Bardagi (2014), os quais encontraram como principais motivos para os adolescentes trabalharem: a) a possibilidade de sair da extrema pobreza e do desajuste familiar; b) a aquisição de maior autonomia no gerenciamento do próprio dinheiro; c) o suprimento de necessidades familiares por meio da ajuda financeira; d) a aquisição de bens materiais; e e) a possibilidade de crescer profissionalmente para outros ramos de atividade.

Diante disso, faz-se necessário refletir acerca da identidade de trabalhador que esses adolescentes estão construindo, uma vez que fica reduzida à provisão de necessidades, sem a visão do trabalho enquan-



to atividade humana por excelência, com promoção de mudanças na sociedade e em si mesmo, gerando prazer para quem a executa. Vale ressaltar que, para os(as) filhos(as), o beneficiamento da castanha não é considerado um trabalho, mas uma ajuda aos pais/mães. Contudo, deve-se levar em consideração que a falta de perspectiva de futuro torna a castanha o único meio de trabalho possível no povoado.

Outro aspecto que destacamos foi que os pais/mães acreditam e desejam um futuro diferente para seus filhos(as), e devotam ao estudo a responsabilidade de proporcionar essa mudança de vida. Contudo, eles não entendem o trabalho e o estudo como atividades concorrentes, o que pode ser explicado pela falta de experiência nessa dupla jornada, uma vez que, quando jovens, abandonaram os estudos para trabalhar e não viveram essa experiência, com todas as dificuldades inerentes. Além disso, os(as) filhos(as) também creditam ao estudo a possibilidade de escrever uma trajetória diferente da dos pais/mães, mas lidam com a rotina real de conciliar as atividades de trabalho e estudo, e sabem que, em determinado momento, isso poderá não ser mais possível. Faltamente, abandonarão os estudos, incorrendo em alta probabilidade de reproduzir a vida paterna/materna.

Considerações finais

Ao investigar o significado do trabalho utilizando o critério geracional, pretendemos focar na percepção de genitores e de filhos(as) adolescentes, sem que, contudo, perdêssemos de vista a complexidade do fenômeno como um todo, abordando-o de forma sistêmica. Os estudos revisados nesta pesquisa em muito corroboram as percepções negativas do trabalho de crianças e adolescentes, como o prejuízo às atividades escolares, a diminuição do tempo livre e dedicado às questões próprias da adolescência, o impacto para a saúde, entre outros. Esses aspectos salientam a importância de voltarmos a atenção aos contextos e condições de trabalho sob as quais os adolescentes se encontram e de



exigirmos o cumprimento das leis que protegem o trabalhador jovem da exploração e do desgaste excessivo. Entretanto, os adolescentes participantes desses estudos trazem, muitas vezes, uma perspectiva mais positiva do trabalho do que supõem alguns teóricos, ou do que costuma ser enfatizado em discussões sobre o tema.

Esteve presente, no discurso de pais/mães, o significado do trabalho como árduo, cansativo e com condições de trabalho precárias, um trabalho que não traz reconhecimento e é valorizado, principalmente, em função da subsistência. Aparentemente, esses significados não estão atrelados à vocação, ao trabalho realizado por prazer e que traga satisfação, visto que nas falas emergiram principalmente conteúdos relativos à valorização financeira, ao modo como se dá o beneficiamento da castanha e ao grande esforço realizado. Os genitores deixam claro que, por morarem no meio rural e pela falta de um nível de educação elevado que conduzisse à contratação em outros postos de trabalho, para desempenhar outras funções, o trabalho com a castanha se apresentou como a única forma de obter a própria subsistência e a da família.

Esse dado também foi percebido por Argolo e Espinoza (2020), os quais consideraram o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores rurais envolvidos no processamento da castanha como extremamente frágil e precarizado, seja pela necessidade de políticas públicas capazes de promover a assistência social na melhoria das condições de vida, seja pela necessidade de garantir uma estabilidade financeira e acessibilidade em termos de segurança no trabalho.

Entretanto, um dado importante é que pais/mães não desejam que os seus filhos(as) ocupem o mesmo espaço que ocupam hoje, mas, sim, que busquem na educação formal uma nova possibilidade de inserção social, de vida e de subsistência para si. Parece contraditório, visto que pais/mães reclamam da atividade da castanha, a consideram prejudicial à saúde e não querem que seus filhos(as) permaneçam na atividade no futuro. Mas, por outro lado, permitem e submetem seus filhos(as) a tais condições. Talvez porque, na ótica dos genitores, os(as) filhos(as) não es-



tenham verdadeiramente experimentando a realidade árida da castanha, uma vez que dedicam menos horas a essa prática laboral do que os pais/mães, além de realizarem as tarefas menos penosas do processo.

Por seu turno, os jovens pareciam alheios às dimensões negativas do trabalho infanto-juvenil e aos riscos a que estavam submetidos, naturalizando o fenômeno. A atuação dos órgãos fiscalizadores coloca como opção, para desviar a criança e o adolescente do trabalho, a inserção destes em programas sociais mantidos pelo poder público, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; garantia da sua matrícula, frequência e aproveitamento em escola, priorizando a de tempo integral; o encaminhamento do adolescente, a partir dos 14 anos, a programas de aprendizagem profissional, ocasião em que será contratado por empresas obrigadas a cumprir a cota da Lei da Aprendizagem, na forma dos arts. 428 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Medeiros Neto; Marques, 2013).

Entretanto, considerando a realidade local, não observamos essas contrapartidas para direcionar o jovem para um caminho que não seja o do trabalho com a castanha. Por ser uma comunidade rural, não há empregadores formais e, por isso, inviabiliza-se a concretização da Lei da Aprendizagem; não há escolas de tempo integral, estando o jovem ocupado em apenas um período; e o PETI não é efetivo no que se propõe. Além disso, os povoados dispõem de raríssimas atividades de entretenimento ou complementares aos estudos.

Mesmo diante das diversas legislações constitucionais e infraconstitucionais que protegem a criança e, inclusive, punem aos que as conduzem às atividades laborais, há muito que se discutir nesse âmbito, visto que o trabalho infantil está ligado a problemas sociais complexos, como a miséria e a desigualdade social. Além disso, são necessários programas de governo que apoiem essas crianças no âmbito psicológico, social e econômico (Brasão et al., 2020).

Por fim, é importante frisarmos que não existem percepções absolutistas, certas ou erradas, nesta realidade de estudo. Na relação entre



poder público e comunidade não há percepção predominante e não existe uma decisão fácil e unívoca nessa questão. Ambos são agentes sociais, embora possuam perspectivas diferenciadas, a partir de seu referencial próprio. O poder público representa a justiça e a imparcialidade, pois leis existem para homogeneizar, regular e tratar sem distinções. Sendo assim, leis não são passíveis a eventuais e oportunas flexibilizações. Deve-se levar em conta também que, através das leis, muitas barbaridades, no que tange ao abuso e exploração infanto-juvenil, são coibidas.

Por outro lado, a comunidade lida com a dinamicidade da vida real, aquela que está sujeita aos arbítrios do dia a dia, e que não se conforma, muitas das vezes, a uma prescrição legal do que seria uma situação ideal. Pais/mães e filhos(as) veem valor e utilidade incontestável no trabalho, não se sentem diminuídos pela atividade e percebem-se invadidos pelas prerrogativas dos órgãos públicos de fiscalização. Dessa forma, os genitores julgam as atitudes que a legislação de combate ao trabalho infanto-juvenil, supostamente, produz nos filhos (criminalidade, desrespeito à hierarquia e afrouxamento moral), e há indignação por serem comparados a criminosos, em função da constante fiscalização exercida sobre eles. Enfim, parece não haver discursos improcedentes nesse conflito ou mesmo soluções prontas.

Uma grande limitação da pesquisa foi a dificuldade de sua comparação com outras investigações sobre o trabalho geracional, devido à escassez de análises sobre o tema, impossibilitando a identificação de diferenças e semelhanças que pudessem auxiliar no entendimento do que predomina em relação ao significado do trabalho para pais e para filhos. Considerando tais limitações, indicamos a necessidade de outras pesquisas, visando ampliar o conhecimento sobre essas questões. Resaltamos a importância de estudos longitudinais na apreensão da variabilidade do construto estudado, o que poderia ser valioso no sentido de que o significado do trabalho é dinâmico e sócio-histórico.



Referências bibliográficas

Amazarray, M. R. et al. “Aprendiz *versus* trabalhador: Adolescentes em processo de aprendizagem”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 3, 2009, p. 329-338. DOI: 10.1590/S0102-37722009000300006.

Argolo, A. N.; Espinoza, F. “Condições de um trabalho digno no manejo da castanha na cidade sergipana de Itabaiana e os impactos da modernização das novas tecnologias”. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 8, n. 3, 2020, p. 136-159. DOI: 10.17564/2316-3801.2020v8n3p136-159.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

Barros, M. M. S.; Araújo, M. R. M. “Significado do trabalho para gerações de trabalhadores rurais no beneficiamento da castanha”. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v.18, n. 2, 2018, p. 364-372. DOI: 10.17652/rpot/2018.2.13944.

Bastos, A. V. B.; Pinho, A. P. M.; Costa, C. A. “Significado do trabalho: Um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais”. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 6, 1995, p. 20-29. DOI: 10.1590/S0034-75901995000600004.

Bendassolli, P. F. **Psicologia e trabalho: Apropriações e significados**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

Bendassolli, P. F.; Alves, J. S. C.; Torres, C. C. “Inventário sobre significado do trabalho de profissionais de indústrias criativas”. **Avaliação Psicológica**, v. 13, n. 2, 2014, p. 177-186.

Bendassolli, P. F.; Borges-Andrade, J. E. Significado do trabalho nas indústrias criativas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 2, 2011, p. 143-159. DOI: 10.1590/S0034-75902011000200003.

Bock, A. M. B.; Liebesny, B. “Quem eu quero ser quando crescer: Um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo”. In: S. Ozella (org.). **Adolescências construídas: A visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 203-222.

Borges, L. O. **O significado do trabalho e a socialização organizacional: Estudo empírico entre trabalhadores da construção habitacional e de redes de supermercados**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 1998.

Borges, L. O.; Alves-Filho, A. “A estrutura fatorial do Inventário do Significado e Motivação do Trabalho, IMST”. **Avaliação Psicológica**, v. 2, n. 2, 2003, p. 123-145.

Borges, L. O.; Tamayo, A. “A estrutura cognitiva do significado do trabalho”. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. I, n. 2, 2001, p. 11-44.



Borges, L. O.; Yamamoto, O. H. “Significado do trabalho do psicólogo brasileiro”. In: A. V. B. Bastos; S. Gondim (orgs.). **O psicólogo brasileiro e seu trabalho**. Porto Alegre: ARTMED, 2010, p. 248-282.

Brasão, H. J. P. et al. “Enfrentamento ao trabalho infantil: desafios e lutas”. **Cadernos da Fucamp**, v.19, n.37, 2020, p. 163-168. DOI: 10.1590/S0102-37722009000300006.

Carvalho, D. M. et al. “Aspectos das tecnologias de gestão e de processo no beneficiamento da castanha de caju no agreste de Itabaiana/SE”. **Anais do 3º Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-graduação em Geografia**. João Pessoa: UFPB, 2012.

Costa, A. B. “Educação escolar e estratégias de famílias dos subúrbios de Mampulândia”. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, 2009, p. 13-39. DOI: 10.1590/S0100-15742009000100003.

Costa, F. T. B. **Significando práticas e praticando significações: Professores e significado do trabalho**. Dissertação de mestrado. UNESP, São Paulo, 2011.

Costa, F. T. B., Bendassoli, P. F. “A evolução das pesquisas sobre significado do trabalho no Brasil”. **Anais da I Jornada Internacional de práticas clínicas no campo social**, Paraná, 2010.

Dutra-Thomé, L.; Koller, S. H. “O significado do trabalho na visão de jovens brasileiros: Uma análise de palavras análogas e opostas ao termo “trabalho””. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 4, 2014, p. 367-380.

Fernandes, F. S.; Gonçalves, C. M.; Oliveira, P. J. Adaptação e validação da Escala de Significados Atribuídos ao Trabalho – ESAT. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 13, n. 2, 2012, p. 183-195.

Frenzel, H. S.; Bardagi, M. P. “Adolescentes trabalhadores brasileiros: Um breve estudo bibliométrico”. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 14, n. 1, 2014, p. 79-88.

Gaskell, G. “Entrevistas individuais e grupais”. In: M. W. Bauer; G. Gaskell (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 64-89.

Lima, A. C.; Almeida, A. M. F. “Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil”. **Educação & Sociedade**, n. 111, 2010, p. 347-369. DOI: 10.1590/S0101-73302010000200004.

Lordelo, L. R. **Significados de trabalho para crianças de diferentes contextos culturais**. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

Macêdo, O. J. V.; Alberto, M. F. P.; Araújo, A. J. S. “Formação profissional e futuro: Expectativas dos adolescentes aprendizes”. **Estudos de Psicologia**, v. 29, n. 1, 2012, p. 779-787. DOI: 10.1590/S0103-166X2012000500014.



Marin, J. O. B. et al. “O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: O caso da produção de tabaco em Agudo-RS”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 4, 2012, p. 763-786. DOI: 10.1590/S0103-20032012000400010.

Medeiros Neto, X. T.; Marques, R. D. **Manual de atuação do Ministério Público na prevenção e erradicação do trabalho infantil**. Brasília: CNMP, 2013.

Oliveira, B. R. G.; Robazzi, M. L. C. C. “O trabalho na vida dos adolescentes: Alguns fatores determinantes para o trabalho precoce”. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 9, n 3, 2001, p. 83-89.

Rocha, C. S. et al. “Riscos socioambientais do beneficiamento da castanha de caju no povoado Carrilho-SE”. **Interfaces Científicas**, v. 4, n. 2, 2016, p. 9-18. DOI: 10.17564/2316-3798.2016v4n2p9-18.

Silva, A. C. F.; Duarte, R. P. L. “O Trabalho infantojuvenil e a ausência de dados: Percepção da rede de proteção”. **Barbarói**, n. 57, 2020, p. 65-87. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.15412>

Silveira, N. J. D. **A produção das desigualdades: Análise da relação entre trabalho infantil e indicadores sociais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.



NECROPOLÍTICA DA FOME: AS CONTRADIÇÕES DO ALIMENTO MERCADORIA NO SISTEMA ALIMENTAR DO BRASIL NEOLIBERAL¹

 Brenda Seixas²

 Jair Xavier³

ESTE TRABALHO foi desenvolvido a partir de uma parceria entre os presentes autores, que é decorrente da comunhão dos interesses de pesquisa, em que é apresentado um estudo transversal quanto aos conceitos e reflexões propostas sobre o tema. É fundamental ressaltar que o conjunto das argumentações em torno do fenômeno aqui estudado deve ser tomado enquanto um ensaio crítico, no qual são exploradas algumas reflexões teóricas em paralelo com alguns tópicos exploratórios. Não se propôs exaurir uma metodologia empírica, mas, sim, construir um banco de dados iniciais com materiais jornalísticos, principalmen-

¹ Este trabalho consiste em uma atualização para publicação em livro do trabalho, “A Fome “Oculto” do Capital: A Precarização do Trabalho e do Alimento Mercadoria Face à Necropolítica”, publicado nos Anais do III Seminário Nacional de Sociologia da UFS: Distopias dos Extremos, Sociologias Necessárias. ISSN 2526-3013.

² Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe, integrante do grupo de estudos *Krítica - Crise e Crítica* (UFS). E-mail: b.seixas@academico.ufs.br

³ Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do grupo LABOR - Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia, Educação e Trabalho (GEPSET/UFS). E-mail: riaj@academico.ufs.br



te, dos sítios Brasil de Fato⁴ e O Joio e O Trigo⁵, além de alguns documentos institucionais e dados secundários de outros trabalhos acadêmicos. Considerando que uma das categorias analíticas fundamentais das pesquisas desenvolvidas está centralizada no trabalho capitalista, este ensaio tem como hipótese central uma compreensão crítica do trabalho e do alimento mercadoria, enquanto categorias históricas que formam as faces de um mesmo fenômeno dialético, propondo, assim, um diálogo entre áreas como a sociologia do trabalho, a sociologia da alimentação e a teoria crítica.

Para orientar o conjunto das reflexões partimos das seguintes questões: como o trabalho pode ser compreendido enquanto elemento-chave que orienta as relações em torno do alimento mercadoria e de suas esferas de produção? E, conseqüentemente, como tal dinâmica reflete um tipo de aplicabilidade do poder necropolítico no Brasil? Nesse argumento, então, é de que na configuração capitalista neoliberal, o molde precarizado ou, segundo Laval e Dardot (2016), a governamentalidade empresarial, é tida como uma das bases constitutivas do vigente regime de acumulação do mais-valor, perpassando as mais variadas esferas do mundo da vida. Desse modo, o imbricamento na esfera laboral e alimentícia parte da dialética de compreensão do que entendemos enquanto “necropolítica” da fome e/ou genocídio alimentar.

Para realizarmos esse caminho argumentativo, o primeiro tópico irá trazer contribuições iniciais acerca da tríade analítica “trabalho - alimento mercadoria - necropolítica”, ao colocar fatores sócio-históricos no Brasil em relação à constituição de um sistema alimentar. Posteriormente, transcorreremos sobre o alimento enquanto categoria calcada no fetiche do capital e suas contradições no cotidiano social da população consumidora, para, por fim, colocarmos em questão a tríade do sistema alimentar neoliberal e, paralelamente, quem são os sujeitos

4 <https://www.brasildefato.com.br/>

5 <https://ojoioetrigo.com.br/>



do trabalho inseridos em tal dinâmica, localizando assim a discussão em torno do sistema alimentar brasileiro, a partir noção de necropolítica (Mbembe, 2019), em que a tomamos enquanto forma de governamentalidade típica de sociedades periféricas, como a brasileira.

Necropolítica da fome

A partir da categoria trabalho dentro da compreensão das dinâmicas capitalistas, observamos a lógica de funcionamento do sistema produtivo alimentar neoliberal como fato transmutador do alimento para uma roupagem mercantil-fetichizada, definindo, assim, “o que e como as pessoas comem” (Canesqui; Garcia, 2005 apud Machado; Oliveira e Mendes, 2016). Compreendemos a insegurança alimentar e nutricional enquanto um instrumento de perpetuação da valorização do valor na esfera alimentícia, isto é, ao pensarmos que toda cadeia de produção, distribuição e consumo do alimento mercadoria se funda, sistematicamente, no processo de precarização do sujeito trabalhador desse mesmo sistema, seja no campo, seja no meio urbano, esse fato então irá estruturar as fases da produção de morte social e biológica (Miranda, 2019), tidas enquanto estruturas da necropolítica. O que queremos pontuar, em resumo, é que a lógica capitalista da produção da insegurança alimentar, como elemento constitutivo social, dá origem ao que Llaïla O. Afrika cunhou de *nutricídio* (Coletivo Vegano Popular, 2020): o *genocídio nutricional*, ou, como chamaremos aqui também, a *necropolítica da fome*.

A conjuntura brasileira está situada na periferia do capital estando submetida às relações econômicas dependentes, comungamos aqui com uma corrente de autores do pensamento social brasileiro que analisa a inserção do Brasil, enquanto Estado, na economia global, notando que tal processo se deu a partir do papel de fornecedor de metais preciosos e matérias primas para as sociedades europeias, fato esse que permitiu a maturação inicial do capitalismo por meio da acumulação



primitiva. Ou seja, o Brasil já se insere nas dinâmicas globais enquanto nação subjugada (Paulani, 2018; Menegat, 2019), fazenda e colônia, para o desenvolvimento das potências ocidentais.

É, no que concerne a isso, que nos confrontamos diretamente com o debate proposto pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2019), através do conceito de necropolítica (Mbembe, 2019). Mbembe, ao propor o conceito de necropoder e sua forma de governabilidade, a necropolítica, busca uma atualização analítica do conceito foucaultiano de biopoder, partindo do pressuposto que a biopolítica não elucidou completamente o problema do racismo, centralizando, com isso, a periferia mundial como horizonte de análise, a partir da percepção de que há uma formação específica de gestão social baseada na experiência da colônia.

Culminando, nesse sentido, um modelo político de determinação da morte com orientações quanto ao fazer, viver e pensar sociais sobre determinadas populações, a necropolítica pode ser, então, entendida como *“a capacidade de definir quem importa e quem não importa; quem é descartável e quem não é” em uma estrutura social* (Mbembe, 2019, p. 135). Ou, ainda, como uma *“política centrada na produção de morte, em larga escala, na periferia mundial, característica de um mundo em crise sistêmica”* (Hilário, 2016, p. 194); sendo *“forma de dominação pela política de produção de morte de grupos específicos, eleitos à condição de matáveis”* (Miranda, 2020, n.p).

Tal forma de instrumentalização do caráter humano e a destruição material desses sujeitos podem ser divididas em quatro fases do que Miranda (2020) chama de produção de morte: 1. as mortes simbólicas; 2. as subjetivas; 3. as sociais; e, sua forma mais evidente, 4. as biológicas. Partimos, assim, dos princípios mbembianos de análise do mundo social, que nos ajudam a embasar o argumento de que o Brasil, nas suas bases “civilizatórias” ocidentais, pode ser considerado um necroestado, isto é, nossa forma social tida como histórica surgiu com o extermínio ambiental, cultural, biológico, linguístico, alimentar das populações originárias e pela coisificação produtiva da população negra escravizada. É, como coloca Sílvia Romero,



Num e noutro sistema **o índio era considerado uma fera, que devia ser caçada; o negro uma máquina, que se devia estupidificar para produzir**; o peão português, o colono, um ente de sangue bastardo, distante do sangue azul, escravo dos fidalgos e de El-Rei, Nosso Senhor!... Nestas condições, as populações que se iam formando no país traziam a marca da origem: – a submissão. (Romero, 1902, p. 38, grifos nossos).

Assim, o Brasil “necrocentrado” na sua forma de organização social caçou os indígenas – tirando-lhes o domínio sobre a terra e suas técnicas de cultivo, a memória nacional da culinária típica, desvalorizando seus ingredientes históricos, “estupidificou” a população negra ao usar a violência para transformar humanos em coisas maquinarias, destituídos de humanidade. Nossa história é vermelha, não pelo fantasma comunista – como muitos dizem –, mas por se calcar na mais violenta forma de crueldade: a produção de mortes simbólicas, subjetivas, sociais e biológicas de indígenas e negros.

Mas o que essa dinâmica histórica tem a ver com o problema da insegurança alimentar e o alimento mercadoria? Entendemos aqui que a fome, enquanto fenômeno, antecede os paradigmas sociais capitalistas, porém do mesmo modo que é possível compreender o trabalho enquanto um elemento sócio-histórico a partir do conjunto das relações de produção na sociedade moderna, conseguimos, também, perceber o alimento e, no caso, a sua estratégica escassez – a fome – como parte do mesmo processo necropolítico de constituição da sociedade brasileira.

Nesse mesmo sentido, podemos retomar Josué de Castro (1984) na obra *Geografia da Fome*, na qual o autor já apontava a questão da fome como um problema estruturado no histórico das relações de produção no Brasil. Castro aponta que, apesar dos inúmeros avanços na política e economia brasileiras, é de fundamental importância evidenciar os aspectos históricos internos do período colonizador mercantil, apontando principalmente o que ele vai chamar de “ciclos sucessivos de economia destrutiva” da economia nacional, seja pela



extração do pau-brasil, pela produção da cana-de-açúcar, o extermínio indígena, a mineração, as lavouras, a produção de café, extração da borracha e, principalmente, o que ele aponta enquanto uma “industrialização artificial”, formada principalmente por um regime inflacionário e exportador.

O que Castro aponta é, justamente, a base de todo sistema produtivo até aqui estruturado que consiste numa perpetuação do processo colonizador europeu, visando a economia nacional quase que completamente ao capital estrangeiro, de uma agricultura extensiva exportadora, em detrimento da real fonte de subsistência alimentar da população. O solo nacional passa a ser regime de abundância para o mercado externo ao passo que se torna um regime de fome para a própria população, lógica essa que claramente interessa a uma classe minoritária, que detém basicamente todo capital e poder sobre as propriedades rurais e domina o mercado de alimentos. Esses são grupos oligárquicos que, a partir de um controle quase que absoluto do bem de consumo fundamental de toda população, assumem o papel de “donos do poder”, mantendo suas posições privilegiadas na sociedade e evidentemente suas riquezas, como colocam Zocchio e Pomar (2020, n.p.), “A indústria tudo vê, tudo sabe e tudo quer”.

Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas. Por trás desta estrutura com aparência de progresso — progresso de fachada — permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome. (Castro, 1984, p. 270).

É fundamental salientar que toda estrutura até aqui refletida gira em torno de um ponto comum fundamental, a mercadoria, ou



melhor, o alimento mercadoria. É importante entendermos que ao falarmos de mercadoria não estamos apenas atrelando a dinâmica de produção materialista de bens de consumo. O foco não é na produção em si, mas, sim, as relações que dela se reproduzem e culminam no conjunto que se sustenta, na contemporaneidade capitalista, a partir de um sistema hiperespecializado de produção, uma vez que a totalidade social capitalista gira em torno do fetiche da mercadoria, ou seja, todo conjunto das relações sociais centra-se na medida do valor, a forma-dinheiro.

Dentro dessa lógica, levando em consideração o fato do trabalhador ser historicamente moldado a viver em função da exploração do próprio trabalho na totalidade capitalista, compreendemos que tal condição perpassa, dessa forma, a exploração dessa força de trabalho para, assim, ter acesso aos bens de consumo que lhes dão as condições mínimas de subsistência, inclusive o alimento. Desse modo, exprime-se a face dialética na qual quanto mais o trabalhador está imerso a essa lógica alienadora e não natural da produção do valor, mais ele está sujeito a condição de miserável e morto de fome, já que ter acesso ao alimento digno é ter acesso à condição material imediata de vida. Como aponta Marx, nos Manuscritos econômicos filosóficos:

[...] mesmo que numa situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretrabalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicância de uma parte dos trabalhadores (Marx, 2010, p. 27).

Nesse sentido, apontamos para outra questão norteadora de nossas reflexões presentes: quem é o sujeito miserável e como ele se insere no sistema de abastecimento alimentar?



Contradições do alimento mercadoria

Adentrando a compreensão da estrutura de produção de alimentos na sociedade capitalista, o que é necessário apontar não é apenas o processo técnico de produção desse alimento, mas, sim, as relações sócio-históricas que dele se sustentam. Por exemplo, toda essa estrutura está fundamentada no processo de extração e manuseio da matéria prima, processamento e transformação até chegar na distribuição e na comercialização dos produtos. Assim, entendemos que todo sistema está direta ou indiretamente associado a uma dinâmica econômica transnacional, hoje oligopolizada pelas empresas da agroindústria alimentícia mundial, e assim podemos compreender tal dinâmica como uma estrutura de produção alimentar, lastreada sobre a égide de um corporativismo neoliberal e necropolítico em detrimento da exploração econômica dependente da periferia global, em resumo, pela dominação e exploração.

Diante disso, todo sistema de abastecimento alimentar “[...] é desenvolvido e subordinado às relações sociais da produção capitalista” (Krauser, 2019, p. 60), sendo determinado pelo padrão de acumulação de cada período histórico. Quanto ao alimento mercadoria, é fundamental ressaltar que quanto maior for o processo de industrialização do alimento, mais lucro ele irá gerar; outro ponto é que todo processo de produção do alimento mercadoria tem a terra como fonte de recursos e/ou próprio espaço de produção, terra essa que consiste em “um recurso natural, escasso, monopolizável e conseqüentemente desigual” (Ibid, p. 17).

Nesse sentido, toda a estratégia de mercado tida como desenvolvimentista no processo de industrialização desse alimento, seja por meio dos agrotóxicos, seja dos transgênicos ou ultra processamento, reflete, na verdade, os interesses objetivos de gerar lucro por parte de toda a agroindústria, fortalecendo um projeto neoliberal de “desenvolvimento”.

Então, fica evidente que a necessidade de industrialização e ultra processamento dos alimentos opera como o único meio possível de tor-



nar o alimento mercadoria um trabalho não natural. É em detrimento disso que o regime do alimento neoliberal prioriza os ultraprocessados, logo, em resumo, quanto mais processado o alimento mercadoria for, menor seu tempo de produção e menos nutrientes conterá, consequentemente, mais lucro ele irá gerar e mais pessoas em situação de insegurança alimentar entrarão para os dados públicos.

O nutricídio surge a partir do contexto capitalista hegemônico de produção e distribuição dos alimentos, aquele baseado no uso de agrotóxicos, transgênicos, ultraprocessados, no incentivo do consumo dos mesmos em detrimento dos alimentos in natura e na manutenção de localidades como os desertos alimentares (Coletivo Vegano Popular, 2020, n.p.).

Com base nesse cenário é que compreendemos a fome enquanto um instrumento de dominação política, já que é justamente essa condição que irá permitir o efeito psicossocial da maximização da exploração, visto que a própria condição de pobreza e fome, ou até mesmo o medo dela e de não conseguir se manter materialmente, torna esse trabalhador precarizado subserviente a todo processo, tornando-o vulnerável à aceitação das condições desumanas de trabalho, como má alimentação, carga horária indefinida, falta de garantias e estabilidades, etc. O quadro abaixo demonstra algumas deduções⁶ aqui propostas enquanto principais indicadores de precarização do trabalho no sistema alimentar brasileiro e, consequentemente, a imbricação entre a esfera laboral e a esfera alimentar na perspectiva sujeito-sociedade.

⁶ Tais deduções nascem de um conjunto de reflexões teóricas e derivações de estimativas e dados empíricos secundários ainda em processo de organização para publicações futuras.



Figura 1 - Quadro dos Principais indicadores da precarização do trabalho no sistema alimentar brasileiro neoliberal

Espera laboral	Espera alimentar
Aumento do desemprego	Regime alimentar de baixo custo
Diminuição dos salários	Regime alimentar de baixo valor nutricional
Destituição dos direitos trabalhistas	Aumento gradativo das condições de insegurança alimentar
Aumento das condições de exploração no trabalho	Aumento no número de pessoas em situação de miséria e fome

Fonte: Elaboração própria (2020).

Ziegler, em *Destruição em massa: geopolítica da fome* (2013), aponta que a compreensão da fome pode ser circunscrita a partir de um entendimento crítico global da estrutura neoliberal de produção dos alimentos, na qual a agroindústria detém um monopólio completamente centralizado de influência transcontinental, de quase totalidade frente aos Estados ocidentais, sendo significativa nos processos de decisões econômicas. Além de todo processo de “comoditização” do mesmo alimento nos mercados internacionais, mantendo a ilusória crença de que o mercado, enquanto entidade livre no processo de determinação do valor da mercadoria e de suas formas de produção e transação, seria capaz de converter a produtividade industrial e agropecuarista na produção do alimento em resultados positivos no problema endêmico da fome mundial.

A Revolução Verde ainda perdura, nesse sentido, enquanto uma estratégia econômica e política de reorganização das bases desse sistema produtivo, estabelecendo mundialmente uma lógica que vê na fome o instrumento político principal. De acordo com isso, sustenta-se um paradigma econômico no qual, a partir de uma percepção enviesada da produtividade alimentar, percebe-se em determinados pontos estratégicos a noção de que suas produções agrícolas são insuficientes, que os bens produzidos não atendem às necessidades de consumo interno e, portanto, são necessárias inovações e aumentos na produtividade e na inserção de tecnologias e insumos agrícolas, para assim elevar o padrão de operacionalização, industrialização e rendimento aos seus limites máximos em detrimento do trabalho e de toda produção da agricultura familiar.



Complementamos tal argumentação com a percepção do filósofo carioca Marildo Menegat (2019), o qual aponta que a contemporaneidade está, hoje, sujeita às condições de buscar maquiagem uma crise colapsada dos modos de produção material capitalista, que já chegaram aos seus limites históricos, mas que ainda tenta levar suas formas de reprodução nos moldes anteriores de sua época de ouro. Desse modo, preservando as taxas de lucros das grandes corporações, é mantida, mesmo que ilusoriamente, a “estabilidade social e política” através do processo de financeirização da vida social. Tal processo tem suas condições de entrada no Brasil dos anos 1980, perdurando os moldes neoliberais internacionais de relações econômicas, passando, assim, a produzir bens de baixo valor agregado para os países desenvolvidos, ou seja, materializa-se no cenário nacional um processo de reprimarização da economia (Paulani, 2018).

Desse modo, o agronegócio, o grande latifúndio exportador, que sempre teve centralidade na configuração das formas sociais na história do Brasil, é ainda mais valorizado e reforçado a partir de um conjunto de políticas de austeridade neoliberal. Vale ressaltar que tais políticas visam garantias específicas aos detentores do capital por parte do Estado em detrimento das condições internas dos trabalhadores. Um exemplo disso se encontra na crise de 2008 – 2009, quando graças, como nomeia Ziegler (2013, p. 82), a “loucura especuladora dos predadores do capital financeiro globalizado”, os Estados tiveram de prontamente dispor de cerca de 8,9 trilhões de dólares para socorrer a crise econômica provocada pelos bancos da época. Crise que está diretamente ligada ao processo de endividamento nas margens de crédito das empresas que acabou desencadeando falências, fechamentos de fábricas e desemprego (Ziegler, 2013).

Para uma compreensão mais específica desses dilemas tão conflituosos aqui discutidos, apontamos, neste momento, uma breve, mas precisa observação quanto ao caso brasileiro. Para tal, é necessário partir de algumas questões norteadoras: o alimento é de fato uma das mercadorias centrais das relações de poder? E, por fim, o Brasil pode ser



entendido como um necroestado ainda hoje? Incitando tal exploração, buscamos observar o contexto brasileiro a partir de um recorte específico e internamente significativo através de dois momentos: o primeiro, uma conjuntura de incentivo a políticas sociais voltadas ao combate à fome, políticas de acesso à renda e de fomento econômico, e, outro, um contexto de reprimarização da economia, políticas de austeridade e a degradação de políticas públicas que garantiam a segurança alimentar. O marco histórico escolhido aqui para essa pequena abordagem consiste em analisar alguns recortes que datam desde o final do governo Lula (2011) até a contemporaneidade do governo Bolsonaro (2020).

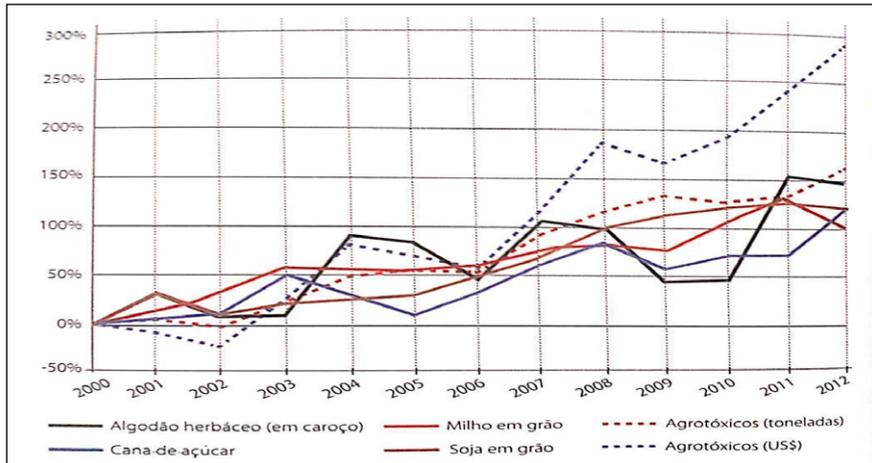
Alguns dos dados que podem contribuir para a compreensão do contexto brasileiro aqui referido estão presentes nos gráficos abaixo que apontam a variação no consumo de agrotóxicos e na produção de *commodities*. Esses dados são apenas um pequeno fragmento do dossiê produzido pela Abrasco, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Carneiro, 2015), documento que agrega um conjunto de estudos e relatórios de pesquisas que avalia os impactos da agroindústria, do mercado dos agrotóxicos e de toda cadeia produtiva neoliberal, na saúde e na sociedade brasileira como um todo, modelo produtivo que perpassa os anos 2000 demonstrando a forte relação do Estado brasileiro com o capital financeiro agrícola, para além do *status-quo* de governabilidade vigente.

No gráfico, podemos notar o forte avanço da agroindústria no mercado e na utilização dos agrotóxicos a partir da produção de quatro *commodities* agrícolas de grande interesse, o algodão, a cana-de-açúcar, o milho e a soja. Os dados levantados pelo dossiê apontam que entre 2012 e 2013, a produção desses *commodities* sustentou em contrapartida a casa dos 78% a 80% no uso total de venenos agrícolas comercializados, sendo a soja apresentada com aproximadamente metade desse quantitativo. De mesmo modo, é possível notar um aumento de quase 200% na venda e consumo de agrotóxicos por tonelada, apresentando um crescimento quase exponencial, de enorme fortalecimento por parte do próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social



- BNDES, caracterizando o forte apoio do próprio governo federal nos investimentos no setor agroindustrial.

Figura 2. Variação no consumo de agrotóxicos e na produção de commodities



Fonte: Carneiro (2015).

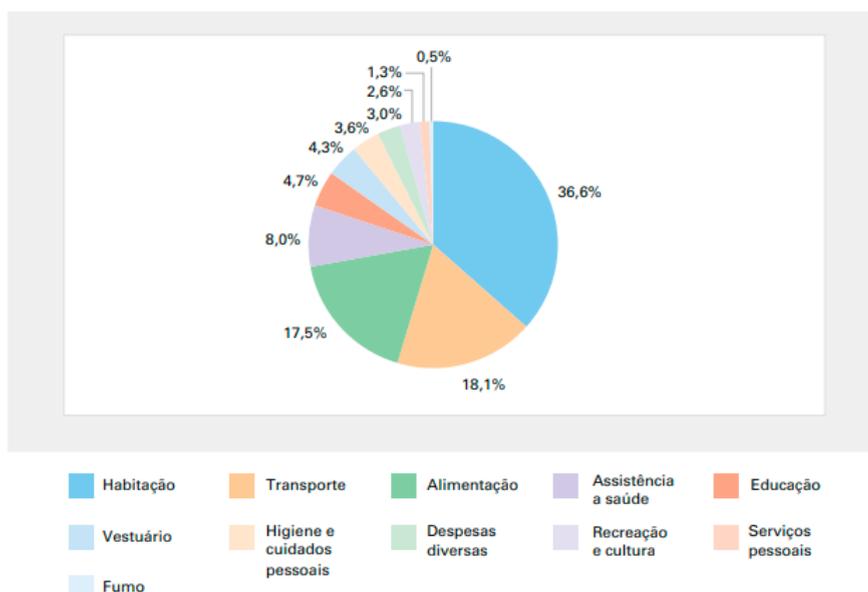
Em comparação ao contexto atual, percebemos uma crescente ainda mais significativa no processo de expansão do modelo agroindustrial, pautado na financeirização do alimento mercadoria. Já durante os primeiros dois anos do governo Bolsonaro, aprofundam-se as disputas territoriais no campo, processo que retira das comunidades tradicionais e camponesas os seus meios de produção para o trabalho, a agricultura familiar, a qual tem como fundamento as práticas e saberes ancestrais das populações originárias. Logo, firma-se, nesse período, uma política que afeta diretamente as populações camponesas, excluindo-as ainda mais dos processos produtivos e as tornando ainda mais subjugadas pelo modelo hegemônico de produção capitalista, que se fortalece por meio do aumento de mais de 150 tipos diferentes de agrotóxicos liberados pelo governo federal, agradando os interesses capitalistas nacionais do meio agrícola e importando tais produtos químicos que, como vimos anteriormente, já eram enormemente consumidos.



O Brasil, nesse contexto, adentra o patamar de segundo maior comprador de agrotóxicos fabricados em solo europeu, produtos que são proibidos internacionalmente, mas que aqui chegam mais uma vez velados por uma política necrófila de extermínio e valorização dos lucros. Além disso, essa questão do fortalecimento da agroindústria enquanto modelo, em detrimento de uma produção agrária voltada aos moldes da agroecologia e da agricultura familiar, reflete o papel central do alimento mercadoria enquanto face desse fenômeno que aqui denominamos de necropolítica da fome.

Nesse mesmo sentido, podemos apontar a crise de insegurança alimentar que assola o país e se agrava, exponencialmente, no mesmo período temporal aqui recortado (2011 - 2020), números que podem ser notados nos gráficos a seguir:

Figura 3. Gráfico da distribuição da despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa - Brasil - período 2017-2018



Fonte: IBGE (2017-2018).

Esses são alguns dos dados produzidos pelo IBGE e a reflexão que nos propomos apontar é a disparidade no valor dado aos aspectos da vida na família brasileira. É certo que habitação, transporte, alimentação e saúde são aspectos totalizantes da própria subsistência material humana, mas considerando um contexto social tão complexo de agravamento de desigualdades e encaminhamento de um colapso em direção à barbárie (Menegat, 2019), de uma maioria populacional que possui raça/etnia, gênero, classe, idade, regionalidade, etc., podemos abrir espaço para uma reflexão sobre quanto dos recursos provenientes do trabalho dessas famílias está disposto à educação, cultura e outras áreas da vida que também são fundamentais.

Desse modo, reforçamos a citação anterior de Marx (2010, p. 27) sobre as condições de vida desses trabalhadores, em que “mesmo que numa situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretrabalho”, trabalhadores que vivem para o trabalho e para a própria subsistência, fator que, na sociedade neoliberal, torna-se ainda mais violento e totalizante, visto que, “por oposição, o momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa.” (Dardot & Laval, 2016, p. 326). E aqui ainda trazemos uma outra questão pois, se o trabalhador dispõe boa parte dos seus recursos aos aspectos básicos da própria vida, dentre eles o próprio alimento enquanto um dos recursos majoritários, como pode ainda esse mesmo trabalhador ser assolado pela insegurança alimentar e fome?

Walter Belik em seu relatório, Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições (2020), aponta justamente alguns desses indícios que aqui tanto tencionamos. Um número gritante de famílias em situação de insegurança alimentar, que inclui trabalhadores que não possuem condições materiais para subsistência, mesmo que esse seja o destino de boa parte de seus recursos. No Brasil contemporâneo existem cerca de 10,3 milhões de pessoas em situação de fome – o que nos coloca, novamente, no Mapa da Fome Mundial – e, dentre essas fa-



mílias em situação de vulnerabilidade, 74% possuem como “chefe de família” uma pessoa parda ou preta, enquanto que entre os brancos esse número cai para 25%, tornando-se ainda mais desproporcional esse valor se considerarmos que 57% do total da população brasileira é de origem negra.

Figura 4. Gráfico da situação de insegurança alimentar da população brasileira



Fonte: Belik (2020).

Fatos que se expandem quando os dados apontam que 52% desses mesmos lares possuem mulheres como pessoas de referência, que, obviamente, por uma correlação, são mulheres pretas, historicamente subjugadas a tal condição de marginalidade e precariedade de existência social. E, ainda, se tais análises se expandem para a relação entre o meio rural e o urbano, temos um número maior de famílias em condição de insegurança alimentar no campo do que no meio urbano, mais especificamente uma diferença de 3%, mesmo que as famílias do campo sejam as que gastam em média 28,7% de sua renda com alimentação (Belik, 2020).

Nesse sentido é que apontamos essa dialética relação, na qual mesmo com os milionários financiamentos por parte do Estado brasileiro, que mostram aumentos desde o início do governo Lula e se maximizam no governo Bolsonaro, a suposta indústria do alimento mercador, campo econômico amplamente vendido como o “salvador do desenvolvimento”, é incapaz de verdadeiramente suprir o problema da insegurança alimentar e nutricional e da fome. Enquanto o número de pessoas em situação de fome e pobreza aumenta, enquanto o número de mortos pela pandemia da Covid-19 cresce vertiginosamente, os oligopólios agroindustriais são os únicos a manter o lucro no cenário caótico de 2020 (Salati, 2021, n.p.). O aumento da produtividade agrícola no Brasil está diretamente associado a um modelo de fomento nacional e internacional para tal mercado, que, de fato, se tornou um ponto fundamental durante a pandemia (não que antes não fosse), haja vista a necessidade de suprir a forte demanda de alimentos. O que cabe a crítica é justamente o preço que tem sido pago pela população, pelos trabalhadores subjugados dessa estrutura, para que possa se alimentar e manter suas famílias, se os financiadores do agro lucram existe uma massa faminta que sustenta tal realidade.

Os sujeitos do trabalho no sistema alimentar

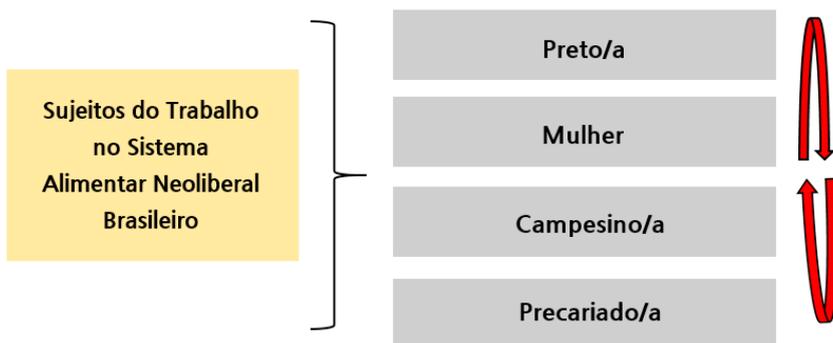
Tendo em vista tais pressupostos, faz-se necessário questionar, por fim: quem está nas bases da produção e distribuição, seja no meio rural, com o império do latifúndio e do agronegócio, seja no meio urbano, com os oligopólios das indústrias de ultraprocessados e redes de fast-food? Melhor dizendo, quais são os componentes da estrutura do trabalho no sistema alimentar neoliberal?

Ora, tais sujeitos que se submetem cotidianamente à exploração da própria força de trabalho em troca de bens de consumo que são insuficientes para suas próprias necessidades, condenados da terra e flagelos da fome, são os mesmos que sustentam toda estrutura. Pode-



mos considerar quatro tipos de sujeitos e suas intersecções: preto/a, a mulher, campesino/a e precariado/a. São esses que podem ser chamados de atores principais da base social do sistema alimentar brasileiro, são esses os sujeitos que sufocam, diariamente, em busca de condições mínimas de sobrevivência, visto que, numa forma de existência social que o trabalho já não se constitui como um horizonte futuro, sobra precarização psicofísica para os que ainda possuem vínculos laborais, mesmo os que de maneira informal, de descarte e extermínio da massa restante.

Figura 5 - Sujeitos do trabalho no sistema neoliberal brasileiro



Fonte: Elaboração própria (2020).

Assim, a lógica de produção capitalista, na qual o trabalho assume a forma dialética e fetichizada de acumulação do valor, corrói a própria existência desse ser, no caso aqui, o sujeito trabalhador. Nessa mesma totalidade capitalista, há o abarcamento da universalidade das relações entre o homem e a natureza, assumindo a forma artificial de geração de renda a partir da apropriação do valor do trabalho alimentar nela produzido. Assim, o trabalho torna-se o meio pelo qual se extrai a essência do ser social, que o reduz à condição de máquina, estabelecendo, portanto, uma relação dialética de dominação e desapropriação daquilo que é produzido.

Todavia, o que pode ser visto nas entrelinhas de tal configuração operacional capitalística é que o valor e, conseqüentemente, o trabalho obedecem a certas estruturas de valorização do valor, que se comportam como construtos histórico-universais da sociabilidade capitalista. O valor, portanto, de acordo com Roswitha Scholz, não é sexualmente neutro: o valor é o homem; logo, para que haja produção e reprodução de uma totalidade capitalista alimentar, é necessário que sejam excluídas as mulheres, a população negra e a população do campo de sua estrutura produtiva (Leite, 2017). Mas como isso tem relação com o sistema alimentar brasileiro e seus sujeitos do trabalho?

A verdade é que o sistema de abastecimento alimentar reproduz essa lógica a partir do apagamento socioambiental, cultural, econômico, da exclusão legitimada dos saberes indígenas e camponeses sobre a agricultura: desde a aplicação de tecnologias de cultivo ao modo como tais produtos chegam à mesa e são aproveitados. A segurança alimentar, dentro do modelo neoliberal capitalista de produção alimentar, é socialmente destituída e violada enquanto direito universal humano.

Buscando sintetizar a hipótese proposta em torno do fato da produção agroindustrial dos alimentos ter total controle sobre a estrutura econômica alimentar, introduzimos, portanto, o conceito de agrobio-poder como forma de síntese e compreensão de tal movimento que sustenta a necropolítica da fome e a insegurança alimentar como instrumento necropolítico, que pode ser entendido pela tríade “o quê, como e para quem se produz”. Inicialmente, o alimento percorre o crivo econômico e político daqueles que detêm o poder sobre os meios de produção, determinando assim “**o quê**” será produzido como alimento. Posteriormente, tais alimentos são transferidos à lógica do mercado, enquadrados enquanto um alimento mercadoria que chega ao consumidor, ou seja, o “**como**”. Por fim, a distribuição necropolítica dos produtos finais, o “**para quem**”, determina quais as parcelas da sociedade terão acesso desigual a tais alimentos. Logo, na conjuntura neoliberal, quanto mais supérfluo e precarizado for o trabalhador do sistema alimentar, para-



lamente, será tão ultraprocessado e nutricionalmente inadequado o alimento mercadoria.

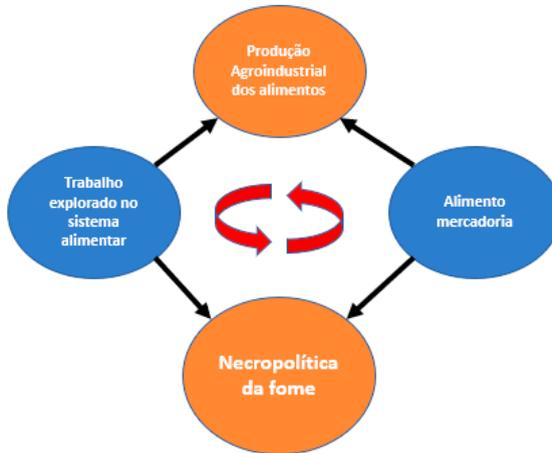
Considerações finais

A insegurança alimentar acarretada pela indústria agroalimentar do capitalismo, bem como o trabalho precarizado pela destituição dos seus direitos, configuram-se como formas de necropolítica, visto que negar direitos sociais que permitem a sobrevivência dos sujeitos, como, neste caso, o acesso à alimentação adequada em qualidade e quantidade e o direito humano ao trabalho, é uma forma de morte social e simbólica, que pode levar à morte biológica. A necropolítica, assim, é a materialização catastrófica (Kurz, 1993 apud Menegat, 2019) da incapacidade de coexistência concreta entre o capitalismo e a democracia, em seus limites plenos, garantindo os direitos básicos e humanitários.

Nesse sentido, a insegurança alimentar, a ausência de soberania alimentar ou, ainda, a fome, fazem parte dos moldes constituintes do sistema, em que a necropolítica, materializada pela lógica do sistema de abastecimento alimentar, torna-se inerente à lógica de valorização do valor. O trabalho explorado dos sujeitos condenados nessa lógica está dialeticamente relacionado à própria existência e produção do alimento mercadoria, como duas faces de uma mesma estrutura que tem como intercessão a totalidade da produção agroindustrial dos alimentos. O poder e a dominação dos corpos e da vida no trabalho e no consumo desse alimento mercadoria são convertidos na necropolítica da fome, fome esta que necessita existir como forma de controle social alimentício, a partir da morte, do medo de morrer de fome, uma condição estrutural que move tanto o indivíduo ao trabalho quanto o Estado e suas políticas de interesse para a maximização dos próprios lucros.



Figura 6 - A interdependência dialética entre trabalho e alimento mercadoria: as duas faces



Fonte: Elaboração própria (2020).

Levantamos a crítica e a reflexão necessárias para a observação do fenômeno que aqui chamamos de necropolítica da fome, a qual entendemos que é perpetuada por essa forma de manutenção da hegemonia a partir do agrobiopoder. Pois, tanto a necropolítica quanto o nutricídio são políticas de um estado colapsado, com práticas lucrativas e necessárias para a perpetuação do Brasil enquanto sociedade periférica, “neocrocentrada”, racista, machista e economicamente dependente. Assim, o que resta ao sujeito trabalhador no sistema alimentar neoliberal é a mesma condição das ligas camponesas citadas por Josué de Castro em “Sete palmos de terra e um caixão” (1965, p. 24), nas quais ao camponês, condenado à fome, só lhe resta suplicar pelo direito de “dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto”, direito último que nem sempre é possível.



Referências bibliográficas

Belik, Walter. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora, São Paulo, outubro, 2020.

Carneiro, F. F. et al. (EDS.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2015.

Castro, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

Castro, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão: nordeste uma zona explosiva**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

Coletivo Vegano Popular. “Nutricídio, o genocídio alimentar”. **Medium**, 2020. Disponível em: <<https://medium.com/@coletivoveganopopular/nutric%C3%ADdio-o-genoc%C3%ADdio-alimentar-1fbf0371423d>>. Acesso em: 08/08/2020.

Hilário, Leomir. “Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo”. **Sapere aude**, v. 7, n. 12, 2016, p. 194-210.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares, 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

Imaflora. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Piracicaba, 2020, 36p.

Krauser, Raul Ristow. **A Mercantilização dos Alimentos e a Acumulação Ampliada de Capital: o abastecimento alimentar na atualidade brasileira**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

Krisis, Grupo. **Manifesto contra o Trabalho**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

Leite, Taylisi. **Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista**. 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

Machado, Priscila Pereira; Oliveira, Nádia Rosana Fernandes de; Mendes, Áquias Nogueira. “O indigesto sistema do alimento mercadoria”. **Saúde soc.** [online]. Vol.25, n.2, 2016, p.505-515. ISSN 0104-1290. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741>.

Marx, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

Matioli, Victor. “Desigualdade no prato: um retrato das contradições do sistema alimentar brasileiro”. **O joio e o trigo**, 2020. Disponível em: <<https://ojoioe>



otrigo.com.br/2020/10/desigualdade-no-prato-um-retrato-das-contradicoes-do-sistema-alimentar-brasileiro/>. Acesso em: 07/10/2020.

Mbembe, Achille. **Necropolítica**. 4.e. São Paulo: n-1 edições, 2019.

Menegat, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio do pulso de um morto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

Miranda, Gabriel. “As faces da produção da morte: liberalismo e necropolítica”. São Leopoldo: **Instituto Humanitas Unisinos**. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Acesso em: 05/03/2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/596756-as-faces-da-producao-da-morte-liberalismo-e-necropolitica-entrevista-especial-com-gabriel-miranda>>.

Paulani, Leda Maria. “Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital”. n. 32. **Margem Esquerda**, 2018, p. 48-55.

Ribeiro, Edna. “Nutricídio, mas também pode chamar de fome”. **O joio e o trigo**, 2020. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2020/11/nutricidio-mas-tambem-pode-chamar-de-fome/>>. Acesso em: 08/11/2020.

Romero, Sylvio. **História da Literatura Brasileira**. v. 1. 2. e. Rio de Janeiro: Tomo Primeiro, 1902

Safatle, Vladimir. **Para além da necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

Salati, Paula. “Agropecuária foi o único setor que cresceu no PIB de 2020”. **G1**, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/03/03/agropecuaria-foi-o-unico-setor-que-cresceu-no-pib-de-2020-entenda.ghtml>>. Acesso em: 03/03/2021.

Scholz, Roswitha. “Roswitha Scholz, feminista marxista, em conversa”. Entrevista com Kim Posster. **Exit! Online**, 2019. Disponível em: <<https://www.exit-online.org/textanz1.php?table=autor&index=33&posnr=593&backtext1=text1.php>>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.

Xavier, Jair dos Santos. **Dinâmicas políticas da causa pública de segurança alimentar e nutricional**. Anais X Seminário Nacional Sociologia & Política, 2019.

Ziegler, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

Zocchio, Guilherme. “‘Onda de solidariedade’ de Dória e empresas é um tsunami de ultraprocessados”. **Outras Palavras**, 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/ojoioetrigo/2020/05/doria-doacoes-ultra-processados>>. Acesso em: 14/05/2020.

Zocchio, Guilherme; Pomar, Marcos Hermanson. “O olho que tudo vê: como a indústria barrou uma lei municipal de restrição a ultraprocessados”. **O joio e o trigo**, 2020. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2020/10/eleicoes-2020-projeto-contras-ultraprocessados-jundiai>>. Acesso em: 07/11/2020.



A Coleção Sociologias Necessárias é formada por sete livros, organizados por diferentes docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe. Os volumes abordam algumas das principais discussões realizadas durante o III Seminário Nacional de Sociologia, promovido pela mesma instituição, realizado no ano de 2020. Cada livro conta com a colaboração especial de pesquisadores nacionais ou internacionais, que participaram do seminário. Vivemos tempos difíceis com os novos desafios gerados pela crise sanitária mundial, pelas radicalizações no campo da posição de ideias na política e pela ampliação das desigualdades sociais. Os entendimentos se tornaram mais difíceis e as animosidades mais exaltadas, incluindo aí certa crise na produção científica e na análise sociológica. A reflexão proposta pela organização e pelos volumes desta coleção atravessam tais desafios, com temas como política, juventudes, trabalho, cidade, migrações, economia e africanidades.

